

G U I A D E E S T U D O S



PELOTASMUN  
2018

A NEW  
**ERA**

S T U D Y G U I D E

# PelotasMun: A New Era Study Guide

Rodrigo Duque Estrada

Fernando Preusser de Mattos (orgs.)

NOMOS

Pelotas, 2018

©Nomos Editora e Produtora Independente, 2018

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro, por quaisquer meios, sem autorização, por escrito, da editora.

Coordenação editorial e organização - Rodrigo Duque Estrada e Fernando Preusser de Mattos

Capa - Gabriela Ribeiro

Diagramação - Rossul Chaudon Padilha

Revisão técnica - Rodrigo Duque Estrada, Fernando Preusser de Mattos e Lucas Bonatto Diaz

ISBN: 978-85-53164-06-6

1ª edição, 2018

Nomos

Av. Borges de Medeiros 1042, apto.84

Centro, Porto Alegre, 90020-024

Contato: 51 982158018 / 55 981331775

[www.projetonomos.com](http://www.projetonomos.com)

Facebook: @editoranomos

Instagram: nomos.editora.produtora

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

P392

PELOTASMUN: a new era study guide / Rodrigo Duque Estrada, Fernando Preusser de Mattos (orgs.). -  
1. ed. - Porto Alegre: Nomos, 2018.

p. 158

Vários autores.

Incluem textos em português e inglês.

1. Pelotas Model United Nations. 2. Comitê da Assembleia Geral para Assuntos Sociais, Culturais e Humanitários (Simulação). 3. Organização das Nações Unidas. 4. Relações Internacionais. 5. Universidade Federal de Pelotas. I. Estrada, Rodrigo Duque. II. Mattos, Fernando Preusser de. III. Título.

RCBI 8 - 9097

CDD 341.113

---

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Organização das Nações Unidas 341.113

## Sumário

Prefácio.....	5
Apresentação.....	7
Parte 1.....	9
Asylum for LGBTI Individuals Fleeing Persecution.....	10
The situation of Human Rights in the Democratic People's Republic of Korea (North Korea).....	30
The violation of Human Rights in the Republic of the Union of Myanmar.....	49
Parte 2.....	66
Asilo para Indivíduos LGBTI Fugindo de Perseguições.....	67
A situação dos Direitos Humanos na República Popular Democrática da Coreia.....	87
A violação dos Direitos Humanos na República da União de Myanmar.....	107
Parte 3.....	125
A responsabilidade criminal dos peacekeepers.....	126
Concessão do status de refugiado com base na identidade sexual ou identidade de gênero: criminalização e pena de morte contra refugiados LGBTI.....	141

# Prefácio

---

As alunas e alunos do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) comemoram mais uma conquista: a realização da sexta edição do Pelotas Model United Nations (PelotasMun), que entre os dias 15 e 18 de novembro de 2018 sediará na cidade de Pelotas, na região sul do Rio Grande do Sul, simulações de debates e decisões de comitês da Organização das Nações Unidas, abarcando tanto o público universitário quanto secundarista. O evento oferece uma oportunidade para que a comunidade de estudiosos de Relações Internacionais e demais aspirantes à carreira coloquem em prática o conhecimento acumulado dentro e fora das salas de aula sobre a política internacional e exercite o raciocínio crítico em um debate extremamente importante sobre temas prementes da agenda global.

Em tempos de ascensão da extrema-direita e do autoritarismo ao redor do mundo, encontram-se sob ameaça a garantia de direitos fundamentais, a dignidade e, em última instância, a própria vida de minorias historicamente marginalizadas – especialmente os refugiados e a comunidade LGBTQI. O regime de direitos humanos e as organizações internacionais e movimentos sociais transnacionais que se empenham pela sua observância veem-se, nesse contexto, diante de um enorme desafio. Como assegurar que um conjunto de conquistas imprescindíveis em matéria de direitos humanos vigore e seja garantido a qualquer indivíduo quando a tendência aponta ao crescimento de discursos e práticas militaristas, securitárias e discriminatórias? Como promover essa agenda quando programas políticos e propagandas eleitorais, movidos por ódio, desinformação e medo, difundem discursos xenofóbicos e apostam na divisão do "nós" contra "eles" e no maniqueísmo do "bem" contra o "mal", ao invés de refletirem, com responsabilidade, sobre os desafios do nosso tempo e proporem soluções viáveis, justas e legítimas? Como avançar na cooperação internacional sobre temas tão importantes quando, ao sabor do descaso e do cinismo, o maior contribuinte financeiro da ONU, os Estados Unidos da América, retiram-se unilateralmente de suas organizações subsidiárias alegando "intoxicação ideológica"?

Na ausência de diretrizes uníssonas, resta às vozes comprometidas com os direitos humanos não abandonarem o debate, continuarem estimulando um ambiente propício ao diálogo e à reflexão fundamentada e, sobretudo, unirem esforços pela defesa de um mundo cada vez mais justo. Essa é uma tarefa urgente tanto para profissionais das Relações Internacionais, quanto para alunas e alunos que pretendem um dia exercer uma carreira na área. Abordando temas tão variados desde a situação dos direitos humanos em Mianmar à responsabilidade criminal dos peacekeepers, os capítulos preparados pelos graduandos apontam o caminho de uma reflexão paradigmática não apenas sobre o campo dos conflitos internacionais, mas também sobre os próprios limites institucionais dos agentes engajados na resolução de conflitos. A escolha do Comitê da Assembleia Geral para Assuntos Sociais e Culturais (terceiro comitê) e do Comitê Legal (sexto comitê) para a simulação reflete bem o propósito dessa reflexão.

Esperamos que a leitura ora oferecida enriqueça tanto aos delegados deste VI PelotasMun quanto

aos interessados em expandirem seu conhecimento sobre discussões atuais nas áreas de política internacional e direitos humanos. Desejamos a todos os interessados e, particularmente, aos participantes da simulação uma leitura informativa e inspiradora. Que a complexidade dos desafios de hoje incentive o desenvolvimento do que há de melhor em cada um de nós.

**Rodrigo Duque Estrada**

Professor Substituto de Relações Internacionais da UFPel

**Fernando Preusser de Mattos**

Doutorando em Ciência Política na Universidade de Hamburgo

# Apresentação

---

Este livro é resultado das pesquisas apresentadas no âmbito de um projeto de extensão, o Pelotas Model United Nations. O Modelo das Nações Unidas (Model United Nations), conhecido como MUN, é uma simulação dos diferentes órgãos e comitês da ONU para estudantes, em que os participantes assumem o papel de representantes de diferentes países ou de grandes jornais. O Pelotas Model United Nations é o modelo de simulação da Universidade Federal de Pelotas, na cidade de Pelotas, município da região sul do Rio Grande do Sul.

O projeto visa trazer aos participantes conhecimento sobre o funcionamento da Organização das Nações Unidas e de seus principais órgãos, gerar debates acerca de problemas internacionais contemporâneos e fazer com que os participantes entrem em contato com protocolos diplomáticos, envolvendo pesquisa sobre o posicionamento de diversos países, bem como exercícios de oratória, retórica e negociação, além da prática do inglês, do incentivo ao pensamento crítico e ao senso de liderança. Um Modelo das Nações Unidas simula as regras, a linguagem e até as roupas das conferências dos diversos comitês da Organização. Os participantes tomam os lugares de delegados, que representam os interesses do seu país ou organização internacional, e debatem os temas propostos visando a resolução dos problemas por meio da cooperação.

Dotado de perfil interdisciplinar, podendo englobar outras áreas do conhecimento e sendo extensivo a alunos de outros cursos de graduação, bem como secundaristas, o PelotasMUN está em sua sexta edição. Durante as cinco edições do evento, e como ocorre nos demais Modelos, os diretores de comitês abordaram uma vasta quantidade de temas que as edições anteriores tiveram oportunidade de tratar, como Ataques aos Acampamentos de Refugiados, Guerra às Drogas, A Situação no Círculo Polar Ártico, A Situação na Ucrânia, entre outros. Os temas são considerados a partir da relevância no ano em questão, bem como a importância de que se debata assuntos como Direitos Humanos, Economia, Segurança Internacional, Cooperação e Integração.

Para a esta edição do PelotasMUN, foi decidido pela publicação desse material escrito pelos diretores com o objetivo de valorizar o trabalho desses estudantes que se dedicam durante um ano inteiro à organização do evento, disponibilizar um material de apoio de qualidade e apresentar o projeto - bem como as temáticas abordadas - à comunidade.

Este livro foi escrito com a colaboração de alunas do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas e com o apoio do professor Rodrigo Duque Estrada (UFPel) e do pesquisado Fernando Preusser de Mattos (Universidade de Hamburgo).

O time do Pelotas Model United Nations 2018 é separado por grupos com diferentes responsabilidades. Iniciando pelo secretariado, as secretárias acadêmicas desta edição são: Laura Menon e Sabrina Moura, responsáveis pela coordenação e auxílio na construção do presente guia

de estudo e pela preparação dos responsáveis pela mediação das simulações nos dias do evento. Seguindo para a secretária administrativa, Victoria Burck exerce a função de coordenação e administração dos recursos financeiros do projeto, auxílio na busca de parcerias, preparação dos responsáveis pela imprensa (press) e pelo staff - time de apoio antes e durante o evento. Os mediadores das simulações são os chamados Diretores de Comitês, que além de mediar, produzem os guias de estudos que auxiliam os participantes em sua preparação para o debate, nossos Diretores são: Ariane Casanova, Bruna Vicari, Cristina Schiavon, Mariana Ferreira, Maria de Fátima Ferretti, Monique Aguiar, Pamela Corrêa e Rafael Borges. Nossa press é composta pelas integrantes: Francine Soares, Gabriela Ribeiro e Vitória Araujo, responsáveis pela identidade visual do evento, posts nas redes sociais, composição e atualização do site e coordenação dos jornais nos dias do evento e auxílio aos delegates nessa tarefa. Por fim, mas longe de serem menos importantes, a equipe do staff - responsável pela busca por parcerias e organização do espaço do evento, composta por: Alexandra Ramos, Bruna Kleinicke, Jessica Martins, Mateus Simon e Tabatha Cuzziol. Apesar dos cargos, buscamos trabalhar em conjunto em todas as atividades, sendo incentivado a ajuda para além das atribuições de cada grupo e o companheirismo.

**Sabrina Moura, Laura Menon e Victoria Burck,**

Secretárias-gerais do PelotasMun 2018

---

Parte 1

SOCHUM para universitários

---

# Asylum for LGBTI Individuals Fleeing Persecution

---

Bruna Vicari Arruz

*"We should all be outraged when people suffer discrimination, assault or even murder simply because they are lesbian, gay, bisexual or transgender. We should all speak out when someone is arrested and imprisoned because of who they love or how they look. This is one of the great neglected human rights challenges of our time. We must right these wrongs! [...] Some will oppose a change. They may invoke culture, tradition or religion to defend the status quo. Such arguments have been used to try to justify slavery, child marriage, rape in marriage and female genital mutilation. I respect culture, tradition and religion, but they can never justify the denial of basic rights. My promise to the lesbian, homosexual, bisexual and transgender members of the human family is this: I'm with you. I promise that as Secretary-General of the United Nations I will denounce attacks against you and I will keep pressing leaders for progress." - United Nations Secretary-General Ban Ki-moon, addressing the International Conference on Human Rights, Sexual Orientation and Gender Identity (Oslo, 15-16 April 2013).*

## Introduction

---

The Universal Declaration of Human Rights (UDHR) was officially adopted by the United Nations General Assembly in Paris on 10 December, 1948 (General Assembly resolution 217 A)<sup>1</sup>. This historical document points out that every individual is born free and equal in dignity and rights, ensuring that these rights are universal, inalienable, indivisible, interrelated and interdependent. Thereby, every man and every woman has the capacity to enjoy the freedoms guaranteed by the law without being affected by any distinction, including those that are related to sexual orientation.

Some critics respond to the contradictions related to the idea of universalizing human rights that is explicitly stated in the UDHR. According to Ryan R. Thoreson (2012, p. 1), a researcher in the LGBTI rights program at Human Rights Watch,

A frequent target of this critique is the outsize influence of Euro-American legal traditions and actors in the human rights field and the charge that they systematically privilege civil and political rights over economic, social, and cultural rights or rights to self-determination, development, or a clean environment. In response, a number of scholars have sought to more firmly ground human rights in diverse traditions of justice, equality, and dignity transnationally. In practice, however, human rights often reflect culturally specific biases toward particular epistemologies and entitlements — for example, a preoccupation with negative rights and a relative disregard for positive rights to food, healthcare, housing, education, or work.

In an article written for the independent global media platform Open Democracy in 2013, Stephen Hopgood makes a distinction between what he calls "Human Rights" and "human rights":

There is a deep divergence between the concept of human rights shared by elites, largely until now located

---

<sup>1</sup> The UN General Assembly resolution 217A was drafted by representatives from 48 countries of the then 58 members of the United Nations. None of the countries voted against it, although eight of them did abstain. Available at <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>>. Accessed on 15 June, 2018.

in the west (what we might call Human Rights), and what those rights mean for the vast majority of the world's population (what we might call human rights). Human Rights are a New York-Geneva-London-centered ideology focused on international law, criminal justice, and institutions of global governance. Human Rights are a product of the 1%. The rest of the world, the 99%, sees human rights activism as one among many mechanisms to bring about meaningful social change. By their nature, lower-case human rights are malleable, adaptable, pragmatic and diverse—they are bottom-up democratic norms, rather than top-down authoritative rules (HOPGOOD, 2013).

Over the past few years, minority groups that used to be completely neglected by International Organizations and States have been receiving more attention in the United Nations field. An important point in this direction was the formulation of the Refugee Convention in 1951<sup>2</sup>. According to the 1951 Geneva Convention relating to the status of refugees, the term "refugee" shall apply to any person who, due to

well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it. In the case of a person who has more than one nationality, the term 'the country of his nationality' shall mean each of the countries of which he is a national, and a person shall not be deemed to be lacking the protection of the country of his nationality if, without any valid reason based on well-founded fear, he has not availed himself of the protection of one of the countries of which he is a national (UNITED NATIONS, 1951, p. 152-153).

Many of the Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Intersex (LGBTI)<sup>3</sup> asylum-seekers left their home country because of a well-founded fear of persecution due to their sexual orientation or gender identity. As contained in the Statute of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)<sup>4</sup>, the guideline n.16 on International Protection points out that refugee claims based on differing sexual orientation contain a gender element:

A claimant's sexuality or sexual practices may be relevant to a refugee claim where he or she has been subject to persecutory (including discriminatory) action on account of his or her sexuality or sexual practices. In many such cases, the claimant has refused to adhere to socially or culturally defined roles or expectations of behaviour attributed to his or her sex. The most common claims involve homosexuals, transsexuals or transvestites, who have faced extreme public hostility, violence, abuse, or severe or cumulative discrimination (UNHCR, 2002, p. 4-5).

The United Nations Human Rights Council (UNHRC), through the Resolution A/HRC/RES/17/19<sup>5</sup>, also expresses grave concern with acts of violence and discrimination, in all regions of the world, committed against individuals because of their sexual orientation and gender identity. Taking this into account, in 2011 the UN High Commissioner for Human Rights (OHCHR) produced a global report on practices and violence against LGBTI people, describing the greatest violations of LGBTI human rights: death, rape, physical attacks, torture, arbitrary detention, denial of rights, limitation

2 1951 Refugee Convention is the key legal document that forms the basis of the UN Refugee Agency. Ratified by 145 State parties, it defines the term 'refugee' and outlines the rights of the displaced, as well as the legal obligations of States to protect them. UNHCR Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees UNHCR Convention and Protocol Relating to the Status of Refugees, available at <<http://www.unhcr.org/3b66c2aa10>>. Accessed on 15 May, 2018.

3 A diverse group of people who do not conform to conventional or traditional notions of male and female gender roles. LGBTI people are also sometimes referred to as 'sexual, gender and bodily minorities'. See more at <https://emergency.unhcr.org/>

4 General Assembly Resolution 428 (V) of 14 December 1950, available at <<http://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c39e1/statute-office-united-nations-high-commissioner-refugees.html>> Accessed on 16 May, 2018.

5 OHCHR, Resolution adopted on the issue of Human rights, sexual orientation and gender identity, available at <<http://ap.ohchr.org/documents/dpage.aspx?si=A/HRC/RES/17/19>>. Accessed on 16 May, 2018.

of freedom of expression and information, discrimination in employment, health and education (UNITED NATIONS, 2011, p. 03).

## **History of LGBTI Rights: from Mattachine Society to present day**

*"I ask this... If there should be an assassination, I would hope that five, ten, one hundred, a thousand would rise. I would like to see every gay lawyer, every gay architect come out - If a bullet should enter my brain, let that bullet destroy every closet door... And that's all. I ask for the movement to continue. Because it's not about personal gain, not about ego, not about power... it's about the "us's" out there. Not only gays, but the Blacks, the Asians, the disabled, the seniors, the us's. Without hope, the us's give up - I know you cannot live on hope alone, but without it, life is not worth living. So you, and you, and you... You gotta give em' hope... you gotta give em' hope". - Quote taken from the movie Milk, a 2008 American biographical film based on the life of Harvey Bernard Milk<sup>6</sup>.*

The Mattachine Society, founded in 1950, is known as one of the first organizations created in favor of LGBTI rights. This association was initially founded by the activist Harry Hay, in partnership with a group of his friends from Los Angeles. The main purpose of the organization was to develop and expand the rights of gay men. Over time, the association expanded to other cities and, by 1961, the Mattachine Society already had several regional groups spread throughout the United States. Another organization of great importance is the Daughters of Bilitis. Founded in San Francisco in 1955, they are known as the first organized movement created to defend the rights of lesbians in the United States.

Besides these organizations, the starting point of the global struggle for LGBTI rights was the episode of the Stonewall uprising. This occurred 28 June, 1969, in the Greenwich Village neighborhood of Manhattan, New York City, when a series of acts of violence were committed by the LGBTI community in response to the unfairness of a police attack on the bar of the Stonewall Inn, which was mostly frequented by the LGBTI population. The events of that fateful day are very well portrayed in the film Stonewall Uprising, released in 2011.

The main importance of the Stonewall Rebellion lies in the fact that before it, it was unacceptable that any person could assume a sexual orientation distinct from heterosexual standards. Stormé DeLarverie was a character of extreme importance in the struggle for LGBTI rights. After revolting against the police invasion that led to the closing of Stonewall Inn, Stormé was beaten almost to death<sup>7</sup>. This episode increased the revolt of the LGBTI community against acts of LGBTIphobia and the abuses often committed by local authorities.

After this episode of violence, the LGBTI community, along with other supporters of the cause, made several protests in favor of the LGBTI Rights. It was just the beginning of countless battles for visibility and rights that have been spreading since then. As mentioned by the historian David Carter (2010, p. 02):

---

<sup>6</sup> Harvey Bernard Milk, American politician and the first openly gay elected official in the history of California.

<sup>7</sup> An interview with lesbian Stonewall veteran Stormé DeLarverie is available at <<https://web.archive.org/web/20100730030913/http://www.afterellen.com/people/2010/7/storme-delarverie>> Accessed on 19 May, 2018.

It is common today to trace the tremendous gains made for LGBTI Rights since the early 1970s back to the Stonewall Riots of 1969, when gay men, transvestites, and lesbians fought the police during a routine raid on a popular gay club in Greenwich Village. It is also commonly asserted that the riots, which continued on and off for six days, marks the beginning of the "gay rights movement". Gay people had founded a political movement for the rights of gay people prior to Stonewall, although of modest means, and it was the Stonewall Riots that resulted in the birth of the Gay Liberation Front (GLF) and later of the Gay Activists Alliance (GAA). These exemplars of a new kind of gay organization, imbued with the militant spirit of the riots that engendered them, soon inspired thousands of LGBTI people across the US – and ultimately around the world – to join the movement for gay civil and human rights (CARTER, 2010, p. 2).

## **LGBTI INDIVIDUALS FLEEING PERSECUTION: the Global Context**

*"Imagine having to flee your own country because of being persecuted for who you are and for who you love. Imagine reaching Europe and being locked up in a detention center at constant risk of being assaulted. Imagine having to restart your life in a foreign country, in poverty, and at risk of being sexually exploited. These are the very real risks faced by LGBTI people escaping violence, discrimination and abuse in their home countries. This is the untold refugee crisis". - Antonio Zappula, Chief Operating Officer of the Thomson Reuters Foundation (19 Jan 2018).*

Over past years, it is possible to observe a growing progress in the recognition of LGBTI rights around the world. The achievement of these rights can be seen as a result of the constant engagement of a variety of actors and institutions of the International System that have drawn attention to the processes of identity, belonging, and visibility related to sexual orientation or gender identity (TERTO; SOUZA, 2015 p. 121).

Notwithstanding those remarkable advances, it is possible to note the widespread violence against LGBTI refugees. This situation of violence can be perceived through the regular and violent harassment that these individuals often suffer from local communities and even from other refugee populations. In addition, these refugees do not receive adequate police protection and in many cases they are targets of harassment or violence committed by the authorities<sup>8</sup>. Furthermore, most of the LGBTI refugees have to face insurmountable barriers to employment and – because of their LGBTI identity – it is also difficult for them to have access to adequate housing and medical care. (ORAM, 2012, p. 6)

The international refugee protection system is responsible in serving millions of people each year. A big amount of that assistance is provided by Non-Governmental Organizations (NGOs). In 2012, the UN Refugee Agency (UNHCR) reported that it had over 500 partner NGOs worldwide.<sup>9</sup> These NGOs intend to provide the basics services which are necessities for the refugee survival. The box below provides some examples of the specific protection risks that LGBTI refugees may experience in the country of asylum:

Table 1 Specific protection risks faced by LGBTI refugees

---

8 See more information regarding this topic at the Amnesty International website: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/11/refugees-are-in-urgent-need-of-protection-from-sexual-and-gender-based-violence/>

9 Every year, over 500 representatives from around the world attend the Consultations in Geneva, co-organized by the UNHCR. Available at <http://www.unhcr.org/annual-consultations-ngos.html>. Accessed on 25 May, 2018.

Physical and sexual violence, including beatings, abductions, honor killings, and rape (of women as well as men), often to make LGBTI individuals conform to society's gender roles and to intimidate others by setting "an example".	Criminalization of consensual same-sex relations and associated risks of arrest, detention, prosecution and punishment. Elevated risks of abuse in detention.
Being compelled to conceal their sexual orientation and/or gender identity, due to fear of abuse, violence and loss of assistance.	Discriminatory laws and practices relating to employment, housing, health care, education and family law and child custody, resulting in severe difficulties accessing basic assistance.
Family and community rejection, lack of support networks, and vulnerability to honor-related violence	Lack of access to safe and appropriate housing for at-risk individuals, which may further increase the risk of physical and sexual abuse and exploitation.
Forced marriage	Dependence on abusive relationships involving exchanging sex for protection, shelter or food.
Evictions from homes due to landlords and others discovering their sexual orientation and/or gender identity. LGBTI refugees may move frequently.	Transgender individuals may be at particular risk where their self-identification and physical appearance do not match the legal sex on official documentation.
Severe psychological after-effects (e.g. PTSD, depression or anxiety) relating to past and ongoing physical and sexual violence, exclusion, and other harms flowing from LGBTI identity.	Prejudicial health care and lack of access to HIV prevention and treatment. Transgender individuals often do not have access to the treatment they need, including transition-related care.
Harassment, threats and insults, sometimes on daily basis, in the street, at places of employment and sites of assistance, such as health care clinics.	Lack of means of support due to discriminatory employment practices, risk of dismissal and abuse if their sexual orientation is discovered, and boycotting of LGBTI small businesses.
Reliance on survival sex work, exposing individuals to various physical dangers and health risks, including sexual and physical violence, and sexually transmitted diseases.	Lack of access to food, including by being removed from food queues or turned away at delivery points.

Source: UNHCR

This set of data, provided by the UNHCR, makes explicit the situation of vulnerability that LGBTI refugees find themselves in, even after their asylum application in another country is approved. One of the factors that makes this situation more complex is that there is no accurate knowledge about the number of LGBTI asylum-seekers since UNHCR does not maintain formal statistics regarding this specific group. Furthermore, only a small part of the 100 countries which provide asylum to the refugee indeed publish the statistics regarding the LGBTI cases they consider or grant. According to the statistics, only 4 and 6 percent of asylum seekers explicit their requests for protection based on their sexual orientation or gender identity.<sup>10</sup>

According to a diagram made by the Organization for Refuge, Asylum and Migration (ORAM):

of 175,000 persons in peril in their home countries worldwide, only 17,500 manage to escape. Of these, only 7,500 seek legal protection. Of those, only 5,000 are able to apply for refugee status or asylum. Only a tiny handful of the world's imperiled LGBTI people—estimated by ORAM at fewer than 2,500 per year worldwide—are granted legal protection based on sexual orientation or gender identity (ORAM, 2012, p. 7)

## The role played by the United Nations and other international organizations

"Failure to uphold the human rights of LGBTI people and protect them against abuses such as violence and discriminatory laws and practices, constitute serious violations of international human rights law and have a far-reaching impact on society – contributing to increased vulnerability to ill health including HIV infection, social and economic exclusion,

<sup>10</sup> UNHCR Statistical Yearbook 2010, at 41 (10th ed. 2011), available at <<http://www.unhcr.org/4ef9cc9c9.html>> Accessed on 27 May, 2018.

putting strain on families and communities, and impacting negatively on economic growth, decent work and progress towards achievement of the future Sustainable Development Goals. States bear the primary duty under international law to protect everyone from discrimination and violence. These violations therefore require an urgent response by governments, parliaments, judiciaries and national human rights institutions. Community, religious and political leaders, workers' organizations, the private sector, health providers, civil society organizations and the media also have important roles to play. Human rights are universal – cultural, religious and moral practices and beliefs and social attitudes cannot be invoked to justify human rights violations against any group, including LGBTI persons" – Joint UN statement on Ending violence and discrimination against lesbian, gay, bisexual, transgender and intersex people (29 September 2015).

On 29 September, 2015, 12 UN entities (ILO, OHCHR, UNAIDS Secretariat, UNDP, UNESCO, UNFPA, UNHCR, UNICEF, UNODC, UN Women, WFP and WHO), issued a joint note calling for the ending of violence and discrimination against LGBTI people<sup>11</sup>. This statement is of extreme relevance for several reasons. One of them is because the release of an unprecedented joint statement related to this issue makes it possible to focus more attention on the LGBTI population, which is a minority often neglected by the States and the International Organizations. In addition, the declaration emphasizes that states should protect LGBTI persons from violence, torture and ill-treatment, as well as should respect international human rights standards targeting the LGBTI population.

In 2003, Brazil submitted a Resolution on the Economic and then addressed it to the Commission on Human Rights<sup>12</sup>. This resolution encompassed human rights and sexual orientation and was supported by a number of countries including Austria, Belgium, Canada, Czech Republic, Denmark, Finland, France, Germany, Greece, Ireland, Italy, Liechtenstein, Luxembourg, the Netherlands, Norway, Portugal, Spain, Sweden and the United Kingdom

The Resolution contained six lines of affirmation:

1. Expresses deep concern at the occurrence of violations of human rights in the world against persons on the grounds of their sexual orientation;
2. Stresses that human rights and fundamental freedoms are the birthright of all human beings, that the universal nature of these rights and freedoms is beyond question and that the enjoyment of such rights and freedoms should not be hindered in any way on the grounds of sexual orientation;
3. Calls upon all States to promote and protect the human rights of all persons regardless of their sexual orientation;
4. Notes the attention given to human rights violations on the grounds of sexual orientation by the special procedures in their reports to the Commission on Human Rights, as well as by the treaty monitoring bodies, and encourages all special procedures of the Commission, within their mandates, to give due attention to the subject;
5. Requests the United Nations High Commissioner for Human Rights to pay due attention to the violation of human rights on the grounds of sexual orientation;
6. Decides to continue consideration of the matter at its sixtieth session under the same agenda item. (UN, 2003 p. 2)

However, the discussion of this Resolution was postponed in 2004 (GORISCH, 2011, p. 28).

On the other hand, in 2008, the Organization of American States (OAS) unanimously approved a resolution<sup>13</sup> expressing concern with acts of violence and related human rights violations

11 Available at <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/JointLGBTIstatementENG.PDF>> Accessed on 27 May, 2018.  
12 E/CN.4/2003/L.92.  
13 AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08) HUMAN RIGHTS, SEXUAL ORIENTATION, AND GENDER IDENTITY (Adopted at the fourth plenary session of the OAS General Assembly, 2008)

perpetrated against individuals because of their sexual orientation and gender identity. This resolution, in addition, instructed the Committee on Juridical and Political Affairs (CAJP) to include on its agenda the topic of "Human rights, sexual orientation, and gender identity" (OAS, 2008, p. 1).

In the same year, Amnesty International issued a statement expressing concern about the criminalization of homophobia in the international system and the consequences that it has for the LGBTI population. In addition, the handbook recommends the decriminalization of homosexuality, reaffirming the Universal Declaration of Human Rights (UDHR)<sup>14</sup>. The Declaration was read by the Argentinian Ambassador Jorge Arguello on December 18, 2008. It was the first time that a Declaration on LGBTI rights was read in the UN General Assembly. However, this did not result in any official position of the Assembly (GORISCH, 2011, p. 28).

In 2011, the UN issued a Resolution at the Human Rights Council<sup>15</sup>, considering that LGBTI rights are also human rights. According to Patricia Gorisch (2013, p. 26), this resolution allows the interpretation that the country that does not provide assistance to its LGBT citizens will also be disrespecting the International Human Rights Treaties and other international documents.

Finally, it is also worth mentioning the advent of global civil society as a fundamental actor for the advancement of LGBTI achievements. According to Jan Schotle (1999):

Civil society encompasses enormous diversity. In terms of membership and constituencies, for example, it includes academic institutes, business associations, community-based organisations, consumer protection bodies, criminal syndicates, development cooperation groups, environmental campaigns, ethnic lobbies, foundations, farmers' groups, human rights advocates, labour unions, relief organisations, peace activists, professional bodies, religious institutions, women's networks, youth campaigns and more (SCHOTLE, 1999, p. 4).

This society can also be used as a setting for excluded individuals to make their demands for rights and measures heard since currently human rights issues can also be considered issues of global civil society. (GORISCH, 2013, p. 77). We can use as examples some actors of this new society, like the rise of cyber militants - individuals who use the internet as a mechanism of practice activist. Humans Rights Watch is another relevant actor in this context, which has been developing a big amount of reports contextualizing the global situation of the LGBTI population; as well as several other Non-Governmental Organizations (NGOs) engaged in the LGBTI cause, such as ILGA, Kaleidoscope, Cattrachas and Movilh.

Overview of the situation experienced by LGBTI communities from Social, Humanitarian & Cultural Issues (SoCHum) of Pelotas Model United Nation (MUN) member countries

The present section of this study guide aims to provide an overview of the situation experienced by LGBTI communities from the countries that will be part of the Social, Humanitarian & Cultural Issues (SoCHum) committee in the 2018 edition of Pelotas Model United Nations (MUN). Officially, SoCHum is the committee which the UN General Assembly redirects agenda items relating to a range of social, humanitarian affairs and human rights issues that affect people all over the world<sup>16</sup>. The countries that will be part of 2018 SoCHum simulation are: Argentina, Bangladesh, Brazil, Chile, China, Egypt, Honduras, Iran, Lebanon, Myanmar, North Korea, Russia, Saudi Arabia, (UN General Assembly, 2008, 67th session, held on June 3, 2008)

14 Available at <<https://www.amnesty.org/download/Documents/56000/pol300032008eng.pdf>>. Accessed on 28 May, 2018.

15 A/HRC /17/ L.9 / 56. Available at <<http://pt.scribd.com/doc/58106434/UN-Resolution-on-Sexual-Orientation-andGender-Identity>>. Accessed on 28 May, 2018.

16 See it more at <http://www.un.org/en/ga/third/index.shtml>

Syria, South Africa, Turkey, United Kingdom and United States.

In order to provide a coherent picture of the reality experienced by LGBTI individuals in these countries, the study will address both domestic and international aspects. Thus, local aspects of each country will be mentioned, such as the specific legislation of countries which criminalize consensual same-sex relations, crimes motivated by LGBTIphobia, social exclusion of LGBTI communities, as well as advances and setbacks regarding the inclusion of gender elements and sexual orientation in the agenda of the States. In this sense, information published by national and international organizations will contribute to providing a concise overview of the domestic reality. The international aspects, on the other hand, may be a bit more complex to address, since it is difficult to obtain a specific number of LGBTI asylum-seekers around the world<sup>17</sup>. It will be therefore of great importance the contribution of data and reports provided by International Organizations (IOs) such as UN, Amnesty International, Human Rights Watch, as well as some country-specific organizations, such as Movilh in Chile and Catrachas in Honduras.

## ARGENTINA

---

Consensual same-sex relations are not criminalized in Argentina; same-sex civil union is allowed by the constitution; LGBTI people have the right to adopt children and trans individuals have the right to change their legal gender without requiring judicial permission or a request for surgery. Nevertheless, the country resembles in some aspects the reality of LGBTI populations in Latin America<sup>18</sup>. In 2016, Transgender Europe (TGEU) launched a project entitled Trans Murder Monitoring, which reported the cases of trans people from all the world who were murdered in the period between January 2008 and December 2015<sup>19</sup>. With 41 deaths, Argentina recorded the second highest absolute numbers in the Southern Cone region<sup>20</sup>.

At the international level, the country assumes very progressive positions. As an example of this, the country voted in favor of important measures, like the 2016 resolution of the UNHRC on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity<sup>21</sup>. Another important fact was the pronouncement of the Argentine ambassador Jorge Arguello, on December 18, 2008 at the UN General Assembly<sup>22</sup>. In addition, in 2014, Argentina granted for the first time asylum to an individual fleeing persecution for being LGBTI<sup>23</sup>.

## BANGLADESH

---

Bangladesh criminalizes same-sex relations, under section 377 of the Penal Code:

CHAPTER XVI

OF OFFENCES AFFECTING THE HUMAN BODY [Unnatural offences]

---

17 See page 06.

18 The region accounted for 74% of the 2,016 murders of transgender and gender-diverse people reported worldwide between January 2008 and December 2015. See it more at <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-44528454>

19 Available at <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/03/TvTMMDoV2016MaEN.pdf>>. Accessed on 08, August, 2018.

20 The first one is Brazil, with an alarming number of 802 murders.

21 (A/HRC/32/L.2/Rev.1)

22 See page 08.

23 See it more at <https://www.glaad.org/blog/russian-gay-man-wins-asylum-argentina>

377. Whoever voluntarily has carnal intercourse against the order of nature with any man, woman or animal, shall be punished with [imprisonment]<sup>24</sup> for life, or with imprisonment or either description for a term which may extend to ten years, and shall also be liable to fine. Explanation. Penetration is sufficient to constitute the carnal intercourse necessary to the offence described in this section. (THE PENAL CODE, 1860, ACT NO. XLV)

According to a 2015 report provided by Global Human Rights Defence, Bangladesh's LGBTI population often feels vulnerable to exposing their sexual orientation and/or gender identity. Religion and cultural norms; social and institutional denial of the existence and validity of such diversity; and the criminalization of same-sex relationships are the main factors that increase the vulnerability of these individuals (GHDR, 2015, p. 11). The government took some steps in recent years, such as declaring legal recognition of a third gender category for hijras<sup>25</sup>; nevertheless, policy implementation remains weak and sexual and gender minorities remained under constant pressure and threat (HRW, 2018, p. 71).

At the international level, Bangladesh has not made much progress on the issue of LGBTI rights. In 2008, Bangladesh was one of the countries that did not engage the UNHRC statement on human rights, sexual orientation and gender identity<sup>26</sup>; and in 2011 Bangladesh voted against the first UNHC resolution on sexual orientation and gender identity<sup>27</sup>.

Furthermore, during Bangladesh's first cycle of Universal Periodic Review (UPR) at the UN Human Rights Council (UNHRC)<sup>28</sup> in 2009, the country received numerous recommendations, including the protection of the rights of LGBTI individuals and the adoption of further measures to ensure their protection; the country was also recommended to abolish section 377 of the Penal Code; decriminalize consensual same-sex relations and adopt further measures to promote tolerance. (GHDR, 2015, p.10). However, the government twice rejected recommendations made by UNHCR. (HRW, 2018, p. 71).

## BRAZIL

---

Brazil does not criminalize homosexuality. However, According to a report released by Amnesty International in 2017, Brazil leads the number of murders of various minority groups, including LGBTI individuals<sup>29</sup>. Also, a survey conducted by the NGO Gay Group of Bahia (GGB) reported that in 2017, 445 LGBTI were killed in crimes motivated by homophobia. The number represents one victim every 19 hours. The balance of violent crimes against this population in 2017 is three times higher than what was observed 10 years ago when 142 cases were identified<sup>30</sup>.

In the context of the UN, Brazil was responsible for presenting and supporting important

---

24 The word "imprisonment" was substituted, for the word "transportation" by section 19 of the Penal Code (Amendment) Ordinance, 1985 (Ordinance No. XII of 1985)

25 Hijra is a Hindu religious community.

26 UN Doc A/63/635. Available at <<http://www.un.org/ga/search/viewdoc.asp?symbol=A/63/635>>. Accessed on 05 July, 2018.

27 UN Doc A/HRC/RES/17/19. Available at <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G11/148/76/PDF/G1114876.pdf?OpenElement>>. Accessed on 05 July, 2018.

28 See it more at <https://www.ohchr.org/en/hrbodies/upr/pages/uprmain.aspx>

29 See it more at <https://anistia.org.br/noticias/brasil-lidera-numero-de-assassinatos-de-diversos-grupos-de-pessoas-em-2017-apon-ta-anistia-internacional-em-novo-relatorio/>

30 See it more at <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-apon-ta-recorde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>

resolutions related to the protection of LGBTI Rights. An example of this is the resolution (E/CN.4/2003/L.92) on Promotion and Protection of Human Rights and Sexual Orientation. In addition, Brazil was one of the countries responsible for drafting the resolution (A/HRC/27/L.27/Rev.1) on Human rights, sexual orientation and gender identity, which was adopted by the UN Human Rights Council (UNHCR) on 24 September 2014, with 25 votes in favor, 4 against and 7 abstentions.

## CHILE

---

Since 1999, consensual relations between persons of the same sex are not considered crime in Chile; also, same-sex civil marriage is allowed since 2005. Despite these advances in the granting of LGBTI rights, some human rights organizations in Chile have noted an increase in the number of violence against LGBTI individuals. This led the Movement of Homosexual Integration and Liberation (Movilh) to define 2017 as "the year of rage". According to Movilh, cases and complaints of discrimination against LGBTI individuals increased by 45.7%. Unlike previous years, the high rate of violence does not mean that LGBTIphobia victims are being more encouraged to report abuse; instead, reflects rising levels of violence.

At the international level, it is interesting to mention the Atala Riffo y Niñas case, judged by the Inter-American Court of Human Rights<sup>31</sup>. Also, the government cooperated with the Office of the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR) and other humanitarian organizations in order to provide protection and assistance to internally displaced persons, refugees, returning refugees, asylum seekers, stateless persons, or other persons of concern (USA, 2017, p. 07). The Chilean constitution provides for the concession of asylum or refugee status. In addition, the government has established a specific aid system for refugees, recognizing approximately 2,000 refugees, including 60 Syrians (USA, 2017, p. 07).

## CHINA

---

The 1982 Chinese Constitution (Article 8, section 33)<sup>32</sup> states that the human rights of all individuals should be respected and preserved. However, China still does not have a law protecting individuals from discrimination due to sexual orientation or gender identity. Also, policies and regulations that are established to protect rights of vulnerable groups, do not include or mention LGBTI people, and do not necessarily translate into practical protection against discrimination on the basis of sexual orientation and gender identity (UNDP, 2014, p. 23).

Notwithstanding, China was one of the 6 countries that chose to abstain during the vote on the resolution (A/HRC/32/L.2/Rev.1) on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity. Although the resolution has been adopted by the majority, Chinese abstention can be seen as an act of concern, considering the importance of the resolution's guidelines in order to protect LGBTI minorities.

---

31 Further details of the case are available at <<https://franciscofalconi.wordpress.com/2013/07/01/o-caso-atala-riffo-y-ninas-vs-chile-2012>> Accessed on 06 July, 2018. The decision of the Inter-American Court of Human Rights is available at <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/fichas/atalariffo.pdf>>. Accessed on 06 August, 2018

32 See Constitution of the People's Republic of China. Available at <http://english.people.com.cn/constitution/constitution.html>

## EGYPT

---

According to a 2017 report provided by Human Rights Watch, Egypt often violates the rights of its LGBTI community. This is enforced by a law that prohibits "debauchery," initially promulgated in 1951 for the purpose of criminalizing sex work and then replaced by Law 10/1961 on the Combating of Prostitution, which has been used by the authorities since the 1990s to prosecute homosexual conduct between men, resulting in hundreds of arrests (HRW, 2017, p. 8). Another Human Rights Watch report (2004), states that:

It is almost routine for police to torture men suspected of homosexual conduct, sometimes to force them to confess or sometimes to extract confessions and sometimes simply as a sadistic reminder of the burden of shame their alleged behavior incurs. Men have told Human Rights Watch how they were whipped, beaten, bound and suspended in painful positions, splashed with ice-cold water, and burned with lit cigarettes. Men taken during mass roundups may be tortured with electroshock on the limbs, genitals, or tongue. Guards encourage other prisoners to rape suspected homosexuals. Psychological torment complements the physical trauma. One man, showing the scars of excruciating torture on his limbs, said: "I want to scream. I want to cry. I can't let it out. (HRW, 2004, p. 2).

On September 11, 2017, the United Nations Human Rights Council has voted to condemn the imposition of the death penalty for consensual same-sex relations<sup>33</sup>. Although the resolution was approved by the majority<sup>34</sup>, Egypt was one of the 7 countries that voted against its implement<sup>35</sup>. One of the directives of the resolution condemns the use of the death penalty in cases of consensual same-sex relation:

Condemning the imposition of the death penalty as a sanction for specific forms of conduct, such as apostasy, blasphemy, adultery and consensual same-sex relations, and expressing serious concern that the application of the death penalty for adultery is disproportionately imposed on women. (UN, 2017, p. 3).

In an article of opinion published for CNN in 2017, Frida Ghitis stated that ever since a gay rainbow flag was waved during a concert last month in Cairo, Human Rights Watch reports that LGBTI Egyptians and their supporters have been arrested on charges such as inciting sexual deviancy and disrupting societal cohesion. Finally, another point that should be exposed is that Egypt remains a destination, transit, and source country for refugees and asylum seekers. In 2017, the UN Refugee Agency (UNHCR) said that 211,104 persons from 63 nationalities were registered as refugees and asylum-seekers in Egypt, mostly from Syria, Sudan, Ethiopia, Eritrea, and South Sudan (HRW, 2018, p. 191).

## HONDURAS

---

*"Did you know you could claim asylum?" 'No', I said. 'What's that?'" - Carlos, Honduran gay men, interviewed in 2017 by International Amnesty.*

---

33 A/HRC/36/L6. The resolution is available at <[https://ilga.org/downloads/HRC36\\_resolution\\_question\\_death\\_penalty.pdf](https://ilga.org/downloads/HRC36_resolution_question_death_penalty.pdf)> Accessed on 06 August, 2018.

34 27 states voted in favor, 13 voted against and 7 abstained.

35 The position of each country can be viewed in a table supplied by Ilga. Available at <[https://ilga.org/downloads/HRC36\\_death\\_penalty\\_voting\\_resolution.pdf](https://ilga.org/downloads/HRC36_death_penalty_voting_resolution.pdf)>. Accessed on 06 August, 2018.

According to the Non-Governmental Organization (NGO) Cattrachas Lesbian Network (CATTRACHAS)<sup>36</sup>, from 2009 to 2017 there were 277 violent deaths of LGBTI people in Honduras. Of these 277 violent deaths, only 62 cases were prosecuted. The study points out that there was an increase in homosexual deaths, followed by transsexual people; and an increase in the number of lesbians who were violently murdered in 2017. (CATTRACHAS, 2017, p. 18). Among these cases, there was a number of activists and defenders of LGBTI rights, such as René Martínez Izaguirre, president of the Sampedrana Gay Community, who was disappeared and killed in June 2016. (INTERNATIONAL AMNESTY, 2017, p. 9).

A report conducted by International Amnesty in 2017<sup>37</sup>, points out that according to the UN High Commissioner for Refugees (UNHCR), LGBTI people are one of the "risk profiles" for asylum-seekers from El Salvador and Honduras. For that reason, these individuals may need international protection in accordance with the 1951 Refugee Convention and its 1967 Protocol. (INTERNATIONAL AMNESTY, 2017, p. 07). Amnesty International has reported how the violence based on sexual orientation makes LGBTI people from the Northern Triangle of Central America<sup>38</sup> to leave their countries in order to seek protection in other places, such as Mexico. Because of the Mexican high levels of crime and human rights violations committed against migrants, LGBTI refugees from Triangle of Central America remain vulnerable to violence even after reaching the territory of Mexico (INTERNATIONAL AMNESTY, 2017, p. 20).

## IRAN

---

Before analyzing the situation of the Iranian LGBTI population, it is worth mentioning a sui generis peculiarity of Iranian politics. Iran is a theocratic republic governed on the basis of wilayat al-faqih, which is an Islamic political regime. Above the three Republican powers, Iran has the Supreme Leader of the Revolution of 1979. The Supreme Leader is at the same time the most important political and religious leader in the country. Thus, the relevance of his figure is capable of dictating Iran's policy in both domestic and international levels (FERREIRA; HONORATO, 2016).

Under Shi'a<sup>39</sup> jurisprudence, same-sex relations carries a hadd<sup>40</sup> penalty in its most severe form, including death. Although Iran's Penal Code was revised in 2013, the interpretation of same-sex relations still rests on the Shari'a law and applies the death penalty to the sodomizer<sup>41</sup>, and flogging to the sodomized (JAFARI, 2015, p. 19).

In the debates around the legal protection of sexual minorities in Iran, the issue of the judge's knowledge to determine whether a hadd crime occurred or not should not be underestimated. This is because within the Iranian legal system, judge' knowledge has had a significant role in deciding the imposition of death penalty for cases of hadd crimes (JAFARI, 2015, p. 21).

According to Iranian Railroad for Queer Refugees (IRQR)<sup>42</sup>, the most common place for LGBTI

---

36 The organization monitors violent deaths of LGBTI people on the basis of information appearing in the media

37 The report is a result of a series of interviews conducted between 2016 and 2017 with 20 asylum seekers and refugees from El Salvador, Guatemala and Honduras identifying as LGBTI. Available at <<https://www.amnestyusa.org/wp-content/uploads/2017/11/No-Safe-Place-Briefing-ENG-1.pdf>>. Accessed on 06 July, 2018.

38 The countries of the Northern Triangle of Central America are El Salvador, Guatemala and Honduras.

39 Shi'a is a branch of Islam, which provides the base for current Iranian Penal Code.

40 Hadd refers to punishments under the Islamic law.

41 Religious term used to refer to same-sex relations.

42 IRQR is a registered charity in Canada which provides support and counseling for people who are seeking to move on from

Iranians to flee is Turkey, where they seek UNHCR asylum<sup>43</sup>. Apart from the waiting period, which can take up to 3 years, asylum seekers are subjected to numerous other difficulties when they arrive on Turkish territory. The IRQR's last annual report states that the organization received 69 applications from LGBTI asylum-seekers. Also, the organization points out that 2015 and 2016 stand as the highest number of refugees with 257 and 256 refugee applications (IRQR, 2017, p. 6)

## LEBANON

---

The article 534 of Lebanese penal code states that sexual acts which contradict the laws of nature are punishable by up to a year in prison<sup>44</sup>. Although the Lebanese penal code does not explicitly condemn homosexuality, the interpretation of the statement "any sexual intercourse contrary to the order of nature" makes it possible to associate same-sex relationships as unnatural acts<sup>45</sup>. According to Proud Lebanon, a Lebanese Non-Governmental Organization (NGO), the LGBTI community in Lebanon faces two types of discrimination:

First, social harassment and inability to resort to law enforcement officers or courts to file complaints and ask for protection because it results to a denunciation of their sexual orientation or gender identity, and therefore their criminalization. And second, harassment by public law enforcement officers themselves, their discriminatory treatment towards LGBTs, and violation of basic human rights and basic legal principles related to investigative and criminal procedures (PROUD LEBANON, 2017, p.02)

More than 1 million Syrian refugees are registered with the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) in Lebanon. The government estimates the true number of Syrians in the country to be 1.5 million. (HRW, 2017, p. 339). Many refugees fleeing to Lebanon end up returning to their countries of origin or being relocated by UNHCR. When interviewed by ILGA, Mahady Charafeddin<sup>46</sup> stated that:

The [LGBTI refugees] think that in Lebanon we have more freedom and more of a gay life and that people don't judge them. They think it is okay to be gay in Lebanon but it's not the reality. In order to stay alive, [the LGBT refugees] take any job and sometimes they get exploited for sex work, where the pimp threatens to report them if they don't work for him. Some of them get arrested because they don't have papers (ILGA, 2011).

The main difficulty lies in the fact that the Lebanese government does not recognize refugee status, since Lebanon has not ratified the 1951 Refugee Convention. Although UNHCR usually grants refugee status when requested, the Lebanese government does not officially recognize this status, which means that asylum-seekers remain irregular until UNHCR and Libyan government can reach an agreement<sup>47</sup>.

---

past persecution. See it more at <http://irqr.ca/2016/?paged=163>

43 See it more at <http://irqr.ca/2016/>

44 The Economist, 2014. Laws of nature. Available at <<https://www.economist.com/pomegranate/2014/03/14/laws-of-nature>>. Accessed on 06 August, 2018.

45 See it more at <https://www.hrw.org/news/2018/07/19/lebanon-same-sex-relations-not-illegal>

46 Mahady Charafeddin is a member of gay rights NGO Helem and a protection officer at the NGO Arab Foundation for Freedom and Equality (AFE).

47 See it more at <https://ilga.org/lgbti-refugees-seek-haven-in-lebanon>

## MYANMAR

---

Myanmar criminalizes same-sex relations, under section 377 of the Penal Code:

[Of Unnatural Offences]

377. Whoever voluntarily has carnal intercourse against the order of nature with any man, woman or animal shall be punished with transportation for life, or with imprisonment of either description for a term which may extend to ten years, and shall also be liable to fine (PENAL CODE, 1860, CHAPTER XVI).

Despite this, the country has made some progress in order to provide rights to LGBTI minorities. According to the Swedish International Development Cooperation Agency (Sida), the LGBTI movements in Bangladesh have experienced some improvements regarding the expression of sexuality and gender orientation. An important step was taken in this matter through the first public celebration of the International Day Against Homophobia and Transphobia (IDAHO), on May 17, 2002.

At the international level, although Myanmar has not ratified many of the core human rights treaties, it has ratified the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW) and the Convention on the Rights of the Child (CRC). (KALEIDOSCOPE, 2015, p. 02). Also, the 2014 ASEAN<sup>48</sup> Civil Society Conference (ACSC) was hosted in Yangon, the capital of the Yangon Region of Myanmar. This can be considered an important step forward, since the statement reaffirms fundamental principles of human rights, including those related to vulnerable and marginalized groups, such as LGBTI minorities and refugee individuals<sup>49</sup>.

## NORTH KOREA

---

The history of present-day North Korea was defined by the year 1948, after the defeat of Japan in World War II. Before that event, Japan had enormous influence on the Korean peninsula. North Korea is a nation that broke with the rest of the world when the Union of Soviet Socialist Republics (USSR) still existed. Because of the particularities inherent to North Korea political system, is kind of complex to expose an overview about how the country deals with many issues, including the question of same-sex relations. When one writes about North Korea, it is common to not find enough statics in order to elaborate a concise overview of its particularities. At the same time, one takes the risk of disseminating inaccurate information about the country's reality when faces the scarcity of available data.

In this sense, these are some domestics aspects that can be listed about the country: although there is no specific legal measure to guarantee LGBTI rights or to protect North Korean LGBTIs from discrimination, the constitution of North Korea does not expressly prohibit same-sex relations. At the international level, Human Rights Watch recently published a World Report stating that North Korea refuses to cooperate with either the Office of the UN High Commissioner for Human Rights (OHCHR) Seoul office or the UN special rapporteur on the situation of human rights in North Korea. In 2017 the country engaged with two UN human rights treaty bodies and invited a UN

---

48 Association of Southeast Asian Nations

49 See it more at <https://hronlineph.com/2014/03/29/statement-advancing-asean-peoples-solidarity-toward-sustainable-peace-development-justice-and-democratisation-acscapf/amp/>

thematic special rapporteur to visit for the first time ever. Notwithstanding, the report says that "despite such engagement, North Korea often refuses to acknowledge its own rights violations or accept committee recommendations". (HRW, 2018, p. 400).

## RUSSIA

---

In Russia, same-sex relations between men were decriminalized in 1993. Despite this, according to Human Rights Watch (2014), public increasingly views LGBT people as "abnormal" and "perverse, which makes persist the widespread social stigma around homosexuality (2014, HRW, p. 12). In addition, the celebration of the 2018 World Cup in Russia has made the world look more closely at the country. An example of this was Rainbow Cup, a campaign that drew attention for protesting against LGBTIphobia in Russia<sup>50</sup>.

In a resolution (A/HRC/32/L.2/Rev.1) on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity, adopted in 2 October 2014, Russia was one of the countries that opposed<sup>51</sup>. The "propaganda of nontraditional sexual relations"<sup>52</sup>, outlawed by Russia in 2013, is one of the factors motivating Russian LGBTI to apply for asylum in other countries, including the USA<sup>53</sup>. Notwithstanding, considering the current circumstances, entry of Russian LGBTI in the US can be frustrating for those who have the image of the country as a safe "heaven" for LGBTI refugees<sup>54</sup>.

## SAUDI ARABIA

---

There is no codified Penal Law in Saudi-Arabia since the country is an absolute theocratic monarchy that follows Islamic Sharia law. Although Saudi Arabia does not have a codified criminal code, there is a law enforcement agency, called "Committee for the Propagation of Virtue and the Prevention of Vice, to arrest and detain people who violate the traditional teachings of Wahhabism<sup>55</sup>, including same-sex sexual relations and diverse gender expression. (ILGA, 2016 p. 115).

In addition to the lack of rights, LGBTI individuals in Saudi Arabia are often victims of abuse of authority. According to the 2018 World Report of Human Rights Watch, in February 2017, Saudi police arrested 35 Pakistani citizens, some of whom were transgender women. One of them died in detention. Her family said her body bore signs of torture, while the Saudi authorities said she had died of a heart attack. (HRW, 2018, p. 464).

At the international level, Saudi Arabia constantly rejects resolutions of the UNHCR concerning to protection of LGBTI rights. In a 2016 resolution on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity<sup>56</sup> Saudi Arabia was one of the 17 countries that voted against the measure. Also, Saudi Arabia was one of the 7 countries that voted against the implement of the UNHCR 2017 resolution condemning the imposition of death penalty for

50 See it more at <http://esporte.ig.com.br/futebol/copa-do-mundo-2018/2018-06-14/russia-rainbow-cup-lgbt-copa-do-mundo.html>

51 See it more at <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20220>

52 See it more at <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/11/russia-law-banning-gay-propaganda>

53 See it more at [https://www.huffingtonpost.com/entry/lgbtq-russians-are-fleeing-to-ny\\_a5b17ebeae4b0734a9939b2a3](https://www.huffingtonpost.com/entry/lgbtq-russians-are-fleeing-to-ny_a5b17ebeae4b0734a9939b2a3)

54 See page 22.

55 Wahhabism is a term used to describe the religious doctrine of Muhammad Muhammad ibn Abd al-Wahha.

56 A/HRC/32/L.2/Rev.1

consensual same-sex relations.

## SOUTH AFRICA

---

According to Human Rights Watch (2011, p. 14-15), South Africa has among the highest rates of violence of all kinds in the world. About 2,122,000 cases of serious crime were recorded in 2009-2010; 30 percent of these were crimes of assault involving grievous bodily harm<sup>57</sup>. There were nearly 200,000 cases of common assault, almost 60,000 cases of common robbery, nearly 70,000 cases of sexual assault, and about 1,500 cases of public violence. Considering the statistics, it is possible to affirm that the growing violence against South African LGBTI individuals occurs in a context of an epidemic of gender-based violence in South Africa. (HRW, 2011, p. 16).

Nonetheless, the country has advanced in the promotion of rights for the LGBTI population. An example of this is the Gender Policy Statement<sup>58</sup>, which was intended to "bring a gender perspective into all aspects of planning, policy, legislation development, and the transformation of the justice system". Also, the third guideline of section 9 of the South African constitution ensures that:

The state may not unfairly discriminate directly or indirectly against anyone on one or more grounds, including race, gender, sex, pregnancy, marital status, ethnic or social origin, colour, sexual orientation, age, disability, religion, conscience, belief, culture, language and birth. (SOUTH AFRICA, 1996, p.6)

Besides that, South Africa usually assumes progressive positions in subjects related to LGBTI rights, as was the case of the 1995 United Nations (UN) Women's Conference in Beijing, when South Africa spoke out against discrimination on the basis of sexual orientation. Also, in June 2011, South Africa led the UN Human Rights Council (HRC) to adopt resolution 17/19 which was the first UN resolution about sexual orientation. (JORDAN, 2017, p. 02).

## SYRIA

---

The Syrian penal code of 1949, prohibits "carnal relations against the order of nature", and provides for up to three-years imprisonment: The Article 520 point outs that "Any unnatural sexual intercourse shall be punished with a term of imprisonment of up to three years."<sup>59</sup> However, according to Equal Rights Trust<sup>60</sup> (2008, p. 04), there is no information about the enforcement of this law and there are no known instances of prosecution. Although there is no evidence of explicit persecution, the criminalization of same-sex relations inhibits Syrian LGBTI from publicly expressing their sexual orientation. In this sense, anyone in Syria with a different sexual orientation from the heterosexual's standards is vulnerable to suffer prejudice at the most different levels.

---

57 Department of Police, Crime Statistics: April 2009-March 2010. Available at <<http://www.saps.gov.za/statistics/reports/crimes-tats/2010/crime@tats.htm>> Accessed on August 05, 2018.

58 Gender Policy Statement. Available at <[http://www.justice.gov.za/policy/1999\\_GenderPolicyStatement.pdf](http://www.justice.gov.za/policy/1999_GenderPolicyStatement.pdf)>. Accessed on 07 August, 2018.

59 Penal Code, 1949. See it more at [http://www.gaylawnet.com/ezone/crime/16597\\_minor\\_interpellation.pdf](http://www.gaylawnet.com/ezone/crime/16597_minor_interpellation.pdf)

60 The Equal Rights Trust is an independent international organisation. See it more at <http://www.refworld.org/publisher.ERT,,,50ff-bce567f,,0.html>

(EQUAL RIGHTS TRUS, 2008, p. 04)

In addition, the presence of Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL) in Syrian territory makes the situation of LGBTI individuals even more difficult<sup>61</sup>. In August of 2015, the United Nations Security Council (UNSC) has discussed terrorist attacks commanded by ISIL against LGBTI individuals<sup>62</sup>. The terrorist group has claimed responsibility for killing at least 30 people over their sexual orientation. In November 2015, two Syrian men were also reportedly stoned to death by ISIL after declaring that they were gay<sup>63</sup>.

Since 29 July, 2018, there are approximately 426,905 registered Syrian refugees (in-camp)<sup>64</sup>. Despite this, it is difficult to know how many of these individuals are LGBTI, since UNHCR does not maintain formal statistics regarding this specific group. Moreover, the reality of Syrian LGBTI asylum-seekers is different compared to other LGBTI refugees: in addition to the discrimination based on sexual orientation, they also have to live with the effects of the Civil War, which affects the Syrian population in a general way.

## TURKEY

---

Turkey has no specific law that protects LGBTI individuals, nor does it have any law prohibiting discrimination based on sexual orientation. According to LGBTI Equal Rights Association for Western Balkans and Turkey (ELGA), LGBTI individuals face discrimination on the grounds of sexual orientation and gender identity on their fundamental and basic human rights. Some organizations present in the country state that references in the law relating to the "morals of society" and "unnatural sexual behavior" can be used as basis for police harassment and discrimination in employment. (2017, ELGA).

Turkey receives a large number of refugees: of the 3.4 million in Turkey, most come from Syria, but the country also hosts asylum seekers from Afghanistan, Iraq and other countries. (HRW, 2018 p. 566). The country is where they stay until they can be recognized as refugees by the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). It usually takes more than a year for the application to be approved, which leads the refugee applicants to live in Turkey during the waiting period. Also, there is a migration deal with the European Union (EU), which offers aid in exchange for preventing onward migration to the country-members of EU (HRW, 2018, p. 566).

## UNITED STATES

---

Consensual same-sex relations are constitutionally allowed in the United States (US). Also, on June 26, 2015, the US Supreme Court struck down states' same-sex marriage bans as unconstitutional, effectively bringing marriage equality to all 50 states<sup>65</sup>. Notwithstanding, a report of Accelerating Acceptance, made in 2018 by A Gay & Lesbian Alliance Against Defamation (GLAAD)<sup>66</sup>, has

---

61 According to Al Jazeera, the presence of ISIL is now limited to al-Hajar al-Aswad, south of Damascus, and Albu Kamal. Available at <<https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2015/05/syria-country-divided-150529144229467.html>>. Accessed on 06 July, 2018.

62 See it more at <https://www.aljazeera.com/news/2015/08/security-council-holds-meeting-lgbt-rights-150824201712751.html>

63 Same.

64 Operational Portal of UNHCR. Available at <<https://data2.unhcr.org/en/situations/syria>>. Accessed on 06 July, 2018.

65 Available at <https://www.vox.com/cards/gay-marriage-supreme-court-decision/supreme-court-gay-marriage-history>

66 GLAAD (formerly the Gay & Lesbian Alliance Against Defamation) is a U.S. non-governmental media monitoring organization

sown a drop in acceptance for LGBTI minorities in the US<sup>67</sup>.

This exposed a shocking reality for the country which for a long time has been considered a kind of safe "heaven" for LGBTI refugees<sup>68</sup>. According to GLAAD's report, the increase in intolerance in the US can be seen as a reflection of the tenor in rhetoric and experiences that the country witnessed last year. An example of this were certain policies taken by the US government, such as the president's proposal to formally ban transgender people from serving in the military<sup>69</sup>.

On the other hand, the Bureau of Population, Refugees, and Migration (PRM) of the United States Department of State, affirms that is expanding its engagement to address some of the key challenges LGBTI refugees face. The PRM works in conjunction with International Organizations such as the UN Refugee Agency and some Non-Governmental Organizations in order to provide assistance and protection for LGBTI individuals. Despite this, it is not possible to quantify the number of asylum seekers, because US does not track applicants based on sexual orientation or gender identity.

## UNITED KINGDOM

---

There have been various recent measures which have increased the rights of LGBTI individuals. In 2000, the UK removed the ban on LGBTI individuals serving in the armed forces<sup>70</sup>. Also, The Gender Recognition Act 2004 gave transgender individuals the right to have their gender identity legally recognized<sup>71</sup> and the Marriage Act 2013 legalized same-sex marriage in England and Wales<sup>72</sup>.

UK is signatory of numerous international and European treaties and human rights declarations that include prohibitions of discrimination based on sexual orientation and gender identity, as well as the European Convention on Human Rights, the European Union Charter of Fundamental Human Rights, ICCPR, ICESCR and other agreements based on guarantee essential human rights. Also, UK can grant asylum, according to the 1951 United Nations Convention Relating to the Status of Refugees.

Despite of this, according to a report provided by Stonewall in 2014, LGBTI individuals attempting to seek asylum in the UK can face some complications, as discrimination and harassment in detention centers, specially trans asylum seeker. Another difficulty that can be mentioned is that the detention staff sometimes fail to protect LGBTI asylum from abuse and LGBTI asylum seekers cannot fairly pursue their legal claim while being detained (STONEWALL, 2016, p. 8).

---

founded by LGBT people in the media.

67 The report is available at <http://www.glaad.org/files/aa/Accelerating%20Acceptance%202018.pdf>

68 HIAS (Hebrew Immigrant Aid Society). U.S. safe haven for LGBT refugees. See more at <https://www.hias.org/us-safe-haven-lgbt-refugees>

69 The Guardian. White House announces ban on transgender people serving in military. (Mar, 2018).

Available at <https://www.theguardian.com/us-news/2018/mar/23/donald-trump-transgender-military-ban-white-house-memo>

70 See it more at <http://www.proud2serve.net/the-road-to-equality/124-the-road-to-equality-a-chronology-of-key-dates-for-the-armed-forces>

71 Available at <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2004/7/contents>

72 Available at <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2013/30/contents/enacted/data.htm>

## Final Considerations

---

The previous section attempted to make a brief exposition of the reality experienced by the LGBTI population of the countries covered by the present study guide. Notwithstanding, it should be noted that the data provided do not fully reflect the reality of each country addressed since most of the information exposed here consists basically of a synthesis of reports and statistics that have been collected by International Organizations (IOs) which investigate the living conditions of minorities LGBTI.

Considering the objective of providing the necessary basis for the execution of MUN simulation, only a short and succinct analysis of each country was made. Therefore, the main purpose of the study was not to strictly provide information, but rather to stimulate the critical sense and the reader's interest in seeking information about how specific States and International Organizations include on their agenda some issues that concern both refugees and LGBTI individuals.

## References

---

- CARTER, David. *Stonewall: The Riots That Sparked the Gay Revolution*. New York: St. Martin's Griffin, 2004, p. 02.
- CATTRACHAS. *Informe Sobre Muertes Violentas de la comunidad LGTTBI Cattrachas 2009-2017*. Tegucigalpa, 2017, p. 1-23.
- ELGA. *Anti-Discrimination legislation and LGBTI people seeking asylum in the country*. Available at <http://www.lgbti-era.org/content/turkey>. Accessed on June 14, 2018.
- EQUAL RIGHTS TRUST. *The Equal Rights Trust's country overview on Syria*. London, 2008, p. 04
- FERREIRA; HONORATO. A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ E O WILAYAT AL-FAQIH SOB A ÓTICA DOS LÍDERES DA REVOLUÇÃO ISLÂMICA. In: *RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá Editora, 2016. p. 255-186.
- GHDR. *The Invisible Minority: The situation of the LGBT community in Bangladesh*. Netherlands: Global Human Rights Defence, 2015.
- GHITIS, Frida. CNN. *The shocking US vote not to condemn the death penalty for LGBT people*. Available at <https://edition.cnn.com/2017/10/05/opinions/un-death-penalty-resolution-usa-lgbt-ghitis-opinion/index.html>. Accessed on August 05, 2018.
- GORISCH, Patricia. *O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS LGBT COMO DIREITOS HUMANOS*. Santos: Unisantos, 2011.
- HOOPGOOD, Stephen. *OPEN GLOBAL RIGHTS. Human rights: past their sell-by date. It is activists, not states who will make a difference in future. But western-led rights organizations may have seen their day*. Open Global Rights, June 18, 2013. Available at <https://www.openglobalrights.org/human-rights-past-their-sell-by-date/> Accessed on 28 June, 2018.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Bodies and Evidence: The Motives, and Medicine, of Torture. Shebl and Naguib's Story*. In: *IN A TIME OF TORTURE: The Assault on Justice In Egypt's Crackdown on Homosexual Conduct*. USA, 2004, p. 101-105.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Verbal Abuse, Ridicule, Harassment, and Intimidation*. In: *"We'll Show You You're a Woman": Violence and Discrimination against Black Lesbians and Transgender Men in South Africa*. USA, 2011, p. 28.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2018: Events of 2017*. New York: Seven Stories Press, 2018.
- INTERNATIONAL AMNESTY. *NO SAFE PLACE: Salvadorans, Guatemalans and Hondurans Seeking Asylum in Mexico*

Based on their Sexual Orientation and/or Gender Identity. London: Amnesty International Ltd, 2017, p. 1-32.

IRQR. Annual Report 2017. January 1 st 2017–December 31st 2017, 2017, p. 06.

JAFARI, Mehri. Islamic Jurisprudence-inspired Legal Approaches towards Male Homosexuals in Iran. In: Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Rights in Iran Analysis from Religious, Social, Legal and Cultural Perspectives. INTERNATIONAL GAY AND LESBIAN HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2015, p. 19-26.

JORDAAN, Eduard. South Africa and sexual orientation rights at the United Nations: Batting for both sides. Singapore: Singapore Management University, 2017, p.02.

MOVILH. XVI. Informe Anual de Derechos Humanos de la Diversidad Sexual y de Género en Chile (Hechos 2017). Santiago, 2018.

OAS. DERECHOS HUMANOS, ORIENTACIÓN SEXUAL E IDENTIDAD DE GÉNERO. AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08), 2018.

PROUD LEBANON. LEBANON shadow report; Report submitted to the Committee against Torture in the context of the initial review of Lebanon "The LGBTI community in Lebanon". Proud Lebanon, March 20, 2017.

RAM. Opening Doors: A Global Survey of NGO Attitudes Towards LGBTI Refugees & Asylum Seekers. Organization for Refuge, Asylum, and Migration, June, 2012.

REPUBLIC OF THE UNION OF MYANMAR. The Penal Code, 1860, Chapter XVI. Available at <[http://www.burmalibrary.org/docs6/MYANMAR\\_PENAL\\_CODE-corr.1.pdf](http://www.burmalibrary.org/docs6/MYANMAR_PENAL_CODE-corr.1.pdf)> Accessed on 06 July, 2018.

SCHOLTE, Jan. Global Civil Society: Changing the World? United Kingdom: Univesity of Warwick, CSGR Working Paper No. 31/99, May 1999.

SOUTH AFRICA. Section no.09 (3). The Constitution of the Republic of South Africa. Adopted on 8 May 1996 and amended on 11 October 1996 by the Constitutional Assembly. Available at <<http://www.justice.gov.za/legislation/constitution/SACConstitution-web-eng.pdf>>. Accessed on July 11, 2018.

STONEWALL. Argentina Stonewall Global Workplace Briefings. London, 2011, p. 01.

STONEWALL. NO SAFE REFUGE: Experiences of LGBT asylum seekers in detention. London, 2016, p. 08.

TERTO, Angela; SOUZA, Pedro. From Stonewall to the UN General Assembly: Acknowledging LGBT Rights. Dourados: UFGD, 2015.

THORESON, Ryan. LGBT human rights in the Age of Human Rights. S&F Online, February 02, 2017. Available at <<http://sfonline.barnard.edu/thinking-queer-activism-transnationally/lgbt-human-rights-in-the-age-of-human-rights/>>. Accessed on 18 June, 2019.

UNDP, USAID. Being LGBT in Asia: China Country Report. Bangkok: United Nations Development Programme, 2014.

UNITED NATIONS. Final Act of the United Nations Conference of Plenipotentiaries on the Status of Refugees and Stateless Persons. Convention relating to the Status of Refugees, Geneva, 28 July, 1951.

UNITED NATIONS, A/HRC/32/L.2/Rev.1. Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. Human Rights Council, 28 June 2016, thirty-second session, agenda item 3.

UNITED NATIONS. A/HRC/36/L.6. The question of the death penalty. Human Rights Council, 29 Sept. 2017, thirty-sixth session.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATES. Chile 2017 Humans Rights Report. USA: Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, 2017, p. 07.

# The Situation of Human Rights in the Democratic People's Republic of Korea (North Korea)

---

Cristina Schiavon

## Introduction

---

The human rights situation in the Democratic People's Republic of Korea is considered a difficult to penetrate, controversial issue by many. The East Asian country has been on the United Nations Organization's (UNO) agenda for at least eighteen years because of reports on various types of human rights violations.

The press, international non-governmental organizations, and the UN itself mention cases of torture, homicide of disabled people and coerced work in their investigations and inquiries – especially in detention camps for political prisoners. Incidents of infanticide, forced abortion, extreme starvation, deprivation of the right to freedom of opinion and expression, abduction, persecution on religious, racial and gender grounds as well as reports of forced displacement of people are also reported.

North Korea, as the country is commonly known, claims that allegations of human rights violations are promoted by states that are politically opposed to its leadership, Kim Jong-un, supreme leader since 2011. Since 2004 the country has not allowed entrance to the UN Special Rapporteur on the situation of Human Rights, a fact that conveys the lack of transparency on the part of the North Korean government. As a consequence, current Special Rapporteur Tomás Ojea Quintana has collected information from people who have left the country. According to Quintana (2017, p. 4):

In the present report, the Special Rapporteur outlines the activities he conducted in the past year [2016] with that objective in mind. Although the Democratic People's Republic of Korea continues to reject the country mandate, the mandate holder has been able to work with various actors to collect, document and evaluate information on the situation in the country. The Special Rapporteur has been committed to meeting the highest standards of independence, impartiality and accuracy in assessing the data. Some of the input for the present report has been provided through interviews with people who left the Democratic People's Republic of Korea in late 2016 and in 2017. Although the Government has accused its nationals abroad of giving false testimonies, the information received has been cross-checked with other independent sources, making it difficult to invalidate. The Special Rapporteur would have preferred to receive and analyze those testimonies in the Democratic People's Republic of Korea, including the views of the authorities. However, the Government rejected his requests to carry out a country visit.

In the country, malnutrition rates – especially for children – have caught the attention of UN's Food and Agriculture Organization (FAO) and World Food Programme (WFP) since the beginning of the second millennium. Even with periods of drought and the occurrence of natural disasters, such as the typhoons that have hampered national agricultural production over the years, both organizations have concluded that the country has immense structural and logistical problems for food distribution and expressed concern about the timeliness and volume of distributed amounts.

The existence of detention camps for political prisoners has also been addressed by Amnesty International. Information collected by the NGO in 2016 was disseminated worldwide, including satellite pictures of such detention camps, thus reinforcing the suspicion that the North Korean government continues to invest in them. Likewise, the issue has already been a topic during the UN General Assembly.

Similarly, human rights violations include cases of torture. One of the most recent cases involved the student and US citizen Otto Frederick Warmbier. The boy died at age 22, already in the United States of America, after spending 15 months in a North Korean prison; the reason for his imprisonment is still shrouded in mystery – some sources claim he had allegedly stolen a poster from a hotel in the country's capital Pyongyang, while others claim he made fun of the information contained in the poster in question.

A wide variety of reported cases links North Korea's image to the violation of human rights. These include, for instance, cases related to abortions against the will of women, allegedly disabled newborn children who are killed by their own parents and then sent to medical universities in the country for research, oral legations of sexual exploitation in the country. In the last 20 years, with a greater diffusion of information through online media, these events have been propagated on a larger scale.

One of the consequences of the spread of information regarding human rights violations in the country is the dissemination of reports of prisoners who died as a result of extreme malnutrition and exhaustion – prisoners are allegedly forced to work up to 20 hours a day. According to the UN "prisoners are reportedly given no access to health care and food rations [are] very limited, about 20 grains of corn per day per prisoner, resulting in starvation"(UNITED NATIONS ORGANIZATION BRAZIL, 2013).

In addition, violations of the intrinsic freedoms of human beings occurring in North Korea have crossed the borders of the country, as individuals attempting to secure shelter in China after successfully fleeing the country or North Korean detention camps are generally deported to the state from which they yearned to leave. Such people, on returning to the Democratic People's Republic of Korea, often end up suffering punishments that go against the precepts of the Universal Declaration of Human Rights.

One of the few cases that resulted in a different end, and which gained notoriety exactly for this reason, is that of Shin Dong-hyuk. The boy was born in a detention camp for political prisoners and managed to escape at around 22 years of age, after being tortured for 14 years and having even seen his brother and mother being executed. His life story as a prisoner was published in 2012 in the book "Escape from Camp 14", written by journalist Blaine Harden.

Dong-hyuk's report is one among 80 stories collected by a UN inquiry commission that heard people who spent some time in their lives in detention camps for political prisoners and defectors of the regime. The findings of this investigation were presented in Geneva in 2014, only to reinforce evidence of the critical situation to which individuals are subjected in the country's detention camps.

Moreover, that reinforces the bulk of evidence attesting the disrespect with which the current government treats the inalienable rights of all human beings, thereby attempting to control the population and ensure total obedience from it. According to El País Brazil:

The report's 372 pages are a detailed catalog of a repressive system that systematically uses torture, starvation, murder, kidnapping and disappearances to keep the people in check (EL PAÍS BRAZIL, 2014).

## Historical background

---

The history of the Democratic People's Republic of Korea is fraught with tensions and violence that culminate in human rights violations – one of the country's peculiarities today. From 1910 until 1945 the Korean peninsula was occupied by Japan, which made use of great oppression and brutality against the population that already resided in the territory. By then, the peninsula was still not divided between South and North as it is today.

With the Japanese attack on the Pearl Harbor naval base, in 1941, the United States of America entered World War II; in 1945, after bombing Hiroshima and Nagasaki, Japan surrendered to the Allies and the conflict came to an end. The Japanese population on the Korean peninsula was expelled by the guerrilla led by Kim Il-sung<sup>1</sup>, who would become the founder of the Democratic People's Republic of Korea in 1948 and give rise to the Kim dynasty in power.

Il-sung's single-party political regime, which is still in force, has already shown little participation in the political decisions of the state, which can still be observed today in the country – setting up an act against which the Universal Declaration of the Human Rights establishes in relation to periodic and legitimate elections. Kim Il-sung was considered the "Great Leader" and led the state until 1994 – the year of his death, then leading the way to his son, Kim Jong-il.

Jong-il, who would be the "Dear Leader", attributed to himself the title of "eternal president" – once again violating Article XXI of the Declaration cited above, in the year 1998. It is worth noting that the economic stagnation the country faces since the 1970s, resulting from the international oil crisis and the dissolution of the Soviet Union, has caused new violations of the inalienable rights of all human beings, which are parallel to the existence of the Kim dynasty in North Korea.

Kim Jong-il died in 2011 and, since then, Kim Jong-un rules the country with large doses of totalitarianism. Jong-un is famous for his eccentricity and for challenging the power of other countries, mainly through nuclear tests. That has already led the UN to impose sanctions on the regime. Moreover, it has further restricted the individual freedoms of the North Korean population. Kim Jong-un rules the country so strictly in order to gain greater obedience from those subordinate to him and dissuade any possibility of revolt against his government. As a consequence, his government ultimately violates a number of rights established by the Universal Declaration of Human Rights. The Democratic People's Republic of Korea has been a member of the United Nations since November 17, 1991, and according to press reports issued since 2009 by the third Committee of the General Assembly dealing with social, humanitarian and cultural issues (SoCHum) published since 2009 through the United Nations website, North Korea has been the subject of debates for at least five times. The country is part of the UN agenda for human rights violations since 2000.

## The present situation in the Democratic People's Republic of Korea (North Korea)

---

Violations of the inalienable rights of all human beings in the Democratic People's Republic of Korea are of the most diverse kinds and have gained prominence in the most varied areas of the public opinion – especially news agencies, non-governmental organizations, and organizations dedicated to remedy deficits that amplify transgressions to the principles contained in the

---

<sup>1</sup> Kim Il-sung: "[...] planned the economy, collectivized agriculture and nationalized industries. [...] established in the country the Juche ideology, a kind of sui generis communism combined with generous doses of nationalism, economic isolation and personality cult" (GABRIEL; TADINI, 2017). He is the grandfather of North Korea's current supreme leader Kim Jong-un.

Universal Declaration of Human Rights. Problems related to malnutrition in North Korea are an example of this.

Since the year 2000, cases of malnutrition in the country have been observed by the World Food Program and propagated by international news agencies. The WFP has recently stated that a large proportion of the country's children would not reach adulthood and, in the years to come, even with a 5% increase in food production in 2013 compared to the year 2012, the situation would still be critical. Yet, despite that growth in productivity, 84% of North Korean households would still have food consumption levels classified as borderline or poor, leading to food security being categorized as unsatisfactory. According to the UN:

Although child malnutrition rates have steadily declined over the past 10 years, malnutrition rates during the first thousand days of a child's life remain high and micronutrient deficiencies are of particular concern, warned the Food and Agriculture Organization (FAO) and the World Food Program (WFP) in a joint statement (UNITED NATIONS ORGANIZATION WEBSITE, 2013).

According to the organization, North Korea has a public food distribution system that presents rather large structural and logistical challenges, thus compromising adequate food supply to the population and, consequently, jeopardizing the pattern recommended by the above-mentioned declaration. As a result of the scarcity, informal food exchange and exchange markets have gained popularity, which has allowed families and individuals to have access to food, especially in urban areas.

In 2010, the UN published a report assessing the outdated water and sanitation infrastructure in the country as well as poor medical equipment and lack of medical supplies. It concluded that the country's health system was barely able to meet the basic needs of the population.

Likewise, it reported that the government, then still led by Kim Jong-il, continued to impose on North Koreans comprehensive restrictions related to civil rights, freedom of thought, conscience, religion, opinion and expression. Among the various considerations made throughout the document are the remarks concerning the mandate of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea. The mandate was established in 2004 by the UN Human Rights Commission to investigate allegations of human rights violations and, by 2010, the Special Rapporteur had still not obtained permission from the North Korean government to enter the country.

Since the UN report was published, the number of witnesses to human rights violations in North Korean detention camps has expanded. The international non-governmental organization Amnesty International has monitored the situation in the country since 2011, describing how different forms of torture have occurred, how prisoners are kept in prison and the number of incarcerated people, in addition to information collected with fifteen former prisoners and prison guards.

By looking at the record, it is evident that the forms of punishment and torture used to repress detainees totally infringe the rights and freedoms inherent to mankind. Violations include, among others, executions in front of other prisoners; solitary cells for those considered disturbing, in which it is not possible to stand nor to lie down and the minimum length of stay is one week; water boarding, which involves submerging the individual's head for long periods of time. Besides, detainees are reportedly beaten as their hands and arms are tied back, pieces of bamboo are stuck under their fingernails, they are hung by their fists, and they are not allowed to sleep.

Still in the same document, there are reports of child labor, poor sanitation conditions, and

exposure to extreme hunger. Also, it describes basic details of the organization of six imprisonment camps and the fact that there is a culture of justice and self-criticism rooted in North Korean prison camps. The prisoners themselves would be instructed by the guards to attack those who "failed" among the group of prisoners. It is worth mentioning that one of the former prisoners who gave their testimony to Amnesty International is the North American human rights activist Shin Dong-hyuk.

Dong-hyuk was born in one of the detention camps and according to a report published on *El País* Brazil, he witnessed human rights violations since the beginning of his childhood. He was 13 years old when he betrayed his mother after hearing her whisper an escape plan. He admits that, at the time, he asked a prison guard to reward him with a full ration of rice after the accusation that resulted in his mother's death by hanging. He also had to see his brother be shot dead inside Camp 14. According to *El País*:

Until the age of 22 [Shin Dong-hyuk] barely survived, always overwhelmed by an atrocious famine, a result of the daily ration: 400 grams of corn porridge. He was so hungry that, if the guard on duty authorized him, he would eat live rats (*EL PAÍS BRAZIL*, 2014).

In addition to being included in Amnesty International's report, Shin's testimony was one among 80 testimonies collected by a UN commission that investigated human rights violations in detention camps in the Democratic People's Republic of Korea. Based on interviews with deserters and ex-prisoners of detention camps, the commission's findings were presented in 2014 in Geneva, Switzerland. According to the Australian judge Michael Kirby, who headed the commission of inquiry, transgressions of crimes committed in the country are similar to the crimes committed by the Nazis in World War II (*GALARRAGA*, 2014).

He also stressed that, in light of the findings, the international community could not appeal to the ignorance of such facts in order not to act. The North Korean government denied the information provided by the United Nations as "untrustworthy" and stated that what in fact existed in North Korea were "reforming citizens" workplaces where they verify their ideology and reflect about their immoral deeds.

After the dissemination of the atrocities that occur in the country through the conclusions obtained by the commission of inquiry in 2014, the UN Security Council considered opening a case against the Democratic People's Republic of Korea in the International Criminal Court. However, to issue a process would require the approval of all five permanent members of the council, which eventually did not happen and, therefore, the case was not taken forward – China and Russia opposed it and stated that they would veto any action in that direction.

North Korea allegedly has 16 detention camps, which may contain up to 200,000 people. Six of these camps are destined to imprison individuals for political or ideological reasons, something that goes totally against the precepts of the Universal Declaration of Human Rights. The violations of this declaration, in addition to the examples already reported, still present themselves in other ways, such as through psychological terrorism and fear. Shin Dong-hyuk himself reported that within detention camps a child was chosen twice a week and guards checked if the child had stolen a few grains of cereal to feed himself beyond the small food portions offered to detainees, which is known as ration.

Sexual violence is also a reality in such places, according to the UN Special Rapporteur on Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment, Juan E. Méndez: In 2013, Méndez stated the following: "preys are supposedly subjected to rape or sexual exploitation by prison guards in exchange for less hazardous food or work assignments, and the resulting

pregnancies are resolved through forced abortion or murder". Women who give birth in prison are forced to murder their own babies by drowning them in water-filled containers, being coerced by the guards, who assault them if they do not do what they are forced to.

Amnesty International reported in 2016 that at least two camps were fully operational and that the North Korean government was further investing in them. Such conclusions were the result of satellite observations of the fields in question. Recently, Judge Thomas Buergenthal, like Michael Kirby, has affirmed that the situation in North Korea is possibly worse than that experienced by him as a child in Auschwitz<sup>2</sup>.

The Democratic People's Republic of Korea was also investigated by the International Bar Association (IBA), based on the abovementioned 2014 UN commission of inquiry. The IBA has opened a specific inquiry into the camps of political prisoners against the North Korean state, listening to the testimony of former camp prisoners and prison guards covering the period from 1970 to 2006. According to the inquiry, North Korea has committed 10 out of 11 crimes against humanity listed in the Statute of the International Criminal Court –that is, all except the crime of apartheid.

The report concluded that Kim Jong-un, North Korea's current leader, is ultimately responsible for allowing crimes against humanity that still occur in detention facilities. Similarly, the report pointed out that officials of the Workers Party, position party, and the Department of Homeland Security are also responsible for human rights violations. One of the reports analyzed by the judges of IBA is that of a doctor who, while trying to escape to China, was captured and taken to a North Korean detention camp. There, he was allegedly hung upside down without his clothes, beaten, and tortured with the use of fire and water. In his testimony, he says that he had water with pepper spilled in his nose and mouth.

This fact exposes another situation faced by the North Korean citizens who wish to leave the country: the often-frustrated attempt to escape to neighboring countries such as China or South Korea. The government of Jong-un continues to restrict freedom of movement for domestic and foreign travel. Displacements within the national territory to districts bordering Pyongyang and China face tougher restrictions, probably because of the government's eagerness to prevent escape attempts from the country.

Individuals crossing the national border still risk being forcibly deported back to the Democratic People's Republic of Korea, since crossing the North Korean border without a government authorization is considered a crime. Those who are forced to return to the country after attempting to leave it are likely to end up in detention camps and face severe human rights violations.

Violations of such rights also affect freedom of expression and opinion. The government strictly controls the country's news vehicles, silencing opposing positions to the political regime led by Kim Jong-un. Individuals who are caught listening to non-North Korean radio stations are likely to be sent to detention camps. The state-controlled news agency, the Korean Central News Agency (KCNA), is the only source of print and broadcast media in the country, according to Reporters Without Borders. KCNA illustrates the government's attempt to control the population through the media, through the way people think about and see the world outside the national territory.

The transgressions of human rights in North Korea have also affected citizens of other countries, such as the United States. A case that gained international prominence in 2017 was that of Otto

---

2 Thomas Buergenthal, who lived his youth in a Nazi concentration camp, has worked for the International Court of Justice and is one of the three lawyers who coordinated the International Bar Association's investigation of the North Korea case.

Frederick Warmbier, a US citizen who spent 15 months imprisoned in a detention camp in the Democratic People's Republic of Korea. He allegedly stole a poster from a hotel in the capital Pyongyang or mocked the information contained therein. The information on the cause of the arrest was diffused in the local media, but the UN cites the first motive in official documents as the reason why Warmbier was arrested. The student was eventually released and repatriated to the US, but passed away days after arriving in the country.

According to details given by his parents, Otto had his head shaved, he was deaf, blind and did not respond to medical stimuli; he did not speak, only uttered disjointed sounds, his legs and arms were deformed, and he had an immense scar on one of his feet. The North Korean government says it would have never hurt Otto, and that he contracted botulism, a serious intoxication caused by bacteria. Still according to North Korea, Warmbier received a sleeping pill and from that point on entered coma. Because of this, relations between the two countries were once again weakened.

Recently, a UN report that evaluated the period from September 2016 to August 2017 cited six other cases involving foreign nationals, including three South Koreans. According to the document, on page four - in free translation :

During the reporting period, two American citizens, Kim Sang-duk and Kim Hak-song, were arrested in the Democratic People's Republic of Korea. They were detained on 21 April and 7 May 2017, respectively, and accused of committing "hostile acts". Both men had been teaching at Pyongyang University of Science and Technology. Another American citizen, Kim Dong-chul, sentenced to 10 years' imprisonment in 2016, remained in prison. Two citizens of the Republic of Korea, Kim Kuk-gi and Choi Chun-gil, who had been sentenced to an indefinite period of labour in 2015, and another, Kim Jeong-wook, who had been sentenced to life imprisonment in 2014, also remained in prison (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2017).

The report is one of the latest updates from the UN on the situation in the country, focusing on the right to life, freedom, movement inside and outside the state, the right to food, access to information, and freedom of expression. In addition, it stresses the need for a fair trial for those in need, the problem of international abduction and separation of families, the right to safety, health, food, and the rights of children, people with disabilities, and women. Also, it points out that the country continues to deny access to UN agents and that restrictions to obtain information are another hindrance to human rights fulfillment.

The document reaffirmed that, although the country's Criminal Procedure Code does not allow torture since 2012, it still is a recurring practice in North Korea. There are also consistent reports according to which detention conditions in the country fall short of international standards, as detainees lack access to their family members and prison camps have poor conditions of sanitation and access to water. Besides, according to the document, female prisoners are still inspected and interrogated only by male officers.

Moreover, the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR) obtained detailed information of the following violations:

[...] several victims and witnesses of sexual abuse by guards in pretrial detention facilities, as well as harassment and lack of privacy when using toilets and showers. In ordinary prison camps and labour training camps (rodongdanryondae), witnesses stated that some female detainees engaged in transactional sex with supervisors to get better food rations or to be assigned to less demanding jobs. Women in pretrial detention facilities were reportedly not provided with sanitary pads (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2017).

As the government denies their existence, UN authorities do not have access to detention camps for political prisoners in North Korea. Restrictions that violate the right of movement of citizens and foreigners in and out of the country, as mentioned above, still persist, according to

the August 2017 report.

Limitations to opinion and expression vehicles also persist, despite reports of a large number of people watching foreign films and listening to radio stations from other countries. The report stresses tensions between North and South of the Korean peninsulas regards the lack of authorization to reunite relatives living in both nations and wishing to be reunited. Furthermore, the report points to unintentional abductions in the Democratic People's Republic of Korea as another human rights violation in the country.

Children, pregnant women, and older people continue to be the most affected groups of the population. Also, there are currently 70 million people depending on the public food distribution system. The insufficient quality of health services is more evident in rural areas; diarrhea and pneumonia are still the leading causes of death of children under the age of five, due to lack of access to clean water, sanitation, and hygiene facilities.

Although the culture of discrimination against people with disabilities persists and there is still segregation in the education of blind and deaf individuals, North Koreans now show higher level of acceptance and support to such people. Furthermore, the OHCHR has indicated that awareness of the adoption of laws protecting women in the country is still very limited and that strong patriarchal models persist among North Koreans. The report also brings evidence of cases of human trafficking in the country, mostly affecting women and girls.

At the end of the document, the current framework of cooperation between the UN and the North Korean regime is outlined. The regime continues to refuse access to the Special Rapporteur of the Human Rights Council and does not interact with the office of the OHCHR in Seoul. Besides, the North Korean government contests information collected by the United Nations through interviews with people who have left the country as false testimony. Likewise, the report describes North Korea's lack of collaboration with various international organizations that belong to the United Nations and brings recommendations to improve the situation.

To conclude, in September 2017, Tomás Ojea Quintana, the current Special Rapporteur, issued another report on the situation of the inalienable rights of humanity in the country addressed here. The document reinforces much of what was pointed out by the August report, highlighting developments in specific areas of human rights in North Korea, including endemic corruption that affects the fulfillment of the principles contained in the Universal Declaration of Human Rights.

North Korea continues to be under the observation of the UN regarding existing human rights violations. Apart from it, the nuclear tests it has conducted in recent times have increased concerns of the international community.

## **The United Nations' stance on the situation in the Democratic People's Republic of Korea**

---

As mentioned earlier, the Democratic People's Republic of Korea has been on the UN agenda for more than 15 years due to the brutal human rights violations in the country. As a result, the UN has documented and evaluated human rights transgressions over the years and urged the North Korean government to improve the situation, including by reforming its own entities.

In 2000, the UN and the World Food Program (WFP) invested more than 50 million dollars in

programs that sought to tackle hunger and malnutrition in the country, according to a report published by BBC Brazil (2000). In 2015, the WFP continued to provide aid to the country, assisting more than 733,000 North Koreans through the provision of 3,800 tons of food. According to data for the year, almost one third of the children living in the country have dwarfism as a consequence of chronic malnutrition.

Specific resolutions on the human rights situation in the Democratic People's Republic of Korea were introduced at the UN General Assembly in 2005, and four years later, in 2009, they were again included by a delegate from Sweden during the Third Committee session. The delegate stressed the small advances made by the country, but insisted that human rights violations persisted and the government continued to refuse access to the UN Special Rapporteur. In addition, the Swedish representative stated that the North Korean government persistently failed to contain violations of the principles contained in the Universal Declaration of Human Rights and expressed concerns over specific areas particularly prone to violations.

As transgressions persisted in the country, in 2010 the UN issued a report in accordance with General Assembly resolution 64/175, in which the organization provided an overview of existing concerns at the time over the deteriorating humanitarian situation in North Korea (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2010). The document covers the period from August 2009 to August 2010 and, once again, urges the country to cooperate with UN bodies such as the WFP, the World Health Organization, the United Nations Population Fund, the Food and Agriculture Organization, the United Nations Children's Fund and the United Nations Development Program.

Also included in the document is a quick overview of North Korea's domestic legislation and detailed information on human rights deficits. Finally, the report presents policy recommendations and encourages the country to improve the situation of human rights.

In February 2013, the UN expressed its views on the issue once again. The organization issued a report and presented it at a session of the Human Rights Council, in which the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea, Marzuki Darusman, presents a comprehensive review of the organization's resolutions and declarations concerning human rights violations since 2003/2004. In addition,

[...] to a total of 22 reports by the Secretary-General and the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea since 2004, and 16 resolutions adopted by the General Assembly and its subsidiary organs, [...] seeks to take stock of the documentation in connection to the Universal Periodic Review, the concluding observations of the human rights treaty bodies, and the opinions adopted by the Working Group on Arbitrary Detention and the Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances in cases relating to the Democratic People's Republic of Korea in that time. The review has identified nine underlying patterns of violations that these various documents have focused on (UNITED NATION ORGANIZATION, 2013).

Apart from the accurate analysis of nine violation patterns since 2004, the report offers a descriptive assessment of North Korea's lack of cooperation with the United Nations and the ensuing persistence of human rights violations in the country. The document urges the collection of more detailed information of violations, including victims' testimonies and evidence of the widespread and systematic practice of torture and arbitrary detention, among other violations perpetrated in detention camps. A list of all the declarations and resolutions that deal with the situation in North Korea, which were reviewed to prepare the 2013 report, can be found at the end of this document.

Since 2004, the Commission on Human Rights established the mandate for UN Special Rapporteurs to follow up cases of human rights violations in the Democratic People's Republic of

Korea. By 2017, as previously reported, the rapporteurs were successively prevented from entering the country to collect information and observe the situation of human rights in North Korea.

As laid out in the previous section, in 2014 the UN established a commission of inquiry to ascertain the circumstances of North Korean prison camps, where inmates are submitted to various types of torture. The investigation was based on 80 testimonies.

It is worth remembering that the Security Council itself considered bringing the allegations of alarming human rights violations in North Korea to the International Criminal Court. Although it gained repercussion at the time, the procedure did not advance due to the fact that not all permanent members agreed with that.

North Korea, in turn, continued to be of great concern to the United Nations in 2016. Tomás Ojea Quintana, current Special Rapporteur on the situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea, expressed that after returning from a field trip to Northeast Asia for 10 days to follow the situation of the country as concerned the fulfillment of human rights. Quintana expressed apprehensions about the country's situation and highlighted the need to bring those responsible for violations to justice.

It is interesting to note that at least three resolutions concerning the human rights situation in North Korea – two by the General Assembly and one by the Human Rights Council – were adopted between 2015 and 2016. Furthermore, the resolution adopted on December 19, 2016, published on January 29, 2017, acknowledges that the Democratic People's Republic of Korea accepts 113 of the 268 recommendations suggested by the Universal Periodic Review<sup>3</sup> and analyzes the possibility of implementing 58 other recommendations in the future.

To conclude, in 2017 at least two reports on the situation were published, which, like the previous ones, presented a general overview of the state of affairs in relation to human rights, describing the violations that still occur in the country. Likewise, the report A/72/394 describes field visits by the Special Rapporteur and assesses the situation of people who were separated from their families, of individuals in detention, of the right to food, among other areas.

The document also brings recommendations made by the United Nations to the Democratic People's Republic of Korea, which are numerous and sometimes quite specific to the sector they seek to improve, such as those seen in the document on the 72nd session of the United Nations General Assembly, A / 72/394, cited below:

- (a) Refrain from using any form of punishment or retaliation against people who are forcibly repatriated;
- (b) Investigate and hold accountable prison officials, including in the detention centres near the border with China, who use violence against children, men and women returnees from abroad;
- (c) Initiate discussions concerning access to detention facilities by the International Committee of the Red Cross, relevant entities of the United Nations country team, the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, international human rights mechanisms and relevant civil society organizations;
- (d) Abolish restrictions on access to information and communication, both inside the country and with the outside world; [...] (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2017).

These and other recommendations appear in both documents, A/72/279 and A/72/374. Further

---

<sup>3</sup> Universal Periodic Review (UPR): "[...] is a unique process which involves a review of the human rights records of all UN Member States. The UPR is a State-driven process, under the auspices of the Human Rights Council, which provides the opportunity for each State to declare what actions they have taken to improve the human rights situations in their countries and to fulfil their human rights obligations." (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL WEBSITE, 2018).

recommendations appear in a report issued in September 2017 by the United Nations and by civil society organizations.

## **Questions to ponder**

---

- What else could the United Nations and the Third Committee do to effectively contain human rights violations in the Democratic People's Republic of Korea?
- What steps should North Korea take to ensure that such violations, still present in the country, are extinguished?
- What procedures can be implemented by the country for the continued development of areas that have already shown relative improvements when compared to assessments and records made by the UN and other civil society organizations in the past?
- What actions could UN Member States undertake to assist and improve the current human rights situation in North Korea?

## **Positions of states**

---

### United States of America

The United States of America has expressed in recent years a visible discontent with respect to human rights violations that still persist in the Democratic People's Republic of Korea. In 2014 a US representative at the UN General Assembly pointed out that North Korea should effectively stop disrespecting the inalienable rights of mankind, instead of making empty promises. Today, the USA continues to express concerns over the persisting violations of the inherent rights of human beings, and regrets that the North Korean regime does not respect the rights of its own people. Furthermore, the United States requested more information on the guarantees of assistance measures to political detainees in North Korea on October 26, 2017 during a session of the General Assembly, thus expressing its discontent with North Korea's lack of effective actions related to the protection of human rights.

### People's Republic of China

In 2014, the country was in favor of solving human rights issues through constructive dialogue and opposed the attempt to make such rights a pretext for possible political gains. Such attitude has apparently undergone some changes in the last four years, considering that China has not approved specific resolutions on violations of the inalienable rights of mankind occurring in North Korea, thus not joining other countries that voted in favor of such resolutions.

## Federative Republic of Brazil

---

In recent years, Brazil has recognized at the General Assembly the progress made by North Korea, especially in relation to the country's greater involvement with the UN human rights system, while still acknowledging that the North Korean regime must continue to advance in these issues. In 2014, the Brazilian representative expressed his concerns over the findings brought about by the Special Rapporteur's report, pointing out that he really expects the country to make further progress in the area of inalienable rights of mankind.

## Russian Federation

---

The Russian representative has expressed in various sessions of the UN General Assembly in recent years that his country entirely disagrees with resolutions aimed at specific countries concerning human rights violations. For Russia, such resolutions can aggravate relations between countries and are an ineffective method to solve problems. Russia notes that the Universal Periodic Review is the adequate instrument to assess the situation of human rights within its own national territory and that the methodology should be further explored. In 2017, Russia's representative still expressed that an approach built on cooperation and dialogue may not please all actors in the international system, but constitutes the most effective way of dealing with the issue to this day.

## United Kingdom of Great Britain

---

The United Kingdom openly addressed human rights abuses and violations in North Korea at the UN General Assembly session on 14 November 2017. The British representative expressed that North Korea prioritized "the pursuit of weapons over human rights" and questioned how the country could be held responsible for such an act. Britain also questioned how reliable information about the Democratic People's Republic of Korea could be collected, expressing concerns on that matter.

## Arab Republic of Egypt

---

Throughout 2017, the Democratic People's Republic of Korea conducted a series of successful missile tests, which led the international media to wonder which countries could potentially be affected if North Korea decided to wage war with weapons that were already available. Among the various territories that could be hit, Egypt is one of the possible targets of North Korean missiles.

In the same year, the Arab Republic of Egypt seized in its maritime territory a ship with more than thirty thousand grenade launchers by rockets. According to the Washington Post, Egypt was trading with North Korea and, therefore, disrespecting UN's restrictive sanctions that prevent the North Korean regime from importing and exporting arms to other countries.

## Islamic Republic of Iran

---

The Islamic Republic of Iran, itself an object of UN resolutions on human rights violations – especially the discrimination and disrespect for the rights of women and girls – has rejected specific draft resolutions on the matter—including those against North Korea. Iran insists that "country-specific resolutions undermined cooperation and dialogue"(GENERAL ASSEMBLY OF UN, 2017). The Iranian representative at the UN General Assembly stated that his country responded to the contact of UN special mandate holders and voluntarily submitted to the periodic review of the High Commissioner for Human Rights.

## Kingdom of Saudi Arabia

---

Saudi Arabia, which became a member of the United Nations Human Rights Council in 2016, has been consistently targeted by experts from the organization for violations of the inherent rights of humanity. According to UN experts, the country has persecuted human rights activists based on counter-terrorism legislation. In addition to the restriction of freedom of expression and peaceful assembly, Saudi Arabia allegedly retaliates against individuals who work to protect the rights guaranteed in the Universal Declaration of Human Rights.

## Republic of Honduras

---

The Honduran state has been undergoing a period of instability between government forces and the population since the end of 2017 – as reported on the United Nations website<sup>4</sup>, which has raised concerns and provoked a series of warnings by the United Nations. Since November last year, when the civilian population initiated a series of protests against the suspension of vote count during the elections, the UN has condemned the military and police forces for excessive – and, in some cases, deadly –use of force against those who protested against the government.

According to reports, at least twenty-two civilians have already been killed in confrontation with the police, and at least 1,200 people have been arrested for violating the mandatory curfew imposed since the country declared a state of emergency. The Inter-American Commission on Human Rights and UN experts condemned these acts and requested that the country respects the inherent rights of all human beings.

## Republic of South Africa

---

In the middle of a Listeriosis outbreak, the Republic of South Africa has been commended by the World Health Organization for recognizing that the disease is notifiable. The organization has put its personnel at the country's disposal to assist it in combating food poisoning, which, since December 2017, has killed at least five people and infected another 750.

According to the United Nations website, South Africa has recommended a series of hygiene measures for its population with the aim of containing the proliferation of the disease. That was the largest outbreak of Listeriosis in the world, generating an alert at the international level. The

4 UNITED NATIONS ORGANIZATION. Policiais usaram força letal contra manifestantes em Honduras, diz relatório da ONU. 2018. Available at:<<https://nacoesunidas.org/policiais-usaram-forca-letal-contra-manifestantes-em-honduras-diz-relatorio-da-onu/>> .

causes of the disease are difficult to identify, and the incubation period lasts up to three weeks.

## Republic of the Union of Myanmar

Myanmar is another country that tends to reject the specific resolutions voted by the UN General Assembly concerning human rights violations. The country has been a target of such resolutions due to the current situation affecting the Rohingya ethnic minority, whose fundamental rights have been systematically attacked. Therefore, the Republic of the Union of Myanmar has voted against the specific resolutions aimed at North Korea and insists, like Russia, that the Universal Periodic Review is the least controversial and most reliable way to ensure the fulfillment of human rights on a global scale.

## People's Republic of Bangladesh

Bangladesh has been instrumental in supporting the Rohingya refugees from Myanmar for the past three years. The small gardens that exist in the country have provided food for thousands of them, thus remedying the critical situation faced in recent times. According to the United Nations website, at least 40,000 people need support in areas affected by the Myanmar crisis.

The Republic of Bangladesh has also hosted the headquarters of a project that aims at female refugees and teaches them to sew, so they are able to provide for their own livelihood. Bangladesh's support has been welcomed and encouraged by the UN.

## Democratic People's Republic of Korea

North Korea continues to deny specific resolutions regarding human rights violations occurring on its territory, even though they have been denounced and openly disclosed in the world media in recent years. The North Korean representative at a session of the General Assembly on 14 November 2017 expressed that the resolution in question that day was "a product of the political and military confrontation and plot conspiracy of the United Nations and other hostile forces" (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2017).

He also pointed out that sanctions imposed on the country eliminate the rights of development and survival of the civilian population of the Democratic People's Republic of Korea. At least since 2014 North Korea has reiterated its commitment to the fulfillment and promotion of the rights inherent to humanity and accused the European Union and Japan of confronting it on the subject, accusing both of them of neglecting human rights violations in their own territories.

## State of Libya

Libya was criticized by the United Nations High Commissioner for Human Rights for serious human rights violations – which could even be considered war crimes – carried out during the power struggles that ensued from the fall of Muammar al-Gaddafi

The United Nations High Commissioner for Human Rights accuses Libya of allegedly having a flawed judicial system and harboring terrorist groups within the national territory. Besides, the UN has condemned executions of migrants taking place at detention centers in the country. The body has recommended a series of actions so that Libya stops human rights violations and has urged the international community to assist the country in investigating transgressions.

## Syrian Arab Republic

---

The internal situation of human rights violations in the Syrian Arab Republic continues to be a topic of debate and a target of specific UN resolutions today. In 2017, for example, the UN General Assembly established that members of the International Syria Support Group should generate conditions "for negotiations on a political solution to the conflict and demand that Syrian authorities meet their responsibilities to protect citizens" (UNITED NATIONS ORGANIZATION, 2017).

The country has been opposed to specific draft resolutions regarding human rights violations in recent years. Syrian representatives opposed the draft resolution on non-compliance with the inherent rights of humanity in the Democratic People's Republic of Korea in November 2017, expressing that such a project would interfere in domestic affairs. Syria further stated that it rejects any attempt to violate the sovereignty of a country and requested North Korea to coexist peacefully with other nations in the region.

## Republic of Turkey

---

In 2018, Turkey was accused by the United Nations High Commissioner for Human Rights of violating a series of human rights after a failed coup attempt in July 2016. Since then, a "state of emergency" was introduced in the country and has been extended several times, paving the way to a series of human rights violations.

According to the UN, almost 160,000 people have been detained in Turkey since the coup attempt, 152,000 civil servants have been dismissed, and persecution, arbitrary arrests, and restriction of freedom of expression in the country have persistently happened in the country. Turkey's foreign ministry contested these allegations stating that the information contained in the High Commissioner's report was false, biased, or distorted.

## Argentine Republic

---

The Argentine Republic tends not to openly justify its votes before the UN General Assembly. However, it has briefly expressed itself on the frequent human rights violations in North Korea. At a General Assembly meeting on October 26, 2017, the Argentine representative observed that the protection and defense of the inherent rights of all human beings should be state policy, just after questioning how the international community could follow the recommendations and considerations made by the Special Rapporteur to the Democratic People's Republic of Korea.

# Republic of Chile

---

The Republic of Chile has taken steps in recent years to investigate human rights violations that occurred during the dictatorship of Augusto Pinochet and to prevent further disrespect of such rights. In 2016, then Chilean President Michelle Bachelet proclaimed a law that criminalizes torture and its derivations, so that such practices are completely abolished in the country. The law follows international legislative standards and complies with what UN recommendations.

Likewise, the country is currently investigating a series of cases of human rights violations that occurred in the dictatorial period. Although it took more than 20 years for Chilean authorities to initiate the necessary investigations, which resulted in criticism from human rights organizations, that might be considered as something positive for the country. Chile aims not to leave unpunished those who stole the life and the intrinsic freedoms of political opponents of the Pinochet regime.

## Referências

---

AMNESTY INTERNACIONAL. North Korea: Political Prison Camps, May 3, 2011. Available at: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/28000/asa240012011en.pdf>>. Accessed on: April 10, 2018.

AMNESTY INTERNACIONAL. North Korea Prison Camps very much in order, November 2, 2016. Available at: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/11/north-korea-prison-camps-very-much-in-working-order/>>. Accessed on: April 10, 2018.

BBC. ONU diz que fome ameaça a Coreia do Norte, November 30, 2000. Available at: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2000/001130\\_coreia.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2000/001130_coreia.shtml)>. Accessed on: April 15, 2018.

BBC. 'Cego, surdo e de dentes quebrados': pais de estudante americano acusam Coreia do Norte de torturar sistematicamente seu filho, September 27, 2017. Available at: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41415402>>. Accessed on: 15 apr. 2018.

BBC. China e Coreia do Norte confirmam visita de Kim Jong-un a Pequim, March 27, 2018. Available at: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-43564774>>. Accessed on: April 10, 2018.

COLOMBO, Sylvia. 'Falta muito para medir tortura no Chile', Folha de São Paulo, March 22, 2018. Available at: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/falta-muito-para-medir-tortura-no-chile.shtml>>. Accessed on: April 10, 2018.

DARUSMAN, Marzuki. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea, Marzuki Darusman. Human Rights Council, February 1, 2013. Available at: <[http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session22/AHRC.22.57\\_English.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session22/AHRC.22.57_English.pdf)>. Accessed on: May 17, 2018.

FIFIELD, Ana. Prisões norte-coreanas são terríveis como nazistas, diz sobrevivente de Auschwitz, Folha de São Paulo, December 13, 2017. Available at: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1942900-prisoos-norte-coreanas-sao-terriveis-como-nazistas-diz-sobrevivente-de-auschwitz.shtml>>. Accessed on: June 2, 2018.

GORTÁZAR, Naiara Galarrage. ONU: "Coreia do Norte usa a fome para controlar a população", El País, February 17, 2014. Available at: <[https://brasilpais.com/brasil/2014/02/17/internacional/1392643953\\_407244.html](https://brasilpais.com/brasil/2014/02/17/internacional/1392643953_407244.html)>. Accessed on: May 22, 2018.

GORTÁZAR, Naiara Galarrage. Um desertor norte-coreano: 'Delatei minha mãe por uma ração de arroz', El País, February 17, 2014. Available at: <[https://brasilpais.com/brasil/2014/02/18/internacional/1392732706\\_750079.html](https://brasilpais.com/brasil/2014/02/18/internacional/1392732706_750079.html)>. Accessed on: May 22, 2018. ISTO É. ONU denuncia violações dos direitos humanos na Turquia, March 20, 2018. Available at: <<https://istoe.com.br/onu-denuncia-violacoes-dos-direitos-humanos-na-turquia/>>. Accessed on: 3 may. 2018.

JIMÉNEZ, Vicente. Conselho de Segurança debate levar norte-coreanos à Corte de Haia. *El País*, December 23, 2014. Available at: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/23/internacional/1419289967\\_505218.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/23/internacional/1419289967_505218.html)>. Accessed on: April 10, 2018.

O GLOBO. Coreia do Norte admite existência de campos de concentração para 'reformatar' cidadãos, October 8, 2014. Available at: <<https://oglobo.globo.com/mundo/coreia-do-norte-admite-existencia-de-campos-de-concentracao-para-reformatar-cidadaos-14179373>> Accessed on: April 10, 2018.

OHCHR. Universal Periodic Review. 2018. Available at: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx>>. Accessed on: May 17, 2018.

ONU. Especialista da ONU pede 'ação conjunta' para proteger direitos humanos na Coreia do Norte. November 1, 2016. Available at: <<https://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-pede-acao-conjunta-para-protoger-direitos-humanos-na-coreia-do-norte/>>. Accessed on: May 17, 2018.

ONU. ONU: Apesar de crescimento das colheitas, desnutrição crônica persiste na Coreia do Norte. December 2, 2013. Available at: <<https://nacoesunidas.org/onu-apesar-de-crescimento-das-colheitas-desnutricao-chronica-persiste-na-coreia-do-norte/>>. Accessed on: May 22, 2018.

ONU. Relator da ONU pede solução para situação humanitária na Coreia do Norte. November 29, 2016. Available at: <<https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-pede-solucao-para-situacao-humanitaria-na-coreia-do-norte/>>. Accessed on: May 22, 2018.

ONU. Saying Torture Can 'Never Be Justified,' Third Committee Approves Text Condemning Any Attempt to Legalize, Authorize, Including on National Security Grounds. November 10, 2009. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2009/gashc3965.doc.htm>>. Accessed on: June 2, 2018.

ONU. Past Trends towards Increasing 'Criminalization' of Irregular Migration Continue; Migrants Face Racism, Abuse, Appalling Housing Conditions, Third Committee Told. October 22, 2010. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2010/gashc3986.doc.htm>>. Accessed on: April 18, 2018.

ONU. Intensely Debating Targeted Country Reviews, Third Committee Approves Draft Texts on Iran, Syria, Democratic People's Republic of Korea. November 18, 2014. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2014/gashc4122.doc.htm>>. Accessed on: April 18, 2018.

ONU. Situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea. August 3, 2017. Available at: <<http://undocs.org/A/72/279>>. Accessed on: May 17, 2018.

ONU. Situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea. September 18, 2017. Available at: <<http://undocs.org/A/72/394>>. Accessed on: May 22, 2018.

ONU. Coreia do Norte mantém 150 mil prisioneiros em 6 campos de detenção, alertam especialistas da ONU. February 28, 2013. Available at: <<https://nacoesunidas.org/coreia-do-norte-mantem-150-mil-prisioneiros-em-6-campos-de-detencao-alertam-especialistas-da-onu/>>. Accessed on: June 2, 2018.

ONU. Third Committee Approves Five Drafts on Situations in Syria, Iran, Democratic People's Republic of Korea, amid Debate over Merits of Country-Specific Texts. November 14, 2017. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2017/gashc4220.doc.htm>>. Accessed on: April 18, 2018.

ONU. Sanctions, Harsh Rhetoric Eroding Human Rights in Democratic People's Republic of Korea, Expert Tells Third Committee, as Mandate-Holders Present Findings. October 26, 2017. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2017/gashc4212.doc.htm>>. Accessed on: April 14, 2018.

ONU. Intensely Debating Targeted Country Reviews, Third Committee Approves Draft Texts on Iran, Syria, Democratic People's Republic of Korea. November 18, 2014. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2014/gashc4122.doc.htm>>. Accessed on: May 22, 2018.

ONU. Conselho de Segurança da ONU impõe novas sanções à Coreia do Norte. December 26, 2017. Available

at:<<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-impoe-novas-sancoes-a-coreia-do-norte/>>. Accessed on: May 17, 2018.

ONU. Especialistas da ONU denunciam perseguição da Arábia Saudita a ativistas. January 2, 2018. Available at:<<https://nacoesunidas.org/especialistas-da-onu-denunciam-perseguiacao-da-arabia-saudita-a-ativistas/>>. Accessed on: April 18, 2018.

ONU. Líbia: ONU relata 'violações generalizadas' dos direitos humanos e 'total impunidade'. January 2, 2018. Available at:<<https://nacoesunidas.org/libia-onu-relata-violacoes-generalizadas-dos-direitos-humanos-e-total-impunidade/>>. Accessed on: April 14, 2018.

ONU. Em meio a denúncias de violações dos direitos humanos, Líbia inicia transição democrática. April 6, 2016. Available at:<<https://nacoesunidas.org/em-meio-a-denuncias-de-violacoes-dos-direitos-humanos-libia-inicia-transicao-democratica/>>. Accessed on: May 22, 2018.

ONU. Mulheres refugiadas de Mianmar tecem novas vidas em Bangladesh. April 2, 2018. Available at:<<https://nacoesunidas.org/mulheres-refugiadas-de-mianmar-tecem-novas-vidas-em-bangladesh/>>. Accessed on: April 18, 2018.

ONU. Pequenas hortas em Bangladesh ajudam na nutrição de milhares de rohingyas. April 10, 2018. Available at:<<https://nacoesunidas.org/pequenas-hortas-em-bangladesh-ajudam-na-nutricao-de-milhares-de-rohingyas/>>. Accessed on: April 16, 2018.

ONU. Relatores da ONU condenam repressão do governo hondurenho contra manifestantes e mídia. December 27, 2017. Available at:<<https://nacoesunidas.org/relatores-da-onu-condenam-repressao-do-governo-hondurenho-contr-manifestantes-e-midia/>>. Accessed on: April 17, 2018.

ONU. Policiais usaram força letal contra manifestantes em Honduras, diz relatório da ONU. March 13, 2018. Available at:<<https://nacoesunidas.org/policiais-usaram-forca-letal-contr-manifestantes-em-honduras-diz-relatorio-da-onu/>>. Accessed on: May 13, 2018.

ONU. África do Sul enfrenta 'maior surto de listeriose do mundo'; OMS oferece apoio. January 18, 2018. Available at:<<https://nacoesunidas.org/africa-do-sul-enfrenta-maior-surto-de-listeriose-do-mundo-oms-oferece-apoio/>>. Accessed on: May 22, 2018.

ONU. Programa Mundial de Alimentos presta assistência a mais de 733 mil pessoas na Coreia do Norte. December 23, 2015. Available at:<<https://nacoesunidas.org/programa-mundial-de-alimentos-presta-assistencia-a-mais-de-733-mil-pessoas-na-coreia-do-norte/>>. Accessed on: May 13, 2018.

ONU. Situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea. September 24, 2010. Available at:<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/549/80/PDF/N1054980.pdf>> Accessed on: April 14, 2018.

ONU. Coreia do Norte: Violações sistemáticas de direitos humanos continuam, alerta especialista da ONU. October 31, 2015. Available at:<<https://nacoesunidas.org/coreia-do-norte-violacoes-sistematicas-de-direitos-humanos-continuam-alerta-especialista-da-onu/>>. Accessed on: May 13, 2018.

ONU. Relator da ONU pede solução para situação humanitária na Coreia do Norte. November 29, 2016. Available at:<<https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-pede-solucao-para-situacao-humanitaria-na-coreia-do-norte/>>. Accessed on: May 16, 2018.

ONU. Conselho de Segurança da ONU impõe novas sanções à Coreia do Norte. December 26, 2017. Available at:<<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-impoe-novas-sancoes-a-coreia-do-norte/>>. Accessed on: May 13, 2018.

ONU. Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2016. January 26, 2017. Available at:<<https://undocs.org/A/RES/71/202>>. Accessed on: May 13, 2018.

PARK, Ju-min; KIM, Michelle. Horrores de campos de concentração norte-coreanos expostos, Exame, August 20, 2013. Available

at:<<https://exameabril.com.br/mundo/coreanos-sao-expostos-em-comissao-da-onu/>>. Accessed on: May 24, 2018.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. North Korea. January, 2018. Available at:<<https://rsf.org/en/north-korea>>. Accessed on: April 14, 2018.

SPUTNIK. Alasca, Egito e Alemanha: conheça zonas que podem ser atingidas por mísseis norte-coreanos, October 18, 2017. Available at:<<https://br.sputniknews.com/mundo/201710189613709-areas-que-podem-ser-atingidas-por-misseis-da-coreia-do-norte/>> Accessed on: April 17, 2018.

SPUTNIK. Coreia do Norte: deficientes mortos ao nascer e atrocidades contra os direitos humanos, July 23, 2017. Available at:<[https://br.sputniknews.com/asia\\_oceania/201707238937253-coreia-do-norte-deficientes-mortos-ao-nascer-direitos-humanos/](https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201707238937253-coreia-do-norte-deficientes-mortos-ao-nascer-direitos-humanos/)>. Accessed on: April 17, 2018.

SPUTNIK. Egito apreendeu carregamento de armas em embarcação norte-coreana disfarçada, diz jornal, October 2, 2017. Available at:<[https://br.sputniknews.com/oriente\\_medio\\_africa/201710029486221-coreia-norte-embarcacao-egito-intercetada-armamento/](https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201710029486221-coreia-norte-embarcacao-egito-intercetada-armamento/)>. Accessed on: April 17, 2018.

# The violation of human rights in the Republic of the Union of Myanmar

---

Ariane Casanova Dorneles

Cristina Schiavon

## Introduction

---

Human rights violations in the State of Myanmar have taken on alarming proportions in the last decade – even though abuses of rights inherent to all human beings have long coexisted with the country's contemporary history. Because of these transgressions, the Republic of the Union of Myanmar has been a recurring target in the discussions of the Third Committee of the General Assembly of the United Nations, SoCHum.

The country has been dealing with accusations that journalists are not allowed to exercise their right to freedom of expression and movement on national territory. The case of Myanmar had already been a topic of debate in the assembly for violating the right to freedom of movement of political opponents, the most famous being that of the 1991 Nobel Peace Prize laureate and current Councilor of the State of Myanmar – Aung San Suu Kyi. According to the non-governmental organization Reporters Without Borders, Myanmar occupied the 137<sup>th</sup> position among 180 countries assessed by the World Press Freedom Index<sup>1</sup> in 2017.

In addition, according to Yanghee Lee and David Kaye (OHCHR, 2017), respectively UN Special Rapporteurs on the situation of human rights in Myanmar on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression, the imprisonment of two Reuters journalists on December 12, 2017 signaled a desire to limit access to information on the humanitarian crisis facing the Rohingya people, especially in the state of Rakhine. The journalists in question, Wa Lone and Kyaw Soe Oo, were arrested in Yangon as they reported on the role of the military in attacking Rohingya people.

The Muslim majority ethnicity – in a country where Buddhism is prevalent, has had its citizenship effectively denied since 1982 when the country's nationality law was introduced. However, the population itself has suffered persecution since 1962, when a coup d'état changed the course of the country's government. For most of the population in Myanmar, the Rohingya ethnic minority is Bengali, that is, it belongs to Bangladesh and not to Republic of the Union of Myanmar, even though the Rohingyas claim that their community has been rooted in the country for centuries.

Rohingyas cannot travel or marry without government authorization and usually do not have access to the labor market or basic public services such as school and hospital access; also, they are exposed to forced labor, extortion and expropriation of land. If Rohingya individuals leave the country and eventually wish to return, they will be treated as immigrants.

The situation has worsened since August 2017, when a military operation led by the Myanmar

---

<sup>1</sup> World Press Freedom Index: ranking compiled by Reporters Without Borders assessing the level of press freedom found in each of the states reviewed. The ranking is based on replies given by journalists to 87 questions in an online questionnaire, translated into 20 different languages. The questions address their opinion about pluralism, media independence, the quality of the legislative framework and the safety of journalists.

armed forces against insurgents of the Rohingya Salvation Army of Arakan (ARSA)<sup>2</sup> began forcing thousands of people to leave their homes and migrate to other places in search of safety and better living conditions than those left behind.

The conditions faced by the persecuted population are diverse. In addition to grouping themselves in refugee camps where food, health and safety conditions are precarious, refugees have injuries from firearms, burns and malnutrition. Many walk up to six days to reach these settlements and are greatly vulnerable to diseases, which make it even more difficult for them to absorb nutrients, especially children.

The Rohingya population is treated so brutally that in September 2017 it was ranked by the United Nations High Commissioner for Human Rights Zeid Ra'ad Al Hussein, as a classic case of ethnic cleansing. As stated by the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) at the thirty-sixth session of the Human Rights Council, more than 270.000 Rohingyas fled to Bangladesh from the end of August until 11 September 2017 the day on which the session occurred.

Mr. Hussein reported that Myanmar authorities were setting up land mines on the border of Bangladesh and that if refugees had an interest in returning to the Republic of Myanmar, they could only do so if they proved their nationality. In the words of Mr. Zeid Ra'ad Al Hussein:

I am further appalled by reports that the Myanmar authorities have now begun to lay landmines along the border with Bangladesh, and to learn of official statements that refugees who have fled the violence will only be allowed back if they can provide "proof of nationality". Given that successive Myanmar governments have since 1962 progressively stripped the Rohingya population of their political and civil rights, including citizenship rights [...] - this measure resembles a cynical ploy to forcibly transfer large numbers of people without possibility of return. (HUSSEIN, 2017)

The situation of the Rohingyas is already one of the worst humanitarian crises in the world and involves the work of various entities to try to support those in need. Among these entities is the international non-governmental organization Doctors Without Borders and the humanitarian organization World Food Program, linked to the UN. As the people in question are not legally considered citizens of Myanmar, they become one of the largest, if not the largest, contingent of stateless population in the world.

## Historical background

---

Violations taking place in the Republic of the Union of Myanmar must be assessed against the background of the Universal Declaration of Human Rights. Issued through the Resolution 217 A (III) on December 10, 1948 at the United Nations General Assembly in Paris, the Universal Declaration of Human Rights celebrates its 70<sup>th</sup> anniversary in 2018 as the most translated document in the world – copies of the declaration exist in more than 500 languages.

According to the United Nations, human rights can be defined as follows:

[...] rights inherent to all human beings, regardless of race, sex, nationality, ethnicity, language, religion, or any other status. Human rights include the right to life and liberty, freedom from slavery and torture, freedom of opinion and expression, the right to work and education, and many more. Everyone is entitled to these rights, without discrimination. (United Nations High Commissioner for Human Rights, 1948).

<sup>2</sup> It is worth emphasizing that the document seeks to encourage respect for every human  
ARSA was established in October 2016 on behalf of more than 1.1 million Rohingyas living in Rakhine state and labeled as a terrorist group by the Myanmar authorities on 25 August this year. Available at: <<https://br.sputniknews.com/asia/ceania/201709209397205-facebook-censura-ataques-myanmar>> Accessed on: 08 Mar. 2018.)

being, regardless of their sexual orientation, religion, ethnicity or nationality. As regards Myanmar, the country has been a member-state of the United Nations since 19 April 1948, at a time when it did not have that name yet.

According to Xavier and Librelotto (2007), the country has always been very active within the organization, taking part in several UN agencies, such as the Food and Agriculture Organization (FAO), the International Labor Organization (ILO) and United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (UNESCO). Myanmar also participated in other programs promoted by the institution and was part of the International Monetary Fund (IMF), the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), among others.

The Republic of the Union of Myanmar, once a British colony together with India, conquered its independence on January 4, 1948, still under the name of Union of Burma, which lasted until the end of 1973. From January 4, 1974, until 23 September, 1988, the state was renamed to Socialist Republic of the Union of Burma, then renamed again to its old name at the end of that year. On June 18, 1989 the ruling military regime of that time changed the country's name once again to Union of Myanmar. Only in 2009, with the country's new constitution, officially implemented on October 21, 2010, it became the Republic of the Union of Myanmar, though many still know it as Burma and, consequently, its citizens as Burmese.

Myanmar's history has witnessed long periods of low popular participation and human rights abuses, even gaining notoriety for this. One case that has had worldwide repercussions is the current State Councilor Aung San Suu Kyi, daughter of General Aung San, the leader of the country's independence. Suu Kyi won the Nobel Peace Prize in 1991 because of her struggle for human rights in Myanmar as well as for her call for a more democratic government for the country. Born in Yangon and educated at the University of Oxford, England, she became politically active in 1988 when the government violently suppressed a massive uprising and killed thousands of civilians.

The creator of the "National League for Democracy" Party (NLD) spent most of her life from 1989 onwards on house arrest, being released for the last time six days after the 2010 election. Her arrests caused great international commotion, with political figures and even musicians demanding her freedom. In an article on Suu Kyi, the British news agency BBC, recalled part of her life in jail:

Ms. Suu Kyi remained under house arrest in Rangoon for six years, until she was released in July 1995. She was again put under house arrest in September 2000, when she tried to travel to the city of Mandalay in defiance of travel restrictions. She was released unconditionally in May 2002, but just over a year later she was put in prison following a clash between her supporters and a government-backed mob. (BBC NEWS, 2016).

As early as April 2012, the Nobel laureate and her party got 43 out of 45 contested seats those were unoccupied, as politicians who filled them had previously been in office. Weeks after winning the majority of the political contest, Ms. Suu Kyi swore to parliament and became the leader of the opposition to the government. On November 13, 2015, the NLD gets two-thirds of the contested seats in parliament, thus governing to the present day.

Ms Suu Kyi is nowadays under pressure by the international community for allegedly ignoring abuses against the Rohingya ethnic minority. By September 2017 more than 164.000 people had signed a petition demanding that the Nobel Prize Committee withdraws the 1991 prize awarded to Kyi. The Nobel Committee argues that this would be impossible, though. However, the United States Holocaust Museum withdrew the Elie Wiesel Prize awarded in 2012 to the daughter of General Aung San due to her alleged omission in the face of the humanitarian crisis involving

the Rohingyas.

The degrading situation of the Rohingya population has as one of its causes the non-recognition of their citizenship in Myanmar, due to the law of nationality sanctioned in 1982. This means that only those ethnic groups that can confirm their presence in the national territory before 1823, the date of the first war that led to the colonization of the South Asian country, may have their nationality recognized.

Still concerning the violations of inherent rights of human beings in the country, Xavier and Librelotto(2007) also states that:

In the face of such disrespect to human rights, Myanmar is a subject on the agenda of the United Nations Commission on Human Rights. This entity acts there through monitoring by a special envoy. From 1992 to 1996, Japanese Yozo Yokota was responsible; between 1996 and 2000, of Mauritanian RajsoomerLallah and from that period onward, of the Brazilian Paulo Sérgio Pinheiro. According to a 2006 report by the Commission on Human Rights, the people go beyond a very restrictive period of socioeconomic conditions, rapid growth of those infected by HIV / AIDS, limited employment and education opportunities. Also noteworthy are the difficult talks, as the Burmese government vetoed Pinheiro's visits since November 2003. (XAVIER; LIBRELOTTO, 2007, p. 11)

The situation in Myanmar as regards the disqualification of UN envoys does not seem to have changed much from 2003 to the present. In December 2017 the country denied once again the entry of the UN Special Rapporteur on human rights, Yanghee Lee, who had already visited Myanmar six times since taking office in 2014. The problems in the country have constantly been part of the agenda at the UN General Assembly, some of the issues have been discussed by SoCHum, at least eight times since the press reports began to be released online in 2009.

## **The present situation in the Republic of the Union of Myanmar**

Myanmar was one of the pioneer member states to adopt the Universal Declaration of Human Rights (UNIRC, 2009). However, its performance in relation to human rights is below the expectations of a country with such record.

According to the BBC's timeline, in 2010 the government went through a transition from a military rule to a civilian regime, however, this transition took place due to fraudulent, internationally condemned elections (BBC, 2015). The following year, the new government released thousands of prisoners under amnesty, 30 of whom were political prisoners. There are more than 2,000 of them in the country. In addition, President Thein Sein suspended the construction of the China-funded Myitsone hydroelectric dam, allowed the National League for Democracy to re-register as a political party, and signed a ceasefire with rebel groups, among other measures that demonstrate certain advances in the social field.

However, the situation has not improved for a very specific group of the population: the Rohingyas. Representing 5% of Myanmar's population, the origins of the Rohingyas still generate controversy. The group claims to be descendant of indigenous residents of Rakhine State in the west of the country, and yet there are those who define the Rohingyas as Muslims of Bengali origin who migrated to the country during the British occupation. Whatever their origin is, these people are forbidden to marry, to own property and to travel without state authorization. In 2012, this group suffered two attacks orchestrated by Buddhist extremist groups that left 140 dead and 100,000 homeless. In those events, the authorities and the police were accused of not acting to defend them.

Still in 2012, the National League for Democracy won 43 of the 45 seats in parliament in a fair and clean election. The United States responded by reducing sanctions against Myanmar and the European Union accompanied it.

According to a report compiled by the Justice Trust and Burmese lawyers based on eyewitnesses, photos and forensic analysis, on November 29, 2012, Burmese police fired a series of white phosphorous grenades against demonstrators who were forced to give up their land in surrounding a copper mine. At first, President Thein Sein established a Commission of Inquiry, but two days later, without any explanation, the mandate was changed to exclude the observation of the causes and the reason why the people had been injured.

The wave of violence continued in June 2013, according to a UN statement, three Rohingya women were shot dead by the police during a peaceful demonstration in Rakhine. In that episode, police officers fired indiscriminately at a crowd demonstrating against the location of the new shelters after the destruction of their homes in the 2012 attacks. In addition to the killings, five people were injured.

One of the various rights the government denies to the Rohingya is that of nationality, which is the juridical-political bond that unites an individual to a particular state. According to the Myanmar Citizenship Act of 1982, the Rohingya are not considered one of the eight national ethnic groups. The right to nationality is considered as one of the fundamental rights for the human person and is set forth in the Universal Declaration of Human Rights. In 2014, the UNHCR created the "I belong" campaign, which aims to eradicate statelessness (the term used to characterize individuals who are not considered citizens by any state) for the next ten years (ACNUR, 2014). Although the campaign has recorded significant reductions in the number of stateless people, Myanmar is not among the countries that have shown improvement.

In a report released in June 2016 the UN High Commissioner for Human Rights reiterated the importance that the government concrete steps to combat violence against ethnic and religious minorities in the country. Zeid Al Hussein, then High Commissioner for Human Rights, cites systematic discrimination, arbitrary deprivation of nationality, denial of rights to health and education, forced labor, sexual violence and freedom of movement as examples of violations human rights in the region. For Hussein such violations can be possibly regarded as crimes against humanity.

In February 2017, UN Office of Human Rights released a flash report detailing the crimes committed by Myanmar's security forces against the Rohingya. Among the violations cited in the document are: rape, murder of children, beatings, and disappearances, among other serious violations. (OHCHR, 2017)

On several occasions the Myanmar government has made it difficult for international observers to have access to what happens in the country. One of the cases that gained notoriety was the arrest of two Reuters journalists while working on reports on the role of the military in attacking the Rohingya Muslim population in Rakhine, who face up to 14 years in prison if convicted. According to the UN, the country's authorities were justified in claiming that the journalists had illegally obtained the information with the intention of sharing it internationally, violating the country's Official Secrets Act. Nevertheless the rapporteurs, assert that the use of legislation to criminalize journalism can undermine freedom of expression in Myanmar.

The UN regularly visits its member states to verify the situation of the people on a specific topic or the application of economic reform suggestions, among others. At the end of 2017, UN

Special Rapporteur Yanghee Lee was denied entry into Myanmar. The purpose of the visit was to ascertain the state of human rights in the country. Yanghee Lee was supposed to make two visits a year to Myanmar and then report to the Human Rights Council and the General Assembly on the human rights situation in the various regions of the country. Since 2014, when she took up the special rapporteurship, she visited the country six times albeit with limited access to some areas, allegedly because the authorities were concerned about the representative's safety. This underscores the fact that, despite the continuing denial that human rights violations do take place in their territory, there is still lack of cooperation suggests by the Myanmar government.

According to the United Nations, the Rohingya refugee crisis is the fastest growing in the world, since August last year, more than 670,000 people have left Rakhine state in Myanmar and sought refuge in Bangladesh (ONU, 2017). Nowadays the town of Cox's Bazar has the largest refugee camp in the world. In addition to Bangladesh, Indonesia and Malaysia have provided support to Rohingya refugees. In May this year, both countries rescued three boats that were passing the route of the Andaman Sea, where dozens of Rohingya refugees have lost their lives since 2015.

## **United Nations actions in face of human rights violations in the Republic of the Union of Myanmar**

---

Human rights violations in the State of Myanmar, especially those related to the Rohingya people, have been the subject of concern and actions of the United Nations Organization for at least twenty-two years. The organization, often through the OHCHR, follows the situation in the country through Special Rapporteurs, who visit it to check possible advances and setbacks related to the rights inherent to all human beings, as well as come up with specific resolutions to impel the government to work to repair the deficits that still exist.

In 2009, the year before the elections and in the process of adopting a new constitution, the UN General Assembly's Third Committee issued a report with recommendations to some countries - in which human rights violations were allegedly perpetrated, among them, Myanmar. In that document, classified as A/64/439/Add.3, the Committee reaffirmed what had already appeared in three previous resolutions, one in 2008 and two in 2009, thereby expressing its concerns, welcoming the country's improvements and calling for a number of measures to be adopted by the government. Besides SoCHum states that the right to citizenship should be granted to the Rohingya people, and that the government should strive to improve their living conditions.

Following this report, the Third Committee expressed its views on the subject once more in November 18, 2010, when a new draft resolution concerning Myanmar was submitted to vote at the General Assembly and approved by SoCHum after previous evaluation of UN member state. The resolution in question was adopted by 96 votes in favor, 28 against, and 60 abstentions, condemning human rights violations in progress at that time and celebrating the freedom of Ms. Suu Kyi. In addition, the resolution stated that the signatory states:

[...] strongly regret that the Government did not hold free, fair, transparent and inclusive elections and call on the Government to lift restrictions on the freedom of assembly, association, movement and freedom of expression, including for free and independent media, and ending the use of censorship (UNITED NATIONS, 2010).

Three new resolutions were added in November 2011 by the Social, Humanitarian and Cultural Committee and, again recognized changes and progress made by the republic addressed here. The representative of Myanmar at the sixty-sixth session of the UN General Assembly stated

that his country was engaged in building a more democratic society and establishing a more open dialogue with the international community, as the state welcomed foreign dignitaries from multiple nations and international organizations and expected the visit of the UN Secretary General for the beginning of 2012, something that had not happened for more than 50 years.

Furthermore, the representative stated that Myanmar was committed to protecting and promoting human rights and would also be collaborating with the Human Rights Council and its appointed Special Rapporteur. In addition, the country took the initiative of inviting the UN Secretary General's for a visit, scheduled for the coming months. According to the press release issued after the session, as a way of implementing the country's efforts towards what was set out above, "[...] the National Human Rights Commission [was established in the state], while the Government had opened a window of opportunity to those outside the constitutional process and democratic elections".

It may also be noted that Myanmar was a recurring subject at the General Assembly sessions in 2012<sup>3</sup>, 2013<sup>4</sup>, 2014<sup>5</sup> and 2015<sup>6</sup> with respect to the promotion and protection of human rights. In all these sessions, the Special Rapporteur presented a report, observing the situation found in the country in the respective years. Once again, the report reinforced the commitment, the efforts and the achievements made by the government to improve the situation of human rights violations in the country.

Likewise, the reports: reaffirm the points highlighted by the UN agent in which Myanmar would need to work to achieve an effective improvement, the recommendations made by the organization, as well as problems that the country persists in not remedying, for example, abuses and violations of human rights of ethnic minorities like Rohingyas. The document related to the seventy session of the General Assembly in November 2015 reiterated, serious concerns:

[...]about the situation of the Rohingya in Rakhine State and of other minorities subject to marginalization and instances of human rights violations and abuses, and calls upon the Government of Myanmar to protect the human rights and fundamental freedoms of all individuals, including persons belonging to the Rohingya minority, to allow for self-identification, to ensure equal access to full citizenship and related rights, including civil and political rights, for all stateless persons, freedom of movement, as well as the safe and voluntary return of internally displaced persons to their communities of origin, and rapid and unhindered access to humanitarian assistance without discrimination, to ensure equal access to services, particularly health and education, the right to marry and birth registration and to undertake full, transparent and independent investigations into all reports of human rights violations and abuses in order to ensure accountability and bring about reconciliation;(UNITED NATIONS, 2015).

In 2017, in addition to discussions on the situation in Myanmar again dominating the Third Committee at the 72nd session of the General Assembly, the country was also the target of accusations - during the opening of the 36th session of the UN Human Rights Council by the United Nations High Commissioner for Human Rights, Zeid Ra'ad Al Hussein. For him the treatment of the Rohingya people resembled a classic example of ethnic genocide because of the intensification of the humanitarian crisis in the country. Al Hussein also said he received images and information that the Myanmar government was allegedly setting fire to Muslim minority villages and that land mines have been set up on the border with Bangladesh - to target Rohingya people.

These claims are reinforced by the figures presented by the UN Agency for Refugees (UNHR), which recorded that more than 270,000 Rohingyas fled to Bangladesh only from August until September 2017. In December, the government of Myanmar refused the entry of the UN Special

3 Document A/C.3/67/L.49 - November 9<sup>th</sup>, 2012.

4 Document A/C.3/68/L.55 - November 1<sup>st</sup>, 2013 and document A/C.3/68/L.55/Rev.1 - November 12<sup>th</sup>, 2013.

5 Document A/C.3/69/L.32 - October 31<sup>st</sup>, 2014.

6 Document A/C.3/70/L.39 - October 30<sup>th</sup>, 2015 and document A/C.3/70/L.39/Rev.1 - November 16<sup>th</sup>, 2015.

Rapporteur Yanghee Lee, designated to monitor the human rights situation in the country, leading him to state that such a refusal could only mean that something serious was occurring in the state of Rakhine and the rest from the country.

Lastly, it is worth recalling that both Lee, who has visited Myanmar six times before the last refusal on 21 December 2017, and the UN Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression David Kaye have urged the country to ensure that journalists work freely and safely there. Their statement was made following the arrest, on 12 December, of two Reuters journalists who were working on reports on the military's role in the growing crackdown on Rohingya minority in Myanmar. Special rapporteurs have tried to get in touch with the country's authorities to address the situation and, as long as the humanitarian crisis does not escalate, UNHCR calls for donations from the civil society to support refugees.

## Questions to ponder

---

- What measures should Myanmar take, immediately and in the short term, to improve the living conditions of the Rohingya ethnic minority? Which should become a into long-term practice to remedy human rights violations of the people treated here?
- What actions should be taken by the government of Myanmar to ensure the guarantee of human rights in general?
- What should the United Nations Organization do, through its Member States, to effectively improve the situation of the Rohingyas?
- What can, and must the UN do through its Member States, so that the other inherent rights of humanity violated in Myanmar be minimized and eventually extinguished in the country?

## Positions of states

---

### People's Republic of China

---

At the human rights council special session in December of 2017<sup>7</sup> China condemned the violent attacks in Myanmar and supported the country in upholding peace and national security. China also emphasized the importance of dialogue as the only way out. The Chinese Foreign Minister Wang Yi suggested a three-step plan to address the crisis: the first stage consists in Myanmar's army restoring order by declaring a ceasefire to stop the flood of refugees. In the second stage, Wang suggested that both Myanmar and Bangladesh should be encouraged to talk so as to find a reasonable approach to settle the issue and the international community should play an active role as well. In the third stage, Wang called upon the international community to help rebuild Rakhine state.

However, China was one of the countries who voted against the UN resolution that urged Myanmar to end the military campaign against Rohingya allow access for aid workers, ensure the return of all refugees and grant them full citizenship rights.

---

7 <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/358/08/PDF/G1735808.pdf?OpenElement>

## United States of America

---

The U.S Congress issued a resolution urging the government of Burma to end the persecution of the Rohingya people and respect internationally recognized human rights for all ethnic and religious minority groups within the country. The resolution also calls on the government of Myanmar to end the persecution and discrimination of the Rohingya people and urges the U.S government and the international community to pressure Myanmar to do so as well. Although as a simple resolution it doesn't hold legal power, it shows the commitment to address this humanitarian crisis.

In October 2017, the United States decided to withdraw military assistance to the Myanmar army, expressing gravest concern with recent events in Rakhine state. The U.S had already had restrictions before and has long maintained an embargo on all military sales.

During the human rights council special session the United States called on Myanmar authorities to reform the discriminatory 1982 Citizenship Law; they were also one of the countries who voted in favor of the December 2017 UN resolution.

## Federative Republic of Brazil

---

Brazilian Ambassador in Bangladesh João Tabajara de Oliveira Junior said in an interview with the daily sun: "Brazil is always ready to assist Bangladesh whenever it needs for overcoming the humanitarian crisis. We are already helping Bangladesh at the United Nations at political level, but in humanitarian front we are yet to receive any specific demand"<sup>8</sup>. Brazil has also drawn attention to Bangladesh's decision to keep its borders open as a positive example of solidarity with refugees, considering the migration crises in different areas of the world. The country expressed deep concern about reports of serious human rights violations against the Rohingya in Myanmar, including grave cases of violence, especially against women and children. Brazil is one of the countries who voted in favor of the December 2017 UN resolution.

## United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland

---

The United Kingdom called on Myanmar to stop committing crimes against the Rohingya and is committed to working with international partners to resolve the crisis in Rakhine. An example of that is the increased support that the United Kingdom has given to those who found refuge in Bangladesh. The UK has provided emergency food, safe drinking water, hygiene kits, emergency shelter, counselling and psychological support.

In the course of the human rights council special session, the United Kingdom suggested that Myanmar authorities should fully cooperate with the Fact-Finding Mission and should grant full humanitarian access to the northern Rakhine state. The UK voted in favor of the December 2017 UN resolution.

## Arab Republic of Egypt

---

---

8 Available at: <<http://www.daily-sun.com/printversion/details/286609/Brazil-ready-to-help-Bangladesh-resolve-Rohingya-crisis>>

Egypt stated that the situation of the Rohingya community in Myanmar needs full attention of the Human Rights Council. For Egypt the Myanmar government must guarantee the full rights of the Rohingya and hold accountable those who have committed crimes against the civilian population. Egypt called on the international community to take concrete steps to end the suffering of the Rohingya. Egypt has also expressed solidarity with Rohingya Muslims by sending aid to Bangladesh and supporting the Bangladeshi government's efforts to address the consequences of the crisis. Egypt is another country who voted in favor of the December 2017 UN resolution.

## Kingdom of Saudi Arabia

---

At the human rights council special session of December 2017, Saudi Arabia called for concrete measures to be taken to end the suffering of the Rohingya population in Myanmar. It called on the government of Myanmar to fight incitement to hatred and firmly condemned the targeting and ethnic cleansing of the Rohingya population. Saudi Arabia also urged Myanmar to redouble its efforts to put an end to the humanitarian crisis. Saudi Arabia voted in favor of the UN resolution. The country also provided aid to Bangladesh, Indonesia and Malaysia. Saudi Arabia has been one of the countries of destination to Rohingya refugees in the past 40 years.

## Russian Federation

---

The Russian government has not been transparent on its stance on what is going on in Myanmar. Russia has a similar position to China in supporting the Myanmar government as they are protecting national development, yet it still condemns the actions carried out against Rohingya Muslims, as during the BRICS Summit in China, when Putin expressed his disapproval of the violence in Myanmar and called on the country to seize control of the situation.

## Islamic Republic of Iran

---

Although Iran does not have diplomatic relations with Myanmar, the country has provided assistance to Rohingya Muslims in Bangladesh. It has also emphasized the importance of holding the Myanmar military all those responsible for the situation accountable.

## Republic of Honduras

---

Republic of Honduras has not yet addressed this issue to the public.

## Republic of Turkey

---

Turkey plays a leading role in monitoring the situation in Myanmar. Focusing on the humanitarian side of the issue, they have worked with organizations such as UNICEF, UNHCR and IOM to provide assistance in all aspects, and contribute to the development of a constructive solution to the crisis. Turkey's foreign aid agency, TICA, became the first foreign organization to deliver an

initial shipment of 1000 tons of basic foodstuffs and medicine to the conflict zone in Rakhine state, where the majority of Rohingyas live.

Turkish president, Recep Tayyip Erdoğan, has stated that it is Turkey's moral responsibility to take a stand over events in Myanmar, aspiring to play leadership role within the Muslim community. Turkey has intensively worked in all relevant international bodies to draw the attention of the international community to the humanitarian plight in Myanmar and Bangladesh.

## Republic of South Africa

The government of the Republic of South Africa supports the statement of the UN secretary Antonio Guterres, in which he requests that the Myanmar government grants access for humanitarian agencies to offer assistance and protection for the communities in need.

The South African government has deep concerns about the current situation in Rakhine state, and appeals to all parties involved in the conflict to end violence, for the sake of avoiding human suffering. South African has made a plea to the government of Myanmar to approach the current situation in Rakhine state based on the law, defending the rights of all the people living in the country, regardless of ethnic, religious or any other kind of differences.

## Republic of the Union of Myanmar

The international community has accused the government of Myanmar of committing violence against a minority of its population, the Rohingyas. Ethnic cleansing and genocide are among the crimes the government has been accused of. In 2017, Myanmar government has blocked UN commissioners who were supposed to check and report the humanitarian situation from entering the country. This has raised concerns from the international community.

The government has denied the charges and claimed that it targets militants responsible for attacking the security forces and that the majority of those killed are terrorists. It also says that Rohingyas are burning their own villages – a claim questioned by journalists who reported seeing fires burning villages that had been abandoned by Rohingya people.

The government of Myanmar strongly rejected the draft resolution entitled "Situation of Human Rights in Myanmar" tabled by the European Union (EU) on 23 March 2018 during the 37th Regular Session of the United Nations Human Rights Council in Geneva.

Permanent Representative of Myanmar to the United Nations Ambassador U Htin Lynn highlighted paragraphs that, for him, are highly intrusive and directly challenge the state sovereignty of Myanmar. Myanmar claims to welcome constructive criticism by the international community, but will not accept any attempt to infringe their sovereignty.

## People's Republic of Bangladesh

Bangladesh is currently hosting over one million Rohingyas refugees from Myanmar. Nearly

700,000 have arrived and taken shelter since 25 August 2017 to flee the atrocities in the northern Rakhine State. Bangladesh is providing them with all basic humanitarian services, in cooperation with the international community and UN agencies. Meanwhile, Bangladesh also signed Bilateral Arrangements with Myanmar for a sustainable return of the Rohingyas to Myanmar.

In order to assure a safe and sustainable return of the Rohingyas to Myanmar, under the bilateral arrangements, the government of Bangladesh counts on the UNHCR to assist it in the over all return process, and to engage with Myanmar to ensure that a conducive environment is created to facilitate the process.

## Democratic People's Republic of North Korea

North Korea has not made a public statement regarding the current situation with Rohingya people in Myanmar. While the full extent of the Myanmar-North Korea relationship has not been openly disclosed, there have been reports that defend the existence of strong ties between the two countries, including North Korean arms exports to Myanmar's military.

## Republic of Lebanon

Lebanon has joined the chorus of criticism against Myanmar's government for its brutal crackdown on Rohingya Muslims. Government officials as well as Lebanon's Hezbollah resistance movement have called for an immediate end to the persecution of the Rohingyas. Prime Minister Saad Hariri Wednesday requested that the United Nations Security Council take action to stop the persecution of the Rohingya minority in Myanmar.

## Syrian Arab Republic

Sheikh Ahmad Badreddin Hassoun, the highest Islamic authority in Syria, issued the only statement from the Syrian government about the situation. In an interview with the Indian World is One News (WION) channel, he claimed that there was "big propaganda against the government of Myanmar,"- stating that the 450,000 refugees from the country are mentioned "at least a hundred times a day"- in the media, implying that the plight of the refugees has been exaggerated.<sup>9</sup>

## Republic of Argentina

Argentina has not yet addressed this issue to the public.

## Republic of Chile

The government of Chile expresses its regret at the violence and deterioration of the

<sup>9</sup> Available at: <<http://www.middleeasteye.net/news/syrias-grand-mufti-concurs-india-rohingya-muslims-are-security-threat-1087331340>>

humanitarian situation in Myanmar, affecting the ethnic Muslim minority of Rohingya. It also calls on the government of that country, especially the military and police forces, to take action to stop the escalating violence, which to date accounts for more than 400,000 displaced individuals, mainly seeking refuge in Bangladesh as a result of the current military security operation in the Rakhine State.

Furthermore, Chile joins the international requests aimed at ensuring that the government of Myanmar allows United Nations officials to enter its territory and guarantees the necessary conditions for the investigation and verification of allegations of serious human rights violations against its people

## References

---

ACNUR. "I belong" campanha. Available at: <<http://www.acnur.org/portugues/2014/11/04/acnur-lanca-hoje-campanha-global-pelo-fim-da-apatridia-ate-2024/>>. Accessed on: 24 may 2018.

AFRICAN INDEPENDENT. South Africa urges Myanmar to address situation of displaced civilians (4/9/2017). Available at: <<https://www.africanindy.com/news/south-africa-urges-myanmar-to-address-situation-of-displaced-civilians-11208879>>. Accessed on 4 may 2018

AHRAM ONLINE. Egypt sends aid shipment for Rohingya Muslim refugees in Bangladesh. Available at: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/285741/Egypt/Politics-/Egypt-sends-aid-shipment-for-Rohingya-Muslim-refug.aspx>> Accessed on: 3 may. 2018.

ALADDIN, Rana. Lebanon strongly condemns persecution of Myanmar's Rohingyas. Press TV. Available at: <<http://www.presstv.com/Detail/2017/09/08/534493/Lebanon-strongly-condemns-Myanmar-Rohingya>>. Accessed on: 4 may 2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. MYANMAR: CONDITIONS IN PRISONS AND LABOUR CAMPS. Available at: <<https://www.amnesty.org/en/documents/asa16/022/1995/en/>>. Accessed on: 05 mar. 2018.

BBC NEWS BRASIL. Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica. Available at: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869>>. Accessed on: 05 mar. 2018.

BBC NEWS. Myanmar 'militarising' Rohingya villages in Rakhine, says Amnesty. Available at: <[http://www.bbc.com/news/world-asia-43367720?ocid=socialflow\\_twitter](http://www.bbc.com/news/world-asia-43367720?ocid=socialflow_twitter)>. Accessed on: 12 mar. 2018.

BBC NEWS. Profile: Aung San Suu Kyi. Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11685977>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

BBC NEWS. What is happening in Myanmar? Available at: <<http://www.bbc.co.uk/newsround/41242024>>. Accessed on: 4 may 2018.

BBC. Timeline: Reforms in Myanmar (8/7/2015). Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-16546688>>. Accessed on: 18 may 2018.

BBC. Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica. (13/9/2017). Available at: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869>>. Accessed on: 18 may 2018.

BBC. Burma: State of emergency imposed in Meiktila. (22/3/2013). Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-21894339>>. Accessed on 18 may 2018.

BBC. EU lifts sanctions against Burma (22/4/2013). Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-22254493>>. Accessed on: 18 may 2018

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A situação de direitos humanos em Mianmar constitui motivo de grave preocupação, diz Ban Ki-moon. Available at: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/2490>>. Accessed on: 04 mar. 2018.

DAHAN, Nadine. Syria's grand mufti says Rohingya Muslims are a 'security threat'. Available at: <<http://www.middleeasteye.net/news/syrias-grand-mufti-concurs-india-rohingya-muslims-are-security-threat-1087331340>>. Accessed on: 4 may 2018.

DIRCO. South Africa appeals to Myanmar to address the situation of displaced citizens. Available at: <<http://www.dirco.gov.za/docs/2017/myan0913.htm>>. Accessed on 4 may 2018.

DFID Media Team. UK leads international response to Rohingya crisis. Available at: <<https://dfidnews.blog.gov.uk/2017/11/13/uk-leads-international-support-for-rohingya-crisis/>> Accessed on: 3 may 2018.

EL PAÍS BRASIL. A dama da decepção: uma Nobel da Paz criticada por seus pares. Available at: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/05/internacional/1483640044\\_209400.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/05/internacional/1483640044_209400.html)>. Accessed on: 25 feb. 2018.

ESTADÃO. Para entender: A minoria rohingya, maior população apátrida do mundo. Available at: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,para-entender-a-minoria-rohingya-maior-populacao-apatrida-do-mundo,70001993474>>. Accessed on: 09 mar. 2018.

EXAME. Rohingyas de Mianmar, a maior população apátrida do mundo. Available at: <<https://exame.abril.com.br/mundo/rohingyas-de-mianmar-a-maior-populacao-apatrida-do-mundo/>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

HASSAN, Md Enamul. Brazil ready to help Bangladesh resolve Rohingya crisis. Daily Sun, 4 February 2018. Available at: <<http://www.daily-sun.com/printversion/details/286609/Brazil-ready-to-help-Bangladesh-resolve-Rohingya-crisis>> Accessed on: 6 may 2018.

HOUSE – FOREIGN AFFAIRS. HRes.418 - Urging the Government of Burma to end the persecution of the Rohingya people and respect internationally recognized human rights for all ethnic and religious minority groups within Burma. Available at: <<https://www.congress.gov/bill/113th-congress/house-resolution/418/text>> Accessed on: 3 may 2018.

Human Rights Watch. Burma: End 'Ethnic Cleansing' of Rohingya Muslims.(22/4/2013). Available at: <<https://www.hrw.org/news/2013/04/22/burma-end-ethnic-cleansing-rohingya-muslims>> Accessed on: 18 may 2018.

HUSSEIN, Zeid Ra'ad Al. Darker and more dangerous: high commissioner updates the human rights council on human rights issues in 40 countries. Available at: <<http://www.ohchr.org/en/newsevents/pages/displaynews.aspx?newsid=2204>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

ISTOÉ. Suu Kyi diz que Mianmar está pronta para organizar retorno de rohingyas. Available at: <<chrome://history/?q=https%253A%252F%252Fistoe.com.br%252Fmianmar-suu-kyi-condena-violacoes-dos-direitos-humanos-e-violencia-ilegal%252F>>. Accessed on: 04 mar. 2018.

KADYROV, Ramzan. Putin Condemns Myanmar Violence After Mass Rally in Chechnya. The Moscow Times. Available at: <<https://themoscowtimes.com/news/after-mass-rally-chechnya-putin-condemns-myanmar-violence-5885>>. Accessed on: 6 may 2018.

MINREL. Chilean government regrets violence in Myanmar. Available at: <<https://minrel.gob.cl/chilean-government-regrets-violence-in-myanmar/minrel/2017-09-14/124057.html>>. Accessed on: 4 may 2018.

MOFA. Myanmar categorically rejects the draft resolution on Situation of Human Rights in Myanmar at the 37th Session of HRC. Available at: <<http://www.mofa.gov.mm/?p=1149>>. Accessed on: 4 may 2018.

MOFA. UNHCR lauds the humanitarian leadership of Prime Minister Sheikh Hasina and assures Bangladesh to cooperate on sustainable return of the Rohingyas to Myanmar. Available at: <[http://www.mofa.gov.bd/site/press\\_release/9d465deb-ef52-4244-ac82-70c7dba2bd95](http://www.mofa.gov.bd/site/press_release/9d465deb-ef52-4244-ac82-70c7dba2bd95)>. Accessed on: 4 may 2018.

O GLOBO. ONU condena violações de direitos humanos de Mianmar. Available at: <<https://oglobo.globo.com/mundo/>>

onu-condena-violacoes-de-direitos-humanos-de-mianmar-3172518>. Accessed on: 05 mar. 2018.

OBSERVADOR. Retirado prémio de direitos humanos a Suu Kyi devido à crise dos rohingya. Available at: <<https://observador.pt/2018/03/08/retirado-premio-de-direitos-humanos-a-suu-kyi-devido-a-crise-dos-rohingya/>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Mianmar impede acesso de relatora de direitos humanos da ONU ao país. Available at: <<https://nacoesunidas.org/mianmar-impede-acesso-de-relatora-de-direitos-humanos-da-onu-ao-pais/>>. Accessed on: 04 mar. 2018.

ONU. Crise de refugiados rohingya em Mianmar é a que mais cresce no mundo (7/12/2017). Available at: <<https://nacoesunidas.org/crise-de-refugiados-rohingya-em-mianmar-e-a-que-mais-cresce-no-mundo/>>. Accessed on: 18 may 2018.

ONU. ONU elogia ação da Malásia e Indonésia para resgatar refugiados rohingya em rotas marítimas, (1/5/2018). Available at: <<https://nacoesunidas.org/onu-elogia-acao-da-malasia-e-indonesia-para-resgatar-refugiados-rohingya-em-rotas-maritimas/>> Accessed on: 19 may 2018.

ONU. Mianmar impede acesso de relatora de direitos humanos da ONU ao país, (27/12/2017). Available at: <<https://nacoesunidas.org/mianmar-impede-acesso-de-relatora-de-direitos-humanos-da-onu-ao-pais/>>. Accessed on: 18 may 2018.

ONU. Violações de direitos humanos em Mianmar continuam impunes, diz relator especial da ONU, (11/6/2013). Available at: <<https://nacoesunidas.org/violacoes-de-direitos-humanos-em-mianmar-continuam-impunes-diz-relator-especial-da-onu/>>. Accessed on: 18 may 2018.

ONU. Violência contra minoria rohingya em Mianmar pode constituir crime contra humanidade, diz ONU, (7/2/2017). Available at: <<https://nacoesunidas.org/violencia-contraminoria-rohingya-em-mianmar-pode-constituir-crime-contrahumanidade-diz-onu/>> Accessed on: 18 may 2018.

ONU News. ONU quer que Mianmar combata violações de direitos humanos (20/6/2016). Available at: <<https://news.un.org/pt/story/2016/06/1554941-onu-quer-que-mianmar-combata-violacoes-de-direitos-humanos>> Accessed on: 18 may 2018.

OHCHR. Flash Report. (9/10/2016). Available at: <<http://www.ohchr.org/Documents/Countries/MM/FlashReport3Feb2017.pdf>>. Accessed on: 18 may 2018.

OHCHR. Myanmar: UN experts urge greater press freedom after detention of Reuters journalists. Geneva (21/12/2017). Available at: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22561&LangID=E>>. Accessed on: 18 may 2018.

PARAMESWARAN, Prashanth. North Korea-Myanmar Links in the Spotlight Under Trump. The diplomat. Available at: <<https://thediplomat.com/2017/07/north-korea-myanmar-links-in-the-spotlight-under-trump/>>. Accessed on: 4 may 2018.

GERIN, Roseanne. Under Heavy Fire, Myanmar Defends Position on Rohingya Crisis Before UN Security Council. Radio free Asia. Available at: <<https://www.rfa.org/english/news/myanmar/under-heavy-fire-myanmar-defends-position-on-rohingya-crisis-before-un-security-council-09292017162137.html>>. Accessed on: 4 may 2018.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. O Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa. Available at: <<https://rsf.org/pt/o-ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

REUTERS. Turkey to start first foreign aid distribution in Myanmar. (5/9/2017). Available at: <<https://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-turkey/turkey-to-start-first-foreign-aid-distribution-in-myanmar-idUSKCN1BG11X>>. Accessed on: 04 may 2018

REPUBLIC OF TURKEY, MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Relations between Turkey and Myanmar. Available at:

<<http://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkey-and-myanmar.en.mfa>>. Accessed on: 4 may 2018

SPUTNIK NEWS BRASIL. Facebook é acusado de censurar posts de minoria que denuncia ataques do governo de Mianmar. Available at: <[https://br.sputniknews.com/asia\\_oceania/201709209397205-facebook-censura-ataques-myanmar/](https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201709209397205-facebook-censura-ataques-myanmar/)>. Accessed on: 08 mar. 2018.

SPUTNIK. Iran Seeks to Lead Islamic Nations' "Crusade" Against 'Genocide of Rohingya'. Available at: <<https://sputniknews.com/analysis/201709211057593112-iran-rohingya-muslims-myanmar/>>. Accessed on: 6 may 2018.

SAFDAR, Anealla. Myanmar's 2015 election: Who are the Rohingya? Al jazerra, 28/10/2015. Available at: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/10/rohingya-151024202611276.html>> Accessed on: 18 may 2018.

THE DAILY STAR. Hariri calls for action on Rohingya persecution. Available at: <<http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2017/Sep-06/418367-hariri-calls-for-action-on-rohingya-persecution.ashx>>. Accessed on: 4 may 2018.

THE GUARDIAN. US withdraws assistance from Myanmar military amid Rohingya crisis. Available at:<<https://www.theguardian.com/world/2017/oct/24/us-withdraws-assistance-from-myanmar-military-amid-rohingya-crisis>>. Accessed on: 3 may 2018.

THE GUARDIAN. Erdoğan accuses Myanmar of 'genocide' as thousands of Rohingya flee to Bangladesh. Available at: <<https://www.theguardian.com/world/2017/sep/02/erdogan-accuses-myanmar-of-genocide-against-rohingya>>. Accessed on: 4 may 2018.

THE CONVERSATION. Turkey, the Rohingya crisis and Erdoğan's ambitions to be a global Muslim leader. Available at: <<http://theconversation.com/turkey-the-rohingya-crisis-and-erdogans-ambitions-to-be-a-global-muslim-leader-83854>>. Accessed on: 4 may 2018.

UNITED NATIONS. Third Committee Approves Draft Resolutions on Human Rights Situations in Iran, Democratic People's Republic of Korea, Myanmar. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2011/gashc4032.doc.htm>>. Accessed on: 09 mar. 2018.

UNITED NATIONS. Situations in Myanmar, Iran Dominate Third Committee Discussions, as Experts Address Broader Rights for Minorities, Cultural Freedom Defenders. Available at: <<http://www.un.org/press/en/2017/gashc4211.doc.htm>>. Accessed on: 05 mar. 2018.

UNITED NATIONS. Situation in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representative. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/599/09/PDF/N1459909.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/70/L.39/Rev.1. Available at: <<http://undocs.org/A/C.3/70/L.39/Rev.1>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/67/L.49. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N12/584/63/PDF/N1258463.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/68/L.55. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N13/544/86/PDF/N1354486.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/68/L.55/Rev.1. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N13/562/60/PDF/N1356260.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. General Assembly Adopts \$5.16 Billion Budget for 2010-2011, Maintains Current Scale of Assessments for Regular Budget, Peacekeeping, Concluding Main Part of Session. Available at: <chrome://

history/?q=https%253A%252F%252Fwww.un.org%252Fpress%252Fen%252F2009%252Fga10909.doc.htm>. Accessed on: 09 mar. 2018.

UNITED NATIONS. Third Committee Approves Resolutions on Human Rights in Myanmar, Iran, Democratic People's Republic of Korea.GA/SHC/3998, 18 NOVEMBER 2010. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2010/gashc3998.doc.htm>>. Accessed on: 10 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar – promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/70/L.39,30 October 2015. Available at: <<http://undocs.org/A/C.3/70/L.39>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS ORGANIZATION NEWS. Mianmarrecusa entrada de especialista de direitos humanos. Available at: <<https://news.un.org/pt/story/2017/12/1604272-mianmar-recusa-entrada-de-especialista-de-direitos-humanos>>. Accessed on: 04 mar. 2018.

UNITED NATIONS ORGANIZATION DOCUMENTS. Promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/629/96/PDF/N0962996.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 08 apr. 2018.

UNITED NATIONS. General assembly of the united nations. Available at: <<http://www.un.org/en/ga/third/>>. Accessed on: 26 feb. 2018.

UNITED NATIONS ORGANIZATION DOCUMENTS. Human rights council opens special session on the situation of human rights of the Rohingya and other minorities in Rakhine state in Myanmar. Available at: <<https://documentsddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/358/08/PDF/G1735808.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 3 may 2018.

UNRIC. A situação de direitos humanos em Mianmar constitui motivo de grave preocupação, diz Ban Ki-moon, (4/7/2009). Available at: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/24901>>. Accessed on: 18 may 2018

XAVIER, Nathaly; LIBRELOTTO, Taís. Myanmar: o país da desconfiança ocidental. Myanmar: o país da desconfiança ocidental. Nathaly Xavier e Taís Librelotto, Porto Alegre, jul. 2007. Available at: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo24.pdf>>. Accessed on: 09 mar. 2018.

---

Parte 2

SOCHUM para secularistas

---

# Asilo para Indivíduos LGBTI Fugindo de Perseguições

---

**Bruna Vicari Arruz**

Tradutora: Mariana Ferreira

*"Todos devemos ficar ultrajados por pessoas que sofrem discriminação, agressão ou até assassinato simplesmente porque são lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros. Devemos nos manifestar quando alguém é preso pela forma e pelas pessoas as quais eles amam ou por causa de como eles se parecem. Este é um dos grandes desafios negligenciados dos direitos humanos do nosso tempo. Nós devemos corrigir esses erros! [...] Alguns irão se opor a uma mudança. Eles podem recorrer a cultura, tradição ou religião para defender o status quo. Estes mesmos argumentos foram usados para tentar justificar a escravidão, o casamento infantil, o estupro no próprio casamento e a mutilação genital feminina. Eu respeito a cultura, a tradição e a religião, mas estes argumentos nunca podem justificar a negação de direitos básicos. Minha promessa para lésbicas, homossexuais, bissexuais e transgêneros é: eu estou com vocês. Me comprometo, como Secretário Geral das Nações Unidas, a denunciar os ataques contra vocês e continuarei pressionando os líderes pelo progresso." - Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, discursando na Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, Orientação Sexual e Gênero Identidade (Oslo, 15 a 16 de abril de 2013).*

## Introdução

---

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adotada oficialmente pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948 (resolução 217 A da Assembleia Geral). Este documento histórico aponta que todo indivíduo nasce livre e igual em dignidade e direitos, assegurando que esses direitos sejam universais, inalienáveis, indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes. Sendo assim, todo homem e toda mulher tem a capacidade de desfrutar das liberdades garantidas pela lei sem ser afetado por nenhuma distinção, incluindo aquelas relacionadas à orientação sexual.

Alguns críticos respondem às contradições relacionadas com a ideia de universalizar os direitos humanos que é explicitamente declarada na DUDH. Segundo Ryan R. Thoreson (2012, p. 01), pesquisador do programa de direitos LGBTI da Human Rights Watch,

Um alvo frequente dessa crítica é a enorme influência das tradições e atores jurídicos euro-americanos no campo dos direitos humanos e a acusação de que eles privilegiam sistematicamente os direitos civis e políticos sobre direitos econômicos, sociais e culturais ou direitos à autodeterminação, desenvolvimento ou um ambiente limpo. Na prática, entretanto, os direitos humanos refletem preconceitos culturalmente específicos em relação a epistemologias e direitos particulares - por exemplo, uma preocupação com direitos negativos e uma negligência em relação a direitos positivos, como a alimentação, a saúde, a moradia, a educação ou o trabalho (THORESON, 2012, p 01).

Em um artigo escrito para a plataforma de mídia global independente "Open Democracy" em 2013, Stephen Hopgood faz uma distinção entre o que ele chama de "Direitos Humanos" e

## "direitos humanos"

Há uma profunda divergência entre o conceito de direitos humanos compartilhado pelas elites, em grande parte até agora localizado no Oeste (o que poderíamos chamar de Direitos Humanos), e o que esses direitos significam para a vasta maioria da população mundial (o que poderíamos chamar de direitos humanos). Os direitos humanos são uma ideologia centrada em Nova York, Londres e Genebra, focada no direito internacional, na justiça criminal e nas instituições de governança global. Direitos Humanos são um produto do 1%. O resto do mundo, os 99%, veem o ativismo acerca dos direitos humanos como um entre muitos mecanismos que possa trazer uma mudança social significativa. Por sua natureza, os direitos humanos são maleáveis, adaptáveis, pragmáticos e diversos – são normas democráticas bottom-up, ao invés de regras autoritárias top-down (HOPGOOD; Open Democracy, 2013).

Nos últimos anos, os grupos minoritários que costumavam ser completamente negligenciados pelos Estados e pelas Organizações Internacionais têm recebido mais atenção no campo das Nações Unidas. Um passo importante dado nessa direção foi a formulação da Convenção sobre Refugiados em 1951. De acordo com a Convenção de Genebra de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados, o termo "refugiado" aplica-se a qualquer pessoa que, devido ao fato de

o medo em ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou ainda opinião política, por estar fora do país de sua nacionalidade, e/ou devido a esse medo, não estar disposto a valer-se da proteção daquele país; que não tendo uma nacionalidade e estando fora do país de sua residência habitual graças a tais eventos é incapaz ou, devido a esse medo, não está disposto a retornar a ele. No caso de uma pessoa que tenha mais de uma nacionalidade, o termo "país de sua nacionalidade" significará cada um dos países dos quais ele é nacional, e uma pessoa não será considerada como estando fora da proteção do país de sua nacionalidade se, sem qualquer razão válida baseada em temor fundado, ele não se valeu da proteção de um dos países dos quais ele é nacional. (NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 152-153).

Muitos gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI)<sup>1</sup> requisitantes de asilo deixaram seu país de origem devido ao medo de perseguição graças à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Conforme contido no Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)<sup>2</sup>, a diretriz n.16 sobre Proteção Internacional aponta que as reivindicações de refugiados baseadas em orientação sexual contêm um elemento de gênero.

A sexualidade ou as práticas sexuais de um requerente podem ser relevantes para uma reivindicação de refugiado em que ele ou ela tenha sido objeto de ação persecutória (inclusive discriminatória) devido à sua sexualidade ou práticas sexuais. Em muitos desses casos, o requerente se recusou a aderir a papéis socialmente ou culturalmente definidos ou a expectativas de comportamento atribuído ao seu sexo. As reivindicações mais comuns envolvem homossexuais, transexuais ou travestis, que enfrentaram extrema hostilidade pública, violência, abuso ou discriminação grave ou cumulativa (ACNUR, 2002, p. 04-05).

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC), por meio da Resolução A/HRC/RES/17/19<sup>3</sup>, expressa grande preocupação com atos de violência e discriminação, em todas as regiões do mundo, cometidos contra indivíduos em consequência da sua orientação sexual e identidade de gênero. Levando isso em consideração, em 2011 o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) produziu um relatório global sobre práticas e violência contra pessoas LGBTI, descrevendo as maiores violações dos direitos humanos neste âmbito: morte, estupro, ataques físicos, tortura, detenções arbitrárias, negação de direitos, limitação da liberdade de expressão e informação, discriminação no emprego, saúde e educação (NAÇÕES UNIDAS, 2011, p. 03).

1 Um grupo diversificado de pessoas que não se conformam às noções convencionais ou tradicionais de papéis de gênero masculino e feminino. Por vezes, as pessoas LGBTI são referidas como "sexuais, de gênero e minorias". Veja mais em <https://emergency.unhcr.org/>

2 Resolução 428 (V) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1950, disponível em <http://www.unhcr.org/protection/basic/3b66c39e1/statute-office-united-nations-high-commissioner-refugees.html> Acesso em 16 de maio de 2018.

3 OHCHR, Resolução adotada sobre a questão dos direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, disponível em <http://ap.ohchr.org/documents/dpage.aspx?si=A/HRC/RES/17/19>. Acesso em 16 de maio de 2018.

## História dos Direitos LGBTI: da Sociedade Mattachine aos dias atuais

---

*"Eu pergunto ... Se deveria haver um assassinato, eu espero que cinco, dez, cem, mil aumentem. Eu gostaria de ver todo advogado gay, todo arquiteto gay sair - Se uma bala entrar no meu cérebro, deixe que a bala destrua todas as portas do armário ... E isso é tudo. Eu peço que o movimento continue. Porque não é sobre ganhos pessoais, nem sobre ego, nem sobre poder ... é sobre o "nós" lá fora. Não apenas os gays, mas os negros, os asiáticos, os deficientes, os idosos, os nós. Sem esperança, os EUA desistem - sei que você não pode viver apenas da esperança, mas sem ela a vida não vale a pena ser vivida. Então você, você e você ... Você tem que dar esperança a eles ... você tem que dar esperança a eles. - Citação tirada do filme Milk, um filme biográfico americano de 2008 baseado na vida de Harvey Bernard Milk<sup>4</sup>.*

A Sociedade Mattachine, fundada em 1950, é conhecida como uma das primeiras organizações criadas em favor dos direitos LGBTI. Esta associação foi inicialmente fundada pelo ativista Harry Hay, em parceria com um grupo de amigos de Los Angeles. O objetivo principal da organização era desenvolver e expandir os direitos dos gays. Com o tempo, a associação se expandiu para outras cidades e, em 1961, a Sociedade Mattachine já tinha vários grupos regionais espalhados pelos Estados Unidos. Outra organização de grande importância é as Filhas de Bilitis. Fundada em São Francisco em 1995, é conhecida como o primeiro movimento organizado criado para defender os direitos das lésbicas nos Estados Unidos.

Além dessas organizações, o ponto de partida da luta global pelos direitos LGBTI foi o episódio da revolta de Stonewall. Isso ocorreu em 28 de junho de 1969, no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, Nova York, quando uma série de atos de violência foram cometidos pela comunidade LGBTI em resposta à injustiça de um ataque policial no bar de Stonewall Inn, que era, principalmente, frequentado pela população LGBTI. Os eventos daquele dia fatídico são muito bem retratados no filme Stonewall Uprising, lançado em 2011.

A principal importância da Rebelião de Stonewall reside no fato de que, antes disso, era inaceitável que qualquer pessoa pudesse assumir uma orientação sexual distinta dos padrões heterossexuais. Stormé DeLarverie foi um personagem de extrema importância na luta pelos direitos LGBTI. Depois de se revoltar contra a invasão da polícia que levou ao fechamento do Stonewall Inn, Stormé foi espancado quase até a morte<sup>5</sup>. Este episódio aumentou a revolta da comunidade LGBTI contra atos de LGBTIfobia e os abusos frequentemente cometidos por autoridades locais. Após este episódio de violência, a comunidade LGBTI, juntamente com outros defensores da causa, fez vários protestos em favor dos direitos LGBTI. Foi apenas o começo de inúmeras batalhas por visibilidade e direitos que se espalham desde então. Como mencionado pelo historiador David Carter (2010, p. 02).

Hoje é comum traçar os tremendos ganhos feitos para os direitos LGBTI desde o início dos anos 1970, quando os gays, travestis e lésbicas lutaram contra a polícia durante uma invasão de rotina em um clube gay popular em Greenwich Village. É também comumente afirmado que os tumultos, que continuaram por seis dias, marcam o início do "movimento pelos direitos gays". Havia sido fundado um movimento político pelos direitos dos gays antes de Stonewall, embora de maneira modesta, e foram os motins de Stonewall que resultaram no nascimento da Frente de Libertação Gay (GLF) e, mais tarde, da Aliança de Ativistas Gays (GAA). Esses exemplos de um novo tipo de organização gay, infundidos do espírito militante dos

4 Harvey Bernard Milk, político americano e o primeiro oficial eleito abertamente gay na história da Califórnia.

5 Entrevista com a veterana veterinária da Stonewall, Stormé DeLarverie, disponível em <<https://web.archive.org/web/20100730030913/http://www.afterellen.com/people/2010/7/storme-delarverie>> Acesso em 19 de maio de 2018.

tumultos que os geraram, logo inspiraram milhares de LGBTIs nos EUA – e em todo o mundo – a se unirem ao movimento pelos direitos civis e humanos gays (CARTER, 2010, p. 02).

## **INDIVÍDUOS LGBTI FUGINDO DE PERSEGUIÇÕES: o Contexto Global**

*“Imagine ter que fugir do seu próprio país por ser perseguido por quem você é e por quem você ama. Imagine chegar à Europa e ser trancado em um centro de detenção, em constante risco de ser agredido. Imagine ter que recomeçar sua vida em um país estrangeiro, na pobreza e em risco de ser explorado sexualmente. Estes são os riscos enfrentados por pessoas LGBTI que escapam da violência, discriminação e abuso em seus países de origem. Esta é a incalculável crise de refugiados”. - Antonio Zappula, diretor de operações da Thomson Reuters Foundation (19 jan 2018).*

Nos últimos anos, é possível observar um progresso crescente no reconhecimento dos direitos LGBTI em todo o mundo. A conquista desses direitos pode ser vista como resultado do constante engajamento de uma variedade de atores e instituições do Sistema Internacional que chamaram a atenção para os processos de identidade, pertencimento e visibilidade relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero (TERTO; SOUZA, 2015 p. 121).

Com esses avanços notáveis, é possível notar a violência generalizada contra os refugiados LGBTI. Esta situação de violência pode ser percebida através da perseguição regular e violenta que estes indivíduos sofrem frequentemente. Além disso, os refugiados não recebem proteção policial adequada e, em muitos casos, são alvos de assédio ou violência cometidos pelas autoridades<sup>6</sup>. Ademais, a maioria dos refugiados LGBTI tem que enfrentar barreiras para conseguir emprego e – por causa de sua identidade LGBTI – também é difícil para eles terem acesso a moradia adequada e assistência médica (ORAM, 2012, p. 06).

O sistema internacional de proteção aos refugiados é responsável por servir milhões de pessoas todos os anos. Uma grande parte dessa assistência é fornecida por Organizações Não-Governamentais (ONGs). Em 2012, a Agência de Refugiados da ONU (UNHCR) informou que haviam mais de 500 ONGs parceiras em todo o mundo<sup>7</sup>. Essas ONGs pretendem proporcionavam serviços básicos necessários à sobrevivência dos refugiados. A tabela abaixo fornece alguns exemplos que os refugiados LGBTI podem experimentar em seu país de refúgio:

Tabela 1: Riscos específicos de proteção enfrentados pelos refugiados LGBTI

<sup>6</sup> Veja mais informações sobre este tópico no site da Anistia Internacional: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/11/refugees-are-in-urgent-need-of-protection-from-sexual-and-gender-based-violence/>

<sup>7</sup> Todos os anos, mais de 500 representantes de todo o mundo participam das Consultas em Genebra, co-organizadas pelo ACNUR. Disponível em <<http://www.unhcr.org/annual-consultations-ngos.html>>. Acesso em 25 de maio de 2018.

Violência física e sexual, incluindo espancamentos, sequestros, crimes contra a honra e estupro (tanto de mulheres como de homens), muitas vezes para fazer com que os indivíduos LGBTI se sujeitem aos padrões de gênero impostos pela sociedade e para intimidar outros, definindo "um exemplo".	Criminalização de relações consensuais de indivíduos de mesmo sexo e riscos associados a prisão, detenção, acusação e punição. Riscos elevados de abuso em caso de detenção.
Ser obrigado a esconder sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, devido ao medo de abuso, violência e perda de assistência.	Leis e práticas discriminatórias relativas a emprego, habitação, cuidados de saúde, educação e direito da família e custódia dos filhos, resultando em graves dificuldades no acesso à assistência básica.
Rejeição da família e da comunidade, falta de redes de apoio e vulnerabilidade à violência relacionada à honra.	Falta de acesso a moradia segura e apropriada para indivíduos em risco, o que pode aumentar ainda mais o risco de abuso e exploração física e sexual.
Casamento forçado.	Dependência de relações abusivas envolvendo troca de proteção, abrigo ou alimentação por sexo.
Despejos de moradias devido ao arrendador e outros terem descoberto sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Os refugiados LGBTI podem se mudar com frequência.	Os indivíduos transgêneros podem correr risco diferenciado quando sua auto-identificação e aparência física não correspondem ao sexo legal na documentação oficial.
Efeitos psicológicos graves pós-efeitos (por exemplo, TEPT, depressão ou ansiedade) relacionados à violência física e sexual sofrida no passado e/ou em curso, exclusão e outros danos decorrentes da identidade LGBTI.	Falta de acesso à saúde, e principalmente prevenção e tratamento do HIV. Transgêneros geralmente não têm acesso ao tratamento de que precisam, incluindo os cuidados relacionados à transição.
Assédio, ameaças e insultos, às vezes diariamente, nas ruas, nos locais de trabalho e em locais de assistência, como clínicas de saúde.	Faltam meios de apoio devido a práticas de emprego discriminatórias, ao risco de demissão e de abuso, se a sua orientação sexual for descoberta, e probabilidade de boicotar pequenas empresas LGBTI.
Dependência ou necessidade de realizar trabalho sexual, expondo os indivíduos a vários perigos físicos e riscos à saúde, incluindo violência sexual e física, e doenças sexualmente transmissíveis.	Falta de acesso a alimentos, incluindo remoção das filas de alimentos ou afastamento dos pontos de entrega.

Fonte: UNHCR<sup>8</sup>

Esse conjunto de dados, fornecidos pelo ACNUR, explicita a situação de vulnerabilidade em que se encontram os refugiados LGBTI, mesmo após a aprovação do pedido de asilo em outro país. Um dos fatores que torna essa situação mais complexa é que não há conhecimento preciso sobre o número de solicitantes de refúgio LGBTI, uma vez que o ACNUR não mantém estatísticas formais sobre esse grupo específico. Além disso, apenas uma pequena parte dos 100 países que fornecem asilo ao refugiado publica as estatísticas referentes aos casos LGBTI. De acordo com as estatísticas, apenas 4% e 6% dos requerentes de asilo apontam que seus pedidos de proteção são graças a sua orientação sexual ou identidade de gênero<sup>9</sup>.

De acordo com o diagrama feito pela Organização para Refúgio, Asilo e Migração (ORAM):

de 175.000 pessoas que estão em perigo nos seus países de origem, em todo o mundo, apenas 17.500 conseguem escapar. Destes, apenas 7.500 buscam proteção legal. Ainda desses, apenas 5.000 podem solicitar o status de refugiado ou solicitar asilo. Apenas um pequeno grupo de pessoas LGBTI em perigo – estimado pela ORAM com menos de 2.500 por ano em todo o mundo – recebem proteção legal com base na orientação sexual ou identidade de gênero (ORAM, 2012, p. 07).

8 A tabela foi desenvolvida de acordo com informações fornecidas pelo ACNUR. Veja mais em <http://www.refworld.org/pdfid/5163f3ee4.pdf>

9 Anuário Estatístico do ACNUR 2010, em 41 (10ª ed. 2011), disponível em <<http://www.unhcr.org/4ef9cc9c9.html>> Acesso em 27 de maio de 2018.

## O papel desempenhado pelas Nações Unidas e outras organizações internacionais

---

*“A falha em defender os direitos humanos dos LGBTI e protegê-los contra abusos como, violência, leis e práticas discriminatórias, constitui grave violação das leis internacionais de direitos humanos e tem um grande impacto na sociedade - contribuindo para uma maior vulnerabilidade em relação à saúde, incluindo infecção pelo HIV, exclusão social e econômica, pressão sobre as famílias e comunidades impacto negativo sobre o crescimento econômico, o trabalho decente e o progresso para a consecução dos futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os Estados assumem o dever primário sob o direito internacional de proteger todos da discriminação e violência. Essas violações, portanto, exigem uma resposta urgente de governos, parlamentos, judiciários e instituições nacionais de direitos humanos. Líderes comunitários, religiosos e políticos, organizações de trabalhadores, setor privado, área da saúde, organizações da sociedade civil e a mídia também têm papéis importantes a desempenhar. Os direitos humanos são universais - práticas culturais, religiosas, morais, crenças e atitudes sociais não podem ser invocadas para justificar violações de direitos humanos contra qualquer grupo, incluindo pessoas LGBTI” - Declaração conjunta da ONU sobre o fim da violência e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e pessoas intersexuais (29 de setembro de 2015).*

Em 29 de setembro de 2015, 12 entidades da ONU (OIT, ACNUR, Secretariado do UNAIDS, UNDP, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNODC, ONU Mulheres, PAM e OMS) emitiram uma nota conjunta pedindo o fim da violência e discriminação contra Pessoas LGBTI<sup>10</sup>. Esta afirmação é de extrema relevância por vários motivos. Uma delas é porque o lançamento de uma declaração conjunta sem precedentes, relacionada a essa questão, permite concentrar mais atenção na população LGBTI, que é uma minoria muitas vezes negligenciada pelos Estados e pelas Organizações Internacionais. Além disso, a declaração enfatiza que os Estados devem proteger as pessoas LGBTI contra a violência, a tortura e os maus-tratos, bem como devem respeitar os padrões internacionais de direitos humanos voltados para a população LGBTI.

Em 2003, o Brasil apresentou uma Resolução Econômica e, em seguida, dirigiu-a à Comissão de Direitos Humanos<sup>11</sup>. Esta resolução englobava direitos humanos e orientação sexual e foi apoiada por vários países, incluindo Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido.

A Resolução continha seis tópicos:

1. Manifesta a sua profunda preocupação com a ocorrência de violações dos direitos humanos no mundo contra pessoas em razão da sua orientação sexual;
2. Salieta que os direitos humanos e as liberdades fundamentais são o direito inato de todos os seres humanos, que a natureza universal destes direitos e liberdades é inquestionável e que o gozo desses direitos e liberdades não deve ser impedido de forma alguma com base na orientação sexual;
3. Incentiva todos os Estados a promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual;

---

10 Disponível em <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/JoinLGBTStatementENG.PDF>> Acesso em 27 de maio de 2018.

11 E/CN.4/2003/L.92.

4. Registra a atenção dada às violações dos direitos humanos com base na orientação sexual pelos procedimentos especiais em seus relatórios à Comissão sobre Direitos Humanos, bem como pelos órgãos de monitoramento do tratado, e incentiva todos os procedimentos especiais da Comissão, dentro de seus mandatos, dar a devida atenção ao assunto;
5. Solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que preste a devida atenção à violação dos direitos humanos com base na orientação sexual;
6. Decide continuar a considerar o assunto em sua sexagésima sessão sob o mesmo item da agenda. (ONU, 2003 p. 02)

No entanto, a discussão desta resolução foi adiada em 2004 (GORISCH, 2011, p. 28). Por outro lado, em 2008, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou com unanimidade uma resolução<sup>12</sup> expressando sua preocupação com atos de violência e violações de direitos humanos cometidas contra indivíduos devido à sua orientação sexual e identidade de gênero. Essa resolução, além disso, encarregou a Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP) de incluir em sua agenda o tema "Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero" (OEA, 2008, p. 01).

No mesmo ano, a Anistia Internacional divulgou um comunicado expressando preocupação com a criminalização da homofobia no sistema internacional e as consequências que isso tem para a população LGBTI. Além disso, o manual recomenda a descriminalização da homossexualidade, reafirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)<sup>13</sup>. A Declaração foi lida pelo embaixador argentino Jorge Arguello em 18 de dezembro de 2008. Foi a primeira vez que uma Declaração sobre os direitos LGBTI foi lida na Assembléia Geral da ONU. No entanto, isso não resultou em nenhuma posição oficial da Assembléia (GORISCH, 2011, p. 28).

Em 2011, a ONU emitiu uma resolução no Conselho de Direitos Humanos<sup>14</sup>, considerando que os direitos LGBTI também são direitos humanos. Segundo Patricia Gorisch (2013, p. 26), esta resolução permite a interpretação de que o país que não presta assistência aos seus cidadãos LGBT também estará desrespeitando os Tratados Internacionais de Direitos Humanos e outros documentos internacionais. Finalmente, vale a pena mencionar o advento da sociedade civil global como ator fundamental para o avanço das conquistas LGBTI. Segundo Jan Schotle (1999),

A sociedade civil engloba uma enorme diversidade. Em termos de membros e círculos eleitorais, por exemplo, inclui institutos acadêmicos, associações empresariais, organizações comunitárias, órgãos de defesa do consumidor, sindicatos criminais, grupos de cooperação para o desenvolvimento, campanhas ambientais, lobbies étnicos, fundações, grupos de agricultores, defensores dos direitos humanos, sindicatos de trabalhadores, organizações humanitárias, ativistas pela paz, organizações profissionais, instituições religiosas, redes de mulheres, campanhas para jovens e muito mais (SCHOTLE, 1999, p. 04).

Essa sociedade também pode ser usada como um ambiente para que os indivíduos excluídos possam demandar por direitos e medidas, já que atualmente as questões de direitos humanos também podem ser consideradas questões da sociedade civil global (GORISCH, 2013, p. 77). Podemos usar como exemplos alguns atores dessa nova sociedade, como o surgimento de cyber militantes – indivíduos que utilizam a internet como mecanismo de prática ativista. O Humans Rights Watch é outro ator relevante nesse contexto, que vem desenvolvendo uma grande quantidade de relatórios contextualizando a situação global da população LGBTI; bem como várias outras

12 AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08) HUMAN RIGHTS, SEXUAL ORIENTATION, AND GENDER IDENTITY (Adopted at the fourth plenary session, held on June 3, 2008)

13 Available at <<https://www.amnesty.org/download/Documents/56000/pol300032008eng.pdf>>. Accessed on 28 May, 2018.

14 A/HRC / 17/ L.9 / 56. Available at <<http://pt.scribd.com/doc/58106434/UN-Resolution-on-Sexual-Orientation-andGender-Identity>>. Accessed on 28 May, 2018.

Organizações Não Governamentais (ONGs) envolvidas na causa LGBTI, como ILGA, Kaleidoscope, Catrachas e Movilh.

## **Visão geral da situação vivenciada pelas comunidades LGBTI acerca de questões sociais, humanitárias e culturais (SoCHum) dos países membros da Modelo das Nações Unidas (MUN) de Pelotas**

---

A presente seção deste estudo tem como objetivo fornecer uma visão geral da situação vivida pelas comunidades LGBTI dos países que farão parte do comitê Social, Humanitário e Cultural (SoCHum) na edição de 2018 do Modelo das Nações Unidas de Pelotas (MUN). Oficialmente, o SoCHum é o comitê que a Assembléia Geral da ONU redireciona os itens da agenda relacionados a uma série de questões sociais, humanitárias e de direitos humanos que afetam pessoas em todo o mundo<sup>15</sup>. Os países que farão parte da simulação do SoCHum de 2018 são: Argentina, Bangladesh, Brasil, Chile, China, Egito, Honduras, Irã, Líbano, Mianmar, Coreia do Norte, Rússia, Arábia Saudita, Síria, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

A fim de fornecer uma imagem coerente da realidade vivida por indivíduos LGBTI nesses países, o estudo abordará os aspectos domésticos e internacionais. Assim, serão mencionados aspectos locais de cada país, como legislação específica de países que criminalizam relações homossexuais consensuais, crimes motivados por LGBTIfobia, exclusão social de comunidades LGBTI, bem como avanços e retrocessos em relação à inclusão de elementos de gênero e orientação sexual na agenda dos Estados. Nesse sentido, informações publicadas por organizações nacionais e internacionais contribuirão para fornecer uma visão geral concisa da realidade doméstica. Os aspectos internacionais, por outro lado, podem ser um pouco mais complexos de serem abordados, uma vez que é difícil obter um número específico de requerentes de asilo LGBTI em todo o mundo. Será, portanto, de grande importância a contribuição de dados e relatórios fornecidos por Organizações Internacionais (OIs), como ONU, Anistia Internacional, Human Rights Watch, bem como algumas organizações específicas de países, como Movilh no Chile e Catrachas em Honduras.

## **Argentina**

---

Relações homossexuais consensuais não são criminalizadas na Argentina; união civil do mesmo sexo é permitida pela constituição; As pessoas LGBTI têm o direito de adotar crianças e as pessoas trans têm o direito de mudar seu gênero legalmente sem precisar de autorização judicial ou pedido de cirurgia. No entanto, o país se assemelha em alguns aspectos à realidade geral das populações LGBTI na América Latina<sup>16</sup>. Em 2016, o "Transgender Europe" (TGEU) lançou um projeto intitulado Trans Murder Monitoring, que relatou casos de pessoas trans de todo o mundo que foram assassinadas no período entre janeiro de 2008 e dezembro de 2015<sup>17</sup>. Com 41, a Argentina

---

15 Veja mais em <http://www.un.org/en/ga/third/index.shtml>

16 A região foi responsável por 74% dos 2.016 assassinatos de pessoas transgênero e com diversidade de gênero notificadas em todo o mundo entre janeiro de 2008 e dezembro de 2015. Veja mais em <https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-44528454>

17 Disponível em <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/03/TvTMMDoV2016MapEN.pdf>>. Acesso em 08 de agosto de 2018.

registrou o segundo maior número de mortes na região do Cone Sul<sup>18</sup>.

A nível internacional, o país assume posições muito progressistas. Como exemplo disso, o país votou a favor de medidas importantes, como a resolução de 2016 do UNHRC, sobre a proteção contra a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero<sup>19</sup>. Outro fato importante foi o pronunciamento do embaixador argentino Jorge Arguello, em 18 de dezembro de 2008, na Assembléia Geral da ONU<sup>20</sup>. Além disso, em 2014, a Argentina concedeu pela primeira vez asilo a um indivíduo que fugia de perseguições LGBTI<sup>21</sup>.

## Bangladesh

Bangladesh criminaliza as relações entre pessoas do mesmo sexo, sob a seção 377 do Código Penal:

### CAPÍTULO XVI

OFENSAS QUE AFETAM O CORPO HUMANO [ofensas não naturais] 377. Quem voluntariamente tiver relações carnis contra a ordem da natureza com qualquer homem, mulher ou animal, será punido com prisão perpétua<sup>22</sup> ou com pena de reclusão por um período de até dez anos, e será também sujeito a multa. Explicação. A penetração é suficiente para constituir a relação sexual necessária à infração descrita nesta seção. (CÓDIGO PENAL, 1860, ACT NO. XLV)

De acordo com um relatório de 2015 fornecido pela Global Human Rights Defense, a população LGBTI de Bangladesh frequentemente se sente vulnerável a expor sua orientação sexual e / ou identidade de gênero. Religião e normas culturais; negação social e institucional da existência e validade de tal diversidade; e a criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo são os principais fatores que aumentam a vulnerabilidade desses indivíduos (GHDR, 2015, p. 11). O governo deu alguns passos nos últimos anos, como declarar o reconhecimento legal de uma terceira categoria de gênero para as hijras<sup>23</sup>; no entanto, a implementação de políticas continua fraca e as minorias sexuais e de gênero permanecem sob constante pressão e ameaça (HRW, 2018, p. 71).

No nível internacional, Bangladesh não avançou muito na questão dos direitos LGBTI. Em 2008, Bangladesh foi um dos países que não se comprometeu a declaração do UNHRC sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero<sup>24</sup>; e em 2011, Bangladesh votou contra a primeira resolução da UNHRC sobre orientação sexual e identidade de gênero<sup>25</sup>. Além disso, durante o primeiro ciclo de Revisão Periódica Universal (RPU) do Bangladesh no Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC)<sup>26</sup> em 2009, o país recebeu inúmeras recomendações, incluindo a proteção dos direitos das pessoas LGBTI e a adoção de outras medidas para garantir sua proteção; o país também foi recomendado para abolir a seção 377 do Código Penal;

18 O primeiro é o Brasil, com um número alarmante de 802 assassinatos.

19 (A/HRC/32/L.2/Rev.1)

20 Veja página 08.

21 Veja mais em <https://www.glaad.org/blog/russian-gay-man-wins-asylum-argentina>

22 A palavra "encarceramento" foi substituída pela palavra "transporte" pela seção 19 da Portaria do Código Penal (emenda) de 1985 (Portaria XLI de 1985).

23 Hijra é uma comunidade religiosa hindu.

24 NU Doc A/63/635. Disponível em <<http://www.un.org/ga/search/viewdoc.asp?symbol=A/63/635>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

25 NU Doc A/HRC/RES/17/19. Disponível em <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G11/148/76/PDF/G1114876.pdf?OpenElement>>. Acesso em 05 Julho de 2018.

26 Veja mais em <https://www.ohchr.org/en/hrbodies/upr/pages/uprmain.aspx>

descriminalizar relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo e adotar novas medidas para promover a tolerância. (GHDR, 2015, p.10). No entanto, o governo rejeitou duas vezes as recomendações feitas pelo ACNUR. (HRW, 2018, p. 71).

## Brasil

---

O Brasil não criminaliza a homossexualidade. No entanto, de acordo com um relatório divulgado pela Anistia Internacional em 2017, o Brasil lidera o número de assassinatos de vários grupos minoritários, incluindo indivíduos LGBTI<sup>27</sup>. Além disso, uma pesquisa realizada pela ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) informou que, em 2017, 445 pessoas LGBTI foram mortas em crimes motivados pela homofobia. O número representa uma vítima a cada 19 horas. O saldo de crimes violentos contra essa população em 2017 é três vezes maior do que o observado 10 anos atrás, quando foram identificados 142 casos<sup>28</sup>.

No contexto da ONU, o Brasil foi responsável por apresentar e apoiar importantes resoluções relacionadas à proteção dos direitos LGBTI. Um exemplo disso é a resolução (E/CN.4/2003/L.92) sobre Promoção e Proteção dos Direitos Humanos e Orientação Sexual. Além disso, o Brasil foi um dos países responsáveis pela elaboração da resolução (A/HRC/27/L.27/Rev.1) sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, adotada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU (ACNUR) em 24 de setembro de 2014, com 25 votos a favor, 4 votos contra e 7 abstenções.

## Chile

---

Desde 1999, relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo não são consideradas crime no Chile; também, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo é permitido desde 2005. Apesar desses avanços na concessão de direitos LGBTI, algumas organizações de direitos humanos no Chile registraram um aumento no número de violência contra pessoas LGBTI. Isso levou o Movimento de Integração e Libertação Homossexual (Movilh) a definir 2017 como "o ano da fúria". Segundo Movilh, os casos e denúncias de discriminação contra pessoas LGBTI aumentaram em 45,7%. Diferentemente dos anos anteriores, a alta taxa de violência não significa que as vítimas LGBTIfobia estejam sendo mais incentivadas a denunciar abuso; em vez disso, reflete os níveis crescentes de violência.

A nível internacional, é interessante mencionar o caso Atala Riffo y Niñas, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos<sup>29</sup>. O governo cooperou com o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e com outras organizações humanitárias para fornecer proteção e assistência a pessoas deslocadas internamente, refugiados, refugiados retornados, requerentes de asilo, apátridas ou outras pessoas de interesse (EUA, 2017, p. 07). A constituição chilena prevê a concessão do status de asilo ou de refugiado. Além disso, o governo estabeleceu um sistema de ajuda específico para refugiados, reconhecendo aproximadamente 2.000 refugiados, incluindo 60 sírios (EUA, 2017, p. 07).

<sup>27</sup> Veja mais em <https://anistia.org.br/noticias/brasil-lidera-numero-de-assassinatos-de-diversos-grupos-de-pessoas-em-2017-aponta-anistia-internacional-em-novo-relatorio/>

<sup>28</sup> Veja mais em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-01/levantamento-aponta-re-corde-de-mortes-por-homofobia-no-brasil-em>

<sup>29</sup> Mais detalhes do caso estão disponíveis em <<https://franciscofalconi.wordpress.com/2013/07/01/o-caso-atala-riffo-y-ninas-vs-chile-2012>> Acesso em 06 de julho de 2018. A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos está disponível em <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/fichas/atalariffo.pdf>>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

## China

---

A constituição chinesa de 1982 (Artigo 8, seção 33)<sup>30</sup> afirma que os direitos humanos de todos os indivíduos devem ser respeitados e preservados. No entanto, a China ainda não possui uma lei que proteja os indivíduos da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. Além disso, as políticas e os regulamentos estabelecidos para proteger os direitos de grupos vulneráveis não incluem nem mencionam pessoas LGBTI e não se traduzem necessariamente em proteção prática contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero (UNDP, 2014, p. 23).

Não obstante, a China foi um dos 6 países que optaram por se abster durante a votação da resolução (A/HRC/32/L.2/Rev.1) sobre a proteção contra a violência e discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero. Embora a resolução tenha sido adotada pela maioria, a abstenção chinesa pode ser vista como um ato de preocupação, considerando a importância das diretrizes da resolução para proteger as minorias LGBTI.

## Egito

---

De acordo com um relatório de 2017 fornecido pela Human Rights Watch, o Egito viola frequentemente os direitos da comunidade LGBTI. Isso é reforçado por uma lei que proíbe a "devassidão", inicialmente promulgada em 1951 com o propósito de criminalizar o trabalho sexual e depois substituída pela Lei 10/1961 sobre o Combate à Prostituição, que tem sido usada pelas autoridades desde os anos 1990 para processar conduta homossexual entre homens, resultando em centenas de prisões (HRW, 2017, p. 8). Outro relatório da Human Rights Watch (2004) afirma que:

É quase rotina a polícia torturar homens suspeitos de conduta homossexual, às vezes forçá-los a confessar e, às vezes, simplesmente como um lembrete sádico do peso da vergonha que seu suposto comportamento incorre. Alguns homens revelaram à Human Rights Watch como foram chicoteados, espancados, amarrados e suspensos em posições dolorosas, salpicados com água gelada e queimados com cigarros acesos. Homens levados durante rondas policiais em massa foram torturados com eletrochoque nos membros, nos genitais ou até mesmo na língua. Guardas encorajam outros prisioneiros a estuprar supostos homossexuais. O tormento psicológico complementa o trauma físico. Um homem, mostrando as cicatrizes de tortura excruciante em seus membros, disse: "Eu quero gritar. Eu quero chorar. Eu não posso deixar sair." (HRW, 2004, p. 02).

Em 11 de setembro de 2017, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas votou a condenação da imposição da pena de morte por relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo<sup>31</sup>. Embora a resolução tenha sido aprovada pela maioria<sup>32</sup>, o Egito foi um dos sete países que votaram contra o implemento<sup>33</sup>. Uma das instruções da resolução condena o uso da pena de morte em casos de relação homossexual consensual

Condenando a imposição da pena de morte como sanção para formas específicas de conduta, como apostasia, blasfêmia, adultério e relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo, e expressando séria preocupação de que a aplicação da pena de morte por adultério seja desproporcionalmente imposta às mulheres. (ONU, 2017, p. 03).

Em um artigo de opinião publicado para a CNN em 2017, Frida Ghitis afirmou que desde que uma bandeira gay com um arco-íris foi agitada durante um show no Cairo, a Human Rights Watch informou que os egípcios LGBTI e seus partidários foram presos por acusações de

30 Ver Constituição da República Popular da China. Disponível em <http://english.people.com.cn/constitution/constitution.html>

31 A/HRC/36/L.6. A resolução está disponível em <[https://ilga.org/downloads/HRC36\\_resolution\\_questioe\\_death\\_penalty.pdf](https://ilga.org/downloads/HRC36_resolution_questioe_death_penalty.pdf)> Accessed on 06 August, 2018.

32 27 estados votaram a favor, 13 votaram contra e 7 se abstiveram.

33 A posição de cada país pode ser vista em uma tabela fornecida por Ilga. Disponível em <[https://ilga.org/downloads/HRC36\\_death\\_penalty\\_voting\\_resolution.pdf](https://ilga.org/downloads/HRC36_death_penalty_voting_resolution.pdf)>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

incitação sexual e por perturbar a coesão social. Finalmente, outro ponto que deve ser exposto é que o Egito continua sendo um país de destino, trânsito e fonte para refugiados e requerentes de asilo. Em 2017, a Agência de Refugiados da ONU disse que 211.104 pessoas de 63 nacionalidades foram registradas como refugiadas e solicitantes de refúgio no Egito, advindos principalmente da Síria, Sudão, Etiópia, Eritreia e Sudão do Sul (HRW, 2018, p. 191).

## Honduras

---

*"Você sabia que podia pedir asilo?" 'Não', eu disse. 'O que é isso?'" - Carlos, homossexual hondurenho, entrevistados em 2017 pela Anistia Internacional.*

De acordo com a Organização Não-Governamental (ONG) Cattrachas Lesbian Network (CATTRACHAS)<sup>34</sup>, de 2009 a 2017, houveram 277 mortes violentas de pessoas LGBTI em Honduras. Destas 277, apenas 62 casos foram processados. O estudo aponta que houve um aumento de mortes homossexuais, seguidas por mortes de transexuais; e um aumento no número de lésbicas que foram violentamente assassinadas em 2017. (CATTRACHAS, 2017, p. 18). Entre esses casos, houve um número de ativistas e defensores dos direitos LGBTI, como René Martínez Izaguirre, presidente da Comunidade Gay Sampedrana, que desapareceu e foi morto em junho de 2016. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017, p. 09).

Um relatório conduzido pela Anistia Internacional em 2017<sup>35</sup>, aponta que, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), as pessoas LGBTI são um dos "perfis de risco" para requerentes de asilo de El Salvador e Honduras. Por essa razão, esses indivíduos podem precisar de proteção internacional de acordo com a Convenção de 1951 sobre Refugiados e seu Protocolo de 1967. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017, p. 07). A Anistia Internacional relatou como a violência baseada na orientação sexual faz com que as pessoas LGBTI do Triângulo Norte da América Central<sup>36</sup> deixem seus países para buscar proteção em outros lugares, como o México. Devido aos altos níveis mexicanos de crimes e violações dos direitos humanos cometidos contra migrantes, os refugiados LGBTI do Triângulo da América Central continuam vulneráveis à violência, mesmo depois de chegar ao território do México (AMNESTIA INTERNACIONAL, 2017, p. 20).

## Irã

---

Antes de analisar a situação da população LGBTI iraniana, vale a pena mencionar uma peculiaridade sui generis da política iraniana. O Irã é uma república teocrática governada com base no "wilayat-al-faqih", que é um regime político islâmico. Acima dos três poderes republicanos, o Irã tem o Líder Supremo da Revolução de 1979. O Líder Supremo é ao mesmo tempo o líder político e religioso mais importante do país. Assim, a relevância de sua figura é capaz de ditar a política do Irã tanto em nível nacional quanto internacional (FERREIRA; HONORATO, 2016).

Sob a jurisprudência de Shi'a<sup>37</sup> relações do mesmo sexo carregam uma penalidade hadd<sup>38</sup> na sua forma mais grave, incluindo a morte. Embora o Código Penal do Irã tenha sido revisado em

34 A organização monitora mortes violentas de pessoas LGBTI com base em informações que aparecem na mídia.

35 O relatório é resultado de uma série de entrevistas realizadas entre 2016 e 2017 com 20 solicitantes de asilo e refugiados de El Salvador, Guatemala e Honduras identificados como LGBTI. Disponível em <<https://www.amnestyusa.org/wp-content/uploads/2017/11/No-Safe-Place-Briefing-ENG-1.pdf>>. Acesso em 06 de julho de 2018.

36 Os países do Triângulo Norte da América Central são El Salvador, Guatemala e Honduras.

37 Shi'a é um ramo do Islã, que fornece a base para o atual Código Penal Iraniano.

38 Hadd se refere a punições sob a lei islâmica.

2013, a interpretação das relações entre pessoas do mesmo sexo ainda se baseia na lei Shari'a e aplica a pena de morte ao sodomizador<sup>39</sup>, e à flagelação da sodomização (JAFARI, 2015, p. 19).

Nos debates em torno da proteção legal das minorias sexuais no Irã, a questão do conhecimento do juiz para determinar se um crime hadd ocorreu ou não deve ser subestimada. Isso ocorre porque, dentro do sistema jurídico iraniano, o conhecimento do juiz teve um papel significativo na decisão da imposição da pena de morte para casos de crimes hadd (JAFARI, 2015, p. 21).

De acordo com a "Iranian Railroad for Queer Refugees" (IRQR)<sup>40</sup>, o lugar mais comum para o qual os LGBTI iranianos fogem é a Turquia, onde eles procuram o asilo do ACNUR<sup>41</sup>. Para além do período de espera, que pode demorar até 3 anos, os requerentes de asilo estão sujeitos a numerosas outras dificuldades quando chegam ao território turco. O último relatório anual do IRQR afirma que a organização recebeu 69 pedidos de requerentes de asilo LGBTI. Além disso, a organização aponta que 2015 e 2016 representam os anos com maior número de requisições com 257 e 256 pedidos de refugiados (IRQR, 2017, p. 06).

## Libano

---

O artigo 534 do Código Penal libanês afirma que os atos sexuais que contradizem as leis da natureza são puníveis com até um ano de prisão<sup>42</sup>. Embora o código penal libanês não condene explicitamente a homossexualidade, a interpretação da declaração "qualquer relação sexual contrária à ordem da natureza" torna possível associar relações entre pessoas do mesmo sexo a atos antinaturais<sup>43</sup>. De acordo com a Proud Lebanon, uma organização não-governamental libanesa (ONG), a comunidade LGBTI no Líbano enfrenta dois tipos de discriminação:

Primeiro, o assédio social e a incapacidade de recorrer a policiais ou tribunais para apresentar queixas e pedir proteção porque isso resulta em uma denúncia de sua orientação sexual ou identidade de gênero e, portanto, de sua criminalização. Em segundo lugar, o assédio por parte dos agentes de segurança pública, seu tratamento discriminatório em relação aos LGBTs e a violação dos direitos humanos básicos e dos princípios legais básicos relacionados aos procedimentos investigativos e criminais (PROUD LEBANON, 2017, p.02).

Mais de 1 milhão de refugiados sírios estão registrados no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no Líbano. O governo estima que o número real de sírios no país seja de 1,5 milhão. (HRW, 2017, p. 339). Muitos refugiados estão fugindo para o Líbano e acabam retornando aos seus países de origem ou sendo realocados pelo ACNUR. Quando entrevistado pela ILGA, Mahady Charafeddin<sup>44</sup> afirmou que

Os [refugiados LGBTI] acham que no Líbano temos mais liberdade e mais vida gay e que as pessoas não os julgam. Eles acham que não há problema em ser gay no Líbano, mas não é a realidade. Para se manterem vivos, os refugiados LGBT pegam qualquer trabalho e às vezes são explorados para o trabalho sexual, onde o cafetão ameaça denunciá-los se não trabalharem para ele. Alguns deles são presos porque não possuem documentos (ILGA, 2011).

A principal dificuldade reside no fato de que o governo libanês não reconhece o status de refugiado, uma vez que o Líbano não ratificou a Convenção de Refugiados de 1951. Embora o

---

39 Termo religioso usado para se referir às relações do mesmo sexo.

40 O IRQR é uma instituição de caridade registrada no Canadá que fornece apoio e aconselhamento para pessoas que estão procurando se afastar de perseguições. Veja mais em <http://irqr.ca/2016/?pageid=163>

41 Veja mais em <http://irqr.ca/2016/>

42 The Economist, 2014. Leis da natureza. Disponível em <<https://www.economist.com/pomegranate/2014/03/14/laws-of-nature>>. Acesso em 06 de agosto de 2018.

43 Veja mais em <https://www.hrw.org/news/2018/07/19/lebanon-same-sex-relations-not-illegal>

44 Mahady Charafeddin é membro da ONG de direitos dos homossexuais Helem e oficial de proteção da ONG Fundação Árabe para a Liberdade e a Igualdade (AFE).

ACNUR geralmente conceda o status de refugiado quando solicitado, o governo libanês não reconhece oficialmente esse status, o que significa que os requerentes de asilo permanecem irregulares até que o ACNUR e o governo da Líbia possam chegar a um acordo<sup>45</sup>.

## MYANMAR

---

Myanmar criminaliza as relações entre pessoas do mesmo sexo, nos termos da seção 377 do Código Penal:

[De ofensas não naturais]

377. Quem voluntariamente tem relações carnis contra a ordem da natureza com qualquer homem, mulher ou animal deve ser punido com a vida, ou com prisão de qualquer descrição por um período que pode se estender a dez anos, e também deve receber multa (CÓDIGO PENAL, 1860, CAPÍTULO XVI).

Apesar disso, o país fez alguns progressos para fornecer direitos às minorias LGBTI. De acordo com a Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Sida), os movimentos LGBTI em Bangladesh experimentaram algumas melhorias em relação à expressão da sexualidade e orientação de gênero. Um importante passo foi dado neste assunto, através da primeira celebração pública do Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia (IDAHO), em 17 de maio de 2002.

Em nível internacional, embora Myanmar não tenha ratificado muitos dos principais tratados de direitos humanos, ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CRC). (CALEIDOSCÓPIO, 2015, p. 02). Além disso, na ASEAN<sup>46</sup> de 2014 a Conferência da Sociedade Civil (ACSC) foi realizada em Yangon, capital da região de Yangon, em Myanmar. Isto pode ser considerado um importante passo em frente, uma vez que a declaração reafirma os princípios fundamentais dos direitos humanos, incluindo aqueles relacionados a grupos vulneráveis e marginalizados, como minorias LGBTI e indivíduos refugiados<sup>47</sup>.

## Coreia do Norte

---

A história da atual Coreia do Norte foi definida em 1948, após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Antes desse evento, o Japão teve enorme influência na península coreana. A Coreia do Norte é uma nação que rompeu com o resto do mundo quando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ainda existia. Por causa das particularidades inerentes ao sistema político da Coreia do Norte, é um tanto quanto complexo expor uma visão geral sobre como o país lida com muitas questões, incluindo a questão das relações entre pessoas do mesmo sexo. Quando alguém escreve sobre a Coreia do Norte, é comum não encontrar estatísticas suficientes para elaborar uma visão geral concisa de suas particularidades. Ao mesmo tempo, corre-se o risco de disseminar informações imprecisas sobre a realidade do país diante da escassez de dados disponíveis.

Nesse sentido, estes são alguns aspectos domésticos que podem ser listados sobre o país: embora não haja nenhuma medida legal específica para garantir os direitos LGBTI ou para

45 Veja mais em <https://ilga.org/lgbti-refugees-seek-haven-in-lebanon>

46 Associação das Nações do Sudeste Asiático

47 Veja mais em <https://hronlineph.com/2014/03/29/statement-advancing-asean-peoples-solidarity-toward-sustainable-peace-development-justice-and-democratisation-acscapf/amp/>

proteger as pessoas LGBTIs norte-coreanas da discriminação, a constituição da Coreia do Norte não proíbe expressamente relações entre pessoas do mesmo sexo. A nível internacional, a Human Rights Watch publicou recentemente um Relatório Mundial afirmando que a Coreia do Norte se recusa a cooperar com o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) ou com o relator especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte. Em 2017, o país se envolveu com dois tratados de direitos humanos da ONU e convidou um relator especial da ONU para visitar pela primeira vez o país. Apesar disso, o relatório diz que "apesar de tal engajamento, a Coreia do Norte muitas vezes se recusa a reconhecer suas próprias violações de direitos ou aceitar as recomendações do comitê" (HRW, 2018, p. 400).

## Rússia

---

Na Rússia, as relações homossexuais masculinas foram descriminalizadas em 1993. Apesar disso, de acordo com Human Rights Watch (2014), a população vê cada vez mais as pessoas LGBT como "anormais" e "perversas", o que faz persistir o estigma social generalizado em torno da homossexualidade (2014, HRW, p. 12). Além disso, a comemoração da Copa do Mundo de 2018 na Rússia fez o mundo olhar mais de perto para o país. Um exemplo disso foi o Rainbow Cup, uma campanha que chamou a atenção por protestar contra a LGBTIfobia na Rússia<sup>48</sup>.

Em uma resolução (A/HRC/32/L.2/Rev.1) sobre a proteção contra a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, adotada em 2 de outubro de 2014, a Rússia foi um dos países que se opuseram<sup>49</sup>. A "propaganda de relações sexuais não tradicionais"<sup>50</sup>, banida pela Rússia em 2013, é um dos fatores que motivaram a população LGBTI russa a solicitar asilo em outros países, incluindo os EUA<sup>51</sup>. Não obstante, considerando as circunstâncias atuais, a entrada da população LGBTI russa nos EUA pode ser frustrante para aqueles que têm a imagem do país como um "paraíso" seguro para os refugiados LGBTI<sup>52</sup>.

## Arábia Saudita

---

Não existe um Direito Penal sistematizado na Arábia Saudita, visto que o país é uma monarquia teocrática absoluta que segue a lei islâmica da Sharia. Embora a Arábia Saudita não tenha um código criminal codificado, existe uma agência de aplicação de leis, chamada "Comitê para a Promoção da Virtude e Prevenção do Vício", ao qual cabe prender e deter pessoas que violam os ensinamentos tradicionais do wahabismo<sup>53</sup>, incluindo pessoas que matêm relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, além de expressão de gênero diversas. (ILGA, 2016 p. 115).

Além da falta de direitos, os indivíduos LGBTI na Arábia Saudita são frequentemente vítimas de abuso de autoridade. De acordo com o Relatório Mundial da Human Rights Watch de 2018, em fevereiro de 2017, a polícia saudita prendeu 35 cidadãos paquistaneses, sendo alguns deles mulheres transexuais. Um deles morreu na detenção. Sua família disse que seu corpo mostrava sinais de tortura, enquanto as autoridades sauditas disseram que ela havia morrido de ataque cardíaco. (HRW, 2018, p. 464).

A nível internacional, a Arábia Saudita rejeita constantemente as resoluções do ACNUR relativas

---

48 Veja mais em <http://esporte.ig.com.br/futebol/copa-do-mundo-2018/2018-06-14/russia-rainbow-cup-lgbt-copa-do-mundo.html>

49 Veja mais em <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=20220>

50 Veja mais em <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/11/russia-law-banning-gay-propaganda>

51 Veja mais em [https://www.huffingtonpost.com/entry/lgbtq-russians-are-fleeing-to-ny\\_a5b17ebeae4b0734a9939b2a3](https://www.huffingtonpost.com/entry/lgbtq-russians-are-fleeing-to-ny_a5b17ebeae4b0734a9939b2a3)

52 Veja página 22.

53 Wahhabism é um termo usado para descrever a doutrina religiosa de Muhammad Muhammad ibn Abd al-Wahha.

à proteção dos direitos LGBTI. Em uma resolução de 2016 sobre proteção contra a violência e discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero<sup>54</sup> a Arábia Saudita foi um dos 17 países que votaram contra a medida. Além disso, a Arábia Saudita foi um dos sete países que votaram contra a implementação da resolução do ACNUR em 2017 condenando a imposição da pena de morte por relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo.

## África do Sul

---

Segundo a Human Rights Watch (2011, p. 14-15), a África do Sul tem um dos índices mais altos de violência de todos os tipos no mundo. Cerca de 2.122.000 casos de crimes graves foram registrados em 2009-2010; 30% destes foram de agressão envolvendo danos corporais graves<sup>55</sup>. Houve quase 200.000 casos de agressão comum, quase 60.000 casos de assalto comum, quase 70.000 casos de agressão sexual e cerca de 1.500 casos de violência pública. Considerando as estatísticas, é possível afirmar que a crescente violência contra indivíduos LGBTI da África do Sul ocorre em um contexto de epidemia de violência baseada no gênero no país. (HRW, 2011, p. 16).

Todavia, o país avançou na promoção de direitos para a população LGBTI. Um exemplo disso é a Declaração de Política de Gênero<sup>56</sup>, que pretendia trazer uma perspectiva de gênero a todos os aspectos do planejamento, política, desenvolvimento de legislação e transformação do sistema de justiça. Além disso, a terceira diretriz da seção 9 da constituição sul-africana garante que

O Estado não pode discriminar injustamente, direta ou indiretamente, alguém por um ou mais motivos, incluindo raça, sexo, gravidez, estado civil, origem étnica ou social, cor, orientação sexual, idade, deficiência, religião, consciência, crença, cultura, língua e nascimento. (SOUTH AFRICA, 1996, p.6)

Além disso, a África do Sul geralmente assume posições progressistas em assuntos relacionados aos direitos LGBTI, como foi o caso da Conferência das Nações Unidas sobre as Mulheres de 1995 em Pequim, quando a África do Sul manifestou-se contra a discriminação com base na orientação sexual. Em junho de 2011, a África do Sul conduziu o Conselho de Direitos Humanos da ONU a adotar a resolução 17/19, que foi a primeira resolução da ONU sobre orientação sexual. (JORDAN, 2017, p. 02).

## Síria

---

O código penal sírio de 1949, proíbe "relações carnis contra a ordem da natureza" e prevê até três anos de prisão: O artigo 520 aponta que "qualquer intercurso sexual não natural é punido com pena de prisão de até três anos."<sup>57</sup> No entanto, de acordo com a Equal Rights Trust<sup>58</sup> (2008, p. 04), não há informações sobre a aplicação desta lei e não há casos conhecidos de processo. Embora não haja evidência de perseguição explícita, a criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo inibe os indivíduos LGBTI sírios de expressar publicamente sua orientação sexual. Nesse sentido, qualquer um na Síria com uma orientação sexual diferente dos padrões heterossexuais é vulnerável a sofrer preconceitos nos mais diferentes níveis (EQUAL

54 A/HRC/32/L.2/Rev.1

55 Departamento de Polícia, Estatísticas Criminais: abril de 2009 a março de 2010. Disponível em <<http://www.saps.gov.za/statistics/reports/crimstats/2010/crimstats.htm>> Acesso em 05 de agosto de 2018.

56 Declaração de Política de Gênero. Disponível em <[http://www.justice.gov.za/policy/1999 GenderPolicyStatement.pdf](http://www.justice.gov.za/policy/1999%20GenderPolicyStatement.pdf)>. Acesso em 07 de agosto de 2018.

57 Código Penal, 1949. Veja mais em <http://www.gaylawnet.com/ezone/crime/18597minorinterpellation.pdf>

58 O Equal Rights Trust é uma organização internacional independente. Veja mais em <http://www.refworld.org/publisher.ERT,,,50ffbce567f,,0.html>

RIGHTS TRUS, 2008, p. 04).

Além disso, a presença do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS) no território sírio torna a situação das pessoas LGBTI ainda mais difícil<sup>59</sup>. Em agosto de 2015, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) discutiu ataques terroristas comandados pelo ISIS contra indivíduos LGBTI<sup>60</sup>. O grupo terrorista reivindicou a responsabilidade de matar pelo menos 30 pessoas por sua orientação sexual. Em novembro de 2015, dois homens sírios foram supostamente apedrejados até a morte pelo ISIS depois de declararem que eram gays<sup>61</sup>.

Desde 29 de julho de 2018, existem aproximadamente 426.905 refugiados sírios (registrados)<sup>62</sup>. Apesar disso, é difícil saber quantos desses indivíduos são LGBTI, uma vez que o ACNUR não mantém estatísticas formais sobre esse grupo específico. Além disso, a realidade dos LGBTI sírios em busca de asilo é diferente da de outros refugiados LGBTI: além da discriminação baseada na orientação sexual, eles também têm que conviver com os efeitos da Guerra Civil, que afeta a população síria de um modo geral.

## Turquia

---

A Turquia não possui uma lei específica que proteja os indivíduos LGBTI, nem possui qualquer lei que proíba a discriminação com base na orientação sexual. De acordo com a Associação de Direitos Iguais LGBTI para os Balcãs Ocidentais e a Turquia (ELGA), os indivíduos LGBTI enfrentam discriminação acerca da sua orientação sexual e identidade de gênero em seus direitos humanos fundamentais e básicos. Algumas organizações presentes no país afirmam que as referências na lei relativas à "moral da sociedade" e ao "comportamento sexual não natural" podem ser usadas como base para a perseguição policial e a discriminação no emprego. (2017, ELGA).

A Turquia recebe um grande número de refugiados: dos 3,4 milhões na Turquia, a maioria vem da Síria, porém o país também hospeda requerentes de asilo do Afeganistão, Iraque e outros países (HRW, 2018 p. 566). O país é onde eles ficam até que possam ser reconhecidos como refugiados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Geralmente, leva mais de um ano para o pedido ser aprovado, o que leva os refugiados a viver na Turquia durante o período de espera. Além disso, existe um acordo de migração com a União Europeia (UE), que oferece ajuda em troca de impedir a migração para os países-membros da UE (HRW, 2018, p. 566).

## Estados Unidos

---

Relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo são constitucionalmente permitidas nos Estados Unidos (EUA). Além disso, em 26 de junho de 2015, a Suprema Corte dos EUA derrubou as proibições de casamento entre pessoas do mesmo sexo, efetivamente trazendo a igualdade do casamento para todos os 50 estados<sup>63</sup>. Não obstante, um relatório de Aceleração de Aceitação, feito em 2018 pela Aliança Gay e Lésbica Contra a Difamação (GLAAD)<sup>64</sup>, semeou uma queda

---

<sup>59</sup> Segundo o Al Jazeera, a presença do ISIL está agora limitada a al-Hajar al-Aswad, ao sul de Damascus, e a Abu Kamal. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2015/05/syria-country-divided-150529144229467.html>>. Acesso em 06 de julho de 2018.

<sup>60</sup> Veja mais em <https://www.aljazeera.com/news/2015/08/security-council-holds-meeting-lgbt-rights-150824201712751.html>

<sup>61</sup> Mesmo.

<sup>62</sup> Portal Operacional do ACNUR. Disponível em <<https://data2.unhcr.org/en/situations/syria>>. Acesso em 06 de julho de 2018.

<sup>63</sup> Disponível em <https://www.vox.com/cards/gay-marriage-supreme-court-decision/supreme-court-gay-marriage-history>

<sup>64</sup> A GLAAD (antiga Aliança Gay e Lésbica Contra a Difamação) é uma organização não-governamental de monitoramento de mídia dos EUA fundada por pessoas LGBT na mídia.

na aceitação de minorias LGBTI nos EUA<sup>65</sup>.

Isso expôs uma realidade chocante para o país, que por muito tempo tem sido considerado uma espécie de "paraíso" seguro para os refugiados LGBTI<sup>66</sup>. Segundo o relatório da GLAAD, o aumento da intolerância nos EUA pode ser visto como um reflexo do teor na retórica e das experiências que o país testemunhou no ano passado. Um exemplo disso foram certas políticas tomadas pelo governo dos EUA, como a proposta do presidente de proibir formalmente as pessoas transgênero de servir nas forças armadas<sup>67</sup>.

Por outro lado, o Bureau de População, Refugiados e Migração (PRM) do Departamento de Estado dos Estados Unidos, afirma que está expandindo seu engajamento para abordar alguns dos principais desafios que os refugiados LGBTI enfrentam. O PRM trabalha em conjunto com Organizações Internacionais, como a Agência de Refugiados da ONU e algumas Organizações Não-Governamentais, a fim de fornecer assistência e proteção aos indivíduos LGBTI. Apesar disso, não é possível quantificar o número de requerentes de asilo porque os EUA não distinguem os candidatos com base na orientação sexual ou identidade de gênero.

## Reino Unido

---

Houveram várias medidas recentes que aumentaram os direitos dos indivíduos LGBTI. Em 2000, o Reino Unido removeu a proibição de indivíduos LGBTI de servirem nas forças armadas<sup>68</sup>. Além disso, a Lei de Reconhecimento de Gênero de 2004 deu aos indivíduos transgêneros o direito de ter sua identidade de gênero legalmente reconhecida<sup>69</sup> e o "Marriage Act" (2013) legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Inglaterra e no País de Gales<sup>70</sup>.

O Reino Unido é signatário de numerosos tratados internacionais e europeus e declarações de direitos humanos que incluem proibições de discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, bem como a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, a Carta dos Direitos Humanos Fundamentais da União Europeia, PIDCP, PIDESC e outros acordos baseados na garantia de direitos humanos essenciais. Além disso, o Reino Unido pode conceder asilo, de acordo com a Convenção das Nações Unidas de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados.

Apesar disso, de acordo com um relatório fornecido pela Stonewall em 2014, indivíduos LGBTI que tentam buscar asilo no Reino Unido podem enfrentar algumas complicações, como discriminação e assédio em centros de detenção. Outra dificuldade que pode ser mencionada é que as pessoas que trabalham nos centros de detenção às vezes falham em proteger os indivíduos LGBTI de abuso e os solicitantes de asilo LGBTI não podem, justamente, buscar sua reivindicação legal enquanto estão detidos (STONEWALL, 2016, p. 8).

---

65 O relatório está disponível em <http://www.glaad.org/files/aa/Accelerating%20Acceptance%202018.pdf>

66 HIAS (Sociedade de Ajuda ao Imigrante Hebreu). Refúgio dos EUA para refugiados LGBT. Veja mais em <https://www.hias.org/us-safe-haven-lgbt-refugees>

67 O guardião. Casa Branca anuncia proibição de pessoas transgêneras que servem em forças armadas. (Mar de 2018). Disponível em <https://www.theguardian.com/us-news/2018/mar/23/donald-trump-transgender-military-ban-white-house-memo>

68 Veja mais em <http://www.proud2serve.net/the-road-to-equality/124-the-road-to-equality-a-chronology-of-key-dates-for-the-armed-forces>

69 Disponível em <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2004/7/contents>

70 Disponível em <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2013/30/contents/enacted/data.htm>

## Considerações Finais

---

A seção anterior tentou fazer uma breve exposição da realidade vivida pela população LGBTI dos países abrangidos pelo presente guia de estudo. Não obstante, deve-se notar que os dados fornecidos não refletem totalmente a realidade de cada país tratado, uma vez que a maioria das informações aqui expostas consiste basicamente em uma síntese de relatórios e estatísticas coletados por Organizações Internacionais (OIs) que investigam as condições de vida das minorias LGBTI.

Considerando o objetivo de fornecer as bases necessárias para a execução da simulação do MUN, foi feita apenas uma breve e sucinta análise de cada país. Portanto, o objetivo principal do estudo não foi somente fornecer informações, mas sim estimular o senso crítico e o interesse do leitor em buscar informações sobre como Estados e Organizações Internacionais específicos incluem em sua agenda algumas questões que dizem respeito tanto aos refugiados quanto aos indivíduos LGBTI.

## Referências

---

- CARTER, David. *Stonewall: The Riots That Sparked the Gay Revolution*. New York: St. Martin's Griffin, 2004, p. 02.
- CATTRACHAS. *Informe Sobre Muertes Violentas de la comunidad LGTTBI Cattrachas 2009-2017*. Tegucigalpa, 2017, p. 1-23.
- ELGA. *Anti-Discrimination legislation and LGBTI people seeking asylum in the country*. Available at <http://www.lgbti-era.org/content/turkey>. Accessed on June 14, 2018.
- EQUAL RIGHTS TRUST. *The Equal Rights Trust's country overview on Syria*. London, 2008, p. 04
- FERREIRA; HONORATO. A POLÍTICA EXTERNA DO IRÃ E O WILAYAT AL-FAQIH SOB A ÓTICA DOS LÍDERES DA REVOLUÇÃO ISLÂMICA. In: *RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã*. Curitiba: Juruá Editora, 2016. p. 255-186.
- GHDR. *The Invisible Minority: The situation of the LGBT community in Bangladesh*. Netherlands: Global Human Rights Defence, 2015.
- GHITIS, Frida. CNN. *The shocking US vote not to condemn the death penalty for LGBT people*. Available at <https://edition.cnn.com/2017/10/05/opinions/un-death-penalty-resolution-usa-lgbt-ghitis-opinion/index.html>. Accessed on August 05, 2018.
- GORISCH, Patricia. *O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS LGBT COMO DIREITOS HUMANOS*. Santos: Unisantos, 2011.
- HOOPGOOD, Stephen. *OPEN GLOBAL RIGHTS. Human rights: past their sell-by date. It is activists, not states who will make a difference in future. But western-led rights organizations may have seen their day*. Open Global Rights, June 18, 2013. Available at <https://www.openglobalrights.org/human-rights-past-their-sell-by-date/> Accessed on 28 June, 2018.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Bodies and Evidence: The Motives, and Medicine, of Torture. Shebl and Naguib's Story*. In: *IN A TIME OF TORTURE: The Assault on Justice In Egypt's Crackdown on Homosexual Conduct*. USA, 2004, p. 101-105.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Verbal Abuse, Ridicule, Harassment, and Intimidation*. In: *"We'll Show You You're a Woman": Violence and Discrimination against Black Lesbians and Transgender Men in South Africa*. USA, 2011, p. 28.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2018: Events of 2017. New York: Seven Stories Press, 2018.

INTERNATIONAL AMNESTY. NO SAFE PLACE: Salvadorans, Guatemalans and Hondurans Seeking Asylum in Mexico Based on their Sexual Orientation and/or Gender Identity. London: Amnesty International Ltd, 2017, p. 1-32.

IRQR. Annual Report 2017. January 1 st 2017-December 31st 2017, 2017, p. 06.

JAFARI, Mehri. Islamic Jurisprudence-inspired Legal Approaches towards Male Homosexuals in Iran. In: Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Rights in Iran Analysis from Religious, Social, Legal and Cultural Perspectives. INTERNATIONAL GAY AND LESBIAN HUMAN RIGHTS COMMISSION, 2015, p. 19-26.

JORDAAN, Eduard. South Africa and sexual orientation rights at the United Nations: Batting for both sides. Singapore: Singapore Management University, 2017, p.02.

MOVILH. XVI. Informe Anual de Derechos Humanos de la Diversidad Sexual y de Género en Chile (Hechos 2017). Santiago, 2018.

OAS. DERECHOS HUMANOS, ORIENTACIÓN SEXUAL E IDENTIDAD DE GÉNERO. AG/RES. 2435 (XXXVIII-O/08), 2018.

PROUD LEBANON. LEBANON shadow report; Report submitted to the Committee against Torture in the context of the initial review of Lebanon "The LGBTI community in Lebanon". Proud Lebanon, March 20, 2017.

RAM. Opening Doors: A Global Survey of NGO Attitudes Towards LGBTI Refugees & Asylum Seekers. Organization for Refuge, Asylum, and Migration, June, 2012.

REPUBLIC OF THE UNION OF MYANMAR. The Penal Code, 1860, Chapter XVI. Available at <[http://www.burmalibrary.org/docs6/MYANMAR\\_PENAL\\_CODE-corr.1.pdf](http://www.burmalibrary.org/docs6/MYANMAR_PENAL_CODE-corr.1.pdf)> Accessed on 06 July, 2018.

SCHOLTE, Jan. Global Civil Society: Changing the World? United Kingdom: Univesity of Warwick, CSGR Working Paper No. 31/99, May 1999.

SOUTH AFRICA. Section no.09 (3). The Constitution of the Republic of South Africa. Adopted on 8 May 1996 and amended on 11 October 1996 by the Constitutional Assembly. Available at <<http://www.justice.gov.za/legislation/constitution/SACConstitution-web-eng.pdf>>. Accessed on July 11, 2018.

STONEWALL. Argentina Stonewall Global Workplace Briefings. London, 2011, p. 01.

STONEWALL. NO SAFE REFUGE: Experiences of LGBT asylum seekers in detention. London, 2016, p. 08.

TERTO, Angela; SOUZA, Pedro. From Stonewall to the UN General Assembly: Acknowledging LGBT Rights. Dourados: UFGD, 2015.

THORESON, Ryan. LGBT human rights in the Age of Human Rights. S&F Online, February 02, 2017. Available at <<http://sfonline.barnard.edu/thinking-queer-activism-transnationally/lgbt-human-rights-in-the-age-of-human-rights/>>. Accessed on 18 June, 2019.

UNDP, USAID. Being LGBT in Asia: China Country Report. Bangkok: United Nations Development Programme, 2014.

UNITED NATIONS. Final Act of the United Nations Conference of Plenipotentiaries on the Status of Refugees and Stateless Persons. Convention relating to the Status of Refugees, Geneva, 28 July, 1951.

UNITED NATIONS, A/HRC/32/L.2/Rev.1. Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development. Human Rights Council, 28 June 2016, thirty-second session, agenda item 3.

UNITED NATIONS. A/HRC/36/L.6. The question of the death penalty. Human Rights Council, 29 Sept. 2017, thirty-sixth session.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATES. Chile 2017 Humans Rights Report. USA: Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, 2017, p. 07.

# A Situação dos Direitos Humanos na República Popular Democrática da Coreia

Cristina Schiavon,

Tradução: Ariane Dorneles

## Introdução

A situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia é considerada por muitos um tema polêmico e de difícil acesso. Em virtude, sobretudo, da forma como o governo lida com o tema. Situado no Leste Asiático, o país integra a agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) há pelo menos dezoito anos, em razão de relatos sobre os mais variados tipos de violações aos direitos inerentes a todos os seres humanos.

Tanto a imprensa, quanto organizações internacionais não governamentais e a própria ONU mencionam em suas matérias, pesquisas e inquéritos, casos de tortura, homicídio de deficientes e trabalho coagido – especialmente em campos destinados à detenção de presos políticos. Também são relatadas ocorrências de infanticídios, abortos forçados, casos de fome extrema, privação do direito à liberdade de opinião e de expressão, raptos, perseguição por motivos religiosos, raciais e de gênero, assim como deslocamento forçado de pessoas.

A Coreia do Norte, como é usualmente conhecida, afirma que as acusações de violação aos direitos humanos são promovidas por Estados que se posicionam politicamente contra a sua liderança – desde 2011, seu líder supremo é Kim Jong-un. Além disso, desde 2004 o país não tem permitido a entrada do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia. Fato que transmite a falta de transparência por parte do governo norte-coreano. Em virtude disso, o atual Relator Especial, Tomás Ojea Quintana, tem coletado informações com pessoas que deixaram o país em questão. Segundo Quintana (2017, p. 4, tradução nossa):

No presente relatório, o Relator Especial descreve as atividades que realizou no ano passado [2016] com aquele objetivo em mente. Embora a República Popular Democrática da Coreia continue a rejeitar o mandato no país, o titular do mandato tem sido capaz de trabalhar com vários atores para coletar, documentar e relatar a situação no país. O Relator Especial comprometeu-se a atender aos mais altos padrões de independência, imparcialidade e precisão na avaliação dos dados. Algumas das contribuições para o presente relatório foram fornecidas por meio de entrevistas com pessoas que deixaram a República Democrática Popular da Coreia no final de 2016 e em 2017. Embora o governo tenha acusado seus nacionais no exterior de dar testemunhos falsos, as informações recebidas foram cruzadas com outras fontes independentes, dificultando a sua invalidação. O Relator Especial teria preferido receber e analisar esses testemunhos na República Popular Democrática da Coreia, inclusive as opiniões das autoridades. No entanto, o governo rejeitou seus pedidos para realizar uma visita ao país (QUINTANA, 2017, p. 4).

No país, as taxas de desnutrição, especialmente das crianças, chamam a atenção da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO<sup>1</sup>) e do Programa Alimentar

1 FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Mundial (WFP<sup>2</sup>) desde o início do segundo milênio. Mesmo com os períodos de seca e com a ocorrência de desastres naturais como os tufões que prejudicaram a produção agrícola ao longo dos anos, os órgãos acima concluíram que o país possui imensos problemas estruturais e logísticos para a distribuição de alimentos e expressou, ainda, preocupação em relação à pontualidade e ao volume das quantias distribuídas.

A existência de campos de detenção para prisioneiros políticos no Estado, além de já ter sido um tópico relatado durante a Assembleia Geral da ONU, também foi alvo de matérias da organização não governamental de defesa dos direitos humanos, Anistia Internacional. O trabalho de divulgação das informações coletadas em 2016 pela organização incluiu fotos tiradas de satélites dos referidos campos de detenção e, reforça a suspeita de que o governo da República Popular Democrática da Coreia continua a investir na sua expansão. Similarmente, as violações aos direitos inerentes a todos os seres humanos se fazem presentes no país através dos casos de tortura. Um dos casos mais recentes, envolvendo, aliás, um cidadão estadunidense, foi o do estudante Otto Frederick Warmbier. O jovem morreu aos 22 anos, já nos Estados Unidos, após ter passado 15 meses em uma prisão norte-coreana. A razão de seu aprisionamento ainda é envolta em mistério: algumas fontes alegam que teria, supostamente, roubado um pôster de um hotel na capital do país, Pyongyang, enquanto outras afirmam que ele teria feito apenas uma gozação com as informações contidas no pôster em questão.

Casos relacionados a abortos realizados contra a vontade das mulheres, experiências realizadas com crianças recém-nascidas que aparentavam alguma deficiência – as quais teriam sido mortas por seus próprios pais e, então, enviadas a universidades médicas do país para pesquisas –, além de relatos sobre casos de exploração sexual no país vinculam, cada vez mais, a imagem da Coreia do Norte à violação dos direitos humanos. Nos últimos 20 anos, com uma maior difusão de informações nas mídias online, esses acontecimentos passaram a ser propagados em maior escala. Uma consequência dessa maior difusão, é a disseminação de relatos de prisioneiros que acabaram por morrer em decorrência da desnutrição e da exaustão extrema às quais são expostos – os aprisionados podem ser forçados a trabalhar até 20 horas por dia. Segundo a própria ONU, "aos prisioneiros não é dado supostamente nenhum acesso a cuidados de saúde e [as] rações de alimentos [são] muito limitadas, cerca de 20 grãos de milho por dia por preso, resultando em inanição" (UNITED NATIONS ORGANIZATION BRAZIL, 2013).

Além disso, as violações às liberdades intrínsecas dos seres humanos que ocorrem na Coreia do Norte têm ultrapassado as fronteiras do país. Pois, os indivíduos que tentam conseguir abrigo na China após terem conseguido fugir do país ou dos campos de detenção norte-coreanos com êxito são geralmente deportados para o Estado do qual ansiaram sair. Tais pessoas, ao voltarem para a República Popular Democrática da Coreia, comumente acabam por sofrer punições que vão contra os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Um dos poucos casos que resultaram em um final diferente, e que ganhou notoriedade exatamente por isso, é o de Shin Dong-hyuk. O rapaz nasceu em um campo de detenção para presos políticos e conseguiu fugir por volta dos 22 anos de idade, após ter sido torturado ao longo de 14 anos e ter, inclusive, visto o irmão e a mãe serem executados. Sua história de vida como prisioneiro e como torturado foram publicados, em 2012, no livro "Escape from Camp 14", escrito pelo jornalista Blaine Harden.

O relato de Dong-hyuk está entre os 80 testemunhos coletados por uma comissão de investigação da ONU, que ouviu pessoas que passaram algum período de suas vidas em campos destinados à detenção de prisioneiros políticos e desertores do regime. As conclusões de tal investigação foram apresentadas em Genebra no ano de 2014 e reforçam as evidências sobre a situação crítica a que são submetidos os indivíduos que estão nos campos de detenção do país.

Tais evidências, além disso, atestam o desrespeito com o qual o governo atual trata os direitos inalienáveis a todos os seres humanos e indicam que o Estado agiria dessa maneira com o intuito de controlar a população e lograr a sua total obediência. De acordo com a matéria publicada pelo jornal El País Brasil:

As 372 páginas do relatório são um detalhado catálogo de um sistema repressivo que utiliza sistematicamente a tortura, a falta de comida, os assassinatos, os sequestros e os desaparecimentos para manter o povo controlado (EL PAÍS BRASIL, 2014).

## Contexto histórico

---

A história da República Popular Democrática da Coreia é repleta de tensões e violência, que acabam por culminar em violações aos direitos humanos e se tornaram mais uma peculiaridade do país na atualidade. Para se compreender o atual governo de Kim Jong-un, é preciso saber que a independência da Coreia do Norte se deu na contemporaneidade. De 1910 até o ano de 1945, a península coreana foi ocupada pelo Japão, o qual fez uso de grande opressão e de brutalidade contra a população que já residia no território. À época, a península ainda não era dividida entre sul e norte, como nos dias de hoje. Com o ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, em 1941, os Estados Unidos tomam parte da Segunda Guerra Mundial e, então, em 1945, após bombardearem Hiroshima e Nagasaki, os japoneses se rendem aos Aliados e o conflito em questão tem seu fim. A população japonesa que se encontrava na península coreana teria sido expulsa por uma guerrilha liderada por Kim Il-sung<sup>3</sup>, o qual se tornaria o fundador da República Popular Democrática da Coreia em 1948 e daria início à dinastia Kim no poder. O regime político de partido único instalado por Il-sung, que vigora até os dias atuais, já demonstrava a pouca participação popular nas decisões políticas do Estado, as quais podem ser observadas ainda hoje no país. Configurando um ato contra o que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece em relação a eleições periódicas e legítimas. Kim Il-sung era considerado o "Grande Líder" e chefiou o Estado até 1994, ano da sua morte, passando então a liderança ao seu filho, Kim Jong-il.

Jong-il, o qual seria o "Estimado Líder", atribuiu a si próprio, em 1998, o título de "presidente eterno" – mais uma vez atentando contra o artigo XXI da declaração citada acima. É válido ressaltar, que a estagnação econômica pela qual o país passa desde a década de 1970, após a Crise do Petróleo, e também pelo fato da dissolução da União Soviética, uma grande aliada no âmbito financeiro, apenas acentuou a situação de pobreza e miséria no país. O que, conseqüentemente, implica novas violações aos direitos inalienáveis de todos os seres humanos, violações essas que são paralelas à existência da dinastia Kim na Coreia do Norte.

Kim Jong-il faleceu em 2011 e, desde então, Kim Jong-un governa o país com grandes doses de totalitarismo. Jong-un é famoso por sua excentricidade e também por desafiar o poder de outros países, principalmente através de testes nucleares – o que já lhe rendeu sanções por parte da ONU. O ditador não só acirrou as políticas externa e interna do Estado, como também restringiu ainda mais as liberdades individuais da população norte-coreana; Kim Jong-un governa o país de maneira tão rígida com a finalidade de obter maior obediência daqueles

---

3 Kim Il-sung: "[...]planificou a economia, coletivizou a agricultura e estatizou as indústrias.[...]instituiu no país a ideologia Juche, uma espécie de comunismo sui generis combinado com doses fartas de nacionalismo, isolamento econômico e culto à personalidade" (GABRIEL; TADINI, 2017). É o avô do atual líder supremo da Coreia do Norte, Kim Jong-un.

que lhe são subordinados e para que não haja a menor possibilidade de ser iniciada uma revolta contra o seu governo. Essa postura acaba por violar uma série de direitos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A República Popular Democrática da Coreia faz parte da Organização das Nações Unidas desde 17 de novembro de 1991 e, de acordo com os relatórios de imprensa do SoCHum<sup>4</sup>, divulgados desde 2009 através do site da ONU, a Coreia do Norte já foi pauta nos debates por pelo menos cinco vezes. O Estado integra a agenda das Nações Unidas em relação às violações de direitos humanos desde o ano 2000.

## **Atualidades da República Popular Democrática da Coreia**

---

As violações aos direitos inalienáveis a todos os seres humanos na República Popular Democrática da Coreia, por serem dos mais diversos tipos, acabam por ganhar destaque nos mais variados âmbitos da sociedade. Isso ocorre, em especial, em agências de notícias, entidades não governamentais e organizações que se dedicam a sanar déficits que amplificam as transgressões aos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os problemas relacionados à má alimentação na Coreia do Norte são um exemplo dessa situação. Desde o ano 2000, casos de subnutrição são observados no país pelo Programa Mundial de Alimentos (World Food Programme, WFP) e propagados por agências de notícias internacionais. À época, o WFP estimava que boa parte das crianças do país não chegaria à fase adulta e, nos anos seguintes, mesmo com um aumento de 5% da produção de alimentos no ano de 2013 em relação ao ano de 2012, a situação no país continuava crítica. Apesar do crescimento na produtividade, 84% das famílias norte-coreanas apresentavam um consumo alimentar classificado como no limite ou pobre, levando o nível de segurança alimentar a ser categorizado como insatisfatório. Segundo a ONU:

Embora as taxas de desnutrição infantil venham caindo constantemente ao longo dos últimos 10 anos, as taxas de desnutrição durante os primeiros mil dias da vida de uma criança permanecem elevadas e deficiências de micronutrientes são de preocupação particular, alertaram a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (WFP) em um comunicado conjunto. (SITE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013).

Ainda de acordo com a organização, a Coreia do Norte possui um sistema público de distribuição de comida que apresenta desafios estruturais e logísticos bastante grandes. Comprometendo, assim, o fornecimento adequado de alimentos à população e, conseqüentemente, colocando em risco o padrão de vida recomendado pela Declaração citada anteriormente. Em consequência de tal escassez, estariam ganhando popularidade maneiras/mercados informais de troca e intercâmbio de alimentos, os quais permitiriam que famílias e demais indivíduos tivessem acesso à comida, sobretudo na área urbana. Além de reforçar as dificuldades relacionadas à distribuição e ao acesso à comida na República Popular Democrática da Coreia, a ONU publicou um relatório, em 2010, que cita a infraestrutura desatualizada de água e saneamento básico. Somando-se a isso, suprimentos e equipamentos médicos estariam em condições inadequadas no país, o que colabora para que o sistema de saúde do país seja incapaz de atender às necessidades básicas da população.

Da mesma forma, foi relatado que restrições abrangentes continuavam a ser impostas aos norte-coreanos pelo governo vigente, à época ainda liderado por Kim Jong-il, restrições essas relacionadas aos direitos civis e às liberdades de pensamento, consciência, religião, opinião e

expressão. Dentre as diversas considerações apontadas ao longo do relatório, estão as observações relativas ao mandato de um Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia. O mandato do Relator Especial foi estabelecido em 2004 pela Comissão dos Direitos Humanos da ONU, com o intuito de averiguar as alegações de atentados aos direitos inerentes à humanidade. Até o ano de 2010, o Relator Especial não havia obtido a permissão do governo da Coreia do Norte para entrar no país. Desde a publicação do relatório, o número de testemunhas das várias infrações a que são submetidos prisioneiros políticos nos campos de detenção na Coreia do Norte se expandiu. A organização internacional não governamental Anistia Internacional acompanha o quadro no país desde o governo de Kim Jong-il, tendo divulgado, em 2011, um documento no qual descrevia como as formas de tortura ocorriam, a disposição dos aprisionados nas prisões e o número de encarcerados, além de demais informações coletadas com quinze antigos prisioneiros e guardas dos locais de detenção.

No registro, se pode verificar que as formas de punição e tortura usadas para reprimir os detentos ferem totalmente os direitos e liberdades inerentes à humanidade. Dentre as práticas cometidas em campos de detenção estariam execuções em frente aos demais prisioneiros, celas solitárias para aqueles considerados perturbadores, nas quais não é possível ficar de pé ou se deitar e o tempo mínimo de permanência é de uma semana, e tortura por imersão em água, que consiste em submergir a cabeça do indivíduo por longos períodos de tempo. Os detentos também seriam espancados enquanto suas mãos e braços estivessem amarrados para trás, teriam pedaços de bambu enfiados embaixo de suas unhas, seriam pendurados por seus punhos e, além disso, não teriam permissão para dormir. Ainda no mesmo documento, há relatos de trabalho infantil, más condições de saneamento e exposição à fome extrema, assim como o detalhamento básico da organização de seis campos de aprisionamento e relatos sobre a cultura de justicamento enraizada na sociedade norte-coreana. Os próprios presos seriam instruídos pelos guardas a agredirem aqueles que haviam "falhado" dentre o grupo de aprisionados. Cabe aqui colocar que um dos ex-prisioneiros que deram seu relato para a Anistia Internacional é o hoje ativista na área de direitos humanos na Coreia do Norte, ShinDong-hyuk.

Dong-hyuk nasceu em um desses campos de detenção e, segundo matéria publicada pelo jornal El País Brasil, presenciou violações aos direitos humanos desde o início da sua infância. Aos 13 anos delatou sua mãe depois de ouvi-la sussurrar um plano de fuga – e ele próprio conta que, na época, ainda teria pedido ao guarda que o recompensasse com uma ração completa de arroz após a delação que resultou na morte de sua mãe por enforcamento. Dong-hyuk precisou, além disso, ver seu irmão, que também vivia na detenção conhecida como Campo 14, ser fuzilado. Segundo o El País:

Até os 22 anos [Shin Dong-hyuk] mal sobreviveu, oprimido sempre por uma fome atroz, resultado da ração diária: 400 gramas de mingau de milho. Tanta fome que, se o guarda de plantão o autorizava, comia ratos vivos (EL PAÍS BRASIL, 2014).

O relato de Shin, além de ter sido incluído do relatório da ONG Anistia Internacional, foi inserido dentre os 80 testemunhos coletados por uma comissão de investigação da Organização das Nações Unidas que averiguou as violações aos direitos humanos cometidos pela República Popular Democrática da Coreia nos campos de detenção. Através do colhimento de entrevistas com desertores e ex-prisioneiros destes. Os resultados obtidos por tal comissão foram apresentados em 2014, na cidade de Genebra, Suíça, e segundo o juiz australiano Michael Kirby, que chefiou a comissão de investigação, as transgressões de direitos cometidas no país seriam similares aos crimes realizados pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial (GALARRAGA, 2014). O mesmo ainda frisou que, a partir da divulgação dos resultados vindos do trabalho da Comissão da ONU, a comunidade internacional não poderia apelar para o desconhecimento de tais fatos para não

agir – como foi feito no pós-II Guerra. O governo norte-coreano negou as informações expostas pela Organização das Nações Unidas, classificando-as como inverídicas e afirmou que o que, de fato, haveria na Coreia do Norte seriam centros de trabalho para "reformatar os cidadãos", onde estes verificariam sua ideologia e refletiriam sobre seus atos imorais. Após a divulgação das atrocidades que ocorrem no país, através das conclusões obtidas pela Comissão de Inquérito em 2014, o Conselho de Segurança da ONU cogitou abrir um processo contra a República Popular Democrática da Coreia no Tribunal Penal Internacional. No entanto, para encaminhar tal processo seria necessária a aprovação dos cinco membros permanentes do conselho, o que não ocorreu e, por conseguinte, o caso não foi levado adiante – China e Rússia se opuseram ao processo e expuseram seu veto a qualquer ação nesse sentido. O Estado norte-coreano contaria com 16 campos de detenção, os quais podem conter até 200 mil pessoas, sendo seis deles destinados ao aprisionamento de indivíduos por motivos políticos ou ideológicos – algo que vai totalmente de encontro com os preceitos da Declaração Universal de Direitos Humanos. As violações a essa declaração, além dos exemplos já relatados até aqui ainda se apresentam de outras formas, como através do terrorismo psicológico e do medo. O próprio ShinDong-hyuk divulgou que dentro dos campos de detenção, duas vezes por semana, uma criança era escolhida por algum dos guardas, que a revistavam para checar se ela teria roubado alguns grãos de cereal para se alimentar além da pouca comida destinada aos detentos, conhecida como ração.

A violência sexual também seria uma realidade em tais locais, segundo o Relator Especial sobre a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU no ano de 2013, Juan E. Méndez: "presas são supostamente submetidas a estupro ou exploração sexual por guardas da prisão em troca de comida ou atribuições de trabalho menos perigosas, e as gestações resultantes são solucionadas com aborto forçado ou assassinato". As mulheres que viessem a parir na prisão seriam forçadas a assassinar seus próprios bebês os afogando em vasilhames cheios de água, sendo coagidas pelos guardas do lugar, que as agrediriam enquanto elas não fizessem o que ordenavam. A Anistia Internacional registrou ainda, em 2016, que pelo menos dois campos estavam em pleno funcionamento e que o governo norte-coreano estava inclusive investindo neles. Tais conclusões foram resultantes das observações feitas em fotos obtidas por meio de satélites dos campos em questão. Recentemente, o juiz Thomas Buergenthal<sup>5</sup>, assim como Michael Kirby, afirmou que a situação na Coreia do Norte é possivelmente pior do que a vivenciada por ele quando criança em Auschwitz.

A República Popular Democrática da Coreia também foi alvo de investigação pela International Bar Association (IBA), com base na Comissão de Inquérito da ONU de 2014, citada anteriormente. A IBA abriu um inquérito específico sobre os campos de prisioneiros políticos contra o Estado norte-coreano, ouvindo depoimentos de ex-prisioneiros e guardas das prisões que cobrem o período de 1970 até 2006. De acordo com o inquérito, dos 11 crimes contra a humanidade encontrados no Estatuto do Tribunal Penal Internacional, 10 deles já foram cometidos pela Coreia do Norte – todos, portanto, exceto o crime do apartheid.

O relatório concluiu que Kim Jong-un, sendo o líder atual da Coreia do Norte, é o responsável último pela permissão dos crimes contra a humanidade que ainda ocorrem nos locais para detenção de aprisionados. Da mesma forma, o relatório pontuou que autoridades do Partido dos Trabalhadores da Coreia, e do Departamento de Segurança Nacional também são responsáveis pelos atos contra os direitos humanos. Um dos relatos analisados pelos juízes responsáveis pelo inquérito da IBA é a de um médico que, ao tentar escapar para a China, foi capturado e levado para um campo de detenção norte-coreano. Lá, ele teria sido pendurado de cabeça para baixo, sem suas roupas, espancado e torturado com o uso de fogo e água. Em seu depoimento, ele

<sup>5</sup> Thomas Buergenthal: viveu sua juventude em um campo de concentração nazista, já trabalhou para a Corte Internacional de Justiça e é um dos três juristas que coordenaram o inquérito da International Bar Association contra a Coreia do Norte.

conta que teve água com pimenta derramada em seu nariz e em sua boca.

Tal fato expõe outra situação vivida pelos cidadãos da Coreia do Norte que desejam deixar o país: a tentativa de fuga, muitas vezes frustrada, para países vizinhos como a China/Coreia do Sul. O governo de Jong-un, segundo relatório da ONU publicado em 2017, continua a restringir, ainda nos dias atuais, a liberdade de movimento para viagens internas e externas ao país; deslocamentos dentro do território nacional para distritos fronteiriços com Pyongyang e com a China possuem restrições mais severas para o tráfego de pessoas, provavelmente em razão da ânsia do governo em querer prevenir supostas fugas de norte-coreanos. Indivíduos que cruzam a fronteira nacional ainda correm o risco de serem deportados à força, novamente, para a República Popular Democrática da Coreia, visto que cruzar a divisa norte-coreana sem uma suposta autorização governamental é considerado crime. Aqueles que, após ultrapassarem o limite territorial norte-coreano, forem compelidos a retornar para a Coreia do Norte, provavelmente acabarão em campos de detenção e terão de enfrentar violações severas aos direitos humanos em consequência do ato cometido.

As violações a tais direitos no país também atingem o âmbito da liberdade de expressão e de opinião. O governo controla estritamente os veículos de notícias do país, negando abertura para posicionamentos opostos ao do regime político liderado por Kim Jong-un – indivíduos que forem pegos ouvindo emissoras de rádios que não sejam norte-coreanas provavelmente serão mandados para os campos de detenção. A agência de notícias estatal, Korean Central News Agency (KCNA), é a única fonte de mídia impressa e de transmissão no país, segundo a organização Repórteres Sem Fronteiras. A KCNA acaba sendo um exemplo da tentativa de controle da população pelos meios informativos através do modo de pensar e enxergar o mundo externo ao território nacional, exercida por Kim e seu governo.

As transgressões aos direitos humanos cometidas no país aqui tratado também atingiram cidadãos de outras nacionalidades, como os Estados Unidos. Um caso que ganhou notoriedade internacional em 2017 foi o do rapaz estadunidense Otto Warmbier, o qual passou 15 meses aprisionado em um campo de detenção na República Popular Democrática da Coreia. Ele teria roubado um pôster em um hotel na capital Pyongyang ou teria apenas caçoado das informações contidas nele – as informações sobre a causa da prisão são difusas nos meios de informações, embora a ONU cite em documentos oficiais o primeiro motivo. O estudante foi libertado e repatriado aos EUA após ter passado tal período aprisionado na Coreia do Norte, mas acabou por falecer dias após chegar ao seu país natal. De acordo com detalhes dados por seus pais, o rapaz teria tido sua cabeça raspada, estava surdo, cego e não respondia aos estímulos médicos; não falava – apenas emitia sons desconexos – suas pernas e braços estavam deformados e ele ainda apresentava uma cicatriz imensa em um dos pés. O governo norte-coreano afirma que jamais teria feito mal algum a Otto, e que ele apenas teria contraído botulismo – uma grave intoxicação causada por uma bactéria. Ainda de acordo com a Coreia do Norte, Warmbier teria recebido uma pílula para dormir e, a partir daí, teria entrado em coma durante seu tempo na prisão. Em razão desse ocorrido, as relações entre os dois países se viram mais uma vez enfraquecidas.

Recentemente, um relatório das Nações Unidas que avaliou o período compreendido entre setembro de 2016 e agosto de 2017, citou, além do rapaz estadunidense, outros seis casos relacionados a cidadãos estrangeiros – três dos quais envolvendo sul-coreanos. De acordo com o documento, na página quatro – em tradução livre:

Durante o período do relatório, dois cidadãos americanos, Kim Sang-duk e Kim Hak-song, foram presos na República Popular Democrática da Coreia. Eles foram detidos em 21 de abril e 7 de maio de 2017, respectivamente, e acusados de cometer "atos hostis". Ambos os homens lecionavam na Universidade

de Ciência e Tecnologia de Pyongyang. Outro cidadão americano, Kim Dong-chul, condenado a 10 anos de prisão em 2016, permaneceu na prisão. Dois cidadãos da República da Coreia, Kim Kuk-gi e ChoiChun-gil, que haviam sido condenados a um período indeterminado de trabalho em 2015, e outro, Kim Jeong-wook, que havia sido condenado à prisão perpétua em 2014, também permaneceram na prisão (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017)

O relatório é uma das mais novas atualizações da ONU sobre a situação no país, focando no que diz respeito aos direitos à vida, à liberdade, ao movimento – dentro e para fora do país –, à alimentação, ao acesso a informação e à liberdade de expressão. O relatório pontua ainda a necessidade de haver um julgamento justo para os que necessitam, expõe o problema dos sequestros internacionais e da separação de famílias, assim como descreve a situação na Coreia do Norte com relação ao direito a seguridade, saúde, alimentação, direitos das crianças, pessoas com deficiências e das mulheres. Afirma-se, também, que o Estado continua a negar o acesso de agentes da ONU e que as restrições para obtenção de informações são mais um empecilho nessa questão. No documento, reafirma-se que, embora o Código de Processo Penal do país não permita a tortura desde 2012, foi constatado pela organização que tal ato, somado a maus tratos, é ainda recorrente na Coreia do Norte. Também haveria relatos consistentes de que as condições de detenção no Estado estariam aquém dos padrões internacionais, apresentando falta de acesso dos detentos aos membros das famílias, más condições de alimentação, saneamento e acesso a água. Segundo o documento, as prisioneiras do sexo feminino seriam revistadas e interrogadas somente por oficiais homens e o próprio Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, na sigla em inglês), teria sido informado por

[...] várias vítimas e testemunhas de abuso sexual por guardas em instalações de detenção antes do julgamento, bem como assédio e falta de privacidade ao usar banheiros e chuveiros. Em campos de prisioneiros comuns e campos de treinamento de trabalhadores (rodongdanryondae), testemunhas afirmaram que algumas mulheres envolvidas em sexo transacional com supervisores para obter rações alimentares melhores ou para serem designadas para trabalhos menos exigentes. As mulheres em centros de detenção pré-julgamento não teriam recebido absorventes higiênicos (2017, p. 2, tradução nossa).

A falta de acesso aos campos de detenção para presos políticos – afora o fato de o governo negar a sua existência, permanece na Coreia do Norte. Restrições que ferem o direito de movimentação de cidadãos e estrangeiros dentro e para fora do país, como explicitado anteriormente, ainda persistem e atingem, inclusive, os agentes das Nações Unidas de acordo com o relatório de agosto de 2017. Limitações aos meios de opinião e expressão – apesar de relatos sobre a existência de um considerável número de pessoas que assistem a filmes estrangeiros e ouvem estações de rádios de outros países – persistem no Estado segundo o documento. Ao longo de relatório, são citadas as tensões existentes entre as Coreias do Sul e do Norte em relação à falta de autorização para reunião de parentes que vivem nas duas nações e desejam se reencontrar. As abduções involuntárias na República Popular Democrática da Coreia também fazem parte das pautas da ONU no texto em questão, constando como mais uma das várias violações aos direitos humanos que ocorrem no país.

Os norte-coreanos agora possuiriam um melhor suporte e adaptação dos meios de convívio para as pessoas com deficiência – embora tenha sido constatado que a cultura de discriminação dessas perdura no país e que ainda há segregação na educação de indivíduos cegos e surdos. O OHCHR indicou que a consciência sobre a adoção de leis que protejam as mulheres no país ainda é muito limitada e que fortes modelos patriarcais persistem entre os norte-coreanos. Tal colocação é seguida por uma exposição da situação em que se encontram mulheres e meninas no país, expostas ao cenário de tráfico humano. Este ocorre, sobretudo, por meio da compra de tais mulheres/meninas por homens chineses.

Ao final do documento, é exibido o atual quadro de cooperação entre a ONU e o Estado norte-coreano. Este continua a recusar a visita do Relator Especial do Conselho dos Direitos do Homem sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia, além do fato do país não querer se envolver com o escritório do OHCHR em Seul. As informações coletadas pelas Nações Unidas por meio de entrevistas com pessoas que deixaram a Coreia do Norte são rebatidas pelo governo do país em questão como sendo falsos testemunhos. Da mesma forma, é apresentado no escrito o nível de colaboração que o país empreende com diversos organismos internacionais pertencentes às Nações Unidas, e quais as recomendações seriam importantes que o Estado acatasse.

Para finalizar, em setembro de 2017 Tomás Ojea Quintana, o atual Relator Especial acima mencionado, divulgou outro relatório sobre a situação dos direitos inalienáveis da humanidade no país. Tal documento reforça boa parte do que foi colocado no texto lançado em agosto do mesmo ano, evidenciando as evoluções em áreas específicas dos direitos humanos na Coreia do Norte, até mesmo em relação à corrupção endêmica que afeta o desenvolvimento dos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por fim, o relatório frisa os pontos em que o país poderia colaborar com a ONU para com o cumprimento do que a declaração estabelece. A Coreia do Norte continua sob observação das Nações Unidas em virtude das violações de direitos humanos, assim como dos testes nucleares que vem realizando ultimamente que geraram preocupação por parte da comunidade internacional.

## **Ações da ONU**

---

A República Popular Democrática da Coreia, como citado anteriormente, integra a agenda da ONU há mais de quinze anos em virtude do tratamento dado aos direitos humanos, os quais foram, por inúmeras vezes, descumpridos e violados de maneira bastante chocante. Ao longo dos anos, a ONU documentou e avaliou as transgressões aos direitos humanos, além de ter clamado por atitudes do governo norte-coreano para que fosse melhorada a situação, inclusive através de suas entidades e escritórios, que dariam assessoria para a melhoria em questão. No ano de 2000, a ONU e o Programa Mundial de Alimentos (WFP) já enviavam arrecadações que ultrapassavam os 50 milhões de dólares, segundo reportagem publicada pela BBC Brasil, para tentar minimizar os problemas causados pela fome e pela má nutrição no país. Passados alguns anos, em 2015, o WFP continuava a dar auxílio à Coreia do Norte, prestando assistência a mais de 733 mil norte-coreanos por meio do fornecimento de 3,8 mil toneladas de alimentos. Segundo dados do ano em questão, quase um terço das crianças do país teria nanismo como uma consequência da má nutrição crônica a que eram submetidas.

Resoluções específicas sobre a situação dos Direitos Humanos na República Popular Democrática da Coreia também foram introduzidas na Assembleia Geral da ONU, em 2005, e, quatro anos mais tarde, em 2009, foram novamente incluídas pelo delegado da Suécia durante a assembleia em sessão do Terceiro Comitê. Nesse fato, o delegado em questão pontuou os pequenos avanços feitos pelo país asiático, mas considerou que as violações aos direitos inerentes aos seres humanos no país persistiam e que o governo continuava a recusar a entrada do Relator Especial enviado pelas Nações Unidas. Além disso, a representante sueca afirmou que o governo norte-coreano continuava a falhar quanto à contenção de tais transgressões aos princípios contidos na Declaração Universal de Direitos Humanos. Ela ainda expôs suas preocupações relativas a áreas específicas nas quais os desrespeitos a essa declaração estavam ocorrendo no

país aqui tratado.

Como os atentados aos direitos humanos persistiram no país, em 2010 as Nações Unidas divulgaram um relatório com uma visão geral das preocupações existentes, na época, sobre a deterioração da situação humanitária na Coreia do Norte – denominado A/65/391, em conformidade com a resolução 64/175 da Assembleia Geral. O período abrangido pelo documento vai de agosto de 2009 ao mesmo mês do ano seguinte e, mais uma vez, reforça os progressos feitos pelo país com a assistência de escritórios da ONU – como o Programa Alimentar Mundial (WFP), a Organização Mundial da Saúde, Fundo de População das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, o Fundo das Nações Unidas para Infância e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Também consta no documento um panorama rápido sobre a legislação doméstica norte-coreana e informações detalhadas, fornecidas por entidades das Nações Unidas, incluindo os déficits encontrados a respeito da temática aqui apresentada. Por fim, o relatório expressa algumas recomendações para a melhora da situação dos direitos humanos no país. Porém, em fevereiro de 2013 a ONU torna a se manifestar em relação ao mesmo tema já debatido anteriormente através de um relatório apresentado em uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da organização, em que o Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia, Marzuki Darusman, apresenta uma abrangente revisão das resoluções e declarações apresentadas pela organização desde 2003/2004 sobre a situação dos direitos humanos no país em questão. Segundo documento:

[...] num total de 22 relatórios do Secretário-Geral e do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia desde 2004, e 16 resoluções adotadas pela Assembleia Geral e seus órgãos subsidiários, [...] procura fazer um balanço da documentação em conexão com a Revisão Periódica Universal, as observações conclusivas dos órgãos dos tratados de direitos humanos e as opiniões adotadas pelo Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária eo Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários em casos relacionados com a República Popular Democrática da Coreia naquele tempo. A revisão identificou nove padrões subjacentes de violações que esses vários documentos enfocaram (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013, tradução nossa).

Além da acurada análise dos nove padrões de violações mostrados no relatório desde 2004, é feita uma avaliação descritiva das vezes em que o governo norte-coreano não cooperou, como de praxe, com as Nações Unidas e acabou por perpetuar as transgressões aos direitos humanos. A ONU pede em tal documento que mais detalhes/informações das violações no país sejam coletados, incluindo testemunhos de vítimas de tais atos, e que sejam feitos exames a respeito, por exemplo, da difundida e sistemática prática de tortura e detenção arbitrária, assim como da gama de violações cometidas nos campos de detenção. Uma relação com todas as declarações e resoluções que tratam sobre a situação da Coreia do Norte e que foram revisadas para elaborar o relatório de 2013 pode ser encontrada no final deste documento. É válido reafirmar também que a Comissão de Direitos Humanos estabeleceu o mandato para que o Relator Especial acompanhassem os casos de violação dos direitos humanos na Coreia do Norte em 2004. No entanto, até o ano de 2017, como já relatado anteriormente, o Relator Especial foi sucessivamente impedido de entrar no país para a coleta de informações e para observar os possíveis progressos norte-coreanos, caso existissem, no que toca os direitos humanos.

Como apontado na sessão anterior, a ONU estabeleceu uma comissão de inquérito, em 2014, para averiguar as circunstâncias nas quais os campos de prisioneiros do país se encontravam, na qual se expuseram os mais variados tipos de tortura cometidos. A investigação se deu a partir da coleta de 80 testemunhos, que serviram de base para as conclusões que sucederam à finalização do inquérito. Vale lembrar que a partir da divulgação dessas informações, o próprio

Conselho de Segurança cogitou levar as denúncias da alarmante situação norte-coreana ao Tribunal Penal Internacional e proceder com a abertura de um processo. Embora tenha ganhado certa repercussão na época, a intenção não foi adiante pelo fato de que nem todos os membros permanentes concordaram com a medida, o que seria necessário para este fim.

A Coreia do Norte, por sua vez, continuou a ser alvo de preocupação das Nações Unidas em 2016. Após ter visitado o nordeste asiático por 10 dias para acompanhar a situação do país em relação ao cumprimento dos direitos humanos, o atual Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia, Tomás Ojea Quintana, demonstrou apreensão com a conjuntura do país e reiterou a necessidade de levar os responsáveis por violações a tais direitos à justiça. É interessante ressaltar que, de 2015 a 2016, foram adotadas, no mínimo, três resoluções relativas à situação dos direitos humanos na Coreia do Norte – duas pela Assembleia Geral e uma pelo Conselho de Direitos Humanos. Na resolução adotada em 19 de dezembro de 2016, publicada em 29 de janeiro de 2017, é frisado, inclusive, que se reconhece o fato da República Popular Democrática da Coreia aceitar 113 das 268 recomendações sugeridas pela Universal Periodic Review<sup>6</sup> (UPR), Revisão Periódica Universal em tradução livre, além de analisar a possibilidade de implementar no país outras 58.

Para finalizar, em 2017 foram publicados pelo menos dois relatórios sobre a situação tratada aqui, que, assim como os anteriores, apresentam uma visão geral do Estado em relação à temática, muitas vezes descrevendo as violações que ainda ocorrem no país. Da mesma forma, são expostas as visitas de campo feitas pelo Relator Especial em países da Ásia e exibidos, no relatório A/72/394, os desenvolvimentos apresentados pela Coreia do Norte relativos às pessoas separadas de suas famílias, aos indivíduos em detenção, ao direito à alimentação, entre outras áreas. Em tais documentos, são evidenciadas as recomendações atualmente feitas pelas Nações Unidas, através do Relator Especial Ojea Quintana, à República Popular Democrática da Coreia, as quais são numerosas e por vezes bastante específicas para o setor que almejam melhorar, tais como as presenciadas no documento relativo à 72<sup>o</sup> sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, A/72/394, citadas abaixo:

- (a) Abster-se de usar qualquer forma de punição ou retaliação contra pessoas que sejam repatriadas à força;
- (b) Investigar e deter funcionários prisionais responsáveis, inclusive nos centros de detenção perto da fronteira com a China, que usam violência contra crianças, homens e mulheres retornados do exterior;
- (c) Iniciar discussões sobre o acesso aos centros de detenção pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, entidades relevantes da equipe das Nações Unidas no país, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, mecanismos internacionais de direitos humanos e organizações relevantes da sociedade civil;
- (d) Abolir as restrições ao acesso à informação e comunicação, tanto dentro do país como com o mundo exterior [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Essas e outras recomendações, colocadas nos documentos A/72/279 e A/72/374, dirigem-se não apenas à Coreia do Norte, mas também à comunidade internacional, às Nações Unidas e às organizações da sociedade civil, sempre visando à melhoria da situação dos direitos humanos e ao engajamento de todas as partes.

---

6 Universal Periodic Review (UPR): “[...]é um processo único que envolve uma revisão dos registros de direitos humanos de todos os Estados membros da ONU. A RPU é um processo impulsionado pelo Estado, sob os auspícios do Conselho de Direitos Humanos, que oferece a oportunidade para cada Estado declarar quais ações tomaram para melhorar as situações de direitos humanos em seus países e cumprir suas obrigações de direitos humanos” (SITE DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018, tradução nossa).

## **Questões a serem ponderadas**

---

- O que mais poderia ser feito pelas Nações Unidas e pelo Terceiro Comitê para conter, efetivamente, as violações aos direitos humanos na Coreia do Norte?
- Que medidas o Estado norte-coreano deveria tomar para que violações ainda presentes fossem extintas?
- Que procedimentos podem ser colocados em prática pelo país em questão para o contínuo desenvolvimento das áreas que já apresentaram melhorias relativas em comparação com avaliações e registros feitos pela ONU e por demais organizações da sociedade civil?
- Quais as atitudes que poderiam ser empreendidas pelos Estados-membros das Nações Unidas para auxiliar e melhorar a atual conjuntura dos direitos inerentes à humanidade na Coreia do Norte?

## **Posicionamentos dos países**

---

### **Estados Unidos da América**

---

Os Estados Unidos da América têm expressado, nos últimos anos, um visível descontentamento em relação às violações aos direitos humanos que ainda persistem na República Popular Democrática da Coreia. Em 2014, um representante do país na Assembleia Geral da ONU instou que a Coreia do Norte parasse, efetivamente, de desrespeitar os direitos inalienáveis da humanidade, em vez de apenas fazer promessas sem garantia de cumprimento. Atualmente, os EUA continuam a se mostrar preocupados com as constantes transgressões aos direitos humanos e lamentam que o Estado norte-coreano não esteja respeitando tais direitos de seu próprio povo.

Em relação aos presos políticos no país, os Estados Unidos requisitaram, em 26 de outubro de 2017 durante sessão da Assembleia Geral, maiores informações sobre as garantias das medidas de assistência que haveriam sido tomadas para que tal ajuda realmente chegasse ao seu destinatário. Assim, os EUA expressaram seu descontentamento com a falta de efetividade das ações da Coreia do Norte com relação à garantia dos direitos humanos.

### **República Popular da China**

---

Em 2014, o país mostrava-se favorável à resolução de problemas relativos aos direitos humanos por meio do diálogo construtivo, embora se opusesse à suposta tentativa de tornar tais direitos um

pretexto para possíveis ganhos políticos. Tal posicionamento pode ter sofrido algumas alterações nos últimos quatro anos, em razão da atitude chinesa de não aprovar as resoluções específicas relativas às violações aos direitos inalienáveis da humanidade que ocorrem na Coreia do Norte e não se juntar ao consenso de países que aprovaram tais projetos de resoluções.

## República Federativa do Brasil

---

O Brasil, nos anos mais recentes, se apresentou perante Assembleia Geral como um Estado que reconhece os progressos realizados pela Coreia do Norte, especialmente em relação ao maior envolvimento do país com o sistema de direitos humanos da ONU. Contudo, o Brasil reconhece também que o país pode progredir ainda mais em relação ao tema. Em 2014, o representante brasileiro expressou preocupação em relação às conclusões apresentadas no relatório feito pelo Relator Especial encarregado de supervisionar a conjuntura na República Popular Democrática da Coreia e pontuou que espera do país progressos no âmbito dos direitos inalienáveis da humanidade.

## Federação Russa

---

O representante russo tem afirmado nos últimos anos, durante diversas sessões da Assembleia Geral da ONU, que o seu país é totalmente contra resoluções tocantes a países específicos relativas a violações e desrespeitos aos direitos humanos. Segundo o representante russo, tais resoluções poderiam agravar as relações entre Estados, além de serem um método ineficaz de resolução de problemas. O país pontua, ainda, que a Revisão Periódica Universal foi suficiente para a avaliação da conjuntura dos direitos humanos dentro do seu próprio território e que tal metodologia deveria ser melhor considerada dentre as opções da ONU em detrimento de resoluções específicas. Em 2017, o correspondente da Federação Russa afirmou também que uma abordagem construída com base na cooperação e no diálogo pode não agradar a todos os atores do sistema internacional, mas que ela seria o meio mais efetivo hoje disponível.

## Reino Unido da Grã-Bretanha

---

O Reino Unido recentemente se manifestou na sessão da Assembleia Geral da ONU ocorrida em 14 de novembro de 2017 a respeito das violações e desrespeitos aos direitos humanos observados na Coreia do Norte. O representante britânico expressou que a Coreia do Norte priorizou "a busca de armas sobre os direitos humanos", além de ter questionado como o país poderia ser responsabilizado por tal ato. O Reino Unido também questionou, na referida sessão, como informações confiáveis sobre a República Popular Democrática da Coreia poderiam ser coletadas, manifestando preocupação em relação ao assunto.

## República Árabe do Egito

---

A República Árabe do Egito tem sido relacionada à Coreia do Norte em função dos testes balísticos e nucleares por ela empreendidos em 2017. Ao longo de 2017, a Coreia do Norte realizou uma série de testes bem-sucedidos com mísseis, que levaram a mídia internacional a cogitar quais

seriam os países atingidos se a Coreia do Norte realmente empreendesse uma guerra com o seu armamento já disponível. Dentre os vários territórios que poderiam ser atingidos, o Egito consta como um dos possíveis alvos alcançados pelos mísseis norte-coreanos.

Além disso, também em 2017, a República Árabe do Egito apreendeu em seu território marítimo um navio com mais de trinta mil lançadores de granada por foguetes, segundo o jornal The Washington Post. De acordo com a matéria, o Egito estaria comercializando com a Coreia do Norte, e, por conseguinte, desrespeitando as sanções restritivas impostas pela ONU – as quais impediriam o Estado norte-coreano de importar e exportar armas para outros países.

## República Islâmica do Irã

---

A República Islâmica do Irã, que tem sido alvo de resoluções da ONU sobre violações aos direitos humanos especialmente em razão da discriminação e do desrespeito aos direitos das mulheres e meninas, tem rejeitado os projetos de resoluções específicas, relativas a si própria e aos demais Estados, incluindo a Coreia do Norte. O representante do país argumenta que "resoluções específicas têm enfraquecido a cooperação e o diálogo (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 2017, tradução nossa). Além disso, o representante iraniano, em sessão da Assembleia Geral, expressou que seu país tem respondido ao contato feito por titulares de mandatos especiais da ONU e que, voluntariamente, tem se subordinado à revisão periódica do Alto Comissário para os Direitos Humanos.

## Reino da Arábia Saudita

---

A Arábia Saudita tem sido alvo constante de denúncias por parte de especialistas do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas – do qual o país faz parte desde 2016 – em virtude de violações aos direitos humanos. Segundo especialistas das Nações Unidas, o país tem perseguido ativistas de direitos humanos com base em leis de segurança e legislações que visam o antiterrorismo. Além da restrição das liberdades de expressão e reunião pacífica, estariam ocorrendo no país retaliações a indivíduos que trabalham com a proteção dos direitos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

## República de Honduras

---

O Estado hondurenho vem passando por um momento de instabilidade entre forças governamentais e a população desde o final de 2017 – como foi noticiado no site da Organização das Nações Unidas<sup>7</sup>, o qual tem causado preocupação e uma série de alertas por parte da Organização das Nações Unidas. Desde novembro do ano passado, quando a população civil iniciou os protestos em razão da suspensão da contagem de votos da eleição ocorrida no país, a ONU vem condenando as forças policiais militares por usarem força excessiva, e até letal, contra àqueles que protestam contra o governo.

Há relatos de que, pelo menos, vinte e dois civis já foram mortos em confronto com a polícia e de que no mínimo mil e trezentas pessoas já foram presas por violar o toque de recolher obrigatório,

<sup>7</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Policiais usaram força letal contra manifestantes em Honduras, diz relatório da ONU. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/policiais-usaram-forca-letal-contr-manifestantes-em-honduras-diz-relatorio-da-onu/>> .

imposto desde que o país decretou o estado de emergência. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e especialistas das Nações Unidas condenaram tais atos por parte do Estado de Honduras, e pediram que o país respeite os direitos humanos.

## República da África do Sul

---

A República da África do Sul, em meio a um surto de Listeriose, foi elogiada pela Organização Mundial da Saúde por reconhecer que tal doença é de notificação obrigatória – o que leva o paciente a relatar o seu diagnóstico e, assim, corroborar para a sua contenção e o seu tratamento. A organização se disponibilizou a auxiliar o país africano a combater a intoxicação alimentar que, desde dezembro de 2017, já matou pelo menos cinco pessoas e infectou outras 750.

Segundo o site das Nações Unidas, o Estado sul-africano tem recomendado uma série de medidas de higiene para a população, com o objetivo de que a doença não se prolifere ainda mais. A causa da doença é de difícil identificação em razão do período de incubação ser de até três semanas, e esse já é o maior surto de Listeriose do mundo, o que gera um alerta em âmbito internacional.

## República da União de Myanmar

---

O Estado de Myanmar é mais um país que tende a rejeitar as resoluções específicas votadas na Assembleia Geral da ONU relativas a violações aos direitos humanos. O país tem sido alvo de tais resoluções devido aos ataques sistemáticos à minoria étnica Rohingya. A República da União de Myanmar, por conseguinte, tem votado contra as resoluções específicas à Coreia do Norte e alega, ainda, assim como o Estado russo, que a Revisão Periódica Universal é a maneira menos controversa e mais confiável para se empreender o desenvolvimento dos direitos humanos em escala global.

## República Popular de Bangladesh

---

Bangladesh tem se mostrado fundamental no apoio aos refugiados Rohingyas, vindos de Myanmar nos últimos três anos. As pequenas hortas existentes no país têm proporcionado alimento a milhares de refugiados, remediando, assim, a crítica situação enfrentada por eles nos últimos tempos. Segundo o site das Nações Unidas, pelo menos 40 mil pessoas precisam de suporte em áreas afetadas pela crise no Myanmar.

Bangladesh também tem sido a sede para um projeto de mulheres refugiadas, que aprendem a costurar para, futuramente, prover seu próprio sustento. A ajuda dada por Bangladesh é vista com bons olhos pelas Nações Unidas e, inclusive, é fomentada pela organização.

## República Popular Democrática da Coreia

---

A Coreia do Norte continua a renegar resoluções específicas relativas às violações aos direitos humanos ocorridas em seu território nacional, as quais têm sido denunciadas e abertamente

divulgadas nos meios de comunicação e informação mundiais nos últimos anos. O representante norte-coreano, em sessão da Assembleia Geral no dia 14 de novembro de 2017, expressou que a resolução votada naquele dia seria fruto de um confronto militar e político, sendo uma conspiração da Organização das Nações Unidas e outras forças dadas como hostis.

O representante norte-coreano pontuou, ainda, que as sanções impostas ao país como uma maneira de persuadi-lo a remediar os desrespeitos aos direitos humanos eliminam os direitos de desenvolvimento e sobrevivência da população civil da Coreia do Norte. O país reitera que, pelo menos desde 2014, está comprometido com o cumprimento e a promoção dos direitos inerentes à humanidade. Acusa, além disso, a União Europeia e o Japão de o confrontarem frequentemente em relação ao tema – sendo que ambos possuiriam, segundo autoridades norte-coreanas, problemas relativos aos direitos humanos em seus próprios territórios.

## Estado da Líbia

---

Segundo o enviado das Nações Unidas ao país, a Líbia teria iniciado, em 2016, uma mudança de poder político de forma democrática, a qual deveria ser auxiliada por organismos públicos e instituições financeiras oficiais para que tudo ocorresse da maneira mais pacífica possível. O país foi alvo de críticas, no mesmo ano, por parte do Alto Comissariado das Nações Unidas por uma série de atentados e graves violações aos direitos humanos – os quais poderiam, inclusive, ser considerados crimes de guerra.

O Estado líbio contaria com um sistema judiciário falho, com a presença de grupos terroristas dentro do território nacional e, dentre as denúncias recebidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas, haveria execuções de migrantes dentro de centros de detenção do país. O órgão, vinculado às Nações Unidas, haveria recomendado à Líbia uma série de ações para inibir as violações aos direitos humanos, assim como teria apelado à comunidade internacional para que auxiliasse o país na investigação de tais desrespeitos aos direitos humanos.

## República Árabe da Síria

---

A situação de violação aos direitos humanos na República Árabe da Síria continua a ser tópico de debates e alvo de resoluções específicas da ONU nos dias atuais. Em 2017, por exemplo, estabeleceu-se na Assembleia Geral da ONU que membros do Grupo de Apoio Internacional da Síria estariam comprometidos em criar condições "para negociações sobre uma solução política para o conflito e exigir que as autoridades sírias cumpram suas responsabilidades de proteger os cidadãos" (UNITED NATIONS2017).

O país tem se mostrado contrário aos projetos de resoluções específicas relativas às violações aos direitos humanos cometidas por alguns Estados nos últimos anos. Em razão disso, o representante sírio posicionou-se antagonicamente a um projeto de resolução sobre o não cumprimento dos direitos inerentes da humanidade na Coreia do Norte em novembro de 2017, expressando que tal projeto interferiria nos problemas domésticos do país em questão. O representante afirmou, ainda, que rejeitava toda e qualquer tentativa de violar a soberania de um Estado e solicitou à Coreia do Norte que coexista pacificamente com as demais nações da sua região.

## República da Turquia

---

Em 2018, a Turquia foi acusada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas de estar violando uma série de direitos intrínsecos dos seres humanos, desde uma tentativa frustrada de golpe de Estado no país, ocorrida em julho de 2016. Desde lá, foi prorrogado várias vezes o "estado de emergência" instaurado no país após o ocorrido, e essas prorrogações estariam servindo para a ocorrência de uma série de violações aos direitos humanos.

De acordo como órgão da ONU, quase 160.000 pessoas teriam sido detidas na Turquia em 18 meses desde a tentativa de golpe de Estado, 152.000 funcionários teriam sido demitidos, além de haver perseguição, prisões arbitrárias e restrição da liberdade de expressão no país. O Estado turco rebateu tais acusações através do Ministério das Relações Exteriores, afirmando que tais informações contidas no relatório do Alto Comissariado seriam falsas, tendenciosas e distorcidas.

## República Argentina

---

A Argentina tem a tendência de não justificar abertamente seu voto perante Assembleia Geral da ONU, mas se manifestou brevemente sobre as frequentes violações aos direitos humanos na Coreia do Norte. Em sessão da Assembleia Geral em 26 de outubro de 2017, o representante argentino observou, com base no relatório sobre a conjuntura observada pelo Relator Especial no país asiático, que a proteção e a defesa de tais direitos devem ser uma política de Estado. Em seguida, questionou como a comunidade internacional poderia acompanhar as recomendações e considerações feitas pelo Relator Especial encarregado de acompanhar a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, finalizando, assim, a sua manifestação diante dos representantes das demais nações.

## República do Chile

---

Em anos recentes, o Chile tem tomado medidas para investigar as violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura de Augusto Pinochet, bem como para prevenir que novos desrespeitos a tais direitos ocorram. Em 2016, a então presidenta chilena Michelle Bachelet proclamou uma lei que criminaliza a tortura e suas derivações, com o objetivo de abolir definitivamente a prática no país. Essa lei seguiria padrões legislativos internacionais e acataria o que as Nações Unidas recomendam – que haja meios, em nível nacional, de prevenir futuros casos de tortura ou demais atentados aos direitos humanos.

Da mesma forma, o país está investigando uma série de casos de violações aos direitos inalienáveis de todos os seres humanos ocorridos no período ditatorial. Mesmo que o Chile tenha demorado mais de vinte anos para iniciar as devidas investigações, segundo o jornal Folha de São Paulo, algo que resultou em críticas de organismos que trabalham com direitos humanos, a iniciativa é considerada algo positivo para o país, que visa a não deixar impunes aqueles que atentaram contra a vida e as liberdades intrínsecas de opositores do regime político de Pinochet.

## Referências

---

AMNESTY INTERNACIONAL. North Korea: Political Prison Camps, 3 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/28000/asa240012011en.pdf>>. Acessado em: 10 abr. 2018.

AMNESTY INTERNACIONAL. North Korea prison camps very much in working order, 2 de Novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/11/north-korea-prison-camps-very-much-in-working-order/>>. Acessado em: 10 abr. 2018.

BBC. ONU diz que fome ameaça a Coreia do Norte, 30 de novembro de 2000. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2000/001130\\_coreia.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2000/001130_coreia.shtml)>. Acessado em: 15 abr. de 2018.

BBC. 'Cego, surdo e de dentes quebrados': pais de estudante americano acusam Coreia do Norte de torturar sistematicamente seu filho, 27 setembro 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41415402>>. Acessado em: 15 abr. 2018.

BBC. China e Coreia do Norte confirmam visita de Kim Jong-un a Pequim, 27 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-43564774>>. Acessado em: 10 abr 2018.

COLOMBO, Sylvia. 'Falta muito para medir tortura no Chile', Folha de São Paulo, 22 de mar. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/03/falta-muito-para-medir-tortura-no-chile.shtml>>. Acessado em: 10 abr. 2018.

DARUSMAN, Marzuki. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea, Marzuki Darusman. Human Rights Council, 1 de fevereiro de 2013. Disponível em: <[http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session22/AHRC.22.57\\_English.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session22/AHRC.22.57_English.pdf)> Acessado em: 17 mai. 2018.

FIFIELD, Ana. Prisões norte-coreanas são terríveis como nazistas, diz sobrevivente de Auschwitz, Folha de São Paulo, 13 de dezembro 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1942900-prisoos-norte-coreanas-sao-terriveis-como-nazistas-diz-sobrevivente-de-auschwitz.shtml>>. Acessado em: 02 Jun. 2018.

GORTÁZAR, Naiara Galarrage. ONU: "Coreia do Norte usa a fome para controlar a população", El País, 17 de fevereiro 2014. Disponível em: <[https://brasilpais.com/brasil/2014/02/17/internacional/1392643953\\_407244html](https://brasilpais.com/brasil/2014/02/17/internacional/1392643953_407244html)>. Acessado em: 22 mai. 2018.

GORTÁZAR, Naiara Galarrage. Um desertor norte-coreano: 'Delatei minha mãe por uma ração de arroz', El País, 17 de fevereiro 2014. Disponível em: <[https://brasilpais.com/brasil/2014/02/18/internacional/1392732706\\_750079html](https://brasilpais.com/brasil/2014/02/18/internacional/1392732706_750079html)> Acessado em: 22 mai. 2018.

ISTO É. ONU denuncia violações dos direitos humanos na Turquia, 20 de março de 2018.

Disponível em: <<https://istoe.com.br/onu-denuncia-violacoes-dos-direitos-humanos-na-turquia/>> Acessado em: 3 mai. 2018.

JIMÉNEZ, Vicente. Conselho de Segurança debate levar norte-coreanos à Corte de Haia El País, 23 de dezembro 2014. Disponível em: <[https://brasilpais.com/brasil/2014/12/23/internacional/1419289967\\_505218.html](https://brasilpais.com/brasil/2014/12/23/internacional/1419289967_505218.html)>. Acessado em: 10 abr. 2018.

O GLOBO. Coreia do Norte admite existência de campos de concentração para 'reformatar' cidadãos, 8 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/coreia-do-norte-admite-existencia-de-campos-de-concentracao-para-reformatar-cidadaos-14179373>> Acessado em: 10 abr. 2018.

OHCHR. Universal Periodic Review. 2018. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/UPR/Pages/UPRMain.aspx>>. Acessado em: 17 mai. 2018.

ONU. Especialista da ONU pede 'ação conjunta' para proteger direitos humanos na Coreia do Norte. 1 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-pede-acao-conjunta-para-protoger-direitos-humanos-na-coreia-do-norte/>>. Acessado em 17 mai. 2018.

ONU. ONU: Apesar de crescimento das colheitas, desnutrição crônica persiste na Coreia do Norte. 2 de dezembro de 2013. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-apesar-de-crescimento-das-colheitas-desnutricao-cronica-persiste->>

na-coreia-do-norte/>. Acessado em: 22 mai. 2018.

ONU. Relator da ONU pede solução para situação humanitária na Coreia do Norte. 29 de novembro de 2016. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-pede-solucao-para-situacao-humanitaria-na-coreia-do-norte/>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

ONU. Saying Torture Can 'Never Be Justified,' Third Committee Approves Text Condemning Any Attempt to Legalize, Authorize, Including on National Security Grounds. 10 de novembro de 2009. Disponível em:<<https://www.un.org/press/en/2009/gashc3965.doc.htm>>. Acessado em 02 jun. 2018.

ONU. Past Trends towards Increasing 'Criminalization' of Irregular Migration Continue; Migrants Face Racism, Abuse, Appalling Housing Conditions, Third Committee Told. 22 de outubro de 2010. Disponível em:<<https://www.un.org/press/en/2010/gashc3986.doc.htm>>. Acessado em: 18 abr.2018.

ONU. Intensely Debating Targeted Country Reviews, Third Committee Approves Draft Texts on Iran, Syria, Democratic People's Republic of Korea. 18 de novembro de 2014. Disponível em:<<https://www.un.org/press/en/2014/gashc4122.doc.htm>>. Acessado em: 18 abr. 2018.

ONU. Situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea. 3 de agosto de 2017. Disponível em:<<http://undocs.org/A/72/279>>. Acessado em: 17 mai. 2018.

ONU. Situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea. 18 de setembro de 2017. Disponível em:<<http://undocs.org/A/72/394>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

ONU. Coreia do Norte mantém 150 mil prisioneiros em 6 campos de detenção, alertam especialistas da ONU. 28 de fevereiro de 2013. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/coreia-do-norte-mantem-150-mil-prisioneiros-em-6-campos-de-detencao-alertam-especialistas-da-onu/>>. Acessado em: 2 jun. 2018.

ONU. Third Committee Approves Five Drafts on Situations in Syria, Iran, Democratic People's Republic of Korea, amid Debate over Merits of Country-Specific Texts. 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2017/gashc4220.doc.htm>>. Acessado em: 18 abr. 2018.

ONU. Sanctions, Harsh Rhetoric Eroding Human Rights in Democratic People's Republic of Korea, Expert Tells Third Committee, as Mandate-Holders Present Findings. 26 de outubro de 2017. Disponível em:<<https://www.un.org/press/en/2017/gashc4212.doc.htm>>. Acessado em: 14 abr. 2018.

ONU. Intensely Debating Targeted Country Reviews, Third Committee Approves Draft Texts on Iran, Syria, Democratic People's Republic of Korea. 18 de novembro de 2014. Disponível em:<<https://www.un.org/press/en/2014/gashc4122.doc.htm>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

ONU. Conselho de Segurança da ONU impõe novas sanções à Coreia do Norte. 26 de dezembro de 2017. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-impoe-novas-sancoes-a-coreia-do-norte/>>. Acessado em: 17 mai. 2018.

ONU. Especialistas da ONU denunciam perseguição da Arábia Saudita a ativistas. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/especialistas-da-onu-denunciam-perseguiacao-da-arabia-saudita-a-ativistas/>>. Acessado em: 18 abr.2018.

ONU. Líbia: ONU relata 'violações generalizadas' dos direitos humanos e 'total impunidade'. 2 de janeiro de 2018. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/libia-onu-relata-violacoes-generalizadas-dos-direitos-humanos-e-total-impunidade/>>. Acessado em: 14 abr. 2018.

ONU. Em meio a denúncias de violações dos direitos humanos, Líbia inicia transição democrática. 6 de abril de 2016. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/em-meio-a-denuncias-de-violacoes-dos-direitos-humanos-libia-inicia-transicao-democratica/>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

ONU. Mulheres refugiadas de Mianmar tecem novas vidas em Bangladesh. 2 de abril de 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mulheres-refugiadas-de-mianmar-tecem-novas-vidas-em-bangladesh/>>. Acessado em: 18 abr. 2018.

ONU. Pequenas hortas em Bangladesh ajudam na nutrição de milhares de rohingyas. 10 de abril de 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pequenas-hortas-em-bangladesh-ajudam-na-nutricao-de-milhares-de-rohingyas/>>. Acessado em: 16 abr. 2018.

ONU. Relatores da ONU condenam repressão do governo hondurenho contra manifestantes e mídia. 27 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatores-da-onu-condenam-repressao-do-governo-hondurenho-contramanifestantes-e-midia/>>. Acessado em: 17 abr. 2018.

ONU. Policiais usaram força letal contra manifestantes em Honduras, diz relatório da ONU. 13 de março de 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/policiais-usaram-forca-letal-contramanifestantes-em-honduras-diz-relatorio-da-onu/>>. Acessado em: 13 mai. 2018.

ONU. África do Sul enfrenta 'maior surto de listeriose do mundo'; OMS oferece apoio. 18 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/africa-do-sul-enfrenta-maior-surto-de-listeriose-do-mundo-oms-oferece-apoio/>>. Acessado em: 22 mai. 2018.

ONU. Programa Mundial de Alimentos presta assistência a mais de 733 mil pessoas na Coreia do Norte. 23 de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/programa-mundial-de-alimentos-presta-assistencia-a-mais-de-733-mil-pessoas-na-coreia-do-norte/>>. Acessado em: 13 mai. 2018.

ONU. Situation of human rights in the Democratic People's Republic of Korea. 24 de setembro de 2010. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/549/80/PDF/N1054980.pdf>>. Acessado em: 14 abr. 2018.

ONU. Coreia do Norte: Violações sistemáticas de direitos humanos continuam, alerta especialista da ONU. 31 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/coreia-do-norte-violacoes-sistematicas-de-direitos-humanos-continuam-alerta-especialista-da-onu/>>. Acessado em: 13 mai. 2018.

ONU. Relator da ONU pede solução para situação humanitária na Coreia do Norte. 29 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-pede-solucao-para-situacao-humanitaria-na-coreia-do-norte/>>. Acessado em: 16 mai. 2018.

ONU. Conselho de Segurança da ONU impõe novas sanções à Coreia do Norte. 26 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conselho-de-seguranca-da-onu-impoe-novas-sancoes-a-coreia-do-norte/>>. Acessado em: 13 mai. 2018.

ONU. Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2016. 26 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/71/202>>. Acessado em: 13 mai. 2018.

PARK, Ju-min; KIM, Michelle. Horrores de campos de concentração norte-coreanos expostos, Exame, 20 de agosto 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/coreanos-sao-expostos-em-comissao-da-onu/>>. Acessado em: 24 mai. 2018.

REPOTERS WITHOUT BORDERS. North Korea. Janeiro de 2018. Disponível em: <<https://rsf.org/en/north-korea>>. Acessado em: 14 abr. 2018.

SPUTNIK. Alasca, Egito e Alemanha: conheça zonas que podem ser atingidas por mísseis norte-coreanos, 18 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/201710189613709-areas-que-podem-ser-atingidas-por-misseis-da-coreia-do-norte/>>. Acessado em: 17 abr. 2018.

SPUTNIK. Coreia do Norte: deficientes mortos ao nascer e atrocidades contra os direitos humanos, 23 de julho de 2017. Disponível em: <[https://br.sputniknews.com/asia\\_oceania/201707238937253-coreia-do-norte-deficientes-mortos-ao-nascer-direitos-humanos/](https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201707238937253-coreia-do-norte-deficientes-mortos-ao-nascer-direitos-humanos/)>. Acessado em: 17 abr. 2018.

SPUTNIK. Egito apreendeu carregamento de armas em embarcação norte-coreana disfarçada, diz jornal, 2 de outubro de 2017. Disponível em: <[https://br.sputniknews.com/oriente\\_medio\\_africa/201710029486221-coreia-norte-embarcacao-egito-intercetada-armamento/](https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201710029486221-coreia-norte-embarcacao-egito-intercetada-armamento/)>. Acessado em: 17 abr. 2018.

# A violação dos direitos humanos na República da União de Myanmar

---

Ariane Casanova Dorneles

## Introdução

---

As violações dos direitos humanos no Estado de Myanmar assumiram proporções alarmantes na última década apesar de os abusos aos direitos inerentes a todos os seres humanos coexistirem com a história contemporânea do país. Devido a essas transgressões, a República da União de Myanmar tem sido um alvo recorrente nas discussões da Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o Comitê Social, Humanitário e Cultural (SoCHum).

O país, que já havia sido um tema de debate na Assembleia por violar o direito à liberdade de movimento de opositores políticos – sendo o episódio mais famoso o da vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 1991 e atual Conselheira do Estado de Myanmar Aung San Suu Kyi – tem lidado com acusações de que jornalistas não estão autorizados a exercer seu direito à liberdade de expressão e deslocamento em território nacional. De acordo com a organização não-governamental Repórteres Sem Fronteiras, Myanmar ocupa a 137ª posição entre os 180 países analisados no World Press Freedom Index<sup>1</sup> de 2017 e contou com a morte de um jornalista no mesmo ano.

Além disso, segundo o relator especial sobre a situação dos direitos humanos da ONU em Myanmar, Yanghee Lee, o Relator Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão da ONU, David Kaye, a prisão de jornalistas da agência de notícias Reuters, em 12 de dezembro de 2017 sinalizou o desejo de limitar o acesso à informação sobre a crise humanitária enfrentada pelo povo Rohingya, especialmente no estado de Rakhine. Os jornalistas em questão Wa Lone e Kyaw Soe Oo foram presos em Yangon quando informavam sobre o papel dos militares no ataque ao povo Rohingya.

A etnia de maioria muçulmana – em um país onde o budismo é predominante, teve sua cidadania efetivamente negada desde 1982, quando a lei de nacionalidade do país foi introduzida. No entanto, essa parcela da população sofre perseguição desde 1962, quando um golpe mudou o rumo do governo do país. Para a população de Myanmar, a minoria étnica é bengali, isto é, pertence a Bangladesh, não à República da União de Myanmar, embora os Rohingyas apontem que sua comunidade realmente teve raízes no país durante séculos.

Eles não podem viajar ou casar sem autorização do governo e geralmente não têm acesso ao mercado de trabalho ou a serviços públicos básicos como acesso a escolas e hospitais; eles também estão expostos a trabalhos forçados, extorsão e confisco de terras. Se um indivíduo

---

<sup>1</sup> World Press Freedom Index: ranking compilado pelos Repórteres Sem Fronteiras do nível de liberdade de imprensa encontrado em cada um dos Estados analisados. O ranking é compilado nas respostas dadas pelos jornalistas às 87 perguntas do questionário online, que já está traduzido em 20 línguas diferentes e baseia-se na opinião dos profissionais quanto ao pluralismo, à independência da mídia, à qualidade do quadro legislativo e à segurança dos jornalistas, de acordo com o site da organização.

Rohingyas deixar o país, será tratado como um imigrante caso deseje retornar. A situação piorou a partir de agosto de 2017, quando teve início uma operação militar liderada pelas forças armadas de Myanmar contra os insurgentes do Exército de Salvação Rohingya de Arrakan-Arsa<sup>2</sup>, fazendo com que milhares de pessoas deixassem suas casas e migrassem para outros lugares em busca de segurança e melhores condições de vida.

As condições enfrentadas pela população perseguida são diversas - além de se agruparem em campos de refugiados onde as condições de alimentação, saúde e segurança são precárias, os refugiados sofrem ferimentos causados por armas de fogo, queimaduras e desnutrição. Muitos caminham até seis dias para chegar a esses assentamentos e são muito vulneráveis a doenças o que dificulta a absorção de nutrientes, especialmente entre crianças. A população de Rohingya é tratada tão brutalmente que, em setembro do ano passado, foi classificada pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos Zeid Ra'ad Al Hussein, como algo como um caso clássico de extermínio étnico. Conforme declarado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) na trigésima sexta sessão do Conselho de Direitos Humanos, mais de 270.000 rohingyas haviam fugido para Bangladesh entre o final de agosto de 2017 e 11 de setembro do mesmo ano o dia em que a sessão ocorreu e a declaração foi feita.

Foi relatado por Hussein que as autoridades de Myanmar estavam montando minas terrestres na fronteira de Bangladesh e que, se os refugiados tivessem interesse em retornar à República de Myanmar, só poderiam fazê-lo se provassem sua nacionalidade. Nas palavras do Sr. Zeid Ra'ad Al Hussein

Fico ainda mais chocado com relatos de que as autoridades de Myanmar começaram agora a estabelecer minas terrestres ao longo da fronteira com Bangladesh e a tomar conhecimento de declarações oficiais de que os refugiados que fugiram da violência só serão permitidos se puderem fornecer "prova de nacionalidade". Dado que sucessivos governos de Myanmar, desde 1962, progressivamente retiraram a população de Rohingya de seus direitos políticos e civis, incluindo direitos de cidadania [...] - essa medida se assemelha a uma manobra cética de transferir à força um grande número de pessoas sem possibilidade de retorno. (HUSSEIN, 2017).

A situação dos Rohingya já é uma das piores crises humanitárias do mundo e envolve o trabalho de várias entidades para tentar apoiar os necessitados entre elas, a organização internacional não governamental Médicos Sem Fronteiras e o Programa Mundial de Alimentação ligado à ONU. Como as pessoas em questão não são legalmente consideradas cidadãos de Myanmar, elas se tornam um dos maiores, se não o maior, contingente de pessoas apátridas do mundo.

## Contexto histórico

---

A fim de entender melhor as violações ocorridas na República da União de Myanmar, deve-se compreender que os direitos inerentes ao ser humano foram formalizados através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa setenta anos em 2018 tendo sido proclamada em 10 de dezembro de 1948 na Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, através da Resolução 217 A (III). A declaração, que já foi traduzida para mais de 500 idiomas, é hoje considerada o

---

2 ARSA: Foi criado em outubro de 2016 em nome de mais de 1,1 milhão de rohingyas vivendo no estado de Rakhine e rotulado como grupo terrorista pelas autoridades de Mianmar em 25 de agosto deste ano. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/asia/ceania/201709209397205-facebook-censura-ataques-myanmar/>. Acesso em: 08 mar. 2018.

documento mais traduzido do mundo, inspirando muitos eleitorados e democracias de Estados recentes.

Direitos humanos, de acordo com as Nações Unidas, podem ser definidos como:

[...] direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outro status. Os direitos humanos incluem o direito à vida e liberdade, liberdade da escravidão e tortura, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e educação, e muitos mais. Todos têm direito a esses direitos, sem discriminação. (ONU, 1948).

Deve-se enfatizar que o documento busca estimular o respeito a todos os seres humanos, independentemente da escolha sexual, religião, etnia ou nacionalidade, e espera-se que ele seja conhecido pelos Estados que compõem a ONU. Em relação a Myanmar, o país é um Estado membro das Nações Unidas desde 19 de abril de 1948, quando ainda não possuía o nome atual. De acordo com Xavier e Librelotto (2007), o país sempre foi muito participativo na organização e, em 2007, a data base para a pesquisa das autoras, participava de várias agências da ONU, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O Estado em questão também participou de outros programas promovidos pela organização e fez parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) entre outros.

A República da União de Myanmar, que já foi uma colônia britânica junto com a Índia, conquistou sua independência em 4 de janeiro de 1948, ainda sob o nome de União da Birmânia um nome que durou até o final de 1973. Entre 4 de janeiro de 1974 e 23 de setembro de 1988, o Estado foi renomeado para República Socialista da União da Birmânia; entre o final de 1988 até 18 de junho de 1989, o país voltou a usar o seu antigo nome, até que o regime militar da época mudou seu nome novamente, passando a se chamar União de Myanmar. Somente em 2009, com a nova constituição do país oficialmente implementada em 21 de outubro de 2010, o Estado agora passa a se chamar República da União de Myanmar, embora ainda seja conhecido por muitos como Birmânia e, seus cidadãos como birmaneses. A história de Myanmar é composta principalmente por períodos de baixa participação popular e desrespeito aos direitos humanos, ganhando inclusive notoriedade por isso.

Um caso que ganhou repercussão mundial é o da atual conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, filha do general Aung San líder da independência do país. Suu Kyi ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1991 por causa de sua luta pelo respeito aos direitos humanos em Myanmar, bem como por seu apelo por um governo mais democrático para o país. Nascida em Yangon e educada na Universidade de Oxford, na Inglaterra, tornou-se politicamente ativa em 1988, quando o governo reprimiu violentamente uma revolta massiva matando milhares de civis. A criadora do partido "Liga Nacional para a Democracia" passou a maior parte de sua vida desde 1989 em prisão domiciliar, sendo liberada pela última vez seis dias após a eleição de 2010. Suas prisões causaram uma grande comoção internacional, com figuras políticas e até músicos falando em favor de sua liberdade. A agência de notícias britânica BBC, em um artigo sobre a vida da Conselheira de Estado, recordou parte de sua vida como prisioneira

Suu Kyi permaneceu em prisão domiciliar em Rangoon por seis anos, até ser libertada em julho de 1995. Ela foi novamente colocada em prisão domiciliar em setembro de 2000, quando tentou viajar para a cidade de Mandalay, desafiando as restrições de viagem. Ela foi libertada incondicionalmente em maio de 2002, mas pouco mais de um ano depois foi colocada na prisão após um confronto entre seus partidários e uma multidão apoiada pelo governo (BBC, 2016, tradução nossa).

Já em abril de 2012, a ganhadora do Prêmio Nobel e seu partido obtêm 43 dos 45 assentos disputados os que estavam desocupados, já que os políticos que os preenchiam haviam estado anteriormente no cargo. Semanas depois de vencer a maioria da disputa política, Suu Kyi fez o juramento ao parlamento e tornou-se líder da oposição ao governo de Myanmar, em 13 de novembro de 2015, a liga nacional pela democracia recebe dois terços dos assentos contestados em parlamento, governando assim até os dias atuais.

Suu Kyi é hoje amplamente contestada pela comunidade internacional por supostamente ignorar os abusos da minoria étnica Rohingya. Em setembro de 2017 uma petição foi assinada por mais de 164.000 pessoas, exigindo que o Nobel em 1991 fosse retirado, o que é sabidamente impossível, de acordo com o próprio Comitê do Prêmio. No entanto, o Museu do Holocausto dos Estados Unidos retirou, em 8 de março de 2018, o Prêmio Elie Wiesel concedido a Suu Kyi em 2012, devido à sua alegada omissão em face da crise humanitária dos Rohingya. A situação degradante da população Rohingya tem como uma de suas causas o não reconhecimento de sua cidadania em Myanmar, devido à lei de nacionalidade sancionada em 1982. Isso significa que somente os grupos étnicos que podem confirmar sua presença no território nacional antes de 1823 a data da primeira guerra que levou à colonização do país localizado no sul da Ásia têm sua nacionalidade reconhecida.

Ainda em relação às violações dos direitos inerentes aos seres humanos no país, Xavier e Librelotto (2007, p. 11) também afirmam que:

Em face de tal desrespeito aos direitos humanos, Myanmar é um assunto na agenda da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Esta entidade atua lá através do monitoramento por um enviado especial. De 1992 a 1996, o japonês Yozo Yokota foi o responsável; entre 1996 e 2000, do mauritano Rajsoomer Lallah e desse período em diante, do brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. De acordo com um relatório de 2006 da Comissão de Direitos Humanos, as pessoas vão além de um período muito restritivo de condições socioeconômicas, crescimento rápido das pessoas infectadas pelo HIV / AIDS, emprego limitado e oportunidades de educação. Destacam-se também as difíceis conversas, pois o governo birmanês vetou as visitas de Pinheiro desde novembro de 2003 (LIBRELOTTO, XAVIER, 2007, p. 11).

A situação em Myanmar em relação à desqualificação dos enviados da ONU não parece ter mudado muito de 2003 para o presente: em dezembro de 2017, o Estado negou novamente a entrada do Relator Especial sobre os Direitos Humanos da ONU em Myanmar, Yangee Lee que desde que assumiu o cargo em 2014, já havia visitado o país seis vezes. Os problemas no país têm sido uma agenda constante na Assembleia Geral da ONU, já parte dos assuntos discutidos pela SoCHum, pelo menos oito vezes desde que os informes da imprensa começaram a ser divulgados online em 2009.

## **Atualidades**

---

De acordo com o Centro Regional de Informações das Nações Unidas, Myanmar foi um dos Estados membros pioneiros a adotar a Declaração Universal dos Direitos do Homem (UNIRC, 2009). No entanto, seu desempenho em relação aos direitos humanos está aquém do esperado de um país com tal posicionamento.

Conforme a linha do tempo publicada pela BBC, em 2010, o governo passou por uma transição de um governo militar para um governo civil; no entanto, essa transição se deu por

meio de uma eleição fraudulenta, condenada internacionalmente (BBC, 2015). No ano seguinte, o novo governo liberou milhares de prisioneiros sob anistia, sendo 30 deles prisioneiros políticos – existem mais de 2 mil destes no país. Além disso, o presidente Thein Sein suspendeu a construção da hidrelétrica Myitsone, financiada pela China. O que foi visto como abertura à opinião pública, permitindo que o partido da oposição a liga nacional pela democracia registre-se novamente como um partido político, assine um acordo de cessar-fogo com grupos rebeldes, entre outras medidas que demonstram certo avanço no campo social.

No entanto, a situação não melhorou para um grupo muito específico do país: os Rohingya, que representam 5% da população de Myanmar. As origens dos Rohingya ainda geram controvérsias: o grupo afirma ser descendente de indígenas residentes do Estado de Rakhine, no oeste do país, porém, há aqueles que definem os Rohingya como muçulmanos de origem bengali que teriam migrado para o país durante a ocupação britânica. Seja qual for a sua origem, essas pessoas são proibidas de casar, de possuir propriedade e de viajar sem autorização estatal. Em 2012, o grupo sofreu dois atentados orquestrados por grupos extremistas budistas que deixaram 140 mortos e 100 mil desabrigados, e nesses eventos, as autoridades e a polícia foram acusados de não agir para defendê-los.

Ainda em 2012, a liga nacional pela democracia conquistou 43 dos 45 assentos no parlamento, numa eleição considerada justa e limpa. Os Estados Unidos responderam diminuindo as sanções à Myanmar, e a União Europeia os acompanhou. Segundo relatório compilado pelo Justice Trust e por advogados birmaneses baseado em testemunhas oculares, fotos e análises forenses, no dia 29 de novembro de 2012, a polícia birmandesa disparou uma série de granadas de fósforo branco contra manifestantes que foram forçados a desistir de suas terras nos arredores de uma mina de cobre. Num primeiro momento, o presidente Thein Sein estabeleceu uma Comissão de Investigação, contudo, dois dias depois, sem explicação, o mandato foi alterado para excluir a observação das causas e do motivo pelo qual as pessoas haviam sido feridas.

A onda de violência continuou, em junho de 2013, segundo nota da ONU, três mulheres Rohingya foram assassinadas com tiros disparados por policiais, durante uma manifestação pacífica em Rakhine. Nesse episódio, a polícia disparou indiscriminadamente contra uma multidão de pessoas que se manifestavam contra a localização dos novos abrigos após a destruição de suas casas nos ataques de 2012. Além dos assassinatos, cinco pessoas ficaram feridas. Um dos diversos direitos negados aos Rohingya por parte do governo é o da nacionalidade, o vínculo jurídico-político que une um indivíduo a um determinado Estado. De acordo com a lei da cidadania de Myanmar de 1982, os Rohingya não são considerados um dos oito grupos étnicos nacionais. O direito a nacionalidade é considerado como um dos direitos fundamentais da pessoa humana e está disposto na Declaração Universal dos Direitos do Homem. Em 2014, o ACNUR criou a campanha "Eu pertença" (I belong), que tem como objetivo para os próximos dez anos a erradicação da apatridia (termo utilizado para caracterizar os indivíduos que não são considerados cidadãos por Estado algum) (ACNUR, 2014). A campanha vem apresentando dados que mostram reduções significativas do número de apátridas, porém Myanmar não faz parte dos países que apresentaram reduções significativas.

Em um relatório divulgado em junho de 2016, o Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, reafirma a importância de o governo de Myanmar adotar medidas concretas para combater as violações cometidas contra minorias étnicas e religiosas do país. Zeid Al Hussein, então Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos, cita a discriminação sistemática, a privação arbitrária da nacionalidade, a negação dos direitos à saúde e à educação, o trabalho forçado, a violência sexual, a limitação dos direitos políticos e as restrições à liberdade de movimento como exemplos de violações dos direitos humanos na região. Hussein ainda ressalta a possibilidade de que essa

tendência de violações constitua um crime contra a humanidade.

Em fevereiro de 2017, foi divulgado o relatório flash pelo Escritório de Direitos Humanos da ONU, detalhando os crimes perpetrados pelas forças de segurança de Myanmar contra os Rohingya. Entre as violações citadas no documento encontram-se, por exemplo estupros, assassinatos de crianças, espancamentos, desaparecimentos (OHCHR, 2017). Em várias ocasiões o governo de Myanmar dificultou o acesso internacional ao que acontece no país. Um dos casos que mais ganharam notoriedade foi a prisão de dois jornalistas do jornal Reuters, enquanto trabalhavam em reportagens sobre o papel dos militares no ataque contra a população muçumana Rohingya em Rakhine. Segundo a ONU, as autoridades do país justificam-se alegando que os jornalistas haviam conseguido as informações de forma ilegal com a intenção de compartilhá-las internacionalmente, violando a lei de segredos oficiais do país. Os relatores, por sua vez, afirmam que o uso da Lei supracitada para criminalizar o jornalismo pode levar Myanmar rumo à redução da liberdade de expressão. Caso condenados, os dois jornalistas podem ter que cumprir até 14 anos de prisão.

Regularmente, a ONU efetua visitas aos países membros com o objetivo de verificar a situação da população acerca de um tema específico, a aplicação das sugestões de mudança econômica, entre outros. No final de 2017, a relatora especial da ONU, Yanghee Lee, teve sua entrada negada a Myanmar. A visita tinha por finalidade averiguar o estado dos direitos humanos no país. Yanghee Lee deveria fazer duas visitas por ano a Myanmar e, então, reportar ao Conselho de Direitos Humanos e à Assembleia Geral a situação dos direitos humanos nas diversas regiões. Desde 2014, ano em que assumiu a relatoria especial, a relatora visitou o país seis vezes – ainda que com acesso limitado a algumas áreas, com a justificativa de que as autoridades estariam preocupadas com a segurança da representante. Apesar da negação constante por parte das autoridades de Myanmar de que violações aos direitos humanos estejam acontecendo em seu território, essa falta de cooperação sugere o contrário.

De acordo com as Nações Unidas, a crise de refugiados Rohingya é a que mais cresce no mundo, desde agosto do ano passado, mais de 670 mil pessoas deixaram o estado de Rakhine, em Myanmar, e buscaram refúgio em Bangladesh (ONU, 2017). Atualmente a cidade de Cox's Bazar conta com o maior campo de refugiados do mundo. Além de Bangladesh, Indonésia e Malásia têm ajudado os refugiados. Em maio deste ano, ambos os países resgataram três barcos que passavam pela rota do Mar de Andamão, a qual desde 2015, já levou dezenas de refugiados Rohingya a morte.

## **Ações da ONU**

---

As violações aos direitos humanos no Estado de Myanmar, especialmente aquelas relacionadas ao povo Rohingya, são alvo de preocupação e de ações das Nações Unidas há, pelo menos, vinte e dois anos. A organização, muitas vezes por meio do OHCHR, acompanha a conjuntura no país através de seus relatores especiais, os quais visitam o país para checar os possíveis avanços e retrocessos relativos aos direitos inerentes a todos os seres humanos, além de produzirem resoluções específicas para tentarem estimular o governo a se empenhar no reparo dos déficits ainda presentes.

Em 2009, ano que precedeu as eleições no Estado e em meio ao processo de adoção de uma

nova constituição, durante a Assembleia Geral da ONU o terceiro comitê divulgou um relatório com recomendações a alguns países nos quais haveria violações aos direitos humanos, dentre estes, Myanmar. Em tal documento, classificado como A/64/439/Add.3, o comitê reafirma o que já havia sido colocado em três resoluções anteriores, uma do ano de 2008 e duas de 2009, expõe suas preocupações, congratula o país pelas melhorias feitas e clama pela adoção de diversas medidas por parte do governo. Sobre o povo Rohingya, o SoCHum expõe que a cidadania deve ser concedida a população e, que o Estado deve se empenhar em melhorar as suas condições de vida.

Após esse relatório, o terceiro comitê voltou a se manifestar sobre o tema em 2010, quando uma nova resolução tocante a Myanmar foi posta em votação na sessão do dia 18 de novembro, durante a Assembleia Geral, e aprovada pelo SoChum após a avaliação prévia dos países-membros da ONU presentes. A resolução em questão, aprovada por 96 votos a favor e 28 contra, contando ainda com 60 abstenções, condenava as violações em andamento aos direitos da humanidade e celebrava a liberdade da Ms. Suu Kyi. Além disso, o representante do terceiro comitê manifestou-se dizendo

[...] lamento profundamente que o Governo não tenha realizado eleições livres, justas, transparentes e inclusivas e exorto o Governo a levantar restrições à liberdade de reunião, associação, movimento e liberdade de expressão, incluindo para os meios de comunicação social livres e independentes, e acabar com o uso de censura (UNITED NATIONS, 2010, tradução nossa).

Três novas resoluções foram adicionadas em novembro de 2011 pelo Comitê Social, Humanitário e Cultural, além de novamente, serem reconhecidas as mudanças e os progressos feitos pela república aqui tratada. O representante de Myanmar declarou, na sexagésima sexta sessão da Assembleia Geral da ONU, que seu país estava engajado em construir uma sociedade mais democrática e, aparentemente, mais aberta ao diálogo com a comunidade internacional. Isso porque o Estado estava recebendo dignitários estrangeiros de múltiplas nações e organizações internacionais e também estaria esperando para o início de 2012, a visita da secretária geral dos Estados Unidos, algo que não acontecia há mais de 50 anos.

O representante afirmou também que Myanmar estava empenhado em proteger e promover os direitos humanos e estaria, inclusive, colaborando com o Conselho de Direitos Humanos e com o Relator Especial enviado ao país. Além disso, estaria aguardando a visita do Secretário Geral da ONU, a qual estava agendada para os próximos meses. Segundo o comunicado de imprensa relativo à sessão aqui referida, como forma de efetivar os empenhos do país sobre o que foi colocado acima, se estabeleceu no Estado o "[...] Comissão Nacional dos Direitos Humanos, enquanto o Governo abriu uma janela de oportunidade para aqueles que estão fora do processo constitucional e eleições democráticas".

Pode-se observar ainda, que o país aqui tratado foi um assunto recorrente nas sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, dos anos de 2012<sup>3</sup>, 2013<sup>4</sup>, 2014<sup>5</sup> e 2015<sup>6</sup> no tocante à promoção e à proteção dos direitos humanos. Nessas sessões, foram expostos os relatórios feitos pelo Relator Especial encarregado de observar a situação encontrada no país nos respectivos anos. É visto nos documentos disponibilizados para cada uma das sessões citadas acima, mais uma vez, o reconhecimento do engajamento, dos esforços e das realizações feitas pelo governo para melhorar a conjuntura de violações aos direitos inalienáveis da humanidade existentes no

3 Document A/C.3/67/L.49 - November 9<sup>th</sup>, 2012.

4 Document A/C.3/68/L.55 - November 1<sup>st</sup>, 2013 and document A/C.3/68/L.55/Rev.1 - November 12<sup>th</sup>, 2013.

5 Document A/C.3/69/L.32 - October 31<sup>st</sup>, 2014.

6 Document A/C.3/70/L.39 - October 30<sup>th</sup>, 2015 and document A/C.3/70/L.39/Rev.1 - November 16<sup>th</sup>, 2015.

Estado.

Da mesma forma, podem ser visualizados em tais relatórios os pontos salientados pelo agente da ONU em que Myanmar precisaria se empenhar para conseguir uma efetiva melhoria. Assim como recomendações feitas pela organização e, reiterações relativas a problemas que o país persiste em não remediar ou sanar como, por exemplo, os abusos e violações aos direitos humanos de minorias étnicas onde se encaixam os Rohingya. No documento, relacionado à septuagésima sessão da Assembleia Geral, ocorrida em novembro de 2015, afirma-se

[...]sobre a situação dos Rohingya no Estado de Rakhine e de outras minorias sujeitas a marginalização e a instâncias de violações e abusos dos direitos humanos, e exorta o Governo de Myanmar a proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os indivíduos, incluindo as pessoas pertencentes à minoria Rohingya, para permitir a auto identificação, assegurar acesso igual a cidadania plena e direitos relacionados, incluindo direitos civis e políticos, para todos os apátridas, liberdade de movimento, bem como o retorno seguro e voluntário de pessoas deslocadas internamente para suas comunidades de origem e acesso rápido e desimpedido à assistência humanitária sem discriminação, para garantir igualdade de acesso aos serviços, especialmente saúde e educação, o direito de casar e registro de nascimento e realizar investigações completas, transparentes e independentes em todos os relatos de violações de direitos humanos e abusos, a fim de garantir a responsabilização e trazer a reconciliação (UNITED NATIONS, 2015, tradução nossa).

No ano de 2017, além de as discussões sobre a situação de Myanmar voltarem a dominar o Terceiro Comitê na 72ª sessão da Assembleia Geral, o Estado também foi alvo de acusações por parte do alto-comissário das Nações Unidas, Zeid Ra'ad Al Hussein. Durante a abertura da 36ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Al Hussein afirmou que o tratamento dado ao povo Rohingya estaria se assemelhando a um exemplo clássico de genocídio étnico, devido a intensificação da crise humanitária no país. O alto-comissário afirmou ainda que estaria recebendo imagens e informações de que o governo de Myanmar estaria ateando fogo em vilarejos da minoria muçulmana e que, estariam sendo instaladas minas terrestres na fronteira com Bangladesh com o intuito de atingir os indivíduos da etnia Rohingya. Tais colocações são reforçadas pelos números apresentados pelo ACNUR, Agência para Refugiados da ONU, o qual contabilizou que mais de 270 mil Rohingyas fugiram para Bangladesh apenas entre agosto até setembro de 2017. Em dezembro deste ano, o governo de Myanmar recusou a entrada da Relatora Especial, Yanghee Lee, designada para monitorar a situação dos direitos humanos no país, levando-a a afirmar que tal recusa só poderia significar que algo de bastante grave estaria ocorrendo no estado de Rakhine, assim como no restante do país.

Por fim, é válido relembrar o fato exposto na introdução de que Lee, a qual já visitou Myanmar por seis vezes anteriores a última recusa em 21 de dezembro de 2017, expressou que o país precisa garantir que jornalistas trabalhem de forma livre e segura. Tal pronunciamento foi feito juntamente com o relator especial sobre promoção e proteção do direito a liberdade de opinião, David Kaye, após a detenção de dois jornalistas da agência Reuters. Os relatores especiais estariam tentando entrar em contato com as autoridades do país para abordar a situação e, enquanto não se encontra uma solução para a crise humanitária, o ACNUR pede doações da sociedade civil direcionadas para o amparo aos refugiados.

## Questões a serem resolvidas

---

- Quais medidas o Estado de Myanmar deve tomar, imediatamente e em curto prazo, para melhorar as condições de vida da minoria étnica Rohingya, e quais devem ser colocadas em práticas, em longo prazo, para sanar as violações aos direitos humanos do povo aqui tratado?

- Que ações devem ser postas em prática para uma melhor garantia dos direitos humanos em geral, por parte do governo de Myanmar?

-O que a Organização das Nações Unidas, por meio de seus Estados-membros, deve fazer para que a situação dos Rohingyas seja efetivamente melhorada?

- O que a ONU, através de seus Estados-membros, pode e deve fazer para que as violações aos demais direitos inerentes á humanidade sejam minimizadas e futuramente extintas no país?

## Posições dos países

---

### República Popular da China

---

Na sessão especial do Conselho de Direitos Humanos em dezembro de 2017<sup>7</sup>, a China condenou os violentos ataques em Myanmar e apoiou o país na defesa da paz e da segurança nacional. A China também enfatiza a importância do diálogo como a única saída. O ministro das relações exteriores chinês, Wang Yi, sugeriu um plano de três etapas para enfrentar a crise. A primeira etapa depende do exército de Myanmar para restaurar a ordem, declarando um cessar-fogo para impedir o fluxo de refugiados. Na segunda etapa, Wang sugere que tanto Myanmar quanto Bangladesh deveriam ser encorajados a conversar, a fim de encontrar uma abordagem razoável para resolver a questão, e a comunidade internacional também deveria desempenhar um papel ativo. Na terceira etapa, Wang conclama a comunidade internacional a ajudar a reconstruir o estado de Rakhine.

No entanto, a China foi um dos países que votaram contra a resolução da ONU que insistia que Myanmar deveria acabar com a campanha militar contra Rohingya, e aconselhava o governo a permitir o acesso de trabalhadores humanitários, garantir o retorno de todos os refugiados e conceder-lhes direitos de cidadania.

### Estados Unidos da América

---

Uma simples resolução do Congresso dos Estados Unidos instiga o governo de Myanmar a acabar com a perseguição ao povo Rohingya e respeitar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente por todos os grupos étnicos e religiosos minoritários. A resolução ainda exorta o governo dos Estados Unidos e a comunidade internacional a pressionar Myanmar a pôr fim a perseguição e a discriminação ao povo Rohingya. Embora uma resolução simples não tenha

---

7 <https://documents-ddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/358/08/PDF/G1735808.pdf?OpenElement>

poder legal, ela demonstra o compromisso com essa crise humanitária.

Em outubro de 2017, os Estados Unidos decidiram retirar a ajuda militar ao exército de Myanmar, expressando a mais séria preocupação com os recentes acontecimentos no estado de Rakhine. Anteriormente os EUA já haviam demonstrado restrições, bem como imposto um longo embargo a todas as vendas militares. Durante a sessão especial do Conselho de Direitos Humanos, os Estados Unidos conclamaram as autoridades de Myanmar a reformarem a lei de cidadania discriminatória de 1982, e também foram um dos países que votaram a favor da resolução da ONU de dezembro de 2017.

## República Federativa do Brasil

---

O embaixador do Brasil em Bangladesh, João Tabajara de Oliveira Júnior, declarou em entrevista ao jornal Daily Sun: "O Brasil está sempre pronto para ajudar Bangladesh sempre que precisar superar a crise humanitária. Já estamos ajudando Bangladesh nas Nações Unidas no nível político, mas na frente humanitária ainda estamos para receber qualquer demanda específica". O Brasil também chamou a atenção para a decisão de Bangladesh de manter suas fronteiras abertas como exemplo positivo de solidariedade para com os refugiados, considerando as crises migratórias em diferentes áreas do mundo. O país expressou profunda preocupação com os relatos de graves violações dos direitos humanos contra os Rohingya em Myanmar, incluindo casos graves de violência, especialmente contra mulheres e crianças. O Brasil é um dos países que votaram a favor da resolução da ONU de dezembro de 2017.

## Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

---

O Reino Unido solicitou que Myanmar parasse de cometer crimes contra os Rohingya e comprometeu-se a trabalhar com parceiros internacionais para resolver a crise em Rakhine. Um exemplo disso é o aumento que o Reino Unido fez no seu próprio apoio àqueles que encontraram refúgio em Bangladesh. Este apoio conta com alimentos de emergência, água potável segura, kits de higiene, aconselhamento de abrigo de emergência e apoio psicológico.

No decorrer da sessão especial do Conselho de Direitos Humanos, o Reino Unido sugeriu que as autoridades de Myanmar cooperassem plenamente com a Missão de Descoberta de Fatos e também concede acesso humanitário total ao estado de Rakhine, no norte do país. O Reino Unido votou a favor da resolução da ONU de dezembro de 2017.

## República Árabe do Egito

---

O Egito afirmou que a situação da comunidade Rohingya em Myanmar precisa da atenção total do Conselho de Direitos Humanos. Para as autoridades egípcias, o governo de Myanmar deve garantir todos os direitos dos Rohingya e responsabilizar aqueles que haviam cometido crimes contra a população civil. O Egito pediu à comunidade internacional que tome medidas concretas para acabar com o sofrimento dos Rohingya. O país também expressou solidariedade aos muçulmanos Rohingya enviando ajuda a Bangladesh e apoiando os esforços do governo de Bangladesh para lidar com as consequências da crise. O Egito é outro país que votou a favor da resolução da ONU de dezembro de 2017.

## Reino da Arábia Saudita

---

Durante a sessão especial do Conselho de Direitos Humanos de dezembro de 2017, a Arábia Saudita demandou medidas concretas para acabar com o sofrimento da população Rohingya em Mianmar. O reino saudita convocou o governo de Mianmar a combater o incitamento ao ódio e condenou firmemente a limpeza étnica do povo Rohingya. Outra demanda foi a de que redobre seus esforços para pôr fim à crise humanitária. Destino de refugiados Rohingya nos últimos 40 anos, a Arábia Saudita votou a favor da resolução da ONU, e envia ajuda principalmente para Bangladesh, mas também para a Indonésia e a Malásia.

## Federação Russa

---

O governo russo não tem sido transparente quanto à sua posição sobre o que está acontecendo em Mianmar. Moscou tem uma posição semelhante à da China no apoio ao governo de Mianmar sob o argumento de que protegendo o desenvolvimento nacional. Contudo o país ainda condena as ações realizadas contra os muçulmanos Rohingya, como aconteceu durante a cúpula dos BRICS na China, quando Putin expressou desaprovação à violência em Mianmar e pediu ao governo que assumisse o controle da situação.

## República Islâmica do Irã

---

Mesmo que o Irã não mantenha relações diplomáticas com Mianmar, o país fornece assistência aos muçulmanos Rohingya em Bangladesh e tem enfatizado a importância de não permitir que os militares de Mianmar fiquem impunes e de que todos os responsáveis sejam levados à justiça.

## República de Honduras

---

A República de Honduras ainda não abordou esta questão em público.

## República da Turquia

---

A Turquia desempenha um papel de liderança no monitoramento da situação em Myanmar. Concentrando-se no lado humanitário da questão, o país trabalha com organizações como UNICEF e ACNUR para fornecer assistência em todos os aspectos e contribuir para o desenvolvimento de uma solução construtiva para a crise. A agência de ajuda estrangeira da Turquia, TIKA, tornou-se a primeira empresa estrangeira a entregar uma remessa inicial de 1000 toneladas de alimentos básicos e remédios para a zona de conflito no estado de Rakhine, onde vive a maioria dos Rohingyas.

O presidente turco, Recep Tayyip Erdoğan, apontando para um papel de liderança na comunidade muçulmana, declarou ser responsabilidade moral da Turquia tomar uma posição sobre os eventos em Myanmar. A Turquia tem trabalhado intensamente em todos os órgãos internacionais relevantes para chamar a atenção da comunidade internacional para a situação

humanitária em Mianmar e Bangladesh.

## República da África do Sul

---

O governo da República da África do Sul apoia a declaração do secretário da ONU, António Guterres, em que ele solicita que o governo de Myanmar conceda acesso a agências humanitárias para oferecer assistência e proteção às comunidades carentes. O governo sul-africano tem profundas preocupações sobre a atual situação no estado de Rakhine e apela a todas as partes envolvidas no conflito para que acabem com a violência, a fim de evitar o sofrimento humano. O governo da África do Sul pede ao governo de Myanmar que trate da situação atual no estado de Rakhine no âmbito da lei, defendendo os direitos de todas as pessoas que vivem no país, independentemente das diferenças étnicas, religiosas ou de qualquer outra natureza.

## República da União de Myanmar

---

O governo de Myanmar sofre acusações de genocídio e limpeza étnica pela comunidade internacional em virtude da violência cometida contra uma minoria de sua população, os Rohingya. Em 2017, o governo de Myanmar bloqueou a entrada de comissários da ONU que deveriam checar e denunciar a situação humanitária no país, recusando-se a emitir vistos. Isso levantou suspeitas da comunidade internacional e ampliou o debate. O governo negou as acusações e afirmou que está mirando em militantes responsáveis por ataques às forças de segurança, e que a maioria dos mortos é composta por terroristas. Segundo o governo são os próprios Rohingya que estão queimando suas aldeias uma alegação questionada por jornalistas que relataram ter visto novos incêndios em aldeias abandonadas pelo povo Rohingya.

O governo de Myanmar rejeitou categoricamente o projeto de resolução intitulado "Situação dos direitos humanos em Myanmar", apresentado pela União Europeia (UE), considerado em 23 de março de 2018, durante a 37ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra. O Representante Permanente de Myanmar junto ao Embaixador das Nações Unidas, U Htin Lynn, destacou parágrafos que são considerados altamente intrusivos e diretamente desafiadores à soberania do estado de Myanmar. O governo de Myanmar afirma receber com satisfação a crítica construtiva da comunidade internacional, mas insiste que não aceitará qualquer tentativa de violar a soberania estatal de Myanmar.

## República Popular do Bangladesh

---

Bangladesh está hospedando mais de um milhão de refugiados Rohingya de Myanmar. Quase 700.000 chegaram e se abrigaram desde 25 de agosto de 2017 para fugir das atrocidades no norte do estado de Rakhine. Bangladesh está fornecendo a eles todos os serviços humanitários básicos, em cooperação com a comunidade internacional e agências da ONU. Enquanto isso, Bangladesh também assinou acordos bilaterais com Mianmar para o retorno sustentável dos Rohingya a Mianmar.

A fim de assegurar um retorno seguro e sustentável dos Rohingya a Mianmar, nos termos dos acordos bilaterais, o governo de Bangladesh conta com o ACNUR para ajudar no processo de devolução geral, e para se envolver com Myanmar para assegurar que seja criado um ambiente favorável para facilitar tal retorno.

## República Democrática Popular da Coreia do Norte

---

Em relação à situação atual com o povo Rohingya em Mianmar, a Coreia do Norte não fez uma declaração pública. Embora a extensão total do relacionamento entre Mianmar e a Coreia do Norte não tenha sido divulgada abertamente, há relatos que defendem a existência de fortes laços entre os dois países, incluindo as exportações norte-coreanas de armas para os militares de Mianmar.

## República do Líbano

---

O Líbano se juntou ao coro de críticas contra o governo de Mianmar por sua repressão brutal contra os muçulmanos Rohingya. Autoridades do governo, assim como o movimento de resistência do Hezbollah no Líbano, pediram o fim imediato da perseguição aos Rohingyas. O primeiro-ministro Saad Hariri solicitou que o Conselho de Segurança da ONU tome medidas para impedir a perseguição à minoria Rohingya em Mianmar.

## República Árabe da Síria

---

A única declaração sobre a situação do governo sírio dada pelo xeque Ahmad Badreddin Hassoun, a mais alta autoridade islâmica na Síria, em uma entrevista com o Indian World, ao canal One News (WION)<sup>8</sup>. Ele alegou que havia "grande propaganda contra o governo de Mianmar", afirmando que os 450 mil refugiados do país são mencionados "pelo menos cem vezes por dia" na mídia, o que implica que a situação dos refugiados está sendo exagerada.

## República da Argentina

---

A Argentina ainda não abordou esta questão em público.

## República do Chile

---

O governo do Chile lamenta a violência e a deterioração da situação humanitária em Mianmar que afeta a minoria étnica muçulmana de Rohingya. Também pede que o governo desse país, especialmente as forças militares e policiais, tomem medidas para deter a escalada da violência, responsável por mais de 400 mil deslocados, buscando principalmente refúgio em Bangladesh como resultado da atual operação militar no estado de Rakhine.

Além disso, o governo do Chile une-se aos pedidos internacionais destinados a assegurar que o governo de Mianmar permita que os oficiais da ONU entrem em seu território e garanta as condições necessárias para a investigação e verificação de alegações de graves violações de direitos humanos contra seu povo.

## REFERÊNCIAS

---

ACNUR. "I belong" campanha. Available at: <<http://www.acnur.org/portugues/2014/11/04/acnur-lanca-hoje-campanha-global-pelo-fim-da-apatridia-ate-2024/>>. Accessed on: 24 may 2018.

AFRICAN INDEPENDENT. South Africa urges Myanmar to address situation of displaced civilians (4/9/2017). Available at: <<https://www.africanindy.com/news/south-africa-urges-myanmar-to-address-situation-of-displaced-civilians-11208879>>. Accessed on 4 may 2018

AHRAM ONLINE. Egypt sends aid shipment for Rohingya Muslim refugees in Bangladesh. Available at: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/285741/Egypt/Politics-/Egypt-sends-aid-shipment-for-Rohingya-Muslim-refug.aspx>> Accessed on: 3 may. 2018.

ALADDIN, Rana. Lebanon strongly condemns persecution of Myanmar's Rohingyas. Press TV. Available at: <<http://www.presstv.com/Detail/2017/09/08/534493/Lebanon-strongly-condemns-Myanmar-Rohingya>>. Accessed on: 4 may 2018.

AMNESTY INTERNATIONAL. MYANMAR: CONDITIONS IN PRISONS AND LABOUR CAMPS. Available at: <<https://www.amnesty.org/en/documents/asa16/022/1995/en/>>. Accessed on: 05 mar. 2018.

BBC NEWS BRASIL. Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica. Available at: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869>>. Accessed on: 05 mar. 2018.

BBC NEWS. Myanmar 'militarising' Rohingya villages in Rakhine, says Amnesty. Available at: <[http://www.bbc.com/news/world-asia-43367720?ocid=socialflow\\_twitter](http://www.bbc.com/news/world-asia-43367720?ocid=socialflow_twitter)>. Accessed on: 12 mar. 2018.

BBC NEWS. Profile: Aung San Suu Kyi. Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11685977>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

BBC NEWS. What is happening in Myanmar? Available at: <<http://www.bbc.co.uk/newsround/41242024>>. Accessed on: 4 may 2018.

BBC. Timeline: Reforms in Myanmar (8/7/2015). Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-16546688>>. Accessed on: 18 may 2018.

BBC. Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica. (13/9/2017). Available at: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869>>. Accessed on: 18 may 2018.

BBC. Burma: State of emergency imposed in Meiktila. (22/3/2013). Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-21894339>>. Accessed on 18 may 2018.

BBC. EU lifts sanctions against Burma (22/4/2013). Available at: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-22254493>>. Accessed on: 18 may 2018

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. A situação de direitos humanos em Mianmar constitui motivo de grave preocupação, diz Ban Ki-moon. Available at: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/24901>>. Accessed on: 04 mar. 2018.

DAHAN, Nadine. Syria's grand mufti says Rohingya Muslims are a 'security threat'. Available at: <<http://www.middleeasteye.net/news/syrias-grand-mufti-concurs-india-rohingya-muslims-are-security-threat-1087331340>>. Accessed on: 4 may 2018.

DIRCO. South Africa appeals to Myanmar to address the situation of displaced citizens. Available at: <<http://www.dirco.gov.za/docs/2017/myan0913.htm>>. Accessed on 4 may 2018.

DFID Media Team. UK leads international response to Rohingya crisis. Available at: <<https://dfidnews.blog.gov.uk/2017/11/13/>>

uk-leads-international-support-for-rohingya-crisis/> Accessed on: 3 may 2018.

EL PAÍS BRASIL. A dama da decepção: uma Nobel da Paz criticada por seus pares. Available at: <[https://brasilelpais.com/brasil/2017/01/05/internacional/1483640044\\_209400.html](https://brasilelpais.com/brasil/2017/01/05/internacional/1483640044_209400.html)>. Accessed on: 25 feb. 2018.

ESTADÃO. Para entender: A minoria rohingya, maior população apátrida do mundo. Available at: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,para-entender-a-minoria-rohingya-maior-populacao-apatrida-do-mundo,70001993474>>. Accessed on: 09 mar. 2018.

EXAME. Rohingyas de Mianmar, a maior população apátrida do mundo. Available at: <<https://exame.abril.com.br/mundo/rohingyas-de-mianmar-a-maior-populacao-apatrida-do-mundo/>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

GERIN. Roseanne. Under Heavy Fire, Myanmar Defends Position on Rohingya Crisis Before UN Security Council. Radio free Asia. Available at: <<https://www.rfa.org/english/news/myanmar/under-heavy-fire-myanmar-defends-position-on-rohingya-crisis-before-un-security-council-09292017162137.html>>. Accessed on: 4 may 2018.

HASSAN, Md Enamul. Brazil ready to help Bangladesh resolve Rohingya crisis. Daily Sun, 4 February 2018. Available at: <<http://www.daily-sun.com/printversion/details/286609/Brazil-ready-to-help-Bangladesh-resolve-Rohingya-crisis>> Accessed on: 6 may 2018.

HOUSE – FOREIGN AFFAIRS. H.Res.418 - Urging the Government of Burma to end the persecution of the Rohingya people and respect internationally recognized human rights for all ethnic and religious minority groups within Burma. Available at: <<https://www.congress.gov/bill/113th-congress/house-resolution/418/text>> Accessed on: 3 may 2018.

Human Rights Watch. Burma: End 'Ethnic Cleansing' of Rohingya Muslims. (22/4/2013). Available at: <<https://www.hrw.org/news/2013/04/22/burma-end-ethnic-cleansing-rohingya-muslims>>. Accessed on: 18 may 2018.

HUSSEIN, Zeid Ra'ad Al. Darker and more dangerous: high commissioner updates the human rights council on human rights issues in 40 countries. Available at: <<http://www.ohchr.org/en/newsevents/pages/displaynews.aspx?newsid=2204>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

ISTOÉ. Suu Kyi diz que Mianmar está pronta para organizar retorno de rohingyas. Available at: <<chrome://history/?q=https%253A%252F%252Fistoe.com.br%252Fmianmar-suu-kyi-condena-violacoes-dos-direitos-humanos-e-violencia-ilegal%252F>>. Accessed on: 04 mar. 2018.

KADYROV, Ramzan. Putin Condemns Myanmar Violence After Mass Rally in Chechnya. The Moscow Times. Available at: <<https://themoscowtimes.com/news/after-mass-rally-chechnya-putin-condemns-myanmar-violence-58851>>. Accessed on: 6 may 2018.

MINREL. Chilean government regrets violence in Myanmar. Available at: <<https://minrel.gob.cl/chilean-government-regrets-violence-in-myanmar/minrel/2017-09-14/124057.html>>. Accessed on: 4 may 2018.

MOFA. Myanmar categorically rejects the draft resolution on Situation of Human Rights in Myanmar at the 37th Session of HRC. Available at: <<http://www.mofa.gov.mm/?p=11491>>. Accessed on: 4 may 2018.

MOFA. UNHCR lauds the humanitarian leadership of Prime Minister Sheikh Hasina and assures Bangladesh to cooperate on sustainable return of the Rohingyas to Myanmar. Available at: <[http://www.mofa.gov.bd/site/press\\_release/9d465deb-ef52-4244-ac82-70c7dba2bd95](http://www.mofa.gov.bd/site/press_release/9d465deb-ef52-4244-ac82-70c7dba2bd95)>. Accessed on: 4 may 2018.

O GLOBO. ONU condena violações de direitos humanos de Mianmar. Available at: <<https://oglobo.globo.com/mundo/onu-condena-violacoes-de-direitos-humanos-de-mianmar-3172518>>. Accessed on: 05 mar. 2018.

OBSERVADOR. Retirado prémio de direitos humanos a Suu Kyi devido à crise dos rohingya. Available at: <<https://observador.pt/2018/03/08/retirado-premio-de-direitos-humanos-a-suu-kyi-devido-a-crise-dos-rohingya/>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Mianmar impede acesso de relatora de direitos humanos da ONU ao país. Available at: <<https://nacoesunidas.org/mianmar-impede-acesso-de-relatora-de-direitos-humanos-da-onu-ao-pais>>

onu-ao-pais/>. Accessed on: 04 mar. 2018.

ONU. Crise de refugiados rohingya em Mianmar é a que mais cresce no mundo (7/12/2017). Available at: <<https://nacoesunidas.org/crise-de-refugiados-rohingya-em-mianmar-e-a-que-mais-cresce-no-mundo/>>. Accessed on: 18 may 2018.

ONU. ONU elogia ação da Malásia e Indonésia para resgatar refugiados rohingya em rotas marítimas, (1/5/2018). Available at: <<https://nacoesunidas.org/onu-elogia-acao-da-malasia-e-indonesia-para-resgatar-refugiados-rohingya-em-rotas-maritimas/>> Accessed on: 19 may 2018.

ONU. Mianmar impede acesso de relatora de direitos humanos da ONU ao país, (27/12/2017). Available at: <<https://nacoesunidas.org/mianmar-impede-acesso-de-relatora-de-direitos-humanos-da-onu-ao-pais/>>. Accessed on: 18 may 2018.

ONU. Violações de direitos humanos em Mianmar continuam impunes, diz relator especial da ONU, (11/6/2013). Available at: <<https://nacoesunidas.org/violacoes-de-direitos-humanos-em-mianmar-continuam-impunes-diz-relator-especial-da-onu/>>. Accessed on: 18 may 2018.

ONU. Violência contra minoria rohingya em Mianmar pode constituir crime contra humanidade, diz ONU. (7/2/2017). Available at: <<https://nacoesunidas.org/violencia-contra-minoria-rohingya-em-mianmar-pode-constituir-crime-contra-humanidade-diz-onu/>> Accessed on: 18 may 2018.

ONU News. ONU quer que Mianmar combata violações de direitos humanos (20/6/2016). Available at: <<https://news.un.org/pt/story/2016/06/1554941-onu-quer-que-mianmar-combata-violacoes-de-direitos-humanos>>. Accessed on: 18 may 2018.

OHCHR. Flash Report. (9/10/2016). Available at: <<http://www.ohchr.org/Documents/Countries/MM/FlashReport3Feb2017.pdf>>. Accessed on: 18 may 2018.

OHCHR. Myanmar: UN experts urge greater press freedom after detention of Reuters journalists. Geneva (21/12/2017). Available at: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=22561&LangID=E>>. Accessed on: 18 may 2018.

PARAMESWARAN, Prashanth. North Korea-Myanmar Links in the Spotlight Under Trump. The diplomat. Available at: <<https://thediplomat.com/2017/07/north-korea-myanmar-links-in-the-spotlight-under-trump/>>. Accessed on: 4 may 2018.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. O Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa. Available at: <<https://rsf.org/pt/o-ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa>>. Accessed on: 08 mar. 2018.

REUTERS. Turkey to start first foreign aid distribution in Myanmar. (5/9/2017). Available at: <<https://www.reuters.com/article/us-myanmar-rohingya-turkey/turkey-to-start-first-foreign-aid-distribution-in-myanmar-idUSKCN1BG11X>>. Accessed on: 04 may 2018

REPUBLIC OF TURKEY, MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Relations between Turkey and Myanmar. Available at: <<http://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkey-and-myanmar.en.mfa>>. Accessed on: 4 may 2018

SPUTNIK NEWS BRASIL. Facebook é acusado de censurar posts de minoria que denuncia ataques do governo de Mianmar. Available at: <[https://br.sputniknews.com/asia\\_oceania/201709209397205-facebook-censura-ataques-myanmar/](https://br.sputniknews.com/asia_oceania/201709209397205-facebook-censura-ataques-myanmar/)>. Accessed on: 08 mar. 2018.

SPUTNIK. Iran Seeks to Lead Islamic Nations' "Crusade" Against 'Genocide of Rohingya'. Available at: <<https://sputniknews.com/analysis/201709211057593112-iran-rohingya-muslims-myanmar/>>. Accessed on: 6 may 2018.

SAFDAR, Anealla. Myanmar's 2015 election: Who are the Rohingya?. Al jazerra, 28/10/2015. Available at: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2015/10/rohingya-151024202611276.html>> Accessed on: 18 may 2018.

THE DAILY STAR. Hariri calls for action on Rohingya persecution. Available at: <<http://www.dailystar.com.lb/News/Lebanon-News/2017/Sep-06/418367-hariri-calls-for-action-on-rohingya-persecution.ashx>>. Accessed on: 4 may 2018.

THE GUARDIAN. US withdraws assistance from Myanmar military amid Rohingya crisis. Available at: <<https://www.theguardian.com/world/2017/oct/24/us-withdraws-assistance-from-myanmar-military-amid-rohingya-crisis>>. Accessed on: 3 may 2018.

THE GUARDIAN. Erdoğan accuses Myanmar of 'genocide' as thousands of Rohingya flee to Bangladesh. Available at: <<https://www.theguardian.com/world/2017/sep/02/erdogan-accuses-myanmar-of-genocide-against-rohingya>>. Accessed on: 4 may 2018.

THE CONVERSATION. Turkey, the Rohingya crisis and Erdoğan's ambitions to be a global Muslim leader. Available at: <<http://theconversation.com/turkey-the-rohingya-crisis-and-erdogans-ambitions-to-be-a-global-muslim-leader-83854>>. Accessed on: 4 may 2018.

UNITED NATIONS. Third Committee Approves Draft Resolutions on Human Rights Situations in Iran, Democratic People's Republic of Korea, Myanmar. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2011/gashc4032.doc.htm>>. Accessed on: 09 mar. 2018.

UNITED NATIONS. Situations in Myanmar, Iran Dominate Third Committee Discussions, as Experts Address Broader Rights for Minorities, Cultural Freedom Defenders. Available at: <<http://www.un.org/press/en/2017/gashc4211.doc.htm>>. Accessed on: 05 mar. 2018.

UNITED NATIONS. Situation in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representative. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N14/599/09/PDF/N1459909.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/70/L.39/Rev.1. Available at: <<http://undocs.org/A/C.3/70/L.39/Rev.1>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/67/L.49. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N12/584/63/PDF/N1258463.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/68/L.55. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N13/544/86/PDF/N1354486.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/68/L.55/Rev.1. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N13/562/60/PDF/N1356260.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS. General Assembly Adopts \$5.16 Billion Budget for 2010-2011, Maintains Current Scale of Assessments for Regular Budget, Peacekeeping, Concluding Main Part of Session. Available at: <<chrome://history/?q=https%253A%252F%252Fwww.un.org%252Fpress%252Fen%252F2009%252Fga10909.doc.htm>>. Accessed on: 09 mar. 2018.

UNITED NATIONS. Third Committee Approves Resolutions on Human Rights in Myanmar, Iran, Democratic People's Republic of Korea. GA/SHC/3998, 18 NOVEMBER 2010. Available at: <<https://www.un.org/press/en/2010/gashc3998.doc.htm>>. Accessed on: 10 apr. 2018.

UNITED NATIONS. Situation of human rights in Myanmar - promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. A/C.3/70/L.39, 30 October 2015. Available at: <<http://undocs.org/A/C.3/70/L.39>>. Accessed on: 09 apr. 2018.

UNITED NATIONS ORGANIZATION NEWS. Myanmar recusa entrada de especialista de direitos humanos. Available at: <<https://news.un.org/pt/story/2017/12/1604272-myanmar-recusa-entrada-de-especialista-de-direitos-humanos>>. Accessed on: 04 mar. 2018.

UNITED NATIONS ORGANIZATION DOCUMENTS. Promotion and protection of human rights: human rights situations and reports of special rapporteurs and representatives. Available at: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/629/96/PDF/N0962996.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 08 apr. 2018.

UNITED NATIONS. General assembly of the united nations. Available at: <<http://www.un.org/en/ga/third/>>. Accessed on: 26 feb. 2018.

UNITED NATIONS ORGANIZATION DOCUMENTS. Human rights council opens special session on the situation of human rights of the Rohingya and other minorities in Rakhine state in Myanmar. Available at: <<https://documentsddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G17/358/08/PDF/G1735808.pdf?OpenElement>>. Accessed on: 3 may 2018.

UNRIC. A situação de direitos humanos em Mianmar constitui motivo de grave preocupação, diz Ban Ki-moon, (4/7/2009). Available at: <<https://www.unric.org/pt/actualidade/2490>>. Accessed on: 18 may 2018

XAVIER, Nathaly; LIBRELOTTO, Taís. Myanmar: o país da desconfiança ocidental. Myanmar: o país da desconfiança ocidental. Nathaly Xavier e Taís Librelotto, Porto Alegre, jul. 2007. Available at: <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo24.pdf>>. Accessed on: 09 mar. 2018.

---

Parte 3

Comitê Legal

---

# A responsabilidade criminal dos peacekeepers

---

Maria de Fátima Ferretti

## Resumo

---

As operações para a manutenção da paz (peacekeeping) são assim definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU): “o primeiro modelo militar de observação de cessar-fogo e separação das partes envolvidas no conflito violento até incorporar um complexo de atuação, com militares e civis atuando na construção da paz” (UN PEACEKEEPING, 2008, p. 2-3, tradução nossa). Trata-se de uma estratégia adotada em conflitos armados com o objetivo de promover o fim do confronto e das hostilidades. A ONU tem aplicado essa estratégia em cenários de precárias situações humanitária e econômica, os quais, se não solucionados, tendem a acentuar ainda mais as desigualdades sociais, políticas e econômicas das populações locais. Quando a ONU inicia uma operação peacekeeper, seu principal objetivo é restabelecer a paz em um país em conflito, protegendo os civis e impedindo a violação dos direitos humanos e a disseminação de doenças na população afetada. Essas operações são lideradas pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (Department of Peacekeeping Operations, DPKO) e consistem em prestação de ajuda militar, policial e civil à comunidade, para que nela voltem a existir, sobretudo, segurança e estruturação política. Com o aumento das ações da ONU nas Missões de Paz, o contato entre as tropas e as populações locais também cresceu, de modo que os abusos cometidos pelos primeiros em relação aos últimos entraram em evidência. Diante disso, é imprescindível discutir os limites jurídicos da imunidade legal conferida aos peacekeepers, que permite que eles infringam uma série de convenções e tratados acerca dos direitos humanos e não respondam de forma coerente a uma organização cujo um dos objetivos é, justamente, zelar pela existência e pelo bom cumprimento desses direitos.

## Introdução

---

As operações de paz das Nações Unidas iniciaram em 1948, quando o Conselho de Segurança (CS) autorizou a implantação de observadores militares da ONU no Oriente Médio. A missão foi chamada de "Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua" (United Nations Truce Supervision Organization, UNTSO) e tinha por objetivo, monitorar o acordo de armistício entre Israel e os países árabes que o rodeiam. Desde então, conforme consta na página oficial das nações unidas, a organização atuou em mais de 71 missões de paz, sendo 63 delas iniciadas a partir de 1945 (ONU, 2018).

Com o fim da Guerra Fria, as operações da ONU sofreram uma mudança, passando a possuir um caráter multidimensional: seu objetivo passou a ser promover acordos de paz e criar meios para que esses acordos fossem cumpridos, pelo maior intervalo de tempo possível, diferentemente do que acontecia antes da Guerra Fria. Com o passar dos anos, a natureza dos conflitos também mudou e o foco das missões passou de conflitos entre Estados rivais para conflitos dentro de um só Estado como, por exemplo, as guerras civis. Desse modo, a ONU assumiu um papel mais ativo na resolução dos conflitos mundiais e, por isso, seus peacekeepers obtiveram novas funções, que variam desde ajuda na construção de bases políticas firmes para os novos governos até a supervisão do respeito aos direitos humanos.

Na primeira década do século XXI, as missões de paz da ONU já estavam ligadas a outras categorias de conflito, diferente dos militares, dedicando sua atenção, também, a problemas

ambientais e crises políticas nos mais distintos países do globo. Assim, essas missões precisaram enfrentar mudanças, por exemplo, em seu escopo e objetivos, agora cada vez mais complexos. Os conflitos mundiais adquiriram motivações e faces plurais, deixando de ter objetivos apenas militares e políticos para abarcar questões como direitos dos refugiados e das mulheres. Além disso, questões climáticas e ambientais tornaram-se mais importantes na dinâmica dos Estados. Um documento que corrobora essa afirmação é o Relatório Brundtland de 1987, que vincula desenvolvimento e o futuro do meio ambiente e do planeta.

Atualmente, as missões de paz contam com uma equipe de aproximadamente 110.000 pessoas, entre militares, policiais e civis, sem, contudo, possuírem um exército próprio: todos os agentes são cedidos por países que integram a organização. No passado, esse número já foi maior: segundo a ONU, na década de 1990, havia 35 missões ativas, enquanto, em junho de 2018, esse número caiu para 14 (UN PEACEKEEPING, 2018). No entanto, os desafios dos peacekeepers não diminuíram proporcionalmente a essa queda, muito menos os casos de abusos praticados por esses soldados, uma vez que foram denunciados 99 casos de abusos em 2015 em operações de paz, sendo 69 cometidos por soldados e 30 por outros tipos de agentes, segundo o relatório "Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse", da Organização das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2016).

Ademais, sabe-se que quando um país está sendo alvo de uma intervenção humanitária é comum que a população local tenha seu psicológico abalado, visto a situação de tensão constante, a restrição de suprimentos, entre outras dificuldades. Não são atípicos os relatos de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e em situação de extrema vulnerabilidade. Tal conjuntura, faz com que as mulheres estejam suscetíveis ao abuso sexual por peacekeepers em troca de alimentos e demais recursos básicos de sobrevivência. Mas as situações de violação de direitos humanos são variadas: segundo o relatório "Poursuite d'infractions commises contre des soldats de la paix sur le terrain", da Assembleia Geral da ONU, existem diversos relatos de tráfico de pessoas e disseminação de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), por agentes da ONU (UNITED NATIONS, 1999). Além disso, durante as missões do Congo, Serra Leoa, Líbia e Timor Leste, crianças nascidas de abuso sexual cometido por peacekeepers receberam uma denominação específica, concedida pela própria Organização das Nações Unidas: *peacekeeping babies*.

É difícil estimar em que momento as violações dos direitos humanos passaram a ocorrer nas missões da ONU. Já que há uma série de prerrogativas que garantem a imunidade legal para esses soldados, como a Convenção sobre Privilégios e Imunidades – sob a qual é regida a atuação dos membros da ONU e que impõe ou anula as penas aos soldados que violam os direitos humanos. Além da convenção, existe o Acordo de Estatuto de Forças (UN Status of Force Agreement, SOFA), promulgado em 1990 pelo então Secretário-Geral Javier Pérez de Cuellar. Acordo esse entre forças das Nações Unidas e o Estado sede da missão de paz, utilizado até que o acordo oficial, mais detalhado, seja estabelecido para a missão. Apesar dos esforços que a ONU tem tomado nos últimos anos para evitar que essa imunidade seja usada de forma abusiva, esses documentos não deixam de respaldar um sentimento de impunidade entre os agentes da ONU.

## **Histórico**

---

Analisando-se cronologicamente o surgimento de acusações contra os peacekeepers, as denúncias iniciaram através da organização não governamental Human Rights Watch (HRW), no ano de 1999. Ao incriminar soldados em casos de exploração sexual, inclusive de crianças,

na Guiné. Dois anos depois, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados tornou públicas novas acusações vinculadas à violação dos direitos das mulheres em campos de refugiados na Guiné, na Libéria e em Serra Leoa. Nesse mesmo ano, foram registradas acusações contra as missões de paz no Kosovo. No ano seguinte, foi a vez de as acusações destinarem-se à missão realizada na Bósnia. Em 2004, foram feitas novas acusações envolvendo violência sexual por parte dos capacetes azuis, dessa vez no Congo (FORTE, 2014).

Essa prática de oferecer o corpo em troca de dinheiro ou alimento vem, infelizmente, ocorrendo em muitas missões, o que dá ainda mais relevância e urgência ao problema. Segundo matéria do jornal *The New York Times*, até o ano de 2007, 114 peacekeepers foram expulsos da missão no Haiti por prática sexual remunerada com mulheres e meninas (MACFARQUHAR, 2011). Segundo Ekberg (2004), Bósnia, Timor-Leste, Eslovênia, Camboja, Moçambique e Kosovo foram missões com registro de participação de peacekeepers na prostituição de mulheres e meninas (FORTE, 2014).

Em 2013, o então secretário da ONU, Kofi Annan, definiu abuso sexual como "a intromissão física real ou ameaçada de natureza sexual pela força ou em condições desiguais ou coercivas", em tradução nossa (FONTOURA, 2009). Desse modo, o abuso não se restringe ao ato sexual, mas também ao uso de sua posição de poder, nesse caso, por parte do peacekeeper, para impor suas vontades, quaisquer que elas sejam. Ademais, existem inúmeras doenças que os capacetes azuis podem transmitir para a população local. Em parte, justificadas pelo caráter multinacional das tropas: soldados enviados de uma região endêmica de determinada doença poderão transmiti-la para pessoas saudáveis em outra localidade, mesmo que ela esteja distante do foco. Esse foi o caso, por exemplo, do surto de cólera no Haiti em 2010. Causado pelas tropas da ONU vindas do Nepal, que faziam parte da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (United Nations Stabilization Mission in Haiti, MINUSTAH) conforme admitido em nota, em 2016, pelo então secretário-geral, Ban Ki-moon. Sobre isso sabe-se que, embora tenha reconhecido sua participação involuntária na disseminação da doença, até o presente momento, a organização não pagou as compensações necessárias para as vítimas. Bem como, não advertiu ou tampouco puniu de forma adequada os soldados envolvidos.

Além de serem uma evidente violação aos direitos humanos, essas acusações infringem a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres. Precisamente, seu artigo quarto, afirmando que os países necessitam "adotar medidas diretamente relacionadas com a eliminação da violência contra as mulheres que são especialmente vulneráveis à mesma" (ONU, 1979). O Estatuto de Roma, em seu sétimo capítulo, define a prostituição forçada como um crime contra a humanidade. Da mesma maneira, deve ser entendido como um crime de guerra pelas violações feitas às Convenções de Genebra (1864-1949), bem como a uma série de tratados<sup>1</sup> sobre o Direito Humanitário Internacional (FORTE, 2014). Contudo, pouco foi feito para que os responsáveis assumissem e arcassem legalmente com as consequências de tais atos. Os fatos apresentados tornam premente a discussão acerca dos limites jurídicos da imunidade legal dos agentes da ONU. Bem como, a determinação de consequências efetivas àqueles que violarem os direitos humanos.

---

<sup>1</sup> Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças. Convenção sobre a Eliminação de Toda Forma de Discriminação contra a Mulher de 1979. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis Desumanas ou Degradantes, de 1984.

"A violência sexual é uma ameaça para o direito dos indivíduos a uma vida de dignidade e para a paz e a segurança coletiva da humanidade", afirmou António Guterres, atual secretário geral da ONU, no Dia Internacional para a Eliminação da violência sexual em Conflitos, 19 de junho de 2017 (ONU, 2017). Com esse discurso, ele desejava reafirmar o compromisso das Nações Unidas com a fiscalização do bom cumprimento dos direitos humanos no mundo.

No entanto, sabe-se que, na prática, isso não vem ocorrendo, e as violações aos direitos humanos, principalmente das mulheres, ainda são fatos recorrentes nas missões de paz. Segundo o porta-voz das Nações Unidas, Stéphane Dujarric, desde dezembro de 2017 até março de 2018 foram relatados 15 casos de exploração ou abuso sexual contra mulheres e crianças, por iniciativa dos capacetes azuis (SPUTINIK, 2018). Apesar de a ONU assumir uma postura de tolerância zero com relação a esses crimes, eles seguem ocorrendo.

Essas violações estão presentes em inúmeras missões e acontecem há mais de 20 anos. Segundo estatísticas da própria ONU, mais de 60.000 mulheres foram violentadas durante a guerra civil na Serra Leoa (1991-2002), mais de 40.000 na Libéria (1989-2003) e, pelo menos, 200.000 na República Democrática do Congo. No Sudão do Sul, segundo as mesmas estatísticas, houve mais de 1.350 casos de estupro entre abril e outubro de 2015. Em 2014, quando a ONU possuía 16 missões de paz ativas, foram denunciados 52 casos de estupro infantil e violência sexual cometidos por soldados e agentes da organização. Em 2015, esse número aumentou para 69. Uma das missões que está sob inquérito é a Missão de Estabilização Multidimensional Integrada das Nações Unidas na República Centro-Africana (United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic, MINUSCA). Iniciada em abril de 2014, e ativa até a presente data, segundo dados da UN Peacekeeping (PÉREZ, 2016). Nas operações ocorridas em Ruanda e Camarões, por exemplo, além de tornar-se público o caso do estupro de uma menina de 12 anos, foram descobertos outros casos de violência sexual, vitimando também crianças vivendo na rua (PÉREZ, 2016).

Em paralelo às violações de direitos humanos, também ocorre a disseminação de doenças pelos peacekeepers, sendo o surto de cólera no Haiti uma das mais preocupantes. Em 2010, quando o país completava 100 anos de erradicação da cólera em seu território, o Haiti foi acometido por um enorme surto da doença. Tendo o primeiro caso sido registrado no delta do rio Artibonite e somando, até o final de dezembro do mesmo ano, 10.000 pessoas mortas e 80.000 infectadas, segundo fontes da organização (ZANELLA; BERALDO, 2012).

As possíveis causas para o reaparecimento da doença foram: a migração de elementos patogênicos advindos de falhas tectônicas, a mutação de um organismo existente no Haiti e, também, as fezes de um soldado da ONU, que estavam contaminadas e foram jogadas em um curso de água no território. Passadas as investigações iniciais, em dezembro de 2010, o epidemiologista Renaud Piarroux corroborou que o foco da infecção estava localizado em um campo de tropas oriundas do Nepal. E também, que uma explicação plausível para a contaminação teria sido "a introdução maciça do material fecal no curso do rio Artibonite de uma só vez" (ZANELLA; BERALDO, 2012).

A organização, no entanto, tomou providências sobre a crise apenas em janeiro de 2011. O que configura uma imensa falha em seu dever de garantir os direitos humanos, já que muitas pessoas perderam o seu direito à vida, descrito no Artigo 3 da Declaração dos Direitos do

Homem. Na referida data, o secretário-geral, Ban Ki-moon, apoiou a criação de um painel para a investigação da origem do surto. Composto por quatro especialistas e presidido pelo mexicano Alejandro Cravioto que, então, trabalhava no Centro Internacional de Pesquisa de Doenças Diarréicas, localizado em Bangladesh. No relatório do painel, apresentado em maio, os especialistas afirmaram que "a evidência admite plenamente a conclusão de que a origem da cólera no Haiti é resultado da contaminação do rio Meye, afluente do Artibonite, com uma variedade patogênica comum no sul da Ásia do tipo *Vibrio cholerae*, em decorrência de atividade humana" (ONU NEWS, 2011).

O Painel não atribuiu a responsabilidade do surto à ONU, mesmo depois de concluir que as tropas nepalesas seriam a fonte da contaminação. Alegando que "o surto de cólera no Haiti foi causado pela confluência de circunstâncias descritas anteriormente, e não pela culpa ou pela deliberada ação de um grupo ou de um indivíduo", como consta no relatório (ONU BR, 2011). A partir de então, a teoria da confluência de circunstâncias, que indicava principalmente as defasagens em saneamento básico na região em que a tropa estava alocada como grandes causadoras do surto, passou a ser a única causa, de acordo com a ONU, para o surto da doença. Com base nas evidências apontadas, pode-se afirmar que essa postura foi utilizada para proteger os soldados envolvidos de suas responsabilidades frente ao acontecimento. Entretanto, ao ler o documento é fácil estabelecer umnexo causal entre a origem da doença e a contaminação por dejetos mal descartados na base da MINUSTAH em Mirebalais. Por fim, vale frisar que os casos da doença não foram restritos ao Haiti, fazendo vítimas também em países como República Dominicana, Estados Unidos, México, Canadá e Chile, como relatado pela própria ONU (REVISTA VEJA, 2010).

Ainda, é importante ressaltar que as Nações Unidas não possuem exército próprio. As tropas são constituídas através de doações de soldados oriundos dos países que fazem parte da organização. Desse modo, um dos principais problemas, e que acaba fomentando as violações de direitos humanos nas fileiras dos capacetes azuis é de natureza jurídica. Que diz respeito ao fato de que, quando um caso assim ocorre, quem responde ao julgamento é o Estado pelo qual o soldado em questão foi cedido. E não o próprio indivíduo, de acordo com o princípio da imunidade legal dos agentes nas missões. Essa situação apenas reforça a urgência de uma reavaliação nas normas jurídicas internas da ONU, para que esses crimes e violações que vão contra os próprios princípios que regem a organização sofram uma diminuição gradual.

## **Ações da ONU**

---

Buscando ferramentas jurídicas para julgar os desvios de conduta, bem como as frequentes violações dos direitos humanos ocorridas nas missões de paz, no ano de 2000 a ONU publicou o Relatório do Painel sobre Operações de Paz da ONU, também conhecido como Brahimi Report. Esse documento foi o primeiro criado com o objetivo de instituir mudanças no processo de construção da paz. O Relatório Brahimi consiste em uma série de recomendações que giram em torno do desejo das Nações Unidas de tornar o peacekeeping mais flexível e robusto. Ou seja, que a manutenção de paz traduzisse as necessidades reais de cada missão, envolvendo o pessoal em terra nas decisões e permitindo mandatos mais adaptados às realidades locais (BARBOSA et al., 2017). Para atingir seus objetivos, o relatório solicita aos Estados membros da ONU que renovem seu suporte político e financeiro para a organização, para firmar as bases de sustentação da nova estrutura institucional que estava sendo lapidada. Por seu pioneirismo e importância,

o Relatório Brahimi inspirou iniciativas mais específicas direcionadas ao cumprimento de suas disposições. Assim, desde 2000, ano da publicação do relatório, as Nações Unidas testemunharam o aumento no número de fóruns para discussões focadas em temas de paz e segurança. De modo que o número de propostas para o desenvolvimento e aprimoramento das missões de paz sofreu uma importante alta. O primeiro deles, feito em 2014, foi o Painel de Alto Nível sobre as Ameaças, os Desafios e a Mudança (High-level Panel on Threats, Challenges and Change of the United Nations, HPTCC), que buscava novas abordagens para a segurança coletiva (BARBOSA et al., 2017).

Além disso, ao se manifestar sobre os casos de abuso e exploração sexual e a existência dos "peacekeeping babies", em dezembro de 2007, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 62\214. Que promulgou a "Estratégia Abrangente de Assistência e Apoio às Vítimas de Exploração e Abuso Sexual por Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Relacionado." A estratégia foi criada como uma ferramenta para as vítimas prestarem suas queixas contra as Nações Unidas e, também, para garantir que essas pessoas recebam o suporte necessário para contornar os problemas que os capacetes azuis lhes causaram. Ela também define e diferencia termos como: abuso e exploração sexual, pessoas que prestam queixas, vítimas, peacekeeping babies, staff da ONU e parceiros para sua implementação.

A criação da Estratégia Abrangente foi considerada um enorme avanço legal em relação às ações dos soldados da ONU. Uma vez que, mesmo anos após o surgimento de relatos de abuso e exploração sexual dentro das tropas, não havia nada institucionalizado para prestar apoio às vítimas desses infortúnios. Pouco tempo depois, em 2008, foi lançada a Doutrina Capstone, um manual que orienta a preparação, o planejamento e a execução das missões de paz da ONU.

Nele estão descritos os princípios e objetivos para cada um dos níveis de uma missão, bem como lições aprendidas em operações anteriores. O manual também orienta os soldados quanto às suas responsabilidades e limitações. Entretanto, como ressalva ao uso da força, o documento enfatiza o respeito aos direitos humanos e o emprego de ações prévias para a construção da paz. Dando uma atenção especial à reconstrução socioeconômica dos países em conflito (BARBOSA et al., 2017). Como exemplo de documentos que traduziram a urgência de discutir e resolver a questão da imunidade legal dos soldados, estão os seguintes: Resolução SC/1325 de 2000, do Conselho de Segurança, sobre mulheres, paz e segurança (CSNU, 2000); e Relatório Zeid, de 2005, que propõe o engajamento de todos os Estados membros da ONU, mas principalmente dos que contribuem com tropas para as missões, dentro de uma nova conduta e arquitetura disciplinar de peacekeeping (AGNU, 2005).

Em outubro de 2014, o então Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, convocou experts do mundo todo e, após uma avaliação dos objetivos e funções das missões de paz, foi criado o Painel de Alto Nível sobre Operações da ONU (PANOP). Esse painel assemelha-se à estrutura utilizada para a criação do Relatório Brahimi. E é o primeiro a examinar as operações e missões da ONU e a forma como elas são desenvolvidas e conduzidas, trabalhando em conjunto com o DPKO, os Estados-membros da organização e todo o seu sistema estrutural.

Vale notar também que, em 2015, o painel enfrentou problemas semelhantes aos enfrentados pela comunidade internacional quando o relatório Brahimi foi concebido. Percebeu-se, no âmbito dos dois painéis, que o envolvimento da ONU gera relutância e desconfiança nos governos que abraçam operações de paz. Assim como, provoca a sensação de que as forças de peacekeeping não compartilham os mesmos treinamentos e noções de interesse nacional daqueles que vivem nos territórios supervisionados (BARBOSA et al., 2017). Um outro fator de fundamental importância

no âmbito dos debates realizados no painel, foi o reconhecimento de que proteção de civis – obrigação central das atividades da ONU. E uma das áreas que mais enfrentaram falhas ao longo dos últimos anos (BARBOSA et al., 2017). O que permite notar que os problemas existentes no tocante às operações de paz são crônicos, e demandam soluções alternativas para contê-los. Assim, seguindo as propostas de revisão, é essencial que os resultados alcançados pelo painel não deixem passar em branco os seguintes temas: uso da força e princípios de peacekeeping; definição de peacebuilding; mediação de conflitos; proteção a civis; e o desafio de resguardar e manter a paz em um território marcado por violência e guerra (BARBOSA et al., 2017).

## **Questões a serem ponderadas:**

---

- Até que ponto cabe responsabilizar o Estado de origem do soldado pelas violações cometidas?
- Quais medidas o Estado deve tomar para que esse tipo de crime não ocorra?
- Deveria a ONU desenvolver mecanismos a fim de responsabilizar o indivíduo (e não apenas o Estado)?
- Quais medidas devem ser tomadas a fim de se evitar a disseminação de doenças locais ou regionais em escala global?
- É viável limitar a imunidade legal dos agentes da ONU a fim de garantir o respeito aos direitos humanos? Se sim, como seriam tais limitações?

## **Posições dos países**

---

*Países da África:*

### **República Democrática Federal da Etiópia**

---

A Etiópia, segunda nação mais populosa da África, está localizada na região conhecida como chifre africano, fazendo fronteira, dentre outras nações, com o Sudão do Sul, onde há uma missão de paz. O país é um dos principais contribuintes de tropas para a ONU, com mais de 8.300 peacekeepers, de acordo com a organização. Uma missão onde as forças de paz etíopes receberam destaque foi a Força de Segurança Interina da ONU para Abyei (United Nations Interim Security Force for Abyei, UNISFA), no Sudão do Sul. Onde os soldados etíopes conquistaram a confiança dos dois grupos conflitantes, o que ajuda nas negociações e no controle do conflito. O país também é o maior contribuinte de tropas para a UNISFA, com 4.329 soldados cedidos em março de 2018, segundo estatísticas oficiais do UN Peacekeeping. No entanto, as tropas etíopes também são acusadas de violar os direitos humanos, em especial os das mulheres.

### **República Democrática do Congo**

---

A República Democrática do Congo é um país da África Central que enfrenta uma guerra civil há mais de 20 anos. Por conta disso, foi iniciada no país, em 2010, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República democrática do Congo (United Nations Organization Stabilization

Mission in the DR Congo, MONUSCO). A MONUSCO é considerada, segundo estatísticas da própria ONU, uma das missões com pior resultado, sendo muito frequentes os relatos de abusos e exploração sexual por parte dos peacekeepers. Além da existência de peacekeeping babies e, ainda, tráfico de mulheres. Por conta disso, foi criado o Relatório Zeid, que apresenta diversas medidas a serem tomadas em caso de violência ou abuso nas missões. Mesmo com os resultados negativos, de acordo com Stergomena Tax, secretária executiva da SADC<sup>2</sup>, o governo reitera o apoio à MONUSCO, já que ela é fundamental para o controle do território. A MONUSCO ainda está ativa e é, segundo a ONU, sua missão mais cara e longa.

## República do Sudão do Sul

---

Em 2015, frente à intensa crise ocasionada pela guerra civil no Sudão do Sul e enfrentando a oposição do governo, a ONU autorizou uma missão de paz no país, a United Nations Mission in South Sudan (UNMISS). A ONU iniciou a UNMISS com a Resolução 1996, substituindo a antiga Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS). Logo no início, essa Missão era composta por 7.000 militares e 900 policiais e civis (CAMPOS, 2017). Foi uma das missões mais criticadas, pois não conseguiu atingir a maioria dos objetivos iniciais de pacificação. É importante ressaltar que uma queixa recorrente dizia respeito aos abusos sexuais praticados pelos capacetes azuis, que vitimaram mulheres e crianças e resultaram nos chamados peacekeeping babies.

## República do Senegal

---

O país possui o controle da Missão de Paz na República Centro Africana, MINUSCA. Além disso, contribui com soldados e forças policiais para a mesma missão, sendo que, em março de 2018, o número de policiais enviados pelo país girava em torno de 290 homens, segundo dados oficiais da ONU (AMARAL, 2017). A República Centro-Africana está localizada no centro do continente africano e faz fronteira, entre outros países, com Sudão do Sul e Camarões. O país sofre com a violência de grupos islâmicos contrários ao governo. A situação é ainda mais grave em razão da violência sectária. A missão foi iniciada em 2014 e continua ativa.

## República da Serra Leoa

---

A Serra Leoa foi palco de uma missão de paz que iniciou em 1999 e foi estendida até 2005<sup>3</sup>, a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (United Nations Mission in Sierra Leone, UNAMSIL). A missão tinha como objetivo viabilizar um acordo de paz no país e, além disso, auxiliar na implementação de um plano de desarmamento e reintegração do território. No entanto, ocorreram muitas denúncias de violação dos direitos humanos por parte dos peacekeepers, que incluíam casos de estupros de mulheres e crianças. Como resultado das violações infantis, houve o surgimento dos chamados peacekeeping babies, como ocorrido na missão do Sudão do Sul e em outros países.

*Países da Ásia e do Pacífico:*

---

2 SADC é a sigla para Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community, SADC).

3 Por meio da Resolução número 1610 do Conselho de Segurança.

## República Popular da China

---

Em consonância com o rápido crescimento econômico chinês, o país vem expandindo também sua participação nas missões de paz, o que demonstra suas intenções de assumir mais responsabilidades no sistema internacional. A China é o segundo maior contribuinte orçamentário para as missões, cobrindo 10% das despesas, conforme destacou Jonas Marinho, em uma publicação para o jornal CEIRI (MARINHO, 2018). Na Cúpula dos Líderes das Missões de Manutenção de Paz, sediada em Nova York em 2015, o presidente chinês prometeu contribuir com 1 bilhão de dólares para as missões até o ano de 2020. Além disso, no que se refere ao envio de soldados, desde 2012, Pequim formou mais tropas do que a soma do contingente dos outros países membros do Conselho de Segurança. Ademais, o país é signatário da Resolução 1325.

## República Árabe da Síria

---

Enfrentando uma guerra civil que iniciou em 2012 e ainda sem solução, a Síria recebeu uma missão de paz de abril até agosto daquele ano, a Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (United Nations Supervision Mission in Syria, UNSMIS). Em escala global, desde o início do conflito a ONU tem realizado esforços condenando o governo de Bashar Al-Assad. A missão foi aprovada pela Resolução 2042<sup>4</sup>, depois de pronunciamentos do Conselho de Segurança pedindo pelo fim da violência e do desrespeito aos direitos humanos, segundo a própria ONU. Uma equipe de 30 observadores militares tinha por objetivo monitorar o cessar fogo no país e a retirada de armas das áreas civis.

## Nova Zelândia

---

O país é localizado na região do Pacífico onde os conflitos interestatais são frequentes, em sua maioria desencadeados por razões étnicas (BADMUS, 2017). Além dos conflitos, também foi observado o surgimento de grupos políticos etnicamente embasados, desafiando a autoridade dos Estados da região. A Nova Zelândia, por sua importância local, desempenha um papel fundamental na manutenção da segurança regional, implementando a Responsabilidade de Reagir, segundo pressuposto formador da Responsabilidade de Proteger. Ademais, em 2017 o país contribuiu com soldados para a missão de paz na península do Sinai, no Egito.

*Países da América Latina:*

## República Federativa do Brasil

---

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil dá prioridade para a participação em missões que atuem em países com os quais possui afinidades históricas. Ao longo de sua história, o país já participou de 50 operações e o contingente militar nelas empregado aproxima-se dos 50 mil homens. Atualmente, participa de oito missões, dentre elas a MINUSTAH e a MONUSCO. Os pontos essenciais para o governo brasileiro, nos mandatos das operações das quais participa, são

a interdependência entre segurança e desenvolvimento como indispensável para a construção da paz. Bem como, a ênfase na solução pacífica de conflitos e na proteção aos direitos humanos. No que tange à cólera no Haiti, o Brasil ofereceu apoio médico e humanitário ao país.

## República de El Salvador

---

El Salvador recebeu uma missão de paz entre os anos de 1991 e 1995. Conforme consta em seu mandato oficial, o seu principal objetivo era verificar a aplicação dos acordos que visavam acabar com a guerra civil, travada entre o governo e a Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí (Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, FMLN). Por conta disso, em 1991, o Conselho de Segurança, por meio da Resolução 693, autorizou a ONUSAL. Uma operação integrada de manutenção de paz que visava supervisionar sobretudo a situação dos direitos humanos e investigar os casos de sua violação no país. Em abril de 1995, após o mandato da missão ter chegado ao fim, a ONU deixou um pequeno grupo de funcionários no país, integrando a chamada MINUSAL, para monitorar a aplicação do acordo. Durante esse estágio, as funções da missão incluíram a garantia do respeito aos direitos humanos e a investigação das supostas violações, além da recomendação de meios para impedir que elas aumentassem.

## República Argentina

---

A primeira missão de paz com tropas argentinas se deu no Oriente Médio, em 1958 (United Nations Observation Group in Lebanon, UNOGIL). Até o ano de 2010, o país já havia fornecido mais de 20 mil soldados que atuaram em 32 missões da ONU. De acordo com o Livro Branco de Defesa argentino de 2001, é missão complementar dos soldados argentinos participar de operações de paz, sob mandato de organizações internacionais. Além disso, o documento também determina que a participação das tropas argentinas depende da existência de uma ameaça real à paz mundial. E ainda, que a missão deve possuir objetivos claros e ser imperativa para preservar a paz e estabilidade do local. Em decorrência da participação argentina nas operações, em 1995, houve a criação do Centro de Treinamento Conjunto para Operações de Paz, cujo principal objetivo é a preparação dos militares e civis argentinos.

## República do Chile

---

O Chile iniciou sua participação em missões de paz em 1935, ao integrar a Comissão Militar Neutra do Chaco Boreal que monitorou os acordos firmados com o fim da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai (AGUILAR, 2011). Até 1990, a participação chilena foi pequena, pois o regime militar não considerava a adesão às missões uma prática relevante aos interesses nacionais. No entanto, com a volta da democracia, o país passou a participar das operações de manutenção de paz nas quais existia consentimento das partes em conflito, a exemplo do Camboja. Com o aumento da participação nacional nas operações, em 2002 foi criado o Centro de Treinamento Conjunto para Operações de Paz (CECOPAC), subordinado ao Ministério da Defesa. O Chile também pretende participar de missões aliando suas forças com as de outros países, como já ocorreu no Chipre, onde teve suas tropas trabalhando em conjunto com soldados argentinos.

## República Bolivariana da Venezuela

---

O décimo nono artigo da Lei Orgânica de Segurança da Nação de 2002, que diz respeito à política exterior, afirma que a postura da nação no sistema internacional é baseada em solidariedade, autodeterminação e cooperação entre os povos. Prezando por esses princípios, a Venezuela iniciou sua participação nas missões de paz da ONU em 1957, no comitê de assessores militares, cedendo dois oficiais para supervisionar o fim do conflito entre Honduras e Nicarágua. Posteriormente, participou de outras operações, como ONUCA e ONUSAL, mas o número de soldados enviados sempre foi inferior a vinte.

## Estados Unidos Mexicanos

---

Desde 1946, o México é considerado um dos principais países contribuindo para o orçamento das Nações Unidas, sendo o maior contribuinte monetário fixo da América Latina para as operações de paz, segundo dados do projeto Providing for Peacekeeping (SOTOMAYOR, 2013). No entanto, desde 1950, o país não envia soldados para o campo das missões. Na década de 1990, quando El Salvador solicitou pacificadores mexicanos para ajudar na construção da paz em seu território, o México se absteve e enviou somente juristas para orientar a polícia nacional salvadorenha sobre como combater a corrupção. Na política mexicana, há uma divisão entre o trabalho dos soldados e dos diplomatas, de modo que, até 2010, o México não possuía negociador algum nas missões de paz da ONU, pois os soldados eram considerados mais importantes do que os diplomatas (SOTOMAYOR, 2013). Atualmente, as decisões que autorizam, ou não, a participação do país em uma missão parte do Exército e da Marinha, e não do Ministério das Relações Exteriores.

## República do Haiti

---

Desde o início da missão de paz no país, muitas melhorias foram alcançadas, inclusive a realização de duas eleições presidenciais democráticas. No entanto, também ocorreu o surto de cólera, que causou inúmeras mortes de civis e foi ocasionado pelos soldados provenientes do Nepal. As Nações Unidas, por meio de representantes como Farhan Haq, reconheceram seu envolvimento na epidemia da doença e o secretário-geral, Ban Ki-moon, sugeriu a formulação de um pacote de assistência às famílias das vítimas, que poderia incluir compensações financeiras. Além da disseminação da doença, eram frequentes os abusos sexuais, envolvendo inclusive crianças, praticados pelos soldados da missão.

*Países da Europa Ocidental e outros:*

## Estados Unidos da América

---

O país é favorável à chamada responsabilidade de proteger, ação que visa conciliar a intervenção dos capacetes azuis com os conceitos de soberania e proteção dos civis. A responsabilidade de proteger é formada pelos 3R, que resumem seus objetivos básicos: responsabilidade de prevenir, responsabilidade de reagir e responsabilidade de reconstruir. Como membro do Conselho de Segurança, também adotou, a partir de 2000, a Resolução 1325<sup>5</sup>. No

<sup>5</sup> Adotada por todos os membros do Conselho de Segurança, a resolução exige a participação feminina nas missões de paz, além de salientar o dever de proteção aos direitos humanos e incentivar o acesso jurídico em caso de violência de gênero envolvendo

ano de 2018, por meio do embaixador Nikki Haley, anunciou um corte em seu financiamento de tropas peacekeeping, que agora passa a ser de 28% dos custos totais. Além disso, é importante destacar que os Estados Unidos também registraram casos de cólera, trazidos pelas tropas peacekeepers em missão.

## Federação da Rússia

---

Como membro permanente do Conselho de Segurança, o país adotou a Resolução 1325. Em comparação com os demais BRICS, segundo dados de 2011, a contribuição russa para as tropas é pequena, girando em torno de 250 soldados cedidos (BRICS POLICY CENTER, 2011). Esse contingente estava distribuído em oito operações, cinco delas na África, com destaque para o Sudão do Sul. A Rússia deseja aumentar sua participação nas missões de paz, já que considera essas operações indispensáveis para a resolução de conflitos e o auxílio na reconstrução de países após catástrofes econômicas ou sociais.

## Reino Unido

---

O país mostra-se favorável à responsabilidade de proteger e adotou, como membro do Conselho de Segurança, a Resolução 1325. Contribuiu com recursos financeiros para o desenrolar das missões, sempre prezando pelo diálogo diplomático. No ano de 2012, contribuiu com aproximadamente 300 soldados, atuando nas mais distintas missões, conforme estatísticas da própria ONU.

## Canadá

---

Mesmo não fazendo parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o país apoia os princípios da responsabilidade de proteger. Em 2017, abrigou uma conferência sobre as operações de paz, em parceria com a ONU, quando foram discutidas melhorias para as missões de paz (DELGADO, 2017). No que diz respeito à disseminação de doenças, sabe-se que alguns soldados canadenses que participaram da missão no Haiti, e também foram infectados com cólera, o que reintroduziu a doença no território canadense, após sua erradicação.

## Referências

---

AGNU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Special measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse. Report of the Secretary-General, 16 fev. 2016. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/70/729](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/70/729)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

AGNU. Assembleia Geral das Nações Unidas. A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operation. Report of the Secretary-General's Special Advisor, Prince Zeid Ra'ad Zeid al-Hussein [A/59/710], 24 mar. 2005.

AGNU. Assembleia Geral das Nações Unidas. United Nations Comprehensive Strategy on Assistance and Support to Victims of Sexual Exploitation and Abuse by United Nations Staff and Related Personnel. Resolution A/RES/62/214, 7 civis e peacekeepers.

mar. 2008.

AGUILAR, S. L. C. A participação sul americana nas Operações de Paz da ONU: algumas considerações. *Security and Defense Studies Review*, v. 12, p. 99-116, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115404/ISSN15332535-2011-12-01-99-116.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

AMARAL, L. ONU convida Brasil para integrar missão de paz na República Centro – Africana. *DefesaNet*, Brasília, 24 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.defesenet.com.br/africa/noticia/27774/ONU-convida-Brasil-para-integrar-missao-de-paz-na-Republica-Centro-Africana/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ANNAN, K. Observance by United Nations forces of international humanitarian law. *Secretary-General's Bulletins*, 5 ago. 1999. Disponível em: <<https://hr.un.org/content/observance-united-nations-forces-international-humanitarian-law>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BADMUS, A. A Austrália, a Nova Zelândia e a segurança regional no pacífico: reflexão sobre a manutenção de paz nas ilhas Salomão e Papua Nova Guiné (Bougainville). *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 6, n. 11, p. 9-37, Jan./Jun. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/74949/43933>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BARBOSA, N; SANTIAGO, R; CAMPBELL, M; NOTINI, A; CRIVELLO, F. Guia de Estudos: Painel Independente de Alto Nível sobre Missões de Paz da ONU. *Temas* 13, 2017. Disponível em: <<http://temasmg.com/wp-content/uploads/2017/05/Guia-de-Estudos-PANOP.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. O Brasil e as operações de manutenção de paz da ONU. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República da Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Decreto Nº 5.017, de 12 de março de 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CAMPOS, L. M. C. L. O atual conflito no Sudão do Sul. *Série Conflitos Internacionais*, v. 4, n. 2, p. 1-9, Abr. 2017. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---o-atual-conflito-no-sudao-do-sul.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

DELGADO, G. L. Canadá abriga conferência sobre operações de paz das Nações Unidas. *ONU News*, Nova Iorque, 14 nov. 2017. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/11/1599902-canada-abriga-conferencia-sobre-operacoes-de-paz-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

EKBERG, Gunilla. The Swedish Law That Prohibits the Purchase of Sexual Services: Best Practices for Prevention of Prostitution and Trafficking in Human Beings. *Violence Against Women*, v. 10, n. 10, Minesotta, p. 1187-1218, out. 2004. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077801204268647>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ESTADÃO. ONU admite culpa por surto de cólera no Haiti. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 2016. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-admite-culpa-por-surto-de-colera-no-haiti,10000070427>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FONTOURA, R. N. Heróis ou Vilões? O abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU. 232 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)–Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp135459.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FORTE, D. C. Consequências indesejadas das missões de paz: violações dos direitos das mulheres nos casos da Bósnia e do Kosovo. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/128076/Monografia%20da%20Clarissa%20Forte.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

GENERAL ASSEMBLY. Report of the World Commission on Environment and

Development. General Assembly, 96th plenary meeting, 11 dez. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>>.

GENERAL ASSEMBLY. United Nations Comprehensive Strategy on Assistance and Support to Victims of Sexual Exploitation and Abuse by United Nations Staff and Related Personnel. A/RES/62/214, 21 dez. 2007. Disponível em: <<https://undocs.org/A/RES/62/214>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MACFARQUHAR, N. Peacekeepers' scandals linger, on screen and off. The New York Times, Nova Iorque, 7 set. 2011. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2011/09/08/world/08nations.html>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MARINHO, J. China rumo a liderança em missões de paz da ONU. CEIRI Newspaper, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://jornal.ceiri.com.br/china-rumo-a-lideranca-em-missoes-de-paz-da-onu/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

NICHOLS, M. Onu diz que não pagará compensações por cólera no Haiti. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 21 fev. 2013. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,onu-diz-que-nao-pagara-compensacoes-por-colera-ao-haiti,999862>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ONU BR. Nações Unidas no Brasil. A ONU, a paz e a segurança. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao-paz-e-seguranca/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ONU BR. Nações Unidas no Brasil. Secretário-geral da ONU pede eliminação da violência sexual em conflitos, 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-pede-eliminacao-da-violencia-sexual-em-conflitos/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ONU BR. Nações Unidas no Brasil. ONU aponta causas da epidemia de cólera no Haiti, 5 de maio 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-aponta-causas-da-epidemia-do-colera-no-haiti/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ONU MULHERES BRASIL. Paz e segurança. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PARCEIROS PELA PAZ. Doutrina Capstone. 2009. Disponível em: <<https://parceiropelapaz.wordpress.com/2009/11/18/doutrina-capstone/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PEREZ, S. É mais perigoso ser mulher do que soldado. L'Osservatore Romano, 1 out. 2016. Disponível em: <<http://www.osservatoreromano.va/pt/news/e-mais-perigoso-ser-mulher-do-que-soldado>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PLATAFORMA MULHERES. Convenção Sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. 1979. Disponível em: <<http://plataformamulheres.org.pt/docs/PPDM-CEDAW-pt.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

REVISTA VEJA. Cólera do Haiti chega aos Estados Unidos e a República Dominicana. Veja, 17 nov. 2010. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/colera-do-haiti-chega-aos-eua-e-a-republica-dominicana/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

RIBEIRO, A. Ban nomeia painel para investigar surto de cólera no Haiti. ONU News, Nova Iorque, 7 jan. 2011. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2011/01/1364281-ban-nomeia-painel-para-investigar-surto-de-colera-no-haiti>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SABAGE, J. Documentos internacionais e o tráfico de seres humanos. Âmbito Jurídico, 2018. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18013&revista\\_caderno=29](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18013&revista_caderno=29)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SIEFF, K. The growing UN scandal over sex abuse and "peacekeeper babies. The Washington Post, 17 fev. 2016. Disponível em: <[http://www.washingtonpost.com/sf/world/2016/02/27/peacekeepers/?utm\\_term=.cb601d8ac07c](http://www.washingtonpost.com/sf/world/2016/02/27/peacekeepers/?utm_term=.cb601d8ac07c)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SILVA, L. A responsabilidade internacional da ONU pelas violações de direitos humanos nas operações de paz. Disponível em: <<http://www.fadivale.com.br/portal/seminario-direitos-humanos-e-internacional/?b5-file=4251&b5-folder=4246>>.

Acesso em: 25 jun. 2018.

SIMIC, O; O'BRIEN, M. 'Peacekeeper Babies': An unintended legacy of United Nations Peace Support Operations. *International Peacekeeping*, v. 21, n. 3, p. 345-363, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13533312.2014.938581?src=recsys&journalCode=finp20>>.

SOARES, A. A violação dos direitos humanos pelas missões de paz da ONU: o caso do Haiti. IN: DIÁLOGOS SOBRE DIREITOS HUMANOS, 2017, Juiz de Fora. Anais do Diálogos Sobre Direitos Humanos: Direitos Humanos, Direito Internacional e Integração. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<http://homacdhe.com/dialogossobredireitoshumanos/edicao-atual/grupo-de-trabalho-ii/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SOTOMAYOR, A. C. Peacekeeping Contributor Profile: México. *Providing for Peacekeeping*, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-mexico/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SPUTNIK BRASIL. Onu diz que recebeu 40 acusações de abuso sexual no último trimestre de 2017. *Sputnik Brasil*, 22 fev. 2018. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/mundo/2018022210593602-onu-acusacoes-abuso-sexual-2017/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

UN PEACEKEEPING. UNMIBH facts and figures. 2013. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/mission/past/unmibh/facts.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

UN PEACEKEEPING. Where we operate. *United Nations Peacekeeping*, 2018. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/where-we-operate>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

UN PEACEKEEPING. *United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines*. United Nations Peacekeeping, 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone\\_eng.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/capstone_eng.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2018.

UNITED NATIONS Declaration on the Elimination of Violence against Women. 1994, disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1967%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20da%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20contra%20as%20Mulheres.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

ZANELLA, C. K.; BERALDO, M. C. ONU introduz epidemia de cólera no Haiti. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 55, 6 fev. 2012. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/onu-introduz-epidemia-de-colera-no-haiti/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

# Concessão do status de refugiado com base na identidade sexual ou identidade de gênero:

## criminalização e pena de morte contra refugiados LGBTI

Pamela Corrêa

### INTRODUÇÃO

A imposição de um padrão social não é algo contemporâneo, pelo contrário, é algo que vem sendo construído há muitos anos. E aqueles indivíduos que não se adequam ao perfil predominantemente imposto, sofrem algum tipo de preconceito ou discriminação. O contexto é ainda mais agravante quanto trata-se de refugiados, que migraram a países que são intolerantes à indivíduos LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais). Imigrantes esses, que buscam ajuda ou suporte para sobreviver e poder ser quem são livremente.

A dificuldade de poder permanecer em seu país de origem e exercer atividades cotidianas, é ainda uma grande barreira para toda a comunidade LGBTI – que reside em países ultraconservadores e reprimem a minoria através da Lei em suas localidades. Dentro do contexto mundial, a discussão sobre questões LGBTI na Organização das Nações Unidas (ONU), só foi colocada em prática a partir de 1995 durante a 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Beijing, na China. Até então, as palavras "sexualidade" ou "sexual" nunca haviam aparecido em nenhum documento intergovernamental à nível internacional em relação ao contexto da homossexualidade (GIRARD, 2007, p. 317). Atualmente, as Nações Unidas e o Conselho das Nações Unidas de Direitos Humanos (UNHRC, na sigla em inglês), tem criado mecanismos para o maior suporte de refugiados LGBTI. Principalmente, em países onde a Comunidade não sofra por leis discriminatórias e a violação de seus Direitos Humanos.

Em junho de 2011, a África do Sul pediu ao Conselho das Nações Unidas de Direitos Humanos juntamente ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUR), que lapidasse melhor a situação da população alvo e a implementação de outros mecanismos de suporte como a Declaração de Viena e Programas de Ação (1993). O Documento colocava em debate "a violação dos Direitos das pessoas LGBTI, incluindo crimes de ódio, a criminalização da homossexualidade e a discriminação" (ONU, 2011, p. 4). A representante do Alto Comissariado, Navi Pillay, se fez extremamente essencial durante a discussão. Impondo a anulação de leis que criminalizam a homossexualidade e reivindicam o apelo pela proteção dos Direitos LGBTI. Pillay acentuou ainda o fim das questões de Bullying e outras formas de perseguição à minoria. As Nações Unidas, por sua vez, declara que sobre a criminalização de indivíduos do mesmo sexo,

Em ao menos 76 países, leis discriminatórias criminalizam o privado, relacionamento consensual do mesmo

sexo, expondo milhares de indivíduos ao risco da prisão, processo e confinamento – e, ao menos cinco países, à pena de morte. (UNHR, Fact Sheet – Criminalization of same-sex relations, p.1)

Desta forma, a criminalização dos Direitos Humanos acaba por violar os direitos de privacidade e liberdade de qualquer cidadão. Assim, de acordo com as leis internacionais é obrigação do Estado garantir proteção ao indivíduo, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Os países que possuem uma criminalização mais severa para questões LGBTI, exercem leis que se apoiam em um legado colonial proveniente do século XIX. Alguns países do continente africano são grandes exemplos desse cenário legislativo obsoleto que ainda permanece atual. Nesta mesma conjuntura,

A pena de morte é legalmente prescrita como uma punição para ofensas relacionadas à homossexualidade no Irã, Mauritânia, Arábia Saudita, o Sudão, Iêmen, e pode ser aplicado por cortes religiosas em regiões da Somália e Nigéria. (UNHR, Fact Sheet – Criminalization of same-sex relations, p.1).

Muitos destes países ainda tentam afirmar e convencer o Comitê dos Direitos Humanos sobre o benefício da criminalização acima de indivíduos LGBTI, colocando como uma das razões a ameaça à saúde pública e ao bem-estar da sociedade no país. Este fato origina uma série de debates sobre a propagação de doenças como o HIV/AIDS, além de outros pré-julgamentos a respeito da comunidade LGBTI. O preconceito e desrespeito a essa minoria, também está inserido na discriminação das vestimentas de alguns indivíduos, ou comportamentos que contrapõem às normas heteronormativas.

Outro fator relevante em discussão, é a violência com base no gênero ou violência homofóbica/transfóbica. O que para determinados grupos ou indivíduos pode resultar em mortes, perseguição, depressão mental, entre outros problemas físicos e psicológicos. A violência também pode chegar a níveis ainda maiores como a pressão emocional, tortura, sequestro, estupro e assassinatos. A violência sexual, por exemplo, para alguns países, pode ser colocada como um "corretivo" ou ato de estupro "punitivo". No qual, estas ações possuem o intuito de "curar" as vítimas da homossexualidade, e, portanto, não são considerados crimes conforme o Direito. De acordo com as Nações Unidas, uma das características comuns entre muitos homofóbicos/transfóbicos que cometem crimes de ódio, é a utilização de muita brutalidade com as vítimas. Em diversos países, essa tortura ou maus-tratos pode ser proveniente do sistema carcerário por exemplo, onde os próprios agentes penitenciários, policiais ou guardas de prisão são os precursores das violações às vítimas.

Os refugiados LGBTI, lutam constantemente na busca de apoio e suporte em prol de sua sobrevivência e de pessoas próximas, que também possam ser executadas por tentar auxiliá-los na fuga para outros países. Histórias recentes que envolvem esta difícil luta estão cada vez mais frequentes, porém, ainda há países que conseguem oferecer suportes dignos. Um dos exemplos, relatado pela Agência dos Refugiados das Nações Unidas (UNHCR, na sigla em inglês) no ano de 2016, é a história de Nádia. Uma transgênero refugiada do Iraque, onde, durante anos foi alvo de abusos que culminaram em um sequestro, feito por um extremista militar que atingia pessoas transgênero. Atualmente, em busca de paz e segurança, ela se encontra sobre a proteção da UNHCR no Líbano, melhor alocada para um novo recomeço.

Experiências similares são recontadas por um/uma host de outro indivíduo LGBTI, agora vivendo como refugiado embaixo da proteção da UNHCR sobre esta região de zona de conflito (SALTMARSH; UNHCR, 2016).

O Líbano é um país localizado no Oriente Médio, considerado mais tolerante sobre a diversidade da orientação sexual e identidade de gênero, em comparação a seus vizinhos. A relação sexual (entre indivíduos LGBTI) ainda é proibida, de acordo com o código penal, pois infringe as leis da natureza e pode originar perseguições.

Assim como, para alguns países a criminalização e suas violações abonam o direito do cidadão de seu livre-arbítrio, para outros ceder espaço e apoio aos refugiados significa um recomeço cheio de novas perspectivas para viver à maneira como são. Este grupo minoritário que sofre violência constante, deve obter grande atenção pelas comunidades internacionais. Para que assim, cada vez menos, a pena de morte seja uma opção para um crime que não foi cometido, além de códigos penais locais e Tratados Internacionais sejam revisados da melhor maneira e promovam a inclusão.

## HISTÓRICO

---

O sentimento de angústia, medo e culpa de muitos indivíduos que se identificam como parte da comunidade LGBTI, se agrava quando não recebem o devido suporte e proteção em seu país de origem. Muitos possuem uma insegurança para poder se auto identificar como indivíduo LGBTI, pois não é permitido ou possuem medo da estigmatização de sua orientação sexual em seu próprio país. Porém, esse quadro social conflituoso tem início desde o período colonial, em que não somente o preconceito sexual era velado. Havia também o preconceito racial, de gênero, social e religioso. Durante a colonização de muitos países da África, Ásia e Américas, a violação dos Direitos Humanos foi mais frequente, o que, mais tarde, daria origem à Acordos Internacionais intermediados pela ONU para amenizar estes problemas. Somente em 1948, após um contexto pós Segunda Guerra Mundial e a crescente atuação da ONU em diversos países prestando devidos suportes civis, surge a Declaração Universal do Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos (ONU, 1948, p. 72).

Com isso, a ONU assegurava aos países signatários à Declaração, o reconhecimento do princípio de que "[...] os seres humanos, sem distinção, devem gozar dos direitos humanos e das liberdades fundamentais [...]" (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Artigo 2º, de 1948, p. 72). E assim, os indivíduos LGBTI, como seres humanos são livres pelo Direito Internacional, para expressarem-se à sua maneira e obterem a garantia de proteção de seus direitos em convívio social. Além disso, o Estado é o principal agente local que deve tomar medidas e ações positivas e protetivas para facilitar a obtenção destes Direitos Humanos básicos. Aqueles países que não asseguram esses Direitos aos indivíduos, se tratando da comunidade LGBTI, automaticamente forçam a busca dessas pessoas para outro país que os acolha. Por isso, para que ações mais efetivas fossem colocadas em prática aos indivíduos em situação de refúgio, houve uma internacionalização das normas protetivas.

"Através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, surge maior atenção para as questões de dignidade humana e dentre diversos direitos garantidos, um deles é o direito de migrar"

(COSTA e SCHWINN, 2016, p.45). Há também a diferença entre a busca por um asilo ou refúgio. Ambos tratam de vítimas que sofrem perseguição, porém, o primeiro trata-se de um indivíduo que busca apoio em outro país, e o segundo, se trata da coletividade de pessoas que possuem situação parecida. Os conflitos gerados por extremistas e opressores, na qual são o grande motivo para tais migrações, deram origem em 1951 ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). "Com a finalidade de proteger vítimas de perseguição, violência e intolerância" (COSTA e SCHWINN, 2016, p.46). A ACNUR foi uma das formas adotadas pela ONU para que houvesse um cuidado mais direcionado para minorias e grupos sociais que necessitam de estrutura neste caminho migratório.

No âmbito LGBTI, a criminalização das relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo se inicia no século XVIII (UNHR, 2018), com a maior parte das américas do Norte, Sul e Central oprimindo intensamente este grupo social. Com o decorrer dos anos, a criminalização ocorre também nos continentes europeu, africano e asiático. Posteriormente, a descriminalização sobre a relação LGBTI ocorre de forma incisiva e pioneira nas américas. Até o ano de 2015 (UNHR, 2018), a maior parte de países que criminaliza fortemente a homossexualidade concentra-se no continente africano e no Oriente Médio, incluindo questões de punição e pena de morte severas até os dias atuais.

A História apresenta fatos e formas divergentes de se pensar a respeito de questões sobre a homossexualidade. Assim como,

Lésbica, gay, bissexual, transgênero, intersexo e identidades relacionadas tem sido presente em várias formas através da História. Todas as culturas incluíram, com diferentes graus de aceitação, indivíduos que praticam relações do mesmo sexo, bem como aqueles cujo gênero, identidade de gênero e expressão de gênero, desafiam normas vigentes, e muitas culturas ainda fazem (UNHR, 2018).

Muitos países que hoje já adotaram leis internacionais para a aceitação social e legal de indivíduos LGBTI tinham, no passado, muitas vezes, um posicionamento oposto a respeito do tema. Alguns dos exemplos datados: os Estados Unidos, durante o período pré-colonial, possuíam tribos indígenas nativas norte-americanas que viam a questão do gênero de um indivíduo como um espectro ou "passagem" do masculino para o feminino. E que no geral, eram pessoas consideradas com uma importância espiritual. Já na China, entre o século 1 a.C. ao século 17 a.C., considerava a homossexualidade um sinal da cultura de elite, não promovia perseguições e era documentada através de poesias e canções. Na Índia, em Nepal, o termo budista *Mettá* utilizado socialmente, significava a união mental e gentileza e era usado para identificar pessoas transgênero, além de ser uma parte aceita pela cultura Nepalesa desde tempos antigos (ONU, 2018).

Outro fator social de debate é a intolerância religiosa – provenientes de algumas vertentes religiosas, que também promove a discriminação e opressão do grupo LGBTI desde a Antiguidade. A partir dos anos 1970, determinados segmentos religiosos utilizavam da violência física e a ideia de extermínio como justificativa, para que colocassem em prática suas crenças sobre os homossexuais. Outro exemplo da influência religiosa, é a assimilação da homossexualidade em ser um "pecado humano", na qual infringe "as regras ditadas por um guia ou livro santo". Algumas ideologias, de distintas religiões, já absorvem este comportamento considerado atípico de uma maneira mais positiva. Porém, ainda hoje, determinadas crenças em que impõem elevada intolerância são condizentes a países que ainda criminalizam a homossexualidade. Além disso, transferem convicções religiosas à julgamentos legais, para criar medidas punitivas aos indivíduos LGBTI.

## ATUALIDADE

---

A luta de um refugiado LGBTI contra diversas formas de repressão é diária. E intensifica-se à medida que esse indivíduo externaliza seu modo comportamental, seus pensamentos e modo de agir. Uma porção dentro dos 65,3 milhões de refugiados [no mundo], foram retirados de suas casas por motivos de conflito e perseguição (UNHCR, 2015). E encontram-se (refugiados LGBTI e asilados) desesperados em campos de refugiados por uma vida com qualidade e respeito.

A repressão que é feita pela sociedade sobre essa minoria, é relatada diariamente por indivíduos que sofreram algum tipo de violação física ou psicológica em seu país de origem. Mesmo após a tentativa de uma nova perspectiva em um novo país, esses refugiados ainda são alvo de um preconceito inesperado maior no país de destino. A América Latina é uma das regiões onde os cidadãos LGBTI também sofrem com grande assédio e violência gratuita, e por isso, é considerada uma região "Não Segura" pela comunidade LGBTI (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017).

Países do Triângulo do Norte da América Central, como El Salvador, Guatemala e Honduras, estão entre os países considerados os mais violentos do mundo, com relação à indivíduos LGBTI. São mais expostos à violência e as diversas formas de discriminação através de suas famílias e vida profissional. Essa violência, muitas vezes promovida por gangues locais ou membros de forças armadas, impulsionam ainda mais a hostilização da identidade sexual – os transexuais são os maiores alvos na maioria dos casos. Muitos homossexuais nativos destes países, buscam asilo político em nações próximas como, por exemplo, o México. Porém, durante o trajeto de fuga para estes países, os indivíduos sofrem outras diversas formas de discriminação como estupros, abusos e assédios.

Muitos (refugiados) também disseram que não se sentiam seguros no país, já que muitas das gangues criminosas que as ameaçaram em casa operam na fronteira sul do México (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017, p.8).

Por outro lado, o Canadá é um país que possui um posicionamento mais aberto para os refugiados em geral, principalmente, os indivíduos LGBTI. O país, cada vez mais, adota um comportamento e visão respeitosos com essa parcela de refugiados, além de adotar novas diretrizes para a recepção desta população vinda de fora.

Outro fator documentado é a humilhação sofrida por esta população em muitos momentos da triagem de solicitantes de asilo. Em 2017, a Diretoria de Imigração e Refugiados do Canadá (IRB, na sigla em inglês) modificou estas diretrizes internas de triagem feita aos refugiados. Dando maior ênfase ao tratamento dos mesmos, de forma respeitosa, devido as vulnerabilidades específicas e da variabilidade cultural existentes nas minorias que buscam o asilo político. O governo canadense, exigiu da Diretoria a garantia de que os refugiados LGBTI não tivessem proteção injustamente negada no Canadá. Desta forma, ainda se definem maneiras de abordagem que devem ser colocadas de modo cauteloso e sensível, para que não seja vexatório ou discriminatório aos refugiados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017).

Sobre isso, a perseguição aos refugiados acaba sendo uma grande violação aos Direitos Humanos. Pois se relaciona a fatores de risco psicológico, de discriminação ao solicitante de refúgio e/ou abrigo internacional e humilhação no processo de entrada ao novo país.

É possível considerar que [o termo perseguição] engloba graves violações aos direitos humanos, ameaças à vida e liberdade e outras formas graves de violência. No entanto, formas menos graves de violência, se estiverem em andamento, também podem constituir perseguição. A equivalência de ações à perseguição dependerá das circunstâncias do caso, assim como idade, gênero, opiniões, sentimentos e estado psicológico

A violência homofóbica ou transfóbica não somente perpassa a sociedade civil urbana contra a minoria LGBTI. Ela também ocorre em comunidades anfitriãs de zona de campo para refugiados, entre os refugiados LGBTI e aqueles que sofrem outros tipos de perseguição. Alguns relatos como,

As ameaças de abusos graves e violência física, psicológica e sexual são muito comuns aos pedidos LGBTI, destacando o estupro como uma forma de tortura e uma violação da dignidade pessoal. Nessa linha, ações qualificadas como tortura incluem esforços para mudar a orientação sexual ou identidade de gênero de um indivíduo por força ou coerção (FRANÇA, 2017, p.2).

A violência de gênero e identidade sexual, é feita por famílias que moram em zonas de refugiados, por meio dos transportes público e privado, e com isso, uma série de assédios também são previamente constatados. Todos correm risco de agressão quando saem de casa ou saem destes campos para refugiados, e sofrem diversas discriminações por outros grupos ali presentes; os principais alvos são os transexuais, que são suscetíveis, na maioria das vezes, a um assédio verbal ou a um ataque físico qualquer. Por conta disto, os indivíduos LGBTI possuem medo de serem expulsos da zona de abrigo para qual foram destinados, devido a intolerância de diversidade sexual e que são obrigados a conviver. Um relatório e pesquisa feitos pela Comissão de Refugiadas Mulheres (WRC, na sigla em inglês) enfatiza que Transexuais de Beirute no Líbano, Kampala em Uganda e San Lorenzo, relatam que "a violência física é uma ocorrência regular, se não diária" (WRC, 2016, p. 9). Além disso, dizem que "dentro de suas comunidades, o estupro ocorre regularmente, perpetrada por vizinhos, estranhos, policiais e clientes de trabalho sexual".<sup>1</sup>

Exatamente por isso, o grupo de refugiados LGBTI se coloca como o mais desprotegido a sofrer violência e discriminação, dentro do núcleo de refúgios alocados em determinada região. São extremamente vulneráveis em diversos aspectos, impedindo de assumir sua identidade sexual no cotidiano, além de adquirirem sentimento de medo e impotência constante. Outro ponto levantado pelo relatório da Comissão de Refugiadas Mulheres com foco LGBTI (WRC, 2016, p. 9), diz que muitas lésbicas refugiadas em Beirute, capital do Líbano, relatam uma série de estupros "corretivos". Além de casamentos forçados por suas próprias famílias em seus países de destino. O deslocamento entre países deveria supostamente minimizar o índice de discriminações, pois, nos países de origem (muitas vezes Síria) há uma violência ainda pior, porém, em algumas vezes não é o que acontece.

Muitos destes asilados, também escolhem os Estados Unidos como principal destino para recomeçar sua vida e obter uma nova perspectiva profissional. Em 2011, com uma frente política mais aberta, o presidente Barack Obama reconheceu que os refugiados LGBTI, precisam de melhores condições de acesso à proteção e assistência. Com isso, em conjunto ao seu memorando de "Iniciativas Internacionais para o Progresso dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros", o ex-presidente norte-americano pediu para que agências federais tomassem providências para reduzir a vulnerabilidade social e aumentar as chances de inclusão destes refugiados. Há ainda muitas barreiras burocráticas a serem derrubadas. Pois, os refugiados que escolhem o destino norte-americano, devem escolher restabelecerem-se individualmente e

---

<sup>1</sup> O relatório da Comissão de Refugiadas Mulheres relativo ao Documento sobre "Ruas Más: Identificando e respondendo aos riscos da violência de gênero para refugiados urbano" - Refugiados LGBTI, predispõe que mais da metade dos refugiados LGBTI consultados em Beirute, Kampala e San Lorenzo disseram fazer sexo como uma forma de ganhar dinheiro para sobreviver na cidade. A maioria desta parcela de refugiados, coloca como falta de alternativas de acordo com a realidade da cidade, para garantir sua subsistência e situação pessoal. Muitos refugiados LGBTI, em sua maioria transexuais, revelam algumas situações que foram coagidas a trocar sexo por comida ou abrigo. (WRC, 2016, p. 9)

poder garantir mais segurança pessoal, ou então, levar seu companheiro/a para o país com mais intervenções burocrático-sociais.

Em Fevereiro de 2017, com uma posição mais conservadora, o atual presidente norte-americano Donald Trump ordenou que houvesse uma redução de 110.000 para 50.000 o número de refugiados autorizados a entrar nos Estados Unidos. Durante esse mesmo período, o presidente mandou interromper o sistema de governo para os refugiados durante 120 dias, causando um impacto a estes indivíduos que buscam um novo lar. Não suficiente, ainda proibiu "as pessoas de entrarem nos Estados Unidos que 'oprimem' os americanos com base em sua orientação sexual" (CNN, 2017). Esse posicionamento enfatizou ainda mais a quebra de um legado deixado pelo presidente anterior, para que aqueles que já são excluídos por lei, não possam ter maior acessibilidade.

O desejo de muitos países no globo é grande e imponente perante a Comunidade Internacional, para que os refugiados tenham maior abertura social e respeito. Porém, grupos extremistas como o EI – Estado Islâmico (ISIS, na sigla em inglês), por exemplo, vão contra a existência dos homossexuais, e reivindicam pela não imposição de medidas de reorientação política favoráveis e inclusivas aos LGBTs.

## QUESTÕES E AÇÕES DA ONU

---

A Comunidade LGBTI e seus representantes, ainda hoje são vistos de forma banalizada pela sociedade heteronormativa. Em uma declaração feita pelo Diretor de Proteção Internacional da ACNUR, Volker Türk, no Periódico Internacional sobre Direitos do Refugiado de Oxford, salienta-se que

De uma perspectiva psicológica, sabemos que os seres humanos podem ser rápidos em julgar, temer e até odiar o desconhecido, o "outro" – pessoas diferentes. Estamos inclinados a criar um "nós" e "eles", com base na religião, sexo, raça ou até mesmo cor dos olhos, para aumentar nossa auto-estima, para se conformar com o grupo majoritário ou simplesmente para bodes expiatórios do "outro". Além disso, os membros da maioria podem não chegar à defesa da minoria com medo de serem excluídos ou prejudicados (TÜRK, 2013, p.122).

Cada vez mais a Comunidade LGBTI possui uma sensação de impotência sobre sua liberdade individual e de expressão, perante a sociedade. A ameaça sobre o "diferente" invoca o clamor por respeito que se iniciou no passado. Em 10 de Dezembro de 1948, na cidade de Genebra, a Assembléia Geral das Nações Unidas criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Sua função central, é ser uma norma comum, destinada a todos os povos e nações, estabelecendo a proteção universal dos direitos humanos. Conjuntamente a Declaração Universal, outros Protocolos e Tratados Internacionais foram aderidos, no intuito de formalizar judicialmente os direitos de minorias específicas, incluindo de indivíduos LGBTI.

No Artigo VII da DUDH é especificado que "Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação" (DUDH, 2009, p.11). Não bastasse a Declaração de proteção internacional a todos os cidadãos e suas especificidades, havia a necessidade de determinar alguns casos, para que outros países se adequassem às novas realidades de indivíduos com diferentes culturas e visões

de mundo. Em 1951, dá-se origem à ratificação da Convenção de Genebra relativa ao Estatuto dos Refugiados promulgado pelo ACNUR. Que define o que é um refugiado e esclarece o direito dos indivíduos aos quais é fornecido o direito de asilo. Além disso, propõe a responsabilidade dos países acolhedores destes refugiados.

A definição de "refugiado" pode ser reconhecida à pessoa que, em função do temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e por isso não quer valer-se da proteção desse país ou a ele não pode ou não quer voltar (FRANÇA, 2017, p.9).

Além desta Convenção, em 1967 foi também outorgado o Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados. Que promove um maior alcance da Convenção anterior e recomenda a cooperação das entidades nacionais com as Nações Unidas, representada pelo Alto Comissariado (ACNUR). Ambos os documentos, a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, propiciam a base mais ampla dentro de outras normas colocadas para impor a proteção de grupos sociais específicos. Alguns anos após a ratificação destes documentos, há a dissociação de categorias e sujeitos referentes às questões LGBTI. Porém, somente em 2012 que se formalizam os documentos com novos termos, mais adequados à identidade sexual e específicos a diferentes casos.

Estes novos documentos, editados pelo ACNUR, descreviam uma nova Diretriz sobre a Proteção Internacional que se relaciona com a questão dos refugiados LGBTI pelo mundo. Nela se esclarece que "as pessoas LGBTI fazem parte de um grupo social e fogem de seus países de origem pela perseguição baseada em sua condição de orientação sexual e identidade de gênero" (UNHCR, 2012, p. 2). Com isso, a nova Diretriz explica as razões de solicitação de refúgio por este "grupo social específico" LGBTI. E evidencia a necessidade de suporte de outros Estados-Nação pelo fato deste grupo ter seus Direitos Humanos violados, por conta da perseguição, violência física, psicológica, sexual, por graves abusos, tortura, entre outros.

No Brasil, foram criadas diversas medidas em favor do suporte aos refugiados em geral, além da existência de órgãos que gerenciam estes indivíduos que necessitam de um refúgio. Em relação à população LGBTI, foram feitas legislações antidiscriminatórias e alguns programas como o Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação GLTB (gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais). E Promoção da Cidadania de Homossexuais; ação que luta "pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 7). Apesar das medidas protetivas, o incentivo à inserção social positiva e aceitação da Comunidade LGBTI é diminuta, os vários casos de violência ocorrem até os dias atuais, mesmo aqueles que levam à morte.

Relativamente aos pedidos de refúgio baseados em perseguição por pertencimento a grupo social de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais ainda são pequenos se comparados ao número total de refugiados reconhecidos no país: dos mais de oito (8) mil refugiados residentes no Brasil, 18 foram reconhecidos em razão da perseguição por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Ainda há solicitações baseadas neste critério, pendentes de análise (ACNUR, 2015, p. 53).

Com relação às questões de refúgio, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) dispõe de "refúgio a solicitantes ou vítimas de perseguição por sua orientação sexual ou identidade de gênero, enquadrando-os enquanto grupo social" (LEÃO, 2007, p. 26). Trata-se também de um "órgão multiministerial do qual participam o governo, a sociedade civil e a ONU, por meio do ACNUR" (ACNUR BRASIL, 2018, p.1). O Brasil vem se destacando de forma positiva, porém, devido ao medo ao conservadorismo social, muitos solicitantes de refúgio optam por fazer uma solicitação por outros motivos que não por perseguição a questões relacionadas a identidade de

gênero ou orientação sexual; como por exemplo, por questões religiosas ou políticas.

No contexto global, em 2015 na cidade de Genebra, a Comissão de Refugiados das Nações Unidas (UNHCR, sigla em inglês), criou um programa de treinamento para seus funcionários e também aos trabalhadores de questões humanitárias e proteção. Esta ação foi tomada devido à discriminação, violência, preconceito e dificuldade com que os refugiados têm aos procedimentos de asilo político e aos responsáveis humanitários.

O pacote de treinamento foi moldado pelo ACNUR, OIM – Organização Internacional de Migração (IOM, sigla em inglês) e funcionários de outras agências em todo o mundo para garantir a relevância global. Abrange a orientação sexual e identidade de gênero, os riscos específicos de proteção que afetam as pessoas LGBTI deslocadas, meios específicos para abordá-los e que resultará em uma melhor proteção para pessoas LGBTI sob a responsabilidade do ACNUR e seus parceiros (UNHCR, 2015, p.1)

Programas de combate ao preconceito a esta minoria LGBTI, estão cada vez mais recorrentes em questões a serem abordadas por Órgãos Internacionais. Muito devido ao despreparo de alguns funcionários em missões humanitárias e procedimentos burocráticos migratórios. Que ocasionam o recuo de muitos refugiados aos seus países de origem, pela exposição a qual são colocados por sua vida sexual. Além de traumas psicológicos em que são impostos para a "comprovação" de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

## **Questões a serem ponderadas**

---

- Como o Estado pode interferir no processo de recebimento de Refugiados LGBTI, para que o país fornecedor de asilo político não permita que o indivíduo se exponha ao ceder informações comprobatórias, de sua orientação sexual ou identidade de gênero?

- Quais poderiam ser as medidas tomadas para a punição de funcionários, autoridades ou atores em representação da ONU, para que impedisse a exposição de refugiados LGBTI durante a sua coleta de informações na chegada ao país que concede asilo político? O Estado ou a ONU devem punir?

- Como validar uma adequada proteção aos refugiados LGBTI dentro dos campos de refugiados em países de asilo, impedindo a discriminação e violação promovida pelos próprios agentes da ONU, em alguns casos, ou outros refugiados?

- Quais posicionamentos o governo do país de asilo pode fornecer, no melhor acesso de transexuais e transgêneros à serviços de saúde, educação e trabalho? Como minimizar a busca dos mesmos pela prostituição?

- Quanto aos indivíduos intersexo, quais ações afirmativas relacionadas à serviços de saúde poderiam ser-lhes fornecidas? Como melhorar o entendimento sobre as dinâmicas e necessidades associadas a este grupo, principalmente no que se refere ao procedimento de asilo político no país de destino?

## POSICÃO DOS PAÍSES

---

Países da Europa Ocidental e outros:

### Estados Unidos da América

---

Cada vez mais o número de refugiados LGBTI em busca de asilo nos Estados Unidos é maior e isso deve-se ao avanço com relação à aceitação da população norte-americana à Comunidade LGBTI. "Um total de 3,8% a 10,0% dos refugiados que entram nos Estados Unidos se identificam como LGBTs, traduzindo-se aproximadamente entre 2.656 e 6.991 refugiados LGBT" (MESSIH, 2016, p.1).

O Departamento de Estado dos Estados Unidos declara que está "expandindo seu engajamento" (U.S.DEPARTMENT, 2018) para causas que envolvam a Comunidade LGBTI. Juntamente com a ONU, representada pela ACNUR, através de desenvolvimento de suporte para proteger e receber Refugiados LGBTI em outros países. O atual presidente norte-americano, Donald Trump, diminuiu para 120 dias o Programa de Admissão para Refugiados no país, além de outras restrições para a entrada de LGBTI's provenientes de outros países, principalmente de origem árabe.

### Canadá

---

O Canadá possui um posicionamento muito positivo e estruturado para os Refugiados LGBTI. O governo apoia a Comunidade através do apoio financeiro da Rainbow Refugee Society (RRS), que trabalha no reassentamento de Refugiados no Canadá. E promove a estrutura para realocá-los ao mercado de trabalho, viabiliza serviços de saúde adequados e acesso ao Sistema de Educação. Além disso, outras Organizações sem fins lucrativos, também estão envolvidas e apoiam a RRS através de programas de acolhimento.

### Reino Unido

---

Em meados dos anos 2000, o Reino Unido obteve um posicionamento mais aberto com relação à vinda de Refugiados LGBTI. Somente em 2004, houve a promulgação da Lei do Reconhecimento de Gênero, que permite aos transgêneros o direito de obter sua identidade de gênero reconhecida legalmente. Em 2013, foi legalizado o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Inglaterra e País de Gales. Até 2010, o Reino Unido não concedia asilo à Refugiados LGBTI, pois considerava que estes indivíduos não necessitavam de proteção internacional, por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero. O asilado deveria obter um comportamento discreto sobre sua sexualidade, caso contrário retornava ao seu país de origem (GRAY e MCDOWALL, 2013, p. 22).

### Federação da Rússia

---

A Chechênia, uma das 22 Repúblicas da Federação Russa, possui um sistema de governo bastante discriminatório com relação a indivíduos LGBTI. O medo é presente até mesmo em russos homossexuais, que correm o risco de sofrerem perseguição, tortura e morte devido a sua orientação sexual. Muitos indivíduos LGBTI sofrem perseguição dentro da própria Federação Russa, o que pode se alarmar a situação se o indivíduo for identificado LGBTI na Chechênia. A Rainbow Railroad é uma das Organizações Não Governamentais que auxilia os russos, em sua maioria chechenos à busca pelo asilo político em outros países, como o Canadá.

## Nova Zelândia

---

A Nova Zelândia possui um posicionamento mais acessível à refugiados LGBTI e suas requisições ao asilo. Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Intersexos (ILGA, na sigla em inglês), posiciona "a Nova Zelândia entre as nações com maior reconhecimento de direitos para pessoas da Comunidade LGBTI e com diversidade de gêneros" (MURPHY, 2017, p. 1). Em 2017, triplicou o número de aprovados sob refúgio pela Imigração da Nova Zelândia, passando de 3% para 9%, cerca de 8% de todos os pedidos feitos e aprovados (REACHING Out – Winnipeg, 2017, p.1).

Países da América Latina:

## República Federativa do Brasil

---

O Brasil segue as documentações acordadas por Órgãos Internacionais e tem concedido refúgio em casos LGBTI desde o ano de 2002. "Em Brasília/DF, os dados fornecidos por outra organização da sociedade civil mostram que houve cerca de 40 solicitações de refúgio motivadas por orientação sexual. Importante salientar que esses dados não representam todo o contexto nacional: referem-se somente às cidades de São Paulo e Brasília [...]" (ANDRADE, 2016, p.3). A maioria dos refugiados são provenientes de países africanos, como por exemplo, Gana e República Democrática do Congo. No Brasil, o processo de entrevista para o recebimento do refugiado, que sofre perseguição por sua condição sexual, é um dos mais avançados por se basear em um modelo auto declaratório. Porém, ainda há altos índices de violência contra a Comunidade LGBTI e a marginalização de refugiados nesta condição.

## República de El Salvador

---

De acordo com a Lei El Salvadorenha, a relação sexual entre indivíduos homossexuais e heterossexuais, condizem sobre as mesmas regras. Desde 2010, o país proíbe a discriminação contra membros da Comunidade LGBTI por funcionários públicos e servidores que prestam serviços imigratórios no país (RIGHTS IN EXILE PROGRAMME, 2018). Porém, indivíduos LGBTI ainda sofrem discriminação por grande parte da sociedade local, sendo a comunidade transgênero a mais vulnerável. A OEA – Organização dos Estados Americanos afirmou em 2013, que "a comunidade transgênero é constantemente assediada e está sujeita a níveis elevados de violência, assassinatos e ataques" (OEA, 2013, p.1). A discriminação social, acarreta na depreciação do acesso à Comunidade aos serviços de educação, saúde, emprego e segurança, apesar de haver avanços com relação aos direitos LGBT no país.

## República Bolivariana da Venezuela

---

A Venezuela é signatária dos Princípios de Yogyakarta e alguns outros tratados internacionais, o que a obriga a proteger os direitos de indivíduos LGBTI. Entretanto, de acordo com seu passado histórico, os venezuelanos homossexuais possuem dificuldades ainda hoje para manifestarem livremente e garantirem sua segurança nas ruas. Algumas emendas jurídicas ainda descartam o casamento entre indivíduos do mesmo sexo, o que gera algumas dificuldades sociais para este grupo minoritário ao acesso de serviços básicos. Os transexuais são os mais vulneráveis, no qual, ainda não é permitido a mudança de gênero em documentos de identidade, o que influi diretamente ao acesso a recursos, deixando-os ainda mais vulneráveis à violência.

## República do Chile

---

Antes de 1999, toda a atividade homossexual era ilegal e havia a presença de demasiada opressão dentro do próprio país. Após esse período, todas as ações contra a Comunidade LGBTI foram descriminalizadas, devido à pressão feita pela Comunidade Internacional e a sociedade interna. Houve diversas tentativas de impor uma Lei antidiscriminação contra a homossexualidade e identidade de gênero, porém até hoje não foi outorgada no Senado (RIGHTS IN EXILE PROGRAMME, 2018, p. 1).

## República do Haiti

---

"Não há uma Lei contra a homossexualidade no Código Penal do Haiti" (RIGHTS IN EXILE PROGRAMME, 2018, p.1). Há uma lei contra a discriminação por sexo em alguns ambientes específicos, como o trabalho, porém não há especificações sobre Leis LGBTI. O Haiti não reconhece a união civil e estável entre duas pessoas do mesmo sexo. Assim como, a divisão de responsabilidade legal sobre uma criança. Não há leis protetivas contra assédios ou crimes de ódio.

## México

---

O México possui altos índices de violência e discriminação contra refugiados LGBTI. Diversos tipos de violência, em sua maioria, provenientes de funcionários públicos que são o primeiro contato dos refugiados LGBTI com o país em sua chegada. A violência também se origina de diversas gangues que rodeiam a fronteira sul do México. Há uma vasta falta de informação e direcionamento por parte dos agentes públicos aos refugiados, além da dificuldade em obter retorno adequado sobre investigações de abusos e violência cometidos no próprio país de destino do asilo.

Países da África:

## República Democrática do Congo

---

A República Democrática do Congo foi mais um dos países que ratificou a Carta das Nações Unidas em 1945. O país "proíbe a discriminação com base em sexo, nascimento ou 'outro status', mas não há menção expressa de orientação sexual ou identidade de gênero" (RIGHTS IN EXILE PROGRAMME, 2018, p.1). O país ainda se posiciona perante homossexuais como um comportamento legal, nunca expressamente proibido. O casamento ou união civil entre dois indivíduos do mesmo sexo não é reconhecido pela lei congoleza, e também não há lei antidiscriminação e/ou protetiva

para casos de crime ou violência à indivíduos LGBTI. Um documento de Leis de Práticas Sexuais contra a Natureza, fornecido pelo Parlamento congolês, coloca a homossexualidade como sendo uma "prática contra as leis da natureza". Aqueles que vão contra a este documento, podem sofrer penalizações judiciais e/ou pagamento de multas.

## República do Sudão do Sul

---

Antes da independência da República do Sudão do Sul, a homossexualidade era considerada crime e havia severas punições, que iam desde tortura à pena de morte. Em 2008, houve a renovação da penalização sobre crimes que fossem de encontro às "leis da natureza", e por isso, os penalizados poderiam receber até 10 anos de prisão. Na Lei dos Passaportes e Imigração promulgado em 2011, afirma que um "visto não será concedido ao estrangeiro que queira entrar no país para fins de prostituição, homossexualidade, lesbianismo ou tráfico de seres humanos" (RIGHTS IN EXILE PROGRAMME, 2018, p.1).

## República do Senegal

---

Ainda não há leis protetivas para indivíduos LGBTI em estado de refúgio no país. A homossexualidade é criminalizada, a punição pode variar de 1 a 5 anos de prisão, além de outras formas punitivas como multas de alto valor. A perseguição à Comunidade LGBTI no país é bastante severa, ocasionando a morte de vários homossexuais no país. Além disso, os cidadãos vivem em condições precárias e carentes de acesso à saúde. Muitos indivíduos estão em constante processo de asilo, entre cidades no Senegal, devido à violência sofrida por Comunidades ou membros de suas próprias famílias.

## República Democrática Federal da Etiópia

---

A Etiópia é um país não adepto às práticas homossexuais, não é aceito socialmente. A relação entre pessoas do mesmo sexo é ilegal e não adepta do Código Penal Etíope. A penalização para indivíduos LGBTI, inclui prisão de 10 dias a 3 anos, por relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Em 2008, alguns atores religiosos influenciaram a proibição da homossexualidade sob Constituição.

## República Árabe da Síria

---

O Código Penal Sírio proíbe as relações homoafetivas, que prevê até 3 anos de prisão. A influência do islamismo sob questões LGBTI é significativa, pois vai supostamente contra as "leis da natureza" por conta da "luxúria corporal". Além disso, o "lesbianismo é menos reconhecido na sociedade síria devido às maiores restrições enfrentadas pelas mulheres em virtude de seu gênero, independentemente de sua sexualidade" (RIGHTS IN EXILE PROGRAMME, 2018, p.1).

## República da Serra Leoa

---

Em alguns casos, a homossexualidade pode ser penalizada com pena de morte, o que depende da relação homoafetiva definida. Os atos sexuais entre mulheres não são criminalizados.

Países da Ásia e do Pacífico :

## República Popular da China

---

Entre o período de 2009 a 2017, o país impunha um processo de "terapia à Cura Gay", na qual os homossexuais eram forçados ao uso de medicamentos, choques elétricos e outras práticas feitas em hospitais. "A China não tem nenhuma lei que proteja as pessoas da discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero, e não há reconhecimento legal da parceria entre pessoas do mesmo sexo" (HUMAN RIGHTS WATCH, 2017, p.137). Além disso, em uma resolução da ONU contra a violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, a China votou contra a promulgação da mesma perante o Órgão Internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

AMNESTY INTERNATIONAL – No safe place – Novembro, 2017. Disponível em: < <https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR0172582017ENGLISH.PDF> > . Acesso em: 07/08/2018

\_\_\_\_\_ - Mexico/Central America: Authorities turning their backs on LGBTI refugees. 2017. Disponível em: < <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/11/mexico-central-america-authorities-turning-their-backs-on-lgbti-refugees/> > . Acesso em: 26/03/2018

ACNUR. – Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) . Abril, 2018. Disponível em: < [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1) > . Acesso em: 15/04/18

\_\_\_\_\_ - Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) – Abril, 2018 – Acesso em: < [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1) > . Data de acesso: 25/04/2018

ACNUR Brasil – CONARE – Abril, 2018 - Acesso em: < <http://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/conare/> > . Data de acesso: 01/05/2018

ANDRADE, Vítor – Refúgio por Orientação Sexual no Brasil: Perfil das Solicitações nas cidades de Brasília/DF e São Paulo/SP , Gênero e Direito – v. 5 , n.02 , 2016 . Migração, Mobilidade e Direitos Humanos, Centro de Ciências Jurídicas – UFP . Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index> > . Acesso em: 08/05/2018

AHMETASEVIC, Nidzara – E.U. lacks Guidelines on LGBT Refugees ; Refugees Deeply . Novembro, 2017 . Disponível em: < <https://www.newsdeeply.com/refugees/articles/2017/11/23/e-u-lacks-guidelines-on-lgbt-refugees> > . Acesso em: 15/04/18

BELCHIOR – Colonialismo Europeu e os 20 anos de Genocídio em Ruanda -Negro Belchior; Educação, Diversidade e Direitos Humanos . Abril, 2014 . Disponível em: < <http://negobelchior.cartacapital.com.br/colonialismo-europeu-e-os-20-anos-do-genocidio-em-ruanda/> > . Acesso em: 15/04/18

BORBOLLA, Sergio – Mexico/Central America: Authorities turning their backs on LGBTI refugees , Amnesty International . 27/11/2017 . Disponível em: < <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/11/mexico-central-america-authorities-turning-their-backs-on-lgbti-refugees/> > . Acesso em: 08/05/2018

COSTA e SCHWINN. – O Reconhecimento da Condição de Refugiado em razão da Orientação Sexual ou Identidade de Gênero ; UNISC , Brasil; Barbarói, Santa Cruz do Sul . Janeiro/Junho, 2016 ; Edição Especial, n.47, p.<44-58> . Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i47.9570> > . Acesso em: 15/04/18

COBB, Ty e HELLER, Becca – CNN – Trump order like death sentence for many LGBTQ refugees . 2017. Disponível em: < <https://edition.cnn.com/2017/01/31/opinions/refugee-ban-queer-death-sentence-cobb-heller/index.html> > . Acesso em: 26/03/18

COSTA e SCHWINN, Marli e Simone – O Reconhecimento da Condição de Refugiado em razão da Orientação Sexual ou Identidade de Gênero – Janeiro/Junho, 2016 – Edição Especial – n.47, pgs. 44-58 – Barbarói, Santa Cruz do Sul, UNISC, Brasil – Aesso em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/9570> > . Data de acesso: 25/04/2018

CEDIN, Centro de Direito Internacional – Acesso em: <<http://centrodireitointernacional.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Manoela-Silvestre-Fernandes-A-CONCESSA%CC%83O-DE-REFU%CC%81GIO-A-INDIV%CC%81DUOS-LGBTI.pdf>> . Data de acesso: 26/04/2018

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação – Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção de Cidadania Homossexual – Brasília, 2004 – Ministério da Saúde – Acesso em: <[http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)> . Data de acesso: 26/04/2018

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – Versão UNIC, Rio, 005 – Rio de Janeiro – Janeiro, 2009 – Acesso em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>> . Data de acesso: 25/04/2018

ERWIN, Leon – URBAN INSTITUTE – Urban Wire; LGBT Equity – What about LGBT refugees in the United States? . Junho, 2014. Disponível em: <<https://www.urban.org/urban-wire/what-about-lgbt-refugees-united-states>> Acesso em: 27/03/18

EXPRESS YOUR GAY VOICE – Number of Queer and Gender Diverse Refugees in New Zealand Rises . Maio, 2018 . Disponível em: <<http://www.gayexpress.co.nz/2017/06/number-queer-gender-diverse-refugees-new-zealand-rises/>> . Acesso em: 08/05/2018

FERNANDES, Manoela – A Concessão de Refúgio a Indivíduos LGBTI – Julho/Dezembro, 2016 – Revista Eletrônica de Direito Internacional – vol. 19, pgs. 255-276 –

FERNANDES – A Concessão de Refúgio a indivíduos LGBTI ; CEDIN (Centro de Direito Internacional) ; Revista Eletrônica de Direito Internacional, ISSN, 1981-9439 . Julho/Dezembro, 2016; Vol.19, pp. 255-276. Disponível em: <<http://centrodireitointernacional.com.br/wp-content/uploads/2014/05/Manoela-Silvestre-Fernandes-A-CONCESSA%CC%83O-DE-REFU%CC%81GIO-A-INDIV%CC%81DUOS-LGBTI.pdf>> . Acesso em: 15/04/18

FREE AND EQUAL, United Nations for LGBT Equality – International Human Rights Law and Sexual Orientation and Gender Identity ; Fact Sheet . Abril, 2018. Disponível em: <<https://www.unfe.org/wp-content/uploads/2017/05/International-Human-Rights-Law.pdf>> . Acesso em: 16/04/18

\_\_\_\_\_ – Sexual Orientation and Gender Identity Throughout History . Abril, 2018 . Disponível em: <[https://www.unfe.org/system/unfe-74-SEXUAL\\_ORIENTATION\\_AND\\_GENDER\\_IDENTITY\\_ARE\\_NOTHING\\_NEW\\_PDF.pdf](https://www.unfe.org/system/unfe-74-SEXUAL_ORIENTATION_AND_GENDER_IDENTITY_ARE_NOTHING_NEW_PDF.pdf)> Acesso em: 17/04/18

FRANÇA, Isadora. – "LGBTI Refugees": Rights and Narratives Interlinking Gender, Sexuality and Violence". Scielo, nº 50, Campinas, Julho, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200307&script=sci\\_arttext&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200307&script=sci_arttext&lng=en)> Acesso em: 27/03/18

\_\_\_\_\_ – "Refugiados LGBTI": direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência – Scielo – 06, Julho, 2017 – n.50 – Campinas, 2017 – Acesso em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200307](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200307)> . Data de acesso: 25/04/2018

GOLDBERG, MARK LEON . Why Did the US Vote Against a UN Resolution Condemning the Execution of Gay People?, 2017. Disponível em: <<https://www.undispatch.com/us-vote-un-resolution-condemning-execution-gay-people/>> . Acesso em: 13 mar. 2018.

GRUBERG, Sharita – CENTER FOR AMERICAN PROGRESS/LGBT – Obama Administration Makes Refugee Program More LGBT- Inclusive . Outubro, 2015. Disponível em: <<https://www.americanprogress.org/issues/lgbt/news/2015/10/30/124632/obama-administration-makes-refugee-program-more-lgbt-inclusive/>> Acesso em: 27/03/18

GORISCH, Patrícia – Direitos humanos e proteção dos refugiados LGBTI – RIDH – Janeiro/Junho, 2017 – v.5, n.1 – pgs. 97-110 – Bauru – Acesso em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/468-1136-1-PB.pdf>> . Data de acesso: 26/04/2018

GOVERNMENT OF CANADA – LGBTQ2 Refugees . Maio, 2018 – Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/immigration-refugees-citizenship/services/refugees/canada-role/lgbtq2.html>> . Acesso em: 08/05/2018

GOVERNMENT OF CANADA – The Human Rights of LGBTI Persons .-Dezembro, 2017 – Disponível em: <[http://international.gc.ca/world-monde/issues\\_development-enjeux\\_developpement/human\\_rights-droits\\_homme/rights\\_](http://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/human_rights-droits_homme/rights_)

lgbti-droits\_lgbti.aspx?lang=eng > . Acesso em: 08/05/2018

GRAY e MCDOWALL – LGBT Refugee Protection in the UK: from discretion to belief? – Forced Migration Review . Abril, 2013 . Disponível em: < <http://www.fmreview.org/sogij/gray-mcdowall.html> > . Acesso em: 08/05/2018

GENERAL ASSEMBLY – United Nations, Discriminatory laws and practices and acts of violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity – Novembro, 2011 – Disponível em: < [http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/19session/A.HRC.19.41\\_en.pdf](http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/19session/A.HRC.19.41_en.pdf) > . Acesso em: 06/08/2018

GIRARD, FRANÇOISE – Negotiating Sexual Rights and Sexual Orientation at the UN – 2007 – Disponível em: < [http://www.sxpolitics.org/frontlines/book/pdf/capitulo9\\_united\\_nations.pdf](http://www.sxpolitics.org/frontlines/book/pdf/capitulo9_united_nations.pdf) > . Acesso em: 06/08/2018

HIAS – Headquarters; U.S. safe haven for LGBT refugees . Disponível em: < <https://www.hias.org/us-safe-haven-lgbt-refugees> > . Acesso em: 27/03/18

HUMAN RIGHTS FIRST – LGBT Refugees and President's Trump Refugee and Muslim Ban Executive Order . 2017. Disponível em: <<https://www.humanrightsfirst.org/resource/lgbt-refugees-and-president-trump-s-refugee-and-muslim-ban-executive-order>> . Acesso em: 26/03/2018

HUFFPOST – Welcoming the Most Vulnerable: LGBTI Refugees. 2016. Disponível em: < [https://www.huffingtonpost.com/entry/welcoming-the-most-vulnerable-lgbti-refugees\\_us\\_57ae1f70e4b0e7935e04d33d](https://www.huffingtonpost.com/entry/welcoming-the-most-vulnerable-lgbti-refugees_us_57ae1f70e4b0e7935e04d33d) > . Acesso em: 27/03/18

HUMAN RIGHTS WATCH – Canada Levels the Playing Field for LGBTI Refugees ; New Guidelines Promote Respect for Diversity . 2017. Disponível em: < <https://www.hrw.org/news/2017/05/05/canada-levels-playing-field-lgbti-refugees> > . Acesso em: 27/03/18

\_\_\_\_\_ – Human Rights Watch Country Profiles: sexual orientation and gender identity . 23/06/2017 . Disponível em: < <https://www.hrw.org/news/2017/06/23/human-rights-watch-country-profiles-sexual-orientation-and-gender-identity> > . Acesso em: 08/05/2018

KEELEY, Matt – News of the World: many want to outlaw homosexuality, China's gay cure, LGBTQ refugees need help , Hornet . 24/11/2017 . Disponível em: < <https://hornet.com/stories/outlaw-homosexuality-china-gay-cure/> > . Acesso em: 08/05/2018

LEVIN, Maks – UNHCR leads in LGBTI refugee, asylum seeker protection – 24, Dezembro, 2015 – UNHCR, Genebra – Acesso em: < <http://www.unhcr.org/afr/news/latest/2015/12/567bb2869/unhcr-leads-in-lgbti-refugee-asylum-seeker-protection.html> > . Data de acesso: 26/04/2018

LEE, SEE-MING . UN issues first report on human rights of gay and lesbian people . 2011 . Disponível em: < <https://news.un.org/en/story/2011/12/398432-un-issues-first-report-human-rights-gay-and-lesbian-people> > . Acesso em: 13 mar. 2018

MESSIAH, Mark – Mental Health in LGBTI Refugee Populations . The American Journal of Psychiatry, Resident's Journal . 01/07/2016 . Volume 11 , pp. 5-7 . Disponível em: < <https://ajpp.psychiatryonline.org/doi/full/10.1176/appi.ajp-rj.2016.110704> > . Acesso em: 08/05/2018

MAYBLIN – Colonialism, Decolonisation, and the Right to be Human: Britain and the 1951 Geneva Convention on the Status of Refugees . Journal of Historical Sociology . Wiley Online Library . 12/03/2014 . Volume 27, páginas 423 – 441 . Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/johs.12053> > . Acesso em: 15/04/18

ONU BR, Nações Unidas no Brasil – A Declaração Universal dos Direitos Humanos – Abril, 2018 – Acesso em: < <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/> > . Data de acesso: 23/04/2018

\_\_\_\_\_ – A Declaração Universal dos Direitos Humanos . Abril, 2018 . Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/> > . Acesso em: 15/04/18

ONU – Declaração Universal dos Direitos Humanos – Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral – Dezembro, 1948 – Disponível em: < [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/217\(III\)&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217(III)&Lang=E) > . Acesso em: 07/08/2018

\_\_\_\_\_ – Declaração Universal dos Direitos Humanos – Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral – Dezembro, 1948 – Disponível em: < [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/217\(III\)&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/217(III)&Lang=E) > . Acesso em: 07/08/2018

PELICCIARI, Tobias – International LGBTI support Project "Refugees Kenya and Senegal" – Support Uganda, Human Rights, Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender . 08/01/2015 . Disponível em: < <https://supportuganda.wordpress.com/2015/01/08/international-lgbti-support-objectives-kenya-of-senegal/> > . Acesso em: 08/05/2018

RIGHTS IN EXILE PROGRAMME , Refugee Legal Aid Information for Lawyers Representing Refugees Globally – El Salvador LGBTI Resources . Maio, 2018 . Disponível em: < <http://www.refugeelegalaidinformation.org/el-salvador-lgbti-resources> > . Acesso em: 08/05/2018

\_\_\_\_\_ . Refugee Legal Aid Information for Lawyers Representing Refugees Globally – Venezuela LGBTI Resources . Maio, 2018 . Disponível em: < <http://www.refugeelegalaidinformation.org/venezuela-lgbti-resources> > . Acesso em: 08/05/2018

REACHING OUT, WINNIPEG – LGBT Asylum Seekers Granted Refugee Status in NZ , Radio New Zealand News . 18/06/2017 . Disponível em: < <https://reachingoutwinnipeg.com/2017/06/18/lgbt-asylum-seekers-granted-refugee-status-in-nz-radio-new-zealand-news/> > . Acesso em: 08/05/2018

SPECTRA PROJECT – Supporting LGBTQ Refugees Abroad . Disponível em: < <https://spectraproject.org/> > . Acesso em: 27/03/18

SALTMARSH, MATTHEW . Gay and transgender refugees seek safety in the Middle East, 2016. Disponível em: < <http://www.unhcr.org/news/stories/2016/8/57ac32274/gay-transgender-refugees-seek-safety-middle-east.html> > . Acesso em: 13 mar. 2018.

TEEMAN, TIM . Murdered for 'Looking Gay': How LGBT Iraqis Are Fighting for Their Lives, 2017. Disponível em: < <https://www.thedailybeast.com/murdered-for-looking-gay-how-lgbt-iraqis-are-fighting-for-their-lives> > . Acesso em: 13 mar. 2018.

TÜRK, Volker – Ensuring Protection to LGBTI Persons of Concern – International Journal of Refugee Law – 09, Maio, 2013 – Academia OXFORD – Volume 25 – Seção 1 – Pgs. 120-129 – Acesso em: < <https://academic.oup.com/ijrl/article/25/1/120/1549506> > . - Data de acesso: 23/04/2018

UNITED NATIONS, FREE AND EQUAL . Criminalization ; Violence – Factsheets. UN Human Rights Office, 2018. Disponível em: < <https://www.unfe.org/> > . Acesso em: 13 mar.2018.

UN DOCUMENTS (LGBTI) – Campaigning for protection and Promotion of Human Rights , Democracy, the Rule of Law and International Justice; No Peace without Justice – Disponível em: <<http://www.npwj.org/LGBTI/UN-Documents.html>> . Acesso em: 13/03/18

ZAPPULLA, Antonio – Forgotten Twice: the untold story of LGBT refugees ; World Economic Forum . Janeiro, 2018 . Disponível em: < <https://www.weforum.org/agenda/2018/01/forgotten-twice-lgbt-refugees/> > . Acesso em: 15/04/18

WOMEN'S REFUGEE COMMISSION – Mean Streets: Identifying and Responding to Urban Refugees' Risks of Gender-Based Violence – LGBTI Refugees . 2016. Disponível em: < <file:///C:/Users/Pamela/Downloads/Mean-Streets-Urban-GBV-LGBTI.pdf> > Acesso em: 27/03/18

UNHCR – The Protection of Lesbian, Gay, Bisexual, Intersex, Asylum-Seekers and Refugees , Discussion Paper – Setembro, 2010 – Disponível em: < <http://www.refworld.org/pdfid/4cff9a8f2.pdf> > . Acesso em: 08/05/2018

U.S. DEPARTMENT OF STATE, DIPLOMACY IN ACTION – Protecting and Assisting LGBTI Refugees . Maio, 2018 – Disponível em: < <https://www.state.gov/j/prm/policyissues/issues/c62979.htm> > . Acesso em: 08/05/2018

RAINBOW REFUGEE – About Rainbow Refugee . Maio, 2018 – Disponível em: < <https://www.rainbowrefugee.com/> > . Acesso em: 08/05/2018

RIGHTS IN EXILE PROGRAMME , Refugee Legal Aid Information for Lawyers Representing Refugees Globally – United Kingdom LGBTI Resources . Maio, 2018 . Disponível em: < <http://www.refugeelegalaidinformation.org/united-kingdom-lgbti-resources> > . Acesso em: 08/05/2018

SEXUAL ORIENTATION AND GENDER IDENTITY WORKING GROUP – Venezuela, Country Report for use in Canadian

Refugee Claims based on persecution on the basis of Sexual Orientation or Gender Identity . Junho, 2015 . Disponível em: < [https://ihrp.law.utoronto.ca/utfl\\_file/count/media/Venezuela%20Report-%20Final.pdf](https://ihrp.law.utoronto.ca/utfl_file/count/media/Venezuela%20Report-%20Final.pdf) > . Acesso em: 08/05/2018

UNHCR , REFWORLD – Senegal: The situation of sexual minorities in Senegal, including societal attitudes and whether there is a difference in the treatment of lesbians and gay men; state protection (2010–April 2013) – Canada: Immigration and Refugee Board of Canada . 7/05/2013 . Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/524bc6be4.html> > . Acesso em: 08/05/2018

UNHCR , REFWORLD – El Salvador: situation of sexual minorities in Senegal, including treatment by society and authorities; support services and state protection, including implementation of anti-discrimination legislation (2012–June 2014) – Canada: Immigration and Refugee Board of Canada . 16/07/2014 . Disponível em: < <http://www.refworld.org/topic,50ffbce4c9,50ffbce4fc,53e492bb4,0,IRBC,,SLV.html> > . Acesso em: 08/05/2018

UNHCR, Refworld: Guidelines on International Protection No. 9: Claims to refugee status based on sexual orientation and/or gender identity within the context of article 1A(2) of the 1951 Convention and/or its 1967 Protocol relating to the status of refugees, 2012. Disponível em: < <http://www.refworld.org/docid/50348afc2.html> > . Acesso em: 08/08/2018

UNHCR - The History of the Right to love (If you're gay) / Criminalization of same sex relations – Abril, 2018. Disponível em: < <https://www.unfe.org/learn-more/> > . Acesso em: 16/04/2018

